

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

**EXTENSÃO POPULAR: A PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL
EM SEU MOVIMENTO NACIONAL**

PEDRO JOSÉ SANTOS CARNEIRO CRUZ

JOÃO PESSOA - PB

2010

PEDRO JOSÉ SANTOS CARNEIRO CRUZ

**EXTENSÃO POPULAR: A PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL
EM SEU MOVIMENTO NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. EYMARD MOURÃO VASCONCELOS

JOÃO PESSOA - PB

2010

PEDRO JOSÉ SANTOS CARNEIRO CRUZ

**EXTENSÃO POPULAR: A PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL
EM SEU MOVIMENTO NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: 30/11/2010

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto (Examinador)

Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva (Examinador)

Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri (Examinador)

Prof. Dr. Eymard Mourão Vasconcelos (Orientador)

C957e Cruz, Pedro José Santos Carneiro.

Extensão popular: a pedagogia da participação estudantil em seu movimento nacional / Pedro José Santos Carneiro Cruz.- - João Pessoa: [s.n.], 2010.

339f. : il.

Orientador: Eymard Mourão Vasconcelos.

Dissertação(Mestrado) – UFPB/CE.

1.Educação. 2.Formação universitária. 3.Extensão universitária. 4.Educação popular. 5.Movimentos sociais.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

Com todo meu amor, para a mulher com quem eu aprendo, dia a dia, a ser mais compreensivo, ser mais amoroso, ser mais gentil, ser mais gente. A quem me prepara, todos os dias, para meu encontro com o mundo e com o outro. A quem eu amo com todas as letras e sem limites. A quem é parte de mim. A quem, numa existência cheia de tantas inconclusões e inacabamentos, me dá a certeza que é bom estar vivo e amando. Para minha menina, minha companheira, minha esposa Erica. Da mesma forma, a meu filho Pedro, que me ensinou que ser pai é nutrir um amor incondicional pela vida, pela beleza, pela paz, pela solidariedade e buscar incessantemente a felicidade.

A meu pai, Luciano, e minha mãe, Cacilda, minhas avós, Zilah (*in memorian*) e Rosa (*in memorian*), meus avôs José (*in memorian*) e Pedro (*in memorian*) e minha bisavó, Maria José, cujo amor incondicional sempre presente me deu energias e condições para estudar e, a partir da universidade e das comunidades, encontrar minha vocação e meu lugar no mundo. A minhas irmãs, Zilah e Luciana, pelos aprendizados cotidianos acumulados em muitos anos de convivência e amor compartilhado.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

É preciso inicialmente destacar meus mais profundos e sinceros agradecimentos aos companheiros e as companheiras de caminhada na jornada sistematizada por este estudo, a da construção da Articulação Nacional de Extensão Popular, que é fruto não de minha atuação solitária, mas da dedicação amorosa, criativa e ousada de muitos atores, estudantes, técnicos, professores e lideranças populares de todo o país. A história aqui analisada somente pôde ser empreendida graças ao trabalho de muitas pessoas. Em particular, queria aqui agradecer àqueles companheiros com os quais pude atuar de perto, construir amizades inesquecíveis e compartilhar sonhos tão significativos e cheios de esperança. Especialmente, Murilo Leandro Marcos, Marcos Vasconcelos, Etel Matielo, Vinicius Ximenes, Ezequiel Moura, Flora Bazzo, Rodrigo Oliveira, Isaquiel Rosa, Juliana Acosta, Natália Madureira, Camila Miranda, Rebeca Vasconcelos, Rebecca Cabral, Rafael Gonçalves, Diego Santos, Nayara Monteiro, Filipe Braga, Hugo Crasso, João Gurgel e Karla Rodrigues. A Amélia Mano pelas orientações cheias de críticas amorosas e transformadoras na redação desta dissertação.

Aos meus amigos de infância, com os quais tenho o privilégio de ainda hoje contar com a confiança, o amor e a presença cheia de acolhimento e aconchego. Vocês me fazem sentir em casa e lembram-me de quem sou e de onde vim. Primeiramente, para o grande amigo e futuro compadre Júnior, pelo amor revelado em cuidado e boas energias, pela escuta e companheirismo sem limites. Para os queridos amigos da rua onde cresci, Fernando, Renato, Thiago e Izabela, pelas brincadeiras, pelo gosto pelo cinema, pelo amor sempre presente e compartilhado. Ao amigo Gabriel, pela presença nos momentos difíceis, por mostrar o sentido verdadeiro da amizade, mesmo a distancia, e compartilhar a alegria de viver e de sonhar.

Para a família que ganhei através da minha esposa: minha sogra, Dona Lúcia, meu sogro, Falcão, vovó Júlia, minha cunhada Ruth, meu cunhado Emmanuel e minha querida sobrinha Beatriz. O amor de vocês é mais um porto seguro que ganhei, em sendo parceiros na luta pela vida, com os quais sempre poderei contar.

A um amigo que é também meu tio e foi meu primeiro grande mestre e professor, um eterno companheiro de paixão pelo cinema, Tio Zumba. Agradeço a paciência dedicada em minha educação inicial e minha formação como pessoa, assim como a presença sempre cheia sentido em minha vida. Com ele, agradeço também a sua esposa, Tia Cleonice, e também a querida Tia Socorro e a prima Ana Rosa.

Para Dona Maria, Dona Iraci, Damaris, Hosana, Terezinha, Salete, Dôra e Gerlane através das quais agradeço às comunidades Maria de Nazaré, Boa Esperança, Pedra Branca e Jardim Itabaiana, que me ensinaram o que somente as disciplinas universitárias não conseguiram transmitir: uma paixão destemida e utópica pela vida, pela natureza, pela justiça social, pela participação e por acreditar que mudar é possível. Ao seu saber popular, cheio de energia, vibração e altivez, com o qual descobri o que queria ser e fazer neste mundo. Descobri a educação popular.

Para meu orientador, o Prof. Eymard Vasconcelos, a quem tenho a honra e alegria de chamar de amigo. Sem nunca sair de seu papel de educador, Eymard sempre me transmitiu coragem, fé e confiança em seu olhar, especialmente desde o dia em que me encorajou a concorrer ao Mestrado e reforçou minha fé em mim mesmo e em minha experiência. Sendo também um companheiro de lutas, Eymard se encaixa como poucos na definição de mestre. Alguém com sabedorias com as quais pude dialogar, aprender, conviver e até questionar. Um professor-amigo: com quem se desabafa, compartilha dilemas e se anuncia a vinda de alegrias.

A professora Ana Cláudia Vasconcelos, companheira de caminhadas na extensão popular em nutrição, com a qual tenho aprendido a ousar desafiar os limites tradicionais impostos a nutrição em saúde coletiva, buscando formas dialogadas, respeitadas e comprometidas de desvendar os caminhos do nutricionista na Estratégia Saúde da Família. Nesse caminho, fomos juntos aprendendo a formar nutricionistas sob a perspectiva da educação popular. E, em muito graças a seu apoio sempre confiante e incondicional, encontrei um espaço para me formar educador. Através de Claude, também quero agradecer a todas as estudantes que fizeram e fazem o Projeto de Extensão “Práticas Integrals da Nutrição na Atenção Básica em Saúde”, que tem sido meu lugar primeiro de atuação universitária e construção de novos caminhos, ousados, loucos, transformadores – mas que ganha sentido na vida justamente por ser ousadas, loucuras e transformações compartilhadas com tantos estudantes em formação, numa chance de – comigo, Claude e os vários parceiros – serem, e fazerem mais no mundo, numa oportunidade que, no Departamento de Nutrição, eu não tive quanto estudante.

A Prof^a Marísia Oliveira da Silva e ao Prof^o Dailton Lacerda. Ambos me conheceram como estudante e me acolheram como um amigo, compartilhando sonhos, vivendo aventuras na construção de movimentos e lutas. Marísia, com sua escuta sempre presente e atenciosa, sua presença cheia de energia acolhedora e amorosa, possibilitou-me ter bases para me formar como extensionista, como pesquisador e como professor. Se a Educação Popular é uma opção de vida e trabalho que fiz, continuo em muito contando com Marísia para me fazer compreender e trilhar melhor este caminho. Dailton me ensinou que professor e estudante podiam ser, efetivamente, colaboradores e parceiros em grandes projetos educativos e de luta social. A construção conjunta de muitas histórias belas provou a força desta parceria. Hoje, como um amigo pessoal, Dailton e sua esposa Elba tem compartilhado comigo e minha família momentos de um aprendizado sublime: saber viver. Nossas farofadas, as longas conversas e sorrisos, bem como o ombro amigo na hora da dificuldade são provas inequívocas disto.

Ao Prof. Wilton Padilha, que acreditou na força criativa de minha atuação estudantil e me orientou a compreender criticamente a Educação Popular, ajudando-me a entender melhor o mundo complexo das relações políticas e humanas. Pela confiança sempre cedida a meu trabalho e por ter me apresentado à pesquisa científica, fazendo-me entender a ciência como caminho rico, transformador e de aprendizado intenso.

A Liu Leal e os companheiros de experiência no Apoio Institucional para Educação Permanente em Saúde de Pernambuco, os quais me apoiaram durante a

construção desta dissertação, em meio a muito trabalho, e ensinaram muito sobre o mundo do trabalho e da gestão em saúde numa perspectiva crítica e transformadora.

Às companheiras e aos companheiros do Grupo de Pesquisa em Educação Popular em Saúde. Além daqueles integrantes aqui já citados, agradeço a Kátia Ribeiro, Hélène Laperrière, Gildecil Lira, Patrícia Serpa, Socorro Moraes, Betânia Villas Boas (membros atuais) e o ex-membro Carlos Cooper. A capacidade de acolhimento, escuta e debate crítico intenso vivenciados no Grupo me deram subsídios fundamentais para seguir desenvolvendo este estudo e aprendendo perspectivas teóricas singulares para minha formação enquanto pesquisador. Nesse processo, as amizades construídas e a solidariedade prestada foram constituindo laços cheios de emoção, fazendo-me sentir cada vez mais forte e ativo nesta (ainda) árdua e potencialmente solitária tarefa de pesquisar educação popular em nossa universidade. Em especial, dedico minha gratidão a Profa. Kátia Ribeiro, que fez parte das bancas de qualificação e defesa, sempre presente com ensinamentos importantes e alertas imprescindíveis em minha formação como extensionista e em minhas empreitadas no campo da pesquisa, através do grupo.

Aos amigos e amigas do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, onde pude conhecer novos horizontes para a extensão popular, comungando-a com a pesquisa. Os vários debates e as críticas constituíram base essencial para minha formação enquanto educador popular e pesquisador, além de contribuir no desenvolvimento deste estudo. Muito obrigado a todo o time, especialmente ao Prof. Zé Neto e ao amigo Wladimir, pessoas com as quais eu também aprendi não somente era preciso, como possível, inserir mais e mais a extensão popular no campo duro de disputa no campo acadêmico e de construção do conhecimento. A Wladimir, pelo apoio e amor incondicional, não apenas de colega de Grupo, mas de irmão, e sua filha (minha sobrinha) Carol.

Às queridas e queridos companheiros de atuação estudantil no Projeto de “Educação Popular e Atenção à Saúde da Família”. André, Meirhuska, Ingrid, Aline Almeida, Michelly, Lia, Eduardo, Cristina, Ana Maria, Ruth, Jefferson, Aline Lins, Polyana, Tâmara, Daniel, Darlle, Maura, dentre tantas outras pessoas. Se, para mim, a extensão popular significou uma reorientação de toda minha vida e dos meus sonhos, vocês foram os grandes companheiros de mudança de olhar e de transformação. Suas amizades, seus conselhos, seus abraços e seu incondicional companheirismo são conquistas inestimáveis com as quais para sempre contarei e guardarei.

Às companheiras e companheiros que fazem os coletivos e movimentos nacionais de Educação Popular em Saúde, especialmente a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS), a Rede de Educação Popular e Saúde (REDEPOP) e o Grupo de Trabalho de Educação Popular e Saúde da ABRASCO, com os quais venho, como representante da ANEPOP, aprendendo a lutar pela saúde como direito e com dignidade numa conjuntura nacional. Como se não bastasse, construir amizades belas e companheirismos fundamentais, nos vários recantos desse país, compartilhando o sonho da educação popular e da vida com justiça social e liberdade com tantas outras pessoas, sentindo verdadeiro o pensamento de que “Sonho que se sonha só, é só um sonho; sonho que se sonha junto, é realidade”.

“Existe um mundo que acontece pelo desenrolar lógico da história, em toda a sua crueza e insensibilidade. Mas há um mundo igualmente concreto que nasce dos sonhos: a Pietà, de Michelangelo; o Beijo, de Rodin; as telas de Van Gogh e Monet; as músicas de Tom Jobim; os livros de Guimarães Rosa e Saramago... eles existiram primeiro como sonho, antes de existirem como fatos. Quando os sonhos assumem forma concreta, surge a beleza.” – Rubem Alves, “Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação”. São Paulo: Editora Loyola, 8ª edição, 2002.

“É o sonho que liberta. De tudo: do mundo, dos outros, de nós. É necessário crer no sonho. E salvá-lo sempre. Para nos salvarmos” - Cecília Meireles, in “Crônicas de educação”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. **Extensão popular**: a pedagogia da participação estudantil em seu movimento nacional. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

RESUMO

O presente estudo foi promovido no âmbito das experiências de extensão universitária na perspectiva da Educação Popular, denominadas de extensão popular. Consistindo em resultado final do curso de Mestrado em Educação, esta pesquisa teve enquanto objetivo geral analisar o significado pedagógico da participação estudantil na organização da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), permitindo compreender como a participação no movimento contribui para a formação estudantil universitária. Para tanto, utilizaram-se metodologias de pesquisa capazes de apreender os aspectos pedagógicos inerentes a esta experiência, proporcionando não apenas o seu registro, como sua análise crítica e os elementos teóricos que traz para a atual discussão acerca da formação estudantil e da reforma universitária. A construção desta pesquisa decorreu das observações empreendidas pelo pesquisador com sua participação ativa no desenrolar da experiência estudada. Contando com acesso aos registros dos acontecimentos e das diferentes ações e reações decorrentes, incluiu suas observações pessoais, as conversas informais e seu olhar curioso num esforço de pesquisa-ação de caráter qualitativo para resgatar historicamente a experiência e a partir de então empreender uma análise crítica. Sistematizar a experiência da ANEPOP nos permitiu compreender melhor este movimento e sua dinamicidade. A ANEPOP demonstra a força político-transformadora da pedagogia da extensão popular, em desafiar os modelos tradicionais e anunciar a necessária re-invenção e fortalecimento de novos modelos. Mais do que isso, ao mesmo tempo em que aglutina os sujeitos e favorece a qualificação de sua organização política e capacidade de intervenção, dá maior visibilidade à “alternatividade” da extensão popular. Com base neste estudo, pudemos compreender que esta pedagogia tem viabilizado contribuições significativas a formação universitária destes estudantes. Há uma singularidade nesta pedagogia da ANEPOP, expressa marcadamente na capacidade de inserir os estudantes em espaços de protagonismo com repercussões de amplitude nacional e com interfaces de ordem conjuntural. Ademais, cabe ainda ponderar o relevante saber, acumulado no movimento, de conviver entre diferentes numa escala pouco exercitada no âmbito dos projetos locais de extensão. Em meio a tais oportunidades vivenciais e de protagonismo efetivo, decorre uma integração essencial com a pedagogia apreendida nos projetos de extensão popular, na medida em que estes estudantes procuram, incessantemente, aplicar a Educação Popular (tão propalada e elaborada em seus projetos locais) na própria construção e do jeito de conduzir seu movimento nacional. Assim, a Educação Popular deixa de ser somente uma inspiração teórica ou uma bandeira de luta, mas vai sendo incorporada como princípio ético e filosófico, como um horizonte segundo o qual estes estudantes buscam guiar e conduzir suas ações individuais e coletivas. Vivenciar o

movimento nacional de extensão popular é constatar a expressão vibrante de um numero significativo de atores universitários e sociais dedicados a permanente construção da utopia de uma universidade popular, ou seja, participativa, libertária, amorosa e democrática. Onde a Educação Popular deixe de ser algo estranho ou esquisito para significar uma matriz orientadora e uma fonte permanente de inspirações de uma instituição – a universidade – que dê sentido a vida de todas as pessoas.

Palavras chaves: formação universitária, extensão universitária, educação popular, movimentos sociais.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. **Popular extension**: the pedagogy of student participation on its national movement. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ABSTRACT

The present study analyzes the experiences of university extension in the perspective of Popular Education, called Popular Extension. Produced as the final result of the Master in Education course, this research had as its objective to analyze the pedagogical meaning of the student participation in the organization of the National Joint of Popular Extension (ANEPOP) in order to understand how participation in the movement contributes for the university formation of the students. The methodologies of research used have allowed to apprehend the inherent pedagogical aspects to this experience, providing its theoretical reading and its critical analysis to current discussions concerning student training and university reform. The construction of this research is the product of the active participation of the researcher experience. The research had access to the registers of the events and the different actions and resulting reactions, included personal comments, the informal exchanges and an effort of action research of qualitative character to rescue historically the experience and to undertake a critical analysis. The systematization of the experience of the ANEPOP allowed to better understand this movement and its dynamics. The ANEPOP demonstrates the political transformative force of the pedagogy of Popular Extension, defying the traditional models and announcing the necessary invention and reinforcement of new models. Moreover, at the same time that it agglutinates the students, as citizens, and it favors its organization politics and capacity of intervention, it offers greater visibility to the alternative of the methodology of Popular Extension. On the basis of this study, we could understand that this pedagogy has made possible significant contributions to the university training of these students. The uniqueness in this pedagogy of the ANEPOP is its capacity to insert the students in spaces of protagonist action with repercussions of national scope. Furthermore, it underlines the excellent knowledge, accumulated in the movement, of coexistence little exercised in the scope of the local projects of extension. An essential integration with the pedagogy apprehended in the projects of Popular Extension is evident in the incessant efforts these students to apply the Popular Education (so divulged and elaborated in its local projects) in their leadership of their national movement. Thus, Popular Education moves from being only a theoretical inspiration to being incorporated as an ethical and philosophical reference, as a horizon according to which these students search to guide and to lead its individual and collective action. To live deeply the national movement of popular extension is to evidence the vibrant expression of university and social actors of the permanent construction of the utopia of a Popular University, that is participative, libertarian, democratic, and loving. Popular Education is no longer something strange or quaint and becomes a matrix and a permanent source of inspirations to the university as an institution that gives meaning to the life of all the people.

Key words: university formation, university extension, popular education, social movements.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

ANEPPOP - Articulação Nacional de Extensão Popular

ANEPS - Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde

ANEXU - Ação Nacional de Extensão Universitária

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CBEU - Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

CDP - Campo Democrático Popular

CEB - Comunidades Eclesiásticas de Base

CENEPES - Centro de Estudo e Pesquisa em Educação e Saúde

CEXPOP - Curso de Extensão Popular

CNEPS - Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRUB - Conselhos de Reitores das Universidades Brasileiras

CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

DCE - Diretório Central de Estudantes

DENEM - Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina

ENELEX - Encontro Latino-americano de Estudantes de Extensão

EIV - Estágios Interdisciplinares de Vivências

ENEC - Estágio Nacional de Extensão em Comunidades

ENEPS - Encontro Nacional de Extensão Popular em Saúde

EXTELAR - Grupo de Pesquisa em Extensão Popular

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

JEC - Juventude Estudantil Católica

JOC - Juventude Operária Cristã

JORNEXU - Jornada Nacional de Extensão Universitária

JUC - Juventude Universitária Cristã

MCP - Movimento de Cultura Popular

MEC - Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

MOPS - Movimento Popular de Saúde

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PBL – Problem Based Learning (Abordagem Centrada em Problemas)

PEPASF – Projeto de Extensão “Educação Popular e Atenção à Saúde da Família

PIAC - Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária

PINAB – Projeto de Extensão “Práticas Integrals da Nutrição na Atenção Básica em Saúde

PNEPS – Política Nacional de Educação Popular em Saúde

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

PROEXT – Programa de Apoio a Extensão Universitária

PRONERA - Programa Nacional de Educação em Áreas da Reforma Agrária

REDEPOP - Rede de Educação Popular e Saúde

SENAPOP - Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular

SGEP - Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde

UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

USP - Universidade de São Paulo

VEPASF - Estágio Nacional Multiprofissional de Vivências em Educação Popular e
Atenção à Saúde da Família

LISTA DE FOTOGRAFIAS E ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 A mesa redonda que instigou o movimento criador da ANEPOP durante o II Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde, em Brasília-DF, na UnB, em dezembro de 2005.....	135
Fotografia 2 Debate sobre Extensão Popular promovido no Fórum Social Brasileiro, em abril de 2006, em Recife-PE, no Campus da Universidade Federal de Pernambuco.....	148
Fotografia 3 Oficina de Extensão Popular organizada pela ANEPOP no VII Congresso Nacional da Rede UNIDA em Curitiba-PR (julho de 2006).....	151
Fotografia 4 Roda de conversa sobre Extensão Popular e Movimento Estudantil, na Tenda Paulo Freire do 3º CBEU (Outubro de 2006, Florianópolis-SC, Campus da UFSC).....	155
Fotografia 5 Reunião da ANEPOP com o FORPROEX na Tenda Paulo Freire durante o 3º CBEU (Outubro de 2006, Florianópolis-SC, Campus da UFSC).....	156
Fotografia 6 Pannel de decoração da Tenda Paulo Freire do 3º CBEU, produzido pelos participantes da Tenda durante a construção coletiva do espaço (Outubro de 2006, Florianópolis-SC, Campus da UFSC).....	157
Fotografia 7 Pannel de decoração da Tenda Paulo Freire do 3º CBEU, produzido pelos participantes da Tenda durante a construção coletiva do espaço (Outubro de 2006, Florianópolis-SC, Campus da UFSC).....	158
Fotografia 8 Construção coletiva do cenário e decoração da Tenda Paulo Freire do 3º CBEU no primeiro dia de atividades Outubro de 2006, Florianópolis-SC, Campus da UFSC).....	159
Fotografia 9 Membros da ANEPOP em frente a Tenda Paulo Freire em sua montagem no Campus da UFSC.....	161
Fotografia 10 Um dos grupos de discussão de Roda de conversa sobre Extensão Popular realizada no 3º ENEPS (em março de 2007, em São Carlos-SP, no Campus da Universidade Federal de São Carlos).....	169
Fotografia 11 Participantes de mesa redonda de Extensão Popular, organizada pela ANEPOP durante o I Congresso Nordestino de Extensão Universitária (CNEU), em outubro de 2007, em Salvador-BA.....	172
Fotografia 12 Roda de conversa na Tenda Paulo Freire do X Congresso Iberoamericano de Extensão Universitária, em Montevideu no Uruguai, em outubro de 2009.....	173

Fotografia 13 Ciranda ao lado da Tenda Paulo Freire do X Congresso Iberoamericano de Extensão Universitária, em Montevideu no Uruguai, em outubro de 2009.....	174
Fotografia 14 Alguns dos pró-reitores de Extensão presentes na Oficina de Extensão Popular organizada pela ANEPOP no Encontro Nacional de 20 anos do FORPROEX (em maio de 2007, em Brasília-DF).....	179
Fotografia 15 Debate sobre Pesquisa em Extensão Popular no II Seminário Nordeste de Pesquisa em Extensão Popular e I Seminário Nordeste de Extensão Popular (em outubro de 2007, em João Pessoa-PB, no Campus da Universidade Federal da Paraíba).....	184
Fotografia 16 Ciranda e apresentação cultural do Grupo "Latocando", da Comunidade Maria de Nazaré (João Pessoa-PB) no II Seminário Nordeste de Pesquisa em Extensão Popular e I Seminário Nordeste de Extensão Popular (em outubro de 2007, no Campus da Universidade Federal da Paraíba).....	185
Fotografia 17 Roda de ciranda realizada durante o II Seminário Nordeste de Pesquisa em Extensão Popular e I Seminário Nordeste de Extensão Popular (em outubro de 2007, no Campus da Universidade Federal da Paraíba).....	186
Fotografia 18 Etel Matiello (SC) declamando poesia em Mística realizada na Oficina da ANEPOP no 4º ENEPS, em Caucaia-CE, em julho de 2008.....	201
Fotografia 19 Membros dos coletivos nacionais de educação popular em saúde presentes no Seminário Nacional da ANEPOP, em Brasília-DF, na UnB, em novembro de 2008.....	202
Fotografia 20 Roda de conversa realizada na Tenda Paulo Freire durante o 4º CBEU em Dourados-MS, em abril de 2009, no Campus da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).....	228
Fotografia 21 Reunião da ANEPOP com membros do FORPROEX durante o 4º CBEU em Dourados-MS, em abril de 2009, no Campus da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).....	228
Figura 1. Logotipo da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP).....	230

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	21
CAPÍTULO 1 O MOVIMENTO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR - VIDAS QUE SE ENCONTRAM NA CONSTRUÇÃO DE UM SONHO COMPARTILHADO	29
CAPÍTULO 2 SITUANDO OS CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS	50
OBJETO E OBJETIVOS DO ESTUDO.....	50
JUSTIFICATIVA – PORQUE ESTE ESTUDO É IMPORTANTE	52
UMA PESQUISA-AÇÃO	53
UMA PESQUISA QUALITATIVA	57
A PESQUISA DOCUMENTAL.....	58
A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	61
ENTREVISTAS INDIVIDUAIS E GRUPOS FOCAIS.....	62
A SISTEMATIZAÇÃO HISTÓRICA DA ANEPOP	67
A ANÁLISE DOS DADOS	68
PERSPECTIVAS E IDÉIAS INSPIRADORAS DESTA METODOLOGIA DE PESQUISA	69
DELINEANDO ALGUNS CONCEITOS IMPORTANTES.....	71
CAPÍTULO 3 FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR: DESAFIOS A PARTIR DA EXTENSÃO POPULAR	80
A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	80
A PEDAGOGIA DAS PRÁTICAS DE EXTENSÃO POPULAR.....	91
A EDUCAÇÃO POPULAR.....	103
A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	108
EMERGÊNCIA E IRRADIAÇÃO DA EXTENSÃO POPULAR COMO UM MOVIMENTO NACIONAL	123
CAPÍTULO 4 A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR.....	128
ALGUNS FATOS E FATORES ANTECEDENTES	128
O DESAFIO DE MANTER E IRRADIAR O MOVIMENTO	146
A CONSTRUÇÃO DA TENDA PAULO FREIRE.....	150
A REALIZAÇÃO DA TENDA PAULO FREIRE NO 3º CBEU	154
DISCUTINDO A CONFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ANEPOP.....	163
ESTÁGIOS DE VIVÊNCIA EM COMUNIDADE E A CONSTRUÇÃO DE ENCONTROS EM EVENTOS NACIONAIS.....	165
INTENSIFICANDO O DIÁLOGO COM OS PRÓ-REITORES	174
TECENDO DIÁLOGOS E CONSTRUINDO AÇÕES COM O GRUPO DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR	180
DIFERENTES CORRENTES POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS NO INTERIOR DA ANEPOP.....	188
PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR	200
O CONFLITO NO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA ANEPOP	209
DOIS ANOS DE VIDA E UM PROCESSO DE RENOVAÇÃO: A SAÍDA DE ALGUNS, O NOVO PAPEL DE OUTROS E A CHEGADA DE NOVOS INTEGRANTES	222
A AGUDIZAÇÃO DE ALGUMAS DIFERENÇAS POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS NO MOVIMENTO	230
UM NOVO MOMENTO ORIGINADO APÓS O 4º CBEU.....	233
A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UM LIVRO.....	235
A MÍSTICA E A CONFRATERNIZAÇÃO COMO IMPULSIONADORES DO MOVIMENTO	237
ALGUMAS DIFICULDADES SENTIDAS.....	239
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	249

CAPÍTULO 5 A PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO MOVIMENTO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR	252
AS TROCAS DE EXPERIÊNCIAS E O DIÁLOGO NOS EVENTOS NACIONAIS E REGIONAIS.....	256
O INCONFORMISMO COM AS ESTRUTURAS QUE INCOMODAM E OPRIMEM	258
A EDUCAÇÃO POPULAR INCORPORADA NO SENTIR, PENSAR E AGIR DOS EXTENSIONISTAS.....	263
A IRRADIAÇÃO DOS APRENDIZADOS ACUMULADOS	270
UMA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PARTICIPATIVA	272
COMPREENSÃO DO SIGNIFICADO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DO ENSINO E DA PESQUISA EM INTEGRAÇÃO COM A EXTENSÃO	277
CONTRIBUIÇÃO NOS ESFORÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO ESTUDANTIL AMOROSO, INCLUSIVO E POPULAR	283
O SIGNIFICADO DA ANEPOP PARA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA	287
O SIGNIFICADO DA ANEPOP PARA A ATUAL DISCUSSÃO SOBRE FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	291
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	304
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	308
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	318
APÊNDICE	

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ANEXOS

Anexo A - Certidão de aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa do HULW/UFPB

Anexo B - Carta de Brasília

Anexo C - Carta de Florianópolis

Anexo D - Carta de Dourados

Anexo E - Declaração Final do II Encontro de Estudantes Latino-americanos de Extensão

Apresentação

Apresentação

Ao longo das próximas páginas, acompanharemos o desenvolvimento de um estudo promovido no âmbito das experiências de extensão universitária na perspectiva da Educação Popular, denominadas de *extensão popular*. Consistindo em resultado final do curso de Mestrado em Educação, esta pesquisa teve enquanto objetivo geral analisar o significado pedagógico da participação estudantil na organização do movimento nacional de extensão popular, permitindo compreender como a participação no movimento contribui para a formação estudantil universitária. Para tanto, procurei, em parceria com meu orientador, utilizar metodologias de pesquisa capazes de apreender os aspectos pedagógicos inerentes a esta experiência, proporcionando não apenas o seu registro, como sua análise crítica e os elementos teóricos que traz para a atual discussão acerca da formação estudantil e da reforma universitária.

A construção desta pesquisa decorreu das observações empreendidas por mim enquanto pesquisador com participação ativa no desenrolar da experiência estudada. Contando com acesso aos registros dos acontecimentos e das diferentes ações e reações decorrentes, incluí minhas observações pessoais, as conversas informais e meu olhar curioso no esforço de resgatar historicamente a experiência e a partir de então empreender uma análise crítica. Por isso, ao longo das próximas páginas, observaremos que este estudo inclui minha fala, enquanto ator e autor, e traz cenas de minhas vivências, narradas em primeira pessoa, como dados empíricos emergidos a partir do concreto da experiência.

Participo de projetos de extensão popular há sete anos, inicialmente como estudante do curso de graduação em Nutrição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no Projeto “Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF)” e atualmente como apoiador e educador voluntário numa ação de extensão do Departamento de Nutrição, o Projeto “Práticas Integrals da Nutrição na Atenção Básica em Saúde (PINAB)”. Desde 2005, venho também vivenciando a experiência de construir e desenvolver uma rede de caráter nacional: a Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), que agrega não apenas estudantes, mas professores e técnicos universitários, trabalhadores sociais de serviços públicos (como saúde,

educação, dentre outros) e movimentos populares em ações de fortalecimento das várias experiências de extensão popular espalhadas pelo Brasil.

As experiências que vivenciei nos projetos de extensão popular me propiciaram um encontro com as desigualdades sociais e um olhar crítico para a realidade social. Ao mesmo tempo, também me demonstraram que há resistências contra as condições sociais injustas e desiguais nas quais vive boa parte de nossa população. Organizadas em coletivos e realizando trabalhos marcados pela solidariedade e construção participativa, muitas ações são empreendidas na luta e enfrentamento das condições sociais contraditórias. Onde antes imaginava haver só miséria, doença e desconforto, aprendi que existem protagonistas da construção de um mundo novo, permeado por ideais de justiça social, desenvolvimento emancipador e felicidade para todas e todos, sem discriminação.

Conforme atuava semanalmente no projeto de extensão, o convívio com o cotidiano de famílias em comunidades populares subsidiava minha formação não apenas enquanto profissional, mas como cidadão. Contudo, passava a sentir a dicotomia existente entre minha experiência na extensão e aquela desenvolvida no currículo oficial de meu curso de graduação, especialmente nas salas de aula. Ao cursar disciplina a disciplina, fui descobrindo o quanto seus objetivos e sua organização me distanciavam dos setores populares, de seus problemas e desafios. Na maioria das aulas, éramos incentivados apenas a assimilar algumas técnicas e estudos teóricos, mas pouco ou nenhum tempo dedicávamos à compreensão daqueles problemas reais, concretamente sentidos por outros cidadãos de nossa cidade.

Mesmo vivenciando esta dicotomia (ensino x extensão) por dois anos, não sabia sua medida em outras instituições regionais e nacionais. Foi então que, ao começar a participar da ANEPOP, pude compreender que esta contradição da universidade estava espalhada em todo o país. Fui observando que, como instituição mantida, construída e desenvolvida por uma sociedade excludente e desumana, a universidade não estava alheia a estas características. Cada vez mais, ficava perplexo em constatar o quanto suas salas de aula, laboratórios e corredores testemunhavam a predominância de relações sociais marcadas pela desumanização e desvalorização da cultura popular, dos saberes tradicionais e da subjetividade envolta em cada indivíduo. Se diretrizes científicas como objetividade, precisão e eficácia técnica são importantes na formação de profissionais

competentes, percebia serem todas estas virtudes deturpadas no seio universitário, ao serem ultra-valorizadas e não investirem na preparação destes sujeitos para construírem uma sociedade com mudanças que divirjam radicalmente do quadro social vigente. Nesse sentido, fui entendendo que a universidade também é preponderantemente marcada por um distanciamento com os setores sociais mais desfavorecidos. Salvo raras exceções, percebe-se que as políticas universitárias de ensino, pesquisa e extensão pouco estão direcionadas para os interesses e as necessidades das classes populares.

Contudo, a intensificação de minha participação na extensão popular e em seu movimento nacional me fez aprender que esta não é toda a verdade: a universidade não só podia, mas já estava mudando. A universidade também vem sendo protagonista neste processo através das iniciativas de diversos grupos de estudantes e professores, seja em movimentos sociais (estudantil, docente ou técnico), em experiências de ensino, em grupos de pesquisa ou ações de extensão universitária, dentre as quais se destaca a *Extensão Popular*.

A *Extensão Popular* compreende uma série de experiências de extensão universitária inspiradas e orientadas pela *Educação Popular*, uma perspectiva educativa estudada e desenvolvida teoricamente por Paulo Freire e outros importantes autores. Falar de *Educação Popular*, portanto, significa pensar como a educação pode contribuir para a emancipação humana, especificamente daqueles setores sociais mais desfavorecidos. Para Calado (2008, p.230/231), significa um processo formativo, protagonizado pela Classe Trabalhadora e seus aliados, continuamente alimentado pela utopia, em permanente construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa, dentro de um processo coerentemente marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas, posturas correspondentes ao mesmo horizonte.

Dessa forma, a Educação Popular demarca princípios éticos e teóricos específicos no jeito de pensar, fazer e conduzir as experiências de extensão universitária e a relação da universidade com a sociedade, traduzindo-se em empreendimentos onde os saberes populares e tradicionais são valorizados e constituem a base das ações extensionistas. Para tanto, o diálogo de saberes e a análise crítica da realidade compõem pré-requisitos básicos, na construção de intervenções realizadas preponderantemente de modo coletivo e orientadas a partir dos interesses e anseios dos setores populares. Seu

objetivo primordial é a mudança, por meio de ações coletivas e participativas para a transformação das condições objetivas de desconforto, dor e opressão que incomodam estes grupos e lhes alienam as possibilidades de realização de cidadania.

Com o desenrolar de uma diversidade de experiências, a extensão popular vem configurando um movimento nacional na universidade brasileira, o qual se faz presente em diversas instituições e é formado por estudantes, professores e técnicos universitários, além de membros de coletivos e organizações populares. Este movimento nasce do inconformismo destes atores com a atual estrutura acadêmica e se expressa nas iniciativas de seus protagonistas em fortalecer o debate regional e nacional acerca da Educação Popular na Universidade, bem como por seu interesse em propiciar trocas de experiências e vivências neste campo. Dessa forma, vem se configurando a partir de estratégias como a promoção de eventos locais, regionais e nacionais para discussão do tema; a criação de grupos de pesquisa e extensão nas universidades; a organização de livros sobre a temática; a construção de ambientes virtuais de comunicação e trocas de experiências; a realização de estágios de vivência em comunidades, dentre outras.

A partir deste movimento, a ANEPOP foi criada em 2005 para implementar canais de troca de experiência e reflexões, constituindo-se como um espaço permanente de comunicação entre os diversos sujeitos dos projetos e programas de extensão popular de todo o país. Possui como base de sustentação uma lista virtual de comunicações, atualmente composta por 509 membros ativamente associados, na qual os extensionistas mantêm discussões metodológicas, socializam informes sobre eventos, compartilham oportunidades de formação e discutem dúvidas pertinentes à prática da extensão popular. Através da Articulação estes extensionistas têm pensado estratégias de ação em eventos regionais e nacionais, onde se elaboraram propostas e constroem coletivamente ações de formação, mobilização e reivindicação.

Nacionalmente, diversos coletivos vêm se aglutinando através da ANEPOP, aprimorando as perspectivas de luta e avanços para a extensão popular em distintas localidades e instituições, constituindo uma rede de troca de experiências e partilha de estratégias para a caminhada da extensão popular em muitas universidades. Marcadamente, têm participado da ANEPOP coletivos de Rio Grande-RS, Porto Alegre-RS, Florianópolis-SC, Campinas-SP, São Carlos-SP, Rio de Janeiro-RJ,

Dourados-MS, Campo Grande-MS, Cuiabá-MT, Brasília-DF, Belém-PA, São Luis-MA, Fortaleza-CE, Teresina-PI, Natal-RN, João Pessoa-PB, Recife-PE, Aracaju-SE, Salvador-BA. A ANEPOP encontra-se vinculada a outros coletivos nacionais, tais como a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS), a Rede de Educação Popular e Saúde (REDEPOP) e o Grupo de Trabalho de Educação Popular da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), em suas várias práticas estaduais e municipais.

Considerando meu envolvimento ativo no processo de criação e desenvolvimento da ANEPOP, não apenas pude testemunhar seu desenrolar histórico, mas acompanhar e tecer reflexões críticas sobre esta experiência, especialmente quanto a sua importância na formação universitária na perspectiva da Educação Popular. Ao acumular esta vivência, pude perceber que a participação na construção do movimento nacional permite ao extensionista popular desenvolver aprendizados distintos daqueles acumulados nos projetos e programas locais. Com base em minha vivência e de outros colegas de movimento, considero que a ANEPOP vem se revelando uma experiência necessária para a formação estudantil na perspectiva da Educação Popular. Seu caráter de participação política e repercussão nacional, acompanhados da identidade na categoria teórica da *Educação Popular* e o favorecimento da comunicação estudantil com diversas outras experiências nacionais no campo da Educação Popular *universitária*, traz elementos pedagógicos *peculiares, complementares* àqueles aperfeiçoados no interior das ações locais de extensão popular.

Desse modo, se a experiência de cuidar do crescimento e do desenvolvimento das estratégias da Articulação Nacional de Extensão Popular contribui na formação de sujeitos, *como essa pedagogia do movimento nacional de extensão popular se desenvolve?* Esta é a pergunta norteadora deste estudo, formulada a partir do entendimento da pedagogia do movimento nacional de extensão popular como problema de pesquisa. Nesse sentido, considerando minha participação ativa nesta experiência e a repercussão nacional da ANEPOP na formação de diversos estudantes, não se questionou se existe uma pedagogia neste movimento, mas sim como ela se desenvolve. Acreditamos que a resposta a esta pergunta foi difusamente elaborada no decorrer de toda a experiência, em suas muitas ações, depoimentos e atitudes, os quais carregam reflexões críticas e conhecimentos singulares. Contudo, a ênfase na condução

e organização interna do movimento, bem como nas articulações políticas a ele inerentes acabam concorrendo com uma sistematização criteriosa da experiência. Com esta pesquisa, pretendemos superar esta lacuna por meio de um estudo qualitativo, capaz de analisar criticamente o arcabouço de informações e vozes presentes no histórico desta experiência, permitindo-se compreender os elementos pedagógicos presentes na experiência de criação e desenvolvimento da ANEPOP.

Nos dois primeiros capítulos, procuro situar o leitor quanto a alguns dos contextos que cercam o estudo, primeiramente quanto às motivações vivenciais e inquietações pessoais do autor. Depois, apresentarei o cenário científico, de produção de conhecimentos e sabedorias que cerca o objeto de estudo. Com isso, conheceremos os caminhos metodológicos escolhidos e o papel de cada procedimento na elaboração das reflexões contidas ao longo do estudo.

No terceiro capítulo, debruçaremos sobre o painel histórico e teórico da formação universitária e compreenderemos de que forma a Educação Popular apresenta-se como perspectiva para a elaboração de novos caminhos diante das principais críticas ao atual modelo universitário. Nessa direção, situaremos a extensão popular como cenário privilegiado para a experimentação da Educação Popular como perspectiva de formação. Faremos isso não apenas através de alguns importantes marcos históricos deste campo, mas delimitando os atuais entendimentos conceituais e as teorias de conhecimentos que permeiam o cotidiano do movimento nacional de extensão popular, o que será decisivo para poder elaborar considerações que questionem ou confirmem os conhecimentos já estabelecidos quanto ao objeto de estudo, mas que também tragam elementos de avanço, novas teorias ou afirmações, que contribuam na qualificação do olhar para o movimento nacional de extensão popular.

Em seguida, no quarto capítulo, empreenderei a sistematização histórica da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). No capítulo seguinte, evidenciarei quais elementos pedagógicos permearam esta experiência e foram essenciais para a formação estudantil na perspectiva da Educação Popular. Analisarei os elementos pedagógicos a partir da percepção dos atores participantes do processo e de algumas importantes formulações teóricas, atualmente em debate no campo acadêmico. Assim, através da análise hermenêutico-dialética da sistematização histórica e dos conteúdos manifestos pelas percepções individuais, poderei proceder com uma análise

teórica do problema deste estudo, dialogando seus resultados com as atuais balizas conceituais firmadas pela produção teórica em formação universitária crítica.

Finalmente, elaborarei algumas considerações possíveis a partir de todo o trabalho feito e de um último olhar reflexivo sobre o conjunto das análises promovidas. Feito este exercício, acreditamos, o pesquisador e o orientador deste estudo, deixar contribuições importantes para a discussão da Educação Popular como inspiração teórica válida para a formação universitária e a participação no movimento nacional de extensão popular como elemento integrante básico para esta pedagogia.

CAPÍTULO 1

O Movimento Nacional de Extensão Popular - vidas que se encontram na construção de um sonho compartilhado

CAPÍTULO 1

O Movimento Nacional de Extensão Popular - vidas que se encontram na construção de um sonho compartilhado

O presente estudo foi desenvolvido a partir de inquietações pessoais cultivadas durante minha vivência nas experiências de extensão popular e no movimento nacional de extensão popular. Interessa-me conhecer como se desenvolve a pedagogia inerente a este movimento, permitindo-nos compreender como a participação no movimento nacional contribui para a formação estudantil universitária.

Antes de situar os caminhos metodológicos escolhidos na busca por respostas a estas indagações, avalio ser necessário ponderar como se deu minha vivência no campo da extensão popular, elucidando de que maneira pude construir as reflexões geradoras das perguntas que guiam esta pesquisa. Mergulhando nesta experiência, poderei também situar o leitor quanto aos principais limites e dificuldades deste estudo, assim como delimitar de que maneira busquei aprimorar um olhar “de fora” para um objeto do qual acumulei intensamente um olhar “de dentro”, como participante ativo que fui.

Inicialmente, é importante ressaltar que a ênfase no desenvolvimento pessoal e nas atitudes individuais do autor no decorrer deste relato se justifica apenas por efeito de narração da história. A maioria dos processos e dos aprendizados que serão descritos foram elaborados não apenas pelo autor, mas criados e partilhados por muitos outros sujeitos, companheiros de caminhada nas experiências vivenciadas. Tão autores desta história quanto o protagonista deste relato.

Como muitos outros jovens de classe média nascidos na década de 1980, meu projeto inicial de vida era, exclusivamente, “entrar na universidade”. Para a maioria de meus colegas no colégio e na vizinhança, a universidade era um lugar misterioso e pouco definido, mas redentor. Pouco importava nossa ignorância quanto a sua organização e funcionamento, nem sobre o que nela faríamos. Confiávamos na universidade como lugar onde entraríamos somente para, com toda certeza, sair de lá com uma profissão que nos garantisse uma boa renda; um futuro assegurado. Dizem que a universidade tem um compromisso social. É curioso como pouco se ouve falar disso na maioria dos setores da sociedade. Pessoalmente, nunca tinha ouvido falar sobre

“compromisso social”, pois, quanto à universidade, só me interessava concluir o curso, para então poder pegar o diploma e ter uma profissão por toda a vida.

Em meio a tantos sonhos, segui o caminho (preponderantemente) recomendado para entrada na universidade: bons estudos no colégio, prestação de cursinhos preparatórios, submissão ao vestibular. Passadas tais etapas, em 2002 ingressei na universidade.

Desde os primeiros dias de aulas, permanecia forte em mim aquele desejo cultivado desde a infância: sair de lá com meu emprego garantido. Por isso, passei os três primeiros semestres letivos dedicado a me destacar com as melhores notas e ser o melhor candidato possível às vagas em campos de trabalho. Muitos professores nos advertiam: o excelente desempenho nas disciplinas e estágios nos garantiria vagas no “mercado de trabalho”. Assim, nos primeiros meses de curso procurei participar de estágios, para que ganhasse treinamento, conhecesse melhor minha área de atuação e me capacitasse melhor para estar apto àquele “mercado”. Não tive muita sorte. As vagas para estágio só surgiam após o segundo ano. De acordo com as empresas, ainda era muito “novo” no curso para pleitear participação em estágios. Restavam as monitorias e participações em alguns projetos de pesquisas de professores, nas quais procurei tomar parte, mas não perseverei, por ter encontrado outra interessante possibilidade no caminho. Curiosamente, uma oportunidade que não me exigiu, como pré-requisito de entrada, acúmulo teórico de sala de aula. Era um tipo de trabalho pouco conhecido por mim até então: a extensão universitária.

Tomei conhecimento de um projeto de extensão através de uma propaganda feita por um colega de curso, cuja descrição da atividade pode resumir minha visão de extensão à época: “é um projeto onde os estudantes vão acompanhar atendimentos de saúde numa comunidade e assistir às famílias carentes da área, dar dicas de saúde. É uma boa forma de começar a exercer a profissão de nutricionista, ver como é na realidade os atendimentos. Para podermos ver na prática como é a teoria que aprendemos na sala de aula”. Mesmo ficando muito animado, aquela propaganda não foi suficiente para quebrar meu medo de enfrentar a realidade e as práticas de trabalho do nutricionista. Preferia evitar este enfrentamento e me esconder na proteção teórica dos estudos das disciplinas. Ironicamente, foi justamente uma disciplina de graduação que me fez quebrar este medo e enfrentar o “desconhecido” mundo real. O professor Lindemberg Medeiros, então responsável pela disciplina “Desenvolvimento da

Comunidade e Comunicação” (obrigatório no currículo de nutrição que cursei), estabeleceu, como uma das atividades práticas da disciplina, conhecer ações de educação em saúde desenvolvidas em projetos de extensão popular da UFPB.

Foi então que, num sábado de manhã do mês de junho de 2003, peguei o ônibus em direção a Comunidade Maria de Nazaré, localizada na periferia urbana de João Pessoa. Tive meu primeiro contato com o projeto de extensão “Educação Popular e Atenção à Saúde da Família”, o PEPASF.

Situada no bairro Funcionários II, em João Pessoa, a Comunidade é geográfica e demograficamente pequena quando comparada com outras da cidade. Tem cerca de 650 famílias, as quais têm enfrentado principalmente problemas com a moradia, a falta de saneamento e a violência. Possui um forte movimento popular, organizado através da Associação de Moradores, a qual vem lutando e conquistando direitos básicos de cidadania, especialmente na área de saúde e educação. O PEPASF articula atividades de promoção e atenção à saúde junto a moradores da comunidade, numa perspectiva integral e popular, sensibilizando o estudante na sua formação, através do conhecimento das dificuldades, carências e experiências daquele povo. Participam em média sessenta estudantes de diferentes áreas da UFPB: social (comunicação social, serviço social, pedagogia, psicologia) e saúde (educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, medicina, nutrição, odontologia), compondo uma proposta interdisciplinar de atuação. Atua através de visitas domiciliares às famílias e apoio aos seus variados grupos de ação em parceria com a Associação Comunitária Maria de Nazaré (ACOMAN), a Unidade Saúde da Família (USF) e o Centro e Referência da Educação Infantil (CREI).

Nunca tinha entrado numa “favela”. Minha visão de lugares como aquele era forjada a partir do que via em filmes, nos jornais e nas novelas da televisão: nascedouro e desaguadouro de violência, cenário de crimes, guardador de doenças, habitado por uma gente sofrida, entre dores e exposta à miséria. Era um mundo muito diferente do meu. Não apenas em suas características internas, mas geograficamente. Um mundo que tinha ficado sempre distante de mim. Eu era protegido deste outro mundo. Mas, naquela ocasião, aquele precioso sonho de ser um bom profissional me motivava a entrar naquele mundo e aperfeiçoar meus conhecimentos praticando saúde na assistência àquelas pessoas. Aprender minha profissão praticando-a com os pobres. Acompanhado por estudantes que já participavam do projeto e acompanhavam algumas famílias, adentrei na comunidade tomado pelo medo. Um frio na barriga. Um incômodo. Era uma

montanha de gelo. Frio, me continha com meus medos. Motivado unicamente por saber como lidar com aqueles problemas para ser um futuro bom profissional. Mas algo começava a derreter a geleira.

Caminhando pela Comunidade junto comigo, a estudante veterana me contava como trabalhava a promoção da alimentação saudável com aquelas famílias. Ela perguntava o que gostavam de comer, o que não gostavam e o que tinham condições financeiras de comprar. Trabalha com desenhos com as crianças. Através deles, explicava a elas o valor nutricional dos alimentos. Com os pais e mães, planejava estratégias para conseguir realizar um cotidiano alimentar saudável apesar das limitações financeiras. Além disso, conversava com eles sobre muitos outros assuntos. Fofocas da comunidade, empregos, os problemas do posto de saúde e as novidades de seus dias de lazer. Começava a compreender melhor como eu poderia atuar naquela realidade. Ao ser convidado também a entrar na conversa, partilhar alguns sonhos e participar do planejamento da saúde daquele povo, sentia-me mais útil, mais gente. Sentia que podia verdadeiramente contribuir com algo, mesmo que muito pouco, para a melhoria de vida daquele povo. E, mais do que isso, me aliviou saber que não precisava ser somente um doutor em nutrição para trabalhar com aquele povo. Precisava também ser aprendiz. E eu estava adorando aprender a viver com aquelas pessoas.

Olhar nos olhos e me encontrar humanamente com as pessoas da comunidade foi um processo sutil, que gerou repercussões pessoais inesperadas, numa mudança forte como um vento. Tão potente que muda paisagens sem tempo de pensar: as pessoas, a gente, o povo da comunidade. De pronto, na primeira casa em que entrei, fui convidado a ficar a vontade. Tirar o sapato, sentar no sofá, ouvir um pouco de pagode, enquanto conversávamos sobre a saúde daquela família. Ao contrário do que pensava antes, durante a conversa não se falava só sobre doença e violência. Aquelas pessoas tinham uma vida, corações que pulsavam não apenas ao tom das precariedades materiais evidentes, mas no compasso das amizades, do amor partilhado entre irmãos e amigos, das confidências e brincadeiras entre a família. A comunidade deixava, aos poucos, de ser “aquele lugar” do descontentamento, da dor e da negação, para ser também cenário de alegrias, de expressão de gostos, de festividades e contentamentos. Fui mais bem acolhido em muitas daquelas casas, do que em algumas casas de amigos pessoais ou vizinhos.

No meio das conversas, dos desabafos, choros e sorrisos partilhados com respeito e carinho durante estas visitas, algo me chamou atenção. Ao contrário do que pensava ou sabia da vida em “favelas” pelas novelas ou noticiários, percebi haver esperança no olhar, na fala e no coração daquele povo. A situação era precária e difícil, as dores quase cotidianas, mas havia um sentimento de que a vida poderia ser diferente e o futuro seria melhor. Sempre poderíamos fazer algo para melhorar de vida. Ao conhecer a história da comunidade, percebi que grande parte de seus moradores chegaram ali sem ter um teto onde se abrigar. Vindos de movimentos de luta por moradia, ocuparam aquele território, inicialmente com lonas e papelões e fixaram residência, lutando cotidianamente para comprarem tijolos e materiais de construção que pudessem, aos poucos, dar melhores condições de fixação àquele local. Junto com isso, o povo lutou para ter acesso à saúde, a educação para seus filhos, segurança, trabalho, dentre tantos outros direitos tácitos que lhes eram socialmente negados. Foi aí que percebi outra coisa: apesar de difícil, com muito trabalho, poderíamos nós, futuros profissionais, ajudar a mudar a vida daquela gente. Tínhamos um papel importante ali, que era muito mais do que “dar a mão”, prestar uma escuta ou realizar um atendimento. Precisávamos nos aliar à luta daquele povo para ter melhores e dignas condições de vida.

Sábado após sábado eu continuava indo até a comunidade, enfrentava quase uma hora de ônibus para chegar, perdia praias ou deixava de estudar para as provas nos finais de semana. Algo me chamava para aquela comunidade. Se inicialmente era piedade ou compaixão, com o tempo passou a ser compromisso. O compromisso social tão decantado passava finalmente a fazer sentido para mim. Ora, eu não poderia mais ser o mesmo após conhecer as pessoas da comunidade. Não havia caminho de volta. O compromisso social não era seco e estéril como aquele que estava escrito nos institutos oficiais acadêmicos; estava encharcado de amor e esperança. Um amor elaborado paulatinamente naquelas visitas à comunidade, semana após semana, conversando com as pessoas sobre suas vidas, seu cotidiano e seus problemas. Íamos juntos procurando compreender melhor todos estes elementos. Entender a vida e procurar meios de melhorá-la. Por meio do diálogo, eu e meus colegas de projeto procurávamos estimular a capacidade criativa e crítica daquelas pessoas, mesmo sem entender teoricamente como. Nesse processo, íamos aos poucos fortalecendo um vínculo, concretizado na partilha de amizade com gentes que pensava serem muito diferentes de mim.

Enquanto vivenciava este processo de re-descobertas e encantamento com a comunidade, evitava adentrar nas outras dimensões oferecidas pelo projeto de extensão. Por exemplo: não gostava de participar de reuniões de trabalho. Em minha cabeça, eram encontros chatos, demorados, para realização de negócios ou celebração de acordos e até discussões entre opositos para tomada de decisões importantes. Nos primeiros meses de minha participação no Projeto, não ia às reuniões internas da equipe, que aconteciam na universidade. Contentava-me em realizar as visitas com as famílias. Sempre que colegas e professores lembravam a reunião, ou mesmo cobravam minha presença, eu disfarçava. Dava uma desculpa “esfarrapada”. No entanto, conforme minha participação se tornava mais freqüente na comunidade, a presença na reunião era mais cobrada e não tive como me esquivar.

Mesmo relutante, ia às reuniões. Inicialmente, ficava totalmente calado, apenas observando os debates e decisões sendo tomadas pelos estudantes mais veteranos e pelos professores. Espantava-me o espaço dado aos estudantes nas reuniões. Não eram os professores quem ditavam os rumos das reuniões, ou organizavam as pautas. Curiosamente, eram os estudantes os protagonistas daquele espaço. Não conseguia entender isso, até me dizerem que se procurava conduzir a organização do projeto e as relações professor-estudante do mesmo modo como conduzíamos as visitas. Ou seja, procurando escutar as pessoas, valorizar sua palavra e sua capacidade crítica. Assim, na medida em que participava das reuniões, um elemento novo de aprendizado se desenvolvia comigo: começava a me sentir parte importante e responsável pelo Projeto de Extensão, não apenas pelas famílias que acompanhava. Isso se intensificou quando me inseri em uma das comissões organizativas do Projeto, a de cadastro, cuja missão era estruturar o acompanhamento das visitas domiciliares realizadas. Cuidávamos do registro do número de famílias acompanhadas, o histórico de visitas, as características sociais das famílias e as atividades com elas promovidas.

Assim, em toda reunião, outros colegas e eu éramos estimulados a falar, pois precisava ser repassado coletivamente o trabalho da comissão de cadastro. Se antes apenas observava os mais antigos e achava que em nada poderia contribuir, a partir daquele momento eu comecei a ver que tinha algo a dar ao Projeto. Senti que podia também planejar e refletir seu processo de construção. Isto me dava coragem. Conferia estímulo para me fazer acreditar que meu trabalho tinha importância e algum impacto, o que me estimulava a seguir participando ativamente do Projeto. Era co-autor de uma

história. Ademais, participar das reuniões me fez começar a compreender o Projeto com uma ótica mais estrutural e política, ou seja, começava a enxergá-lo enquanto uma ação educativa. Aquele trabalho não consistia apenas em visitas aos sábados, pois tinha uma estrutura organizacional: seus participantes tinham atribuições, a ação tinha objetivos e metas a desenvolver. O Projeto não caminhava sozinho e os professores se recusavam a assumir sozinhos sua administração. Era preciso cuidar do Projeto.

Após um ano de participação, sentia-me mais a vontade para intensificar o trabalho com as famílias que acompanhava e, junto com os demais estudantes, contribuir com a estruturação daquela experiência. Cuidando para que continuasse com bons vínculos com a comunidade e merecesse respaldo junto às instâncias acadêmicas, através de sua inserção em programas de bolsas de extensão e incremento de sua credibilidade como experiência formadora.

Nesta altura, já estava clara para mim a dicotomia entre a universidade do meu curso de graduação e aquela da extensão popular em comunidade. Com raras (mas importantes¹) exceções, nas aulas, eu era apenas um “aluno” submisso à vontade e desígnio dos professores, cuja tarefa principal era decorar habilmente procedimentos técnicos, assertivas científicas e formulações teóricas. Onde meu desenvolvimento era apenas medido pela nota de avaliações escritas. Onde havia alguém que sabia de tudo e um bom número de *alguéns* que de nada sabiam e estavam ali para, passivamente, “aprender”. Por outro lado, na extensão, os professores acreditavam em mim, acompanhavam meus trabalhos com respeito. As orientações eram procedidas com diálogo, o qual era sempre mediado por minhas perguntas e curiosidades. Além disso, eu aprendia a partir do que era necessário, premente e até urgente aprender, a partir da vivência em comunidade. Muitas vezes, eu mesmo procurava os livros para aprender certos conhecimentos. Era a vida que pedia a aprendizagem e recomendava o que devia ser ensinado. Neste processo, fui me apaixonando por este trabalho, chamado extensão universitária. Queria adentrar mais intensamente nele, descobrir novas possibilidades, qualificar minhas ações.

¹ Como aconteceu comigo através da disciplina do Prof. Lindermberg, e em algumas outras durante o curso, existem muitos professores na Universidade que, ligados ou não a Educação Popular, se importam com o desenvolvimento educativo do estudante. Assim, estimulam sua participação, sua leitura crítica dos conteúdos, e um contato com a realidade social e o mundo do trabalho. O autoritarismo, a educação bancária e o cientificismo podem, ainda, ser hegemônicos, mas estão longe de serem absolutos no contexto acadêmico. Como veremos nas próximas páginas, existem vários movimentos de re-orientação do jeito de vivenciar e organizar o processo pedagógico na universidade.

Tal inquietação me encorajou a participação em eventos nacionais da extensão, junto com companheiros de Projeto. Foi assim que ingressei na delegação paraibana que foi ao 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), em Belo Horizonte-MG. Na viagem de dois dias de ônibus, pude conhecer estudantes de outras experiências de extensão popular da própria UFPB. Nas várias conversas, dois processos interessantes se desenvolviam: na medida em que eu conhecia outras perspectivas e jeitos de atuar na extensão popular, via a importância e o significado desta extensão em áreas diferentes daquelas do PEPASF – como o direito, a administração, entre outros. Ademais, fui conhecendo outras extensões na área da saúde. Nessas conversas, eu realizava um importante exercício: pronunciar minha experiência. Pode parecer simples, mas ao partilhar da experiência da extensão popular que participava, eu podia elaborar uma visão mais crítica e estruturada do Projeto. Tinha de saber defender sua metodologia, receber as críticas e pensar em modos de respondê-las. Este exercício foi desenvolvido durante todo o evento, dialogando com extensionistas de todo o país. Com isso, o sentimento de pertença com relação do Projeto e minha visão crítica se aprimoravam. Não era um extensionista “*fazedor* de tarefas” acadêmicas. A experiência do PEPASF encorajava-me a me portar como educador, pois representante e co-autor de uma experiência educativa da universidade. Isso é pedagógico, pois ensina, mobiliza e quebra barreiras pessoais aparentemente intransponíveis.

Observando as apresentações de trabalhos, pude perceber que a Paraíba não estava sozinha. Não éramos pioneiros solitários de uma extensão diferente. A extensão popular era também desenvolvida em diversas instituições pelo Brasil. Era impressionante o número de estudantes e professores com os quais nos identificávamos nos espaços formais e informais do congresso.

Todavia, nos vários espaços do evento, era tímida a participação do estudante e quase ausente a presença de representantes das comunidades ou de movimentos sociais. Na maioria dos trabalhos expostos, a participação estudantil e comunitária apresentava-se menor e as descrições dos projetos revelavam ações com pouco diálogo e troca de saberes. Ora, onde estava então aquela extensão popular tão querida vivenciada por mim em João Pessoa e partilhada por tantos outros colegas do país?

Naquele tempo (em 2004 e 2005), os estudantes que vinham dos projetos de extensão em Educação Popular participavam com muita perplexidade e estranheza dos encontros regionais e nacionais de extensão. Enquanto aprendíamos, em nossos projetos

de extensão, a importância do compromisso ético com a emancipação humana, com a autonomia do povo e da gente, enquanto compreendíamos a importância do ser mais, convivíamos com metodologias ativas e participativas, amorosas, libertárias; deparávamo-nos, em encontros como o CBEU, com uma extensão autoritária em sua relação com a população. Assistíamos a debates e apresentações de trabalhos onde os estudantes (lá, os "alunos") eram meras peças, eram mão-de-obra. Onde a relação com a comunidade era utilitarista, muitas vezes.

Neste encontro, a participação da população ou de movimentos sociais era por demais tímida. Não havia análises críticas da extensão, por parte da população, dos estudantes dos projetos ou por parte dos movimentos populares. Quem analisava eram apenas os Pró-Reitores de Extensão e mais alguns professores.

Testemunhávamos com indignação a insistência de muitos gestores universitários em ver na extensão mais um espaço para re-afirmar a distância entre a academia e o povo, destacando mesmo a superioridade da primeira, na produção de conhecimentos que nem mesmo chegavam ao povo. Mais do que isso, ao contrário dos nossos projetos de extensão em Educação Popular, vimos que, em sua maioria, a extensão era feita PARA A COMUNIDADE (assistencialista) ou mesmo APESAR DA COMUNIDADE (empresarial/comercial/mercantilista), mas pouco se via a extensão feita COM A COMUNIDADE, até por esta última pouco se fazer presente ou nem convidada era.

Houve então dois momentos no evento que me fizeram entender a perplexidade acima relatada. O primeiro foi a reunião da Ação Nacional de Extensão Universitária (ANEXU), um grupo nacional de estudantes de projetos de extensão que se formava naquela época. Neste encontro, pude identificar que havia uma série de descontentamentos com relação à gestão nacional da extensão nas universidades. Os estudantes reclamavam maior participação na organização nacional da extensão, reivindicavam inserção dos movimentos sociais nas discussões universitárias e se colocavam contra o projeto de reforma universitária apresentado à época. Num segundo momento, presenciei um ato destes estudantes na Plenária Final do CBEU, onde, com faixas e cartazes, reivindicavam o direito de fala na mesa, a fim de poder publicizar suas avaliações críticas quanto à reforma universitária.

Naquele instante, pude sentir a força transformadora e propositiva do movimento estudantil extensionista. Observei como as insatisfações coletivamente

sentidas podiam ser transformadas em proposições concretas de mudanças. Aprendi a importância das reuniões para estes movimentos, onde se colocavam em roda e posição igual todos os interessados em discutir e encaminhar alguma insatisfação. Nestes momentos, compreendia a relevância do diálogo, com avaliações sendo socializadas, discussões sendo desenvolvidas, tudo confluindo para a elaboração de estratégias de luta em comum, assumidas por todos os presentes. Os encaminhamentos eram pactuados coletivamente e o movimento tomava vida a partir da capacidade das pessoas presentes em assumir responsabilidades e cooperar no desenvolvimento das estratégias pensadas.

Nos próximos eventos dos quais participei, pude sentir cada vez mais forte estes aprendizados. No VIII Congresso Ibero-Americano de Extensão, realizado no Rio de Janeiro-RJ, os problemas sentidos no 2º CBEU se intensificaram, como o cancelamento de apresentações de trabalhos em pôsteres, a afixação de pôsteres nos corredores do Hotel que sediou o evento, pouca preocupação com o favorecimento das apresentações de trabalhos e das trocas de experiências. Ademais, o próprio local do evento, um Hotel “Cinco estrelas” na praia de Copacabana, denunciava sua intencionalidade e nenhuma preocupação em incluir ativamente os saberes dos movimentos populares, algo que julgávamos essencial no cotidiano de nossa extensão popular.

Assim, pude constatar que, mesmo dentro da extensão universitária, há a prevalência dos mesmos obstáculos sentidos na maioria das disciplinas acadêmicas: *verticalismo*, autoritarismo do professor, cientificismo, pouco compromisso social, inexistência de participação popular no desenvolvimento das ações, dentre outros. Fundamentalmente: a Educação Popular era minoritária no contexto da extensão universitária brasileira. Preponderava a relação cientificista e a educação bancária. Era impressionante constatar o quanto éramos, extensionistas populares, desrespeitados por muitos setores da universidade em nível nacional.

A forte indignação contra a estrutura vertical e as relações educativas elitistas e autoritárias predominantes no evento teve como resposta uma significativa mobilização estudantil. Numa das mesas redondas, organizamos um teatro silencioso, com esquetes que demonstravam a falta de espaços de diálogo e a tímida participação estudantil no evento. Além disso, diversas reuniões foram organizadas pelos estudantes, onde se avaliava ser preciso lutar contra esta hegemonia na extensão brasileira.

A raiva inicial, o descontentamento e as perplexidades revelaram-se extremamente criadoras e produtivas, quando solidariamente partilhadas com membros do movimento estudantil e estudantes de outros projetos de extensão popular pelo país. Naquele evento, o antagonismo forte entre educação bancária e Educação Popular pode ser sentido de modo intenso. Assim, estas vivências me ensinaram, de modo mais aprimorado, o sentido da *Educação Popular*, “adjetivo” com o qual qualificávamos nossas ações de extensão. A Educação Popular tinha sentido enquanto um jeito diferente, alternativo, *alterativo*² de trabalhar a *educação como um todo*. Não apenas em sala de aula, mas no cuidado em saúde (como aprendia no projeto) e na organização de eventos nacionais. E em todas as relações humanas e espaços sociais que pensarmos. Passei a entender a *Educação Popular* como sinônimo de humanização, integralidade, dialogicidade, autonomia, alteridade, respeito, enfim: como expressão de uma contra-hegemonia no modo de ver e pensar o mundo, especialmente nas relações educativas.

Nesse mesmo evento, outra forte reflexão começava a se desenvolver em mim e nos meus colegas: não estávamos sozinhos. Em cada reunião, nas confraternizações ou nos corredores do evento, percebíamos que cultivávamos uma identidade, através da qual passávamos a desenvolver vínculos de amizade e camaradagem e começávamos a perceber que sozinhos, enquanto membros de um projeto ou um coletivo solitário, não conseguiríamos enfrentar a invisibilidade imposta às experiências de extensão popular pelos dirigentes universitários. Somente nossa união e construção coletiva de ações propiciariam conquistas significativas. Os atos empreendidos no Congresso Ibero-Americano de Extensão foram provas disto. Assim, a necessidade de criar uma rede nacional de extensão foi consenso em muitas das conversas dos extensionistas populares neste evento.

Duas semanas após este Congresso, muitos dos mesmos estudantes, professores, técnicos e lideranças sociais se reencontraram no IV Fórum Nacional de Educação e Promoção da Saúde e II Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde, em Brasília/DF. Diferentemente do Congresso anterior, este evento estava majoritariamente direcionado, em suas temáticas e nas formas de organização, para a Educação Popular. Assim, as contradições percebidas anteriormente praticamente

² Expressão cunhada pela professora Irene Loewenstein, do Rio de Janeiro-RJ, durante o I Estágio Nacional Multiprofissional de Vivências em Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (VEPASF), cujo sentido encontra-se com o do verbo “alterar”.

inexistiam neste espaço. Sentíamos-nos em casa, acolhidos. Por isso, o tom das conversas dos membros da extensão popular era muito mais construtivo e propositivo: ora, não precisávamos ficar pensando em estratégias e intervenções para defesa da extensão popular, pois esta já estava contemplada na estrutura do evento. Contudo, este fato também gerava uma dificuldade, pois era o autoritarismo e a estrutura vertical dos eventos que aglutinavam os atores da extensão popular nos eventos. Num evento próprio da Educação Popular, ainda era pouco claro para estes atores como reunir os extensionistas populares para pensar seus problemas e discutir sua organização, continuando o processo iniciado no Rio de Janeiro semanas antes.

Foi então que uma mesa-redonda do evento conseguiu cumprir o papel de aglutinadora da extensão popular. Organizada pelo Prof. Eymard Mourão Vasconcelos, a atividade “Repensando a formação universitária através da Educação Popular e Saúde” inseriu estudantes universitários como palestrantes, compartilhando suas vivências nos cursos de saúde e como a Educação Popular contribuiu com a re-significação de sua formação. Participando desta mesa como palestrante, o imenso “frio na barriga” que tomou conta de mim antes de adentrar no auditório, logo se dissipou ao encontrar os colegas de mesa e o público participante: eram estudantes e professores em sua maioria. Pessoas com tanta experiência bonita para compartilhar, cheias de brilhos nos olhos e vontade de mudar. Assim, ao começar a atividade pude degustar o sabor gostoso de sentir-me em casa, entre amigos e companheiros, na medida em que contávamos histórias de vida e desabafávamos o quanto a estrutura da universidade incomodava, oprimia e desumanizava. Foi impressionante a repercussão que a atividade tomou. Extrapolando em quase duas horas o tempo previsto, era emocionante a vontade de todas as pessoas presentes em compartilhar suas vivências e reforçar, cada vez mais, a amplitude nacional deste movimento. Para mim, ficava patente a impressão de que não éramos uns loucos “*alternativos*” em nossos projetos na UFPB. Pelo contrário, éramos referência nacional de experiências *alterativas* do atual modelo universitário. Não estávamos sozinhos, pois compartilhávamos sonhos, ideais e metodologias com muitas e importantes experiências de extensão em todo o país. Felizmente, esta reflexão foi repetida diversas vezes por muitos outros companheiros de extensão popular presentes no auditório. Com isso, crescia a avaliação de que era preciso fortalecer a comunicação e as ações coletivas entre diferentes projetos e experiências de extensão popular.

Foi a partir de então que decidimos realizar uma reunião extra no evento, para continuar as reflexões da mesa e pensar naquelas estratégias. Neste momento, continuou a partilha de sentimentos quanto à extensão popular e seu significado singular para a formação universitária dos atores presentes. Relato a relato, repetia-se a proposta (já trazida desde o Rio de Janeiro no evento anterior) de criar ou aperfeiçoar um coletivo nacional para a extensão universitária, a partir dos estudantes e professores inseridos no cotidiano das práticas. Contudo, pouco a pouco, crescia na reunião uma nova reflexão: não bastava ter um grupo nacional de extensão universitária. O evento como um todo e a mesa redonda reforçavam a relevância de haver uma identidade político-ideológica para este coletivo. Era preciso aglutinar a partir de um fio condutor destas experiências, que tivesse tudo a ver com suas principais reivindicações. Com a ajuda de alguns professores, percebíamos que nossa luta e nossas ações não eram simplesmente de extensão universitária, mas de extensão popular. A partir de então, decidimos naquele instante pela criação de um canal permanente de comunicação entre as experiências de extensão que tivessem na Educação Popular uma metodologia central no diálogo com a comunidade e na formação estudantil. Nascia então a Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), a qual tomou um corpo mais nítido semanas depois com a criação de um grupo virtual de comunicações e mensagens eletrônicas, reunindo por e-mail os vários extensionistas presentes no evento e outros que passassem a conhecer o movimento e tivessem interesse em ingressar na rede virtual.

No ano de 2006, passei a participar ativamente da construção e consolidação da ANEPOP, que ainda era uma “criança muito pequena”, que exigia cuidados para manutenção de sua vida. Conversando com companheiros mais antigos do movimento nacional de extensão popular, percebíamos que outras tentativas de desenvolver coletivos nacionais tinham sido empreendidas e fracassadas, devido principalmente a distância entre as pessoas e a inexistência de recursos para manter encontros regulares entre os sujeitos do movimento. Mas queríamos dar vida àquele movimento. Em primeiro lugar, porque testemunhamos a amplitude nacional deste movimento e a força existente nas trocas de experiências entre os extensionistas. Depois, porque também sentimos o quanto nossa ação conjunta era forte. Juntos, os diversos extensionistas podiam exigir vez e voz para a extensão popular, reivindicando de modo mais sistemático maior visibilidade, respeito e apoio às experiências de extensão popular. Mais do que isso: percebíamos que nós éramos os protagonistas deste movimento e que

somente nossa ação insistente conseguiria propiciar a continuidade destes encontros entre as experiências de extensão popular e o revide à estrutura autoritária da organização nacional da extensão. Com isso, nossa motivação era grande, não queríamos deixar aquela “criança recém-nascida” morrer.

Nos meses seguintes a fundação da Articulação, decorreu um tempo exigente de atuação em diversas frentes, dentre as quais duas se destacaram: a manutenção da lista de discussão e a promoção de debates sobre extensão popular em encontros regionais e nacionais. Precisávamos manter a virtualidade como meio mais cotidiano de comunicação nacional, além de pensar na continuidade das discussões presenciais, que sempre animavam a mobilização e a organização.

Na lista de discussão, buscávamos incentivar a continuidade das trocas de experiências entre os vários atores da extensão popular ali presentes, bem como empreender conversas mais estratégicas, para pensar em ações concretas de fortalecimento da extensão popular. Mesmo chegando cansado de um dia de aulas na universidade ou das atividades no projeto de extensão, era um prazer acompanhar o desenvolvimento dos debates empreendidos na lista. Mensagem a mensagem era lida. Novas pessoas chegavam, apresentavam-se e íamos conhecendo a diversidade que a extensão popular tinha em todo o Brasil. Também seguíamos criando e fortalecendo vínculos de amizade e companheirismo entre os diversos extensionistas. As tristezas, as alegrias e as descobertas vivenciadas por mim na universidade não ficavam mais guardadas somente para mim, pois eram compartilhadas nacionalmente. As dúvidas eram objeto de muitos debates, onde as pessoas iam elaborando críticas e sugestões de melhoria e qualificação das ações de extensão popular. Passamos também a aprender muito sobre as perspectivas teóricas e metodológicas da extensão popular. Tanta diversidade de pensamentos e opiniões reunidas num único espaço torna-se exigente e desafiadora; precisávamos ler mais e conhecer mais a fundo as propostas trazidas pela Educação Popular para a universidade. Os debates nacionais da lista nos incentivavam a procurar saber mais e qualificar melhor as críticas impulsivas e emocionadas que fazíamos a partir das dores e raivas sentidas no cotidiano universitário.

Pela lista, tentávamos envolver mais pessoas na construção ativa do movimento e espalhar sua discussão em outros recantos do país. Afinal de contas, fomos percebendo que a insatisfação perante o modelo universitário era preponderante em diversas instituições de todo o país, mas em poucas localidades a extensão popular

apresentava-se claramente como uma saída para os problemas sentidos. Assim, levar as discussões sobre o tema para estes locais era também uma forma de colaborar na construção de esforços e experiências locais de extensão popular, como forma de enfrentamento e construção de alternativas para a formação tradicional nestes lugares. Fomos então ocupando todos os espaços que podíamos em encontros e congressos regionais e nacionais, como o Fórum Social Brasileiro (em abril de 2006 na cidade de Recife-PE), o Congresso Nacional da Rede Unida (em julho de 2006 na cidade de Curitiba-PR), Congresso Mundial de Saúde Pública (em agosto de 2006 na cidade do Rio de Janeiro - RJ). Buscamos também estar presentes nos encontros das executivas nacionais dos movimentos estudantis de diversos cursos. Foram muitas as ocasiões onde, chegando ao evento, improvisávamos cartazes que chamassem atenção e convidassem as pessoas a conversar sobre extensão popular. Em outros congressos, procurávamos a Comissão Organizadora para propor mesas redondas, oficinas ou mesmo incluir nossas reuniões na programação oficial. Nossa busca estava sempre em dar maior visibilidade às nossas ações, para que as pessoas pudessem saber da existência da ANEPOP e serem acolhidas neste coletivo, para também participar, trazendo suas experiências para a Articulação e levando a discussão de extensão popular para suas práticas locais. Dessa maneira, em cada reunião íamos registrando os principais contatos dos participantes e inserindo os e-mails na lista de discussão.

Encontro após encontro, percebíamos que era preciso manter o compartilhar das vivências em extensão popular, mas também ir para além do desabafo contra a estrutura universitária hegemônica ou a partilha de experiências de extensão popular. Estando às vésperas do 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), que iria se realizar no mês de outubro de 2006, em Florianópolis-SC, sentíamos ser premente transformar nossos pensamentos sobre os desafios impostos pela universidade em propostas, encaminhamentos e direcionamentos para uma ação articulada do movimento neste evento. Era evidente que a ANEPOP gerava um rebuliço no cenário da extensão universitária brasileira, por provocar debates e estimular a participação estudantil na organização das políticas de extensão em diversas localidades do país. Esse barulho precisava chegar ao CBEU, o “coração” da extensão universitária brasileira.

A partir de então, os encontros dos extensionistas populares passaram a ser foco da construção coletiva de estratégias para a participação de seu movimento

nacional no CBEU. Nesse momento, tive mais uma prova inequívoca do potencial de aglutinação e irradiação trazido pela Educação Popular. Mesmo sabendo que o evento seria em Florianópolis-SC, poucos dos membros da ANEPOP de então tinham conhecimento de parceiros ou aliados em potencial na cidade. Foi então que, graças à ampla divulgação das reuniões da ANEPOP em várias listas virtuais de discussão da Educação Popular, fomos encontrando militantes da Educação Popular em Florianópolis e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, mesmo sem ter antes participado da ANEPOP, encamparam a luta de inserir a Educação Popular e os movimentos populares na programação do CBEU e passaram a participar ativamente dos processos de negociação com a Comissão Organizadora. Desde então, constituíram um coletivo de pessoas comprometidas com a extensão popular e trabalharam integrando os desafios locais da organização do evento com a organização da participação do movimento nacional.

Foi assim que construímos a Tenda Paulo Freire no 3º CBEU, em outubro de 2006, realizando um espaço educativo organizado de modo transversal à programação oficial do evento, sob responsabilidade total da Articulação, onde foram desenvolvidos debates, rodas de conversa, socialização de trabalhos, místicas e vivências, além de exposição de trabalhos dos projetos de extensão popular e dos movimentos sociais. Por meio da Tenda, pude, junto com meus companheiros de movimento, protagonizar pela primeira vez a organização de um evento educativo de caráter nacional, com contornos metodológicos bem peculiares. Afinal, na Tenda desenvolvemos sempre atividades preocupadas com o acolhimento dos participantes, o respeito à cultura popular, a valorização do saber de experiência de cada sujeito presente, a problematização e a análise crítica da realidade, a radicalização da participação estudantil e uma relação professor-estudante respeitosa e amorosa; enfim, todos os princípios e sonhos já aperfeiçoados nas práticas locais de extensão popular, mas desvalorizados nos encontros nacionais de extensão universitária.

Contando com a participação ativa de cerca de 500 pessoas de diversas instituições e estados brasileiros, com a Tenda Paulo Freire pude sentir o quanto não era apenas um sonho desenvolver espaços educativos como aqueles que reivindicávamos. Nas várias atividades, era marcante a capacidade de todos em organizar espaços de encontro, em favorecer o diálogo e as trocas de experiências e também travar debates a partir da análise crítica dos problemas. Fui percebendo o quanto todos esses momentos

traziam uma riqueza singular de conhecimentos e propiciavam a nós que estávamos à frente do movimento entender melhor sua diversidade de atores e experiências, compreendendo quais eram as principais propostas, diretrizes e encaminhamentos sugeridos pela maioria dos atores da extensão popular ali presentes. Ou seja, ao registrar os debates e acompanhar as rodas de conversa, íamos evitando a liderança pessoal e vanguardista do movimento, na medida em que não apenas procurávamos conduzi-lo a partir dos anseios da maioria dos extensionistas, escutados nas rodas, como estimulávamos sua participação ativa na construção cotidiana do movimento.

Com isso, a cada reunião fui refletindo como se conduzia uma luta nacional com o olhar da Educação Popular. Mesmo tomados pelo cansaço de cuidar da estruturação de um evento nacional, todo final de noite reuníamos na Tenda para discutir sua própria organização, em encontros abertos e ampliados. Pude testemunhar o quanto eram importantes ao movimento as opiniões diferentes, os saberes distintos e as habilidades diversas. Alguns de nós éramos mais objetivos e queriam logo pensar em estratégias, formular propostas e discutir encaminhamentos práticos. Outros privilegiavam mais a discussão da organização estrutural do movimento e a criação de instancias organizativas internas. Para outras pessoas, a prioridade estava em acolher e cuidar do grupo, principalmente através da arte, da mística e do fomento à criatividade. Assim, com esta diversidade de pensamentos, as reuniões decorriam e cada um trazia uma perspectiva nova para atuação e avanço do movimento. Em muitas ocasiões, alguns destes grupos saíam insatisfeitos, ou mesmo não concordando com os consensos tomados pelo coletivo, mas os abraços apertados e o choro compartilhado ao final da Tenda me demonstraram que, mais do que ser a opinião prevalente, o que todos queríamos ali era fazer prevalecer a luta da extensão popular, dar visibilidade às suas práticas e permitir, principalmente aos estudantes, ser protagonistas de uma história.

Na Plenária Final da Tenda Paulo Freire, os membros da ANEPOP procederam com uma discussão sobre como continuaria a ANEPOP, quais seriam seus próximos passos e como seria configurada sua estrutura de funcionamento. Elaboraram então uma proposta de organização estrutural a qual contemplou uma Coordenação Nacional, composta por atores, os quais foram definidos através de levantamento das pessoas da Plenária dispostas a assumir tal cargo. Juntamente com outros quatro companheiros, assumi esta tarefa, na qual permaneço até hoje. A principal tarefa definida em Plenária para esta Coordenação estava em ter comprometimento e disponibilidade em continuar

mobilizando as pessoas da extensão popular, incentivando a participação nos espaços de encontro, administrando os debates e a lista de discussão virtual, bem como servindo como referência para contatos institucionais.

Como membro recém-eleito da Coordenação Nacional, continuei atuando em eventos e ações regionais e nacionais de extensão popular. Em cada oportunidade de interação vivenciada no movimento nacional, sempre voltava diferente para João Pessoa. O Projeto de extensão, a sala de aula, a minha vida em casa não eram mais os mesmos de antes. Algo acontecia. As lutas nacionais, as trocas de experiências com colegas de outros lugares do país exerciam importante influência em minhas vivências locais. No Projeto de extensão, por exemplo, passávamos a questionar as condições infra-estruturais para a manutenção do projeto e a reivindicar o fortalecimento das ações de extensão na UFPB, o apoio financeiro e o diálogo das várias experiências. Na sala de aula, conseguíamos questionar de modo mais qualificado as incoerências e verticalismos de alguns professores, chegando inclusive a liderar processos de questionamento formal da organização e formulação das avaliações de algumas disciplinas (onde se exigia escrever exatamente igual ao livro e media-se a nota pela quantidade de linhas escritas). Finalmente, posso afirmar que, em casa, eu tentava vivenciar a Educação Popular como referencial também das relações familiares. Buscar compreender gentes tão próximas e íntimas, dialogar para resolver os problemas, procurar escutar antes de perder a paciência. Um grande desafio, nunca acabado, mas sempre aperfeiçoado de modo tenso e saboroso desde então.

Começávamos então a vivenciar um processo intenso de ação-reflexão que pôde fortalecer nosso entendimento da Educação Popular como orientação para todas as relações humanas, num processo de incorporação de seus princípios como valores éticos orientadores de nossa intervenção no mundo.

Após a realização da Tenda Paulo Freire no 3º CBEU, continuei participando da construção da ANEPOP, na ocasião assumindo o papel de membro do Núcleo Articulador Nacional da mesma (no qual continuo ativamente até hoje). Juntamente com outros estudantes, passava a dedicar parte de meu tempo a um trabalho árduo, mas recompensante: cuidar da continuidade das ações da ANEPOP. Desde então, seguimos promovendo encontros entre os extensionistas populares e também protagonizando eventos próprios em parceria com coletivos aliados, como o I Encontro Nacional de Extensão Popular em Saúde (ENEPS) em Caucaia-CE, de 31 de julho a 03 de agosto de

2008, o I Seminário Nordestino de Extensão Popular (em João Pessoa, em outubro de 2007) e o I Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular (SENAPOP), em João Pessoa, em novembro de 2009.

Nesse ínterim, conseguimos ampliar a rede de apoio solidário da ANEPOP, fazendo parcerias e promovendo ações em conjunto com o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, a Rede de Educação Popular e Saúde, a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde e o Grupo de Trabalho de Educação Popular e Saúde da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Além disso, apoiamos a construção coletiva de um livro de Reflexões e vivências de extensão popular, o qual foi organizado por sete pessoas de diversos locais do país e contou, inicialmente, com a inscrição de 50 artigos provindos de diferentes experiências no campo da Educação Popular.

Após quatro anos de vivências na extensão popular, por meio do projeto PEPASF e dois anos de participação ativa no movimento nacional de extensão popular, por meio da ANEPOP, concluí o curso de graduação em Nutrição.

Para esta nova etapa em minha vida profissional, resolvi continuar trabalhando na extensão popular, seja localmente nos projetos de extensão, seja nacionalmente participando do movimento através da ANEPOP. Foi então que, juntamente com colegas egressos do curso de Nutrição e a professora Ana Cláudia Peixoto Cavalcanti de Vasconcelos, do Departamento de Nutrição, coordenei a construção de novo projeto de extensão popular, cujo principal objetivo era demarcar uma experiência de Educação Popular especialmente voltada à formação de nutricionistas, tendo a promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional como principais eixos norteadores. Através do Projeto PINAB, atuo desde 2007 como professor voluntário, acompanhando estudantes no processo de desenvolvimento da extensão popular com as comunidades de Boa Esperança, Jardim Itabaiana e Pedra Branca, no bairro do Cristo Redentor em João Pessoa-PB.

No mesmo período em que iniciamos o PINAB, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB, onde integrei o Curso de Mestrado em Educação, na linha de Educação Popular, sob a orientação do Professor Eymard Mourão Vasconcelos, que vinha me acompanhando no PEPASF há alguns anos. Com o mestrado, encontrei uma oportunidade para promover uma sistematização das experiências vivenciadas por mim em muitos anos de atuação local e nacional. Dentre

tantos importantes temas de pesquisa, optamos por desenvolver uma questão relevante, mas ainda pouco explorada nos estudos empreendidos no campo da extensão popular, mas que tinha acompanhado pessoalmente de perto durante meus quatro anos de experiência: a pedagogia desenvolvida pela participação estudantil no movimento nacional de extensão popular e sua implicação na formação universitária.

Deste modo, o presente estudo apresenta-se como resultado desta pesquisa de mestrado, a qual advém de muitas vivências e implicações pessoais em empreendimentos locais de extensão popular e no movimento nacional de extensão popular, como demonstrado ao longo deste capítulo.

Situamos quem escreve este texto e o que levou o autor a estruturar a pesquisa geradora desta dissertação, a qual deseja partilhar com a leitora e o leitor, esperando que tenha significado para sua vida e seu trabalho e continue alimentando este movimento nacional e internacional de re-pensar a universidade em sua essência e a partir de suas realizações.

Capítulo 2

Situando os caminhos metodológicos percorridos

Capítulo 2

Situando os caminhos metodológicos percorridos

Vivenciando diferentes experiências no movimento nacional de extensão popular, constatei, junto com alguns companheiros, o significado peculiar que a ANEPOP vinha tendo em nossa formação. Certamente, a pedagogia dos projetos locais de extensão popular dos quais participávamos já nos propiciava importantes aprendizados. Contudo, a inserção no movimento nacional de extensão popular passou a agregar em nossa formação novas dimensões, pouco exploradas nos projetos locais e que atuariam complementando a vivência em comunidade dos projetos de extensão popular. Juntas, estas duas dimensões educativas (a do projeto de extensão local e a do movimento nacional) configurariam de modo mais aperfeiçoado uma pedagogia da extensão popular na formação universitária. Contudo, tais reflexões careciam ainda de maiores análises, no sentido de, ao estudar atentamente o desenvolvimento da ANEPOP, descobrir que elementos pedagógicos significativos eram esses capazes de conferir aprendizados distintos dos projetos de extensão popular, e por isso inovadores. Conhecer estes elementos certamente contribuiria para o avanço crítico e a produção de conhecimentos no campo da extensão popular, em sua dimensão pedagógica na formação universitária.

Foi partindo destas reflexões que o estudo em destaque foi desenvolvido.

No presente capítulo, conheceremos mais a fundo o objeto de estudo, os objetivos delineados e as metodologias adotadas na perspectiva de empreender as reflexões necessárias para responder às perguntas e inquietações geradoras.

Objeto e objetivos do estudo

Conforme exposto no capítulo anterior, pude testemunhar que a participação no movimento nacional de extensão popular está permeada por elementos pedagógicos significativos, os quais são pouco explorados nos projetos locais de extensão popular e constituem assunto não desenvolvido pelos estudos teóricos sobre formação universitária e extensão popular.

Portanto, de acordo com a repercussão social da extensão popular e a partir de minhas observações em quatro anos de experiências, acredito que o movimento nacional

de extensão popular tem uma pedagogia, a qual vem contribuindo para o desenvolvimento de uma formação estudantil universitária coerente com os princípios da Educação Popular. Assim, pergunta-se: *como essa pedagogia do movimento nacional de extensão popular se desenvolve na formação estudantil universitária?*

Configurada enquanto problema teórico de pesquisa, esta pergunta buscou guiar a promoção da análise crítica da experiência do movimento nacional de extensão popular, capaz de elucidar seus elementos pedagógicos e compreender como eles dialogam no atual contexto político universitário, com a formação estudantil. Ademais, ponderar como tais elementos estariam contemplados na atual discussão sobre formação estudantil universitária, observando que novidade teórica e prática tal pedagogia traz para este debate.

Nessa direção, para estudar o movimento nacional de extensão popular, nos concentramos na experiência da Articulação Nacional de Extensão Popular, a ANEPOP, por dois motivos principais. Em primeiro lugar, pela participação ativa do autor na construção desta articulação, o que propiciará acesso ao acervo documental e a maioria das potenciais fontes de informação sobre o desenvolvimento desta experiência. Portanto, o autor possui um olhar privilegiado para os aspectos mais sutis da construção desta experiência, podendo sistematizar de perto alguns dos principais aspectos pedagógicos inerentes a este processo. Em segundo lugar, por ser uma organização formada por atores das práticas de extensão popular em nível nacional, da qual participam não apenas estudantes, mas também movimentos populares, técnicos e professores, o que configura a ANEPOP como um fenômeno próprio e autêntico do movimento nacional de extensão popular.

Desde 2005, a ANEPOP vem se configurando como espaço estratégico para comunicações dos protagonistas do movimento, bem como corroborando para dar a este maior organicidade e capacidade estrutural. Certamente existem e existiram outras iniciativas de nível nacional cujo eixo norteador é a extensão popular, como a Ação Nacional de Extensão Universitária (ANEXU), a Jornada Nacional de Extensão em Comunidades (JORNEXU) e os Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIV) organizados em diversas cidades do país. No entanto, estudar esta diversidade exigiria uma intensa dedicação de busca por práticas em nível nacional, a qual não poderia

corresponder devido ao tempo estabelecido para o curso de Mestrado, bem como ao limite das condições de acesso e deslocamento.

Nessa linha, para poder responder a pergunta motivadora desta pesquisa, pensamos ser interessante delinear as seguintes etapas (objetivos específicos): a) identificar a produção teórica acerca da formação universitária, da extensão universitária, da Educação Popular e da pedagogia dos movimentos sociais; b) sistematizar o processo histórico de construção da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPPOP), priorizando seus elementos pedagógicos; c) analisar como ocorre o processo pedagógico a partir da experiência dos estudantes envolvidos na experiência da ANEPPOP; e d) analisar o significado da pedagogia da ANEPPOP no debate teórico acerca da formação universitária.

Justificativa – porque este estudo é importante

A Extensão Popular se caracteriza atualmente como um campo profícuo e denso de iniciativas acadêmicas que, inseridas na própria universidade, questionam sua filosofia e seu papel social. Seus protagonistas insistem na reconfiguração da estrutura universitária preponderante na atualidade. Dessa forma, configura-se como mais um importante eixo no amplo debate nacional sobre a reforma universitária. Como confirmam autores como Jezine (2006), Fleuri (2004), Melo Neto (2004) e Vasconcelos; Frota; Simon (2006), está em jogo um processo de mudanças na Universidade brasileira, a partir de sua crise de paradigmas e de disputas por quais seriam seus objetivos e sua função social.

Nesse sentido, considerando a atual discussão acerca da universidade, seu compromisso social e sua reforma, a experiência do movimento nacional de extensão popular adquire importância singular, visto que carrega as tentativas de um grupo acadêmico de repercussão nacional em construir propostas de mudança da prática e filosofia acadêmicas.

Igualmente, é notório perceber que a participação estudantil e docente é muito peculiar neste movimento. Diferente de outros movimentos de reforma ou contestação da hegemonia universitária, na Extensão Popular há um protagonismo estudantil e docente cujas características e conformações pedagógicas merecem ser estudadas, afinal a inserção destes atores nas experiências de luta e reivindicação deste movimento

nacional vem gerando outro tipo de inserção estudantil nos movimentos de luta por transformações sociais e acadêmicas. Certamente, há uma dimensão pedagógica neste movimento que incentiva os estudantes da extensão popular a extrapolar suas ações locais e aprofundar compreensões mais críticas acerca das estruturas que oprimem e incomodam na universidade e na sociedade.

Além disso, se considerarmos os vários esforços hoje empreendidos no campo da formação universitária, observaremos que será de grande relevância uma síntese sobre a pedagogia do movimento nacional de extensão popular. Primeiro, porque ainda há muito desconhecimento, no meio acadêmico, sobre o que seja este movimento e sobre o que é a extensão popular. Disponibilizar os saberes acumulados no movimento será importante para fomentar o debate dentro os mais diversos setores da Universidade, podendo inclusive dar maior visibilidade e maior possibilidade comunicativa para o movimento. Depois porque, mesmo para aqueles que testemunharam e/ou participaram desta experiência, existe a necessidade de síntese para uma compreensão crítica do que aconteceu e do porquê aconteceu. Além do mais, a síntese é capaz de considerar as várias percepções, idéias, pensamentos e (até mesmo) versões da experiência, em seu decorrer histórico. Consegue evidenciar aspectos importantes, atitudes significativas e discordâncias pedagógicas para a caminhada do movimento.

Uma pesquisa-ação

Como afirmado anteriormente, esta pesquisa foi organizada a partir do concreto vivido na experiência da construção e desenvolvimento da Articulação Nacional de Extensão Popular. Nesse sentido, toda sua estruturação derivou do próprio desenrolar deste movimento e do diálogo permanente de seus protagonistas nesse processo. Suas atitudes, suas escolhas, seus conhecimentos e seus pensamentos interagem numa dinâmica contínua, dentre situações marcadas pelo diálogo e pelo conflito. Olhando cuidadosamente, identifica-se nesta dinâmica uma série de lacunas e inconclusões deste movimento, sob a qual se assentam curiosidades, inquietações e problemas de ordem prática, mas que podem também ser efetivamente abordadas do ponto de vista teórico, conferindo a esta experiência a dimensão de fonte empírica para a produção de conhecimentos significativos. Foi com base nesta capacidade do movimento em gerar curiosidades, inquietações e problemas que compusemos a organização desta pesquisa. Desta forma, a pergunta geradora e os objetivos deste estudo não consistiram de idéias

solitárias minhas (como pesquisador) ou de meu diálogo com o orientador. Pelo contrário, esta pesquisa nasceu do movimento, em seu processo dinâmico de construção e desenvolvimento. Por isso, não se trata necessariamente do problema central ou mais importante do movimento, mas constitui efetivamente uma questão de relevância surgida a partir dele e cuja análise crítica deverá trazer contribuições para seu constante desenvolvimento.

Dessa maneira, a formulação da pergunta que gerou a conformação desta pesquisa, em seus objetivos e metodologia, ocorreu em meio ao próprio processo de participar ativamente da construção do movimento. Por isso, este estudo esteve, desde sua origem, intencionalmente direcionado a sistematização, construção e socialização de conhecimentos capazes de gerar transformações rumo ao avanço e qualificação permanente da caminhada do movimento. Nesse sentido, minha implicação enquanto ator me fez um pesquisador intensamente dedicado a envolver seu estudo na tarefa de contribuir significativamente com sua ação. Esta pesquisa não está solta e desligada do mundo concreto. Parte dele e dialoga intensamente com o movimento social que lhe deu origem.

Partindo destes pressupostos, observamos que desde sua origem esta pesquisa possuía uma vocação participativa, na medida em que resultou de preocupações não somente individuais, mas coletivas, sentidas e elaboradas por muitos atores e setores do movimento. O problema de pesquisa (a pedagogia do movimento) consiste de uma dimensão constituinte da experiência em estudo, a qual não está necessariamente em debate aberto e explícito no movimento, mas constitui efetivamente algo sempre presente na ação cotidiana destes atores no movimento, inclusive do pesquisador.

Sendo assim, decidi organizar esta pesquisa a partir da vocação da ANEPOP desde sua origem: a participação, o diálogo e a diversidade de pensamentos. Foi com base em tais princípios que buscamos metodologias capazes de favorecer a produção de conhecimentos coerentes com as características do movimento e interligados com os principais anseios de seus protagonistas.

Diante destas expectativas, procuramos encontrar perspectivas metodológicas que, considerando minha participação enquanto ator do movimento, potencializassem o desenvolvimento do estudo no que diz respeito tanto ao acesso às informações e a toda produção de conhecimentos do movimento, quanto ao conhecimento pessoal que tenho

com grande parte dos protagonistas do processo estudado, mas sobretudo quanto a meu olhar enquanto ator e co-autor desta história. Nesse sentido, interessou valorizar nesta pesquisa minha posição privilegiada de testemunhar desde as situações, avaliações e atitudes mais sutis até os bastidores daqueles atos mais evidentes e publicizados. Conhecer a organização da experiência desde seu nascedouro, suas motivações e as dificuldades concretas encontradas para sua promoção constituem de conhecimentos preciosos para o desenvolvimento da pesquisa em questão. Além do mais, a continuidade de minha participação do movimento, mesmo durante o desenrolar da pesquisa, reforça sua intencionalidade em produzir e sistematizar conhecimentos úteis ao próprio processo de organização e crescimento do movimento, na medida em que poderia, como participante ativo, trazer as questões da pesquisa para o debate, a reflexão e a crítica. Ainda, a continuidade de minha inserção enquanto ator me permitiu enquanto pesquisador acompanhar “em tempo real” a construção e a desconstrução de muitos processos, o que foi conferindo dinamicidade à pesquisa e um estreitamento de suas considerações com o ritmo, o tempo e as questões atuais do movimento.

Assim, diante destes princípios e com base nesta estrutura organizativa, esta pesquisa configura-se enquanto pesquisa-ação. Compreendemos a pesquisa-ação como processo de pesquisa que ganha sentido com o envolvimento ativo da comunidade (ou do movimento, setor, coletivo) estudada no próprio processo de pesquisar e sua mobilização para as possíveis soluções de problemas comunitários. Nesse sentido, a pesquisa-ação empenha-se na geração de conhecimentos e ações que não apenas considerem, mas qualifiquem a necessidade da participação das pessoas no processo de mudanças. Para Franco (2005), a pesquisa-ação considera a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador: a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação. Nesse caso, a metodologia não se faz por meio das etapas de um método, mas se organiza pelas situações relevantes que emergem do processo.

De acordo com Melo Neto (2003), trata-se de uma metodologia que estimula a participação das pessoas envolvidas na pesquisa e abre o seu universo de respostas, passando pelas condições de trabalho e vida da comunidade.

Para Thiollent (1999), nesta modalidade de pesquisa é realizada em um espaço de interlocução onde os atores implicados participam na resolução dos problemas, com

conhecimentos diferenciados, propondo soluções e aprendendo na ação. Buscam-se as explicações dos próprios participantes que se situam, assim, em situação de investigador. Contudo, a procura do conhecimento da realidade não é suficiente, visto que outras metodologias também realizam essa tarefa. Na pesquisa-ação, o participante é conduzido à produção do próprio conhecimento e se torna o sujeito dessa produção. Neste aspecto, essa metodologia se distancia das demais e se afirma, constituindo-se como fundamental instrumento para o desenvolvimento de mudanças diante dos problemas que mais afligem e incomodam os participantes (MELO NETO, 2003).

Nesse sentido, esta modalidade de pesquisa encontra-se empenhada numa perspectiva de ciência e produção de conhecimentos contra-hegemônicos, através dos quais a atividade de pesquisa está intensamente dedicada a, de maneira participativa e dialogada, melhorar: a prática dos participantes das experiências educativas emancipatórias; a sua compreensão dessa prática; e a situação onde se produz a prática. Ademais, interessará assegurar a participação dos integrantes do processo para possibilitar a organização democrática da ação e propiciar compromisso dos participantes com a mudança (RICHARDSON, 2003).

Apoiados por esta dimensão metodológica, filosófica e política, essa pesquisa pretende configurar-se como:

a investigação a respeito daquilo que está se apresentando de forma interrogativa, convidando qualquer um para desenvolver a reflexão crítica sobre a questão surgente. É um trabalho do pensamento e, necessariamente, da linguagem, no sentido de descortinar aquilo que estava encoberto. É, ainda, uma visão de totalidade dessas realidades enquanto que se encaminha para sínteses. Estas, contudo, continuam abertas a novas interrogações, na perspectiva de mudanças, desenvolvendo um sistemático enfrentamento à barbarização social e política de um povo (EXTELAR, 2008, p. 4, grifo do autor)

Assim, a pesquisa poderá deixar de ser uma atividade neutra ou alheia à realidade social, mas estará articulada como um esforço para superação dos problemas sociais e, especialmente, para a emancipação humana daqueles setores mais subalternos, rumo à cidadania de seus sujeitos.

Além disso, a pesquisa, enquanto possibilidade de se analisar criticamente um dado fenômeno, oportunizará também uma intensificação da reflexão sobre a própria Extensão Popular e seu lugar dentro do atual contexto de mudanças e contradições da

Universidade. Com base em investigações científicas, poderemos fazer uma crítica profunda à Extensão Popular, clareando suas repercussões no atual contexto acadêmico e, sobretudo evidenciando desafios e enfrentamentos necessários para a consolidação da educação popular como caminho orientador (político, pedagógico, humanizador) das práticas acadêmicas. Nessa estrada, utilizando de maior ousadia ainda, inserir também os sujeitos das práticas e movimentos populares na condução destas investigações e nas análises críticas destes trabalhos, trazendo a tão sonhada e necessária crítica da população à Universidade.

É por preocupações como estas que compreendo a pesquisa-ação como um processo dedicado a emancipação das pessoas e a construção de práticas educativas, sociais e humanas emancipatórias. Todo o arranjo estrutural desta pesquisa e as conformações metodológicas derivam deste objetivo. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que nasce do movimento nacional de extensão popular, desenvolve-se a partir das contradições, vivências e idéias de seus protagonistas, e a ele retornará para poder qualificar os esforços atualmente empreendidos para seu avanço e consolidação.

Uma pesquisa qualitativa

Para cumprir os objetivos propostos para este estudo, a partir do direcionamento sugerido pela pergunta de pesquisa, pensei ser premente respeitar a característica de movimento social inerente à ANEPOP, ou seja, como um fenômeno vivenciado por diversos sujeitos distintos e cujos caminhos percorridos derivaram necessariamente da síntese de muitas vontades, desejos e visões de mundo. Compreender o desenvolvimento de uma pedagogia neste movimento requer considerá-lo na inteireza de sua diversidade. Assim, foi necessário considerar metodologias de pesquisa capazes de incluir no processo de estudo os pensamentos dos muitos atores participantes da ANEPOP, priorizando as críticas e as idéias trazidas por estes sujeitos, a partir de sua vivência nesse processo. Por isso, optei, juntamente com meu orientador, por uma abordagem qualitativa de pesquisa, na medida em que acreditamos ser esta capaz de viabilizar uma abordagem compreensiva das diferentes nuances, facetas e conhecimentos expressos pelos sujeitos e pelo mundo concreto do movimento nacional de extensão popular. Poderei, seguindo esta perspectiva de pesquisa, proceder de maneira profunda e intensa com a busca de elementos para uma análise das informações coerente com a vocação diversa e participativa da ANEPOP, considerando inclusive

pensamentos diferentes daqueles acumulados por mim durante minha vivência neste movimento.

Para Landim et al (2006) a pesquisa qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Em vez da medição, seu objetivo é conseguir um entendimento mais profundo e, se necessário, subjetivo do objeto de estudo, sem preocupar-se com medidas numéricas e análises estatísticas. Cabe-lhes, pois, adentrar na subjetividade que envolve os fenômenos sociais, voltando a pesquisa para grupos delimitados em extensão, porém possíveis de serem abrangidos intensamente.

Dessa maneira, partindo da perspectiva qualitativa de pesquisa, utilizaremos três técnicas metodológicas a fim de coletar informações que nos permitam alcançar os objetivos acima delineados: a pesquisa documental, a observação participante e a entrevista, sobre as quais nos debruçaremos a seguir.

A pesquisa documental

Este caminho metodológico foi valorizado nesta pesquisa em virtude de meu acesso às fontes de registro histórico da experiência em análise. Sendo um dos participantes do movimento nacional de extensão popular, na grande maioria de suas primeiras ações, o pesquisador detém a quase totalidade de cartas, documentos oficiais, vídeos e demais produções culturais resultantes. Além disso, é membro administrador da lista virtual de discussões do movimento desde sua fundação. Foi com base nestas condições que se atribuiu importância às fontes documentais como estratégia essencial para desenrolar desta pesquisa. Deste modo, procuramos utilizar estas fontes em todo o estudo, na medida em que constituíram a base de sustentação de cada etapa de seu desenvolvimento, desde a argumentação teórica (sobre formação universitária, extensão e Educação Popular) até a sistematização histórica da ANEPOP e as considerações sobre seus elementos pedagógicos.

Foram consideradas as seguintes fontes documentais:

a) todas as mensagens eletrônicas postadas na lista virtual³ de discussão da ANEPOP⁴, no período de 02 de fevereiro de 2006 a 30 de agosto de 2010. A atual

³ Para se inscrever na lista virtual de discussão, enviar mensagem eletrônica em branco para o endereço: extensaopopular-subscribe@yahoogrupos.com.br.

média mensal de mensagens é de 123,84 (6935 mensagens enviadas em 56 meses), dentre as quais se destacam: informes sobre realização de eventos, reuniões e cursos na área de extensão universitária, Educação Popular, movimentos sociais, dentre outras; discussões acerca de temas pertinentes ao movimento nacional de extensão popular, como editais de extensão, políticas de formação estudantil, reforma universitária, metodologias de extensão, dentre outros; e debates sobre encaminhamentos, propostas e direcionamentos estratégicos do movimento. Esta lista constitui domínio virtual público, com acesso aberto a todos interessados em seu conteúdo, estando a leitura de suas mensagens não restrita apenas a seus membros inscritos. As mensagens estarão expressas no texto com a seguinte formatação:

*exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo
exemplo, exemplo, exemplo, exemplo (Autor, Data de Postagem)*

b) cartas, atas e registros escritos de encontros presenciais em eventos científicos e políticos, bem como atos e atividades organizadas pela ANEPOP, quais sejam: VIII Congresso Ibero-Americano de Extensão Universitária (Rio de Janeiro, 2005), II Seminário Nacional de Educação Popular e Saúde (Brasília, 2005), I Fórum Social Brasileiro (Abril, 2006), VII Congresso Nacional da Rede UNIDA (Curitiba, 2006), 8º Congresso Mundial de Saúde Pública (Rio de Janeiro, 2006), 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária e Tenda Paulo Freire (Florianópolis, 2006), III Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde (São Carlos, 2007), Avaliação Nacional do VER-SUS Extensão (Brasília, 2007), XXIII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Brasília, 2007), II Seminário Nordeste de Pesquisa em Extensão Popular e I Seminário Nordeste de Extensão Popular (João Pessoa, 2007), I Congresso Nordeste de Extensão (Salvador, 2007), IV Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde (Caucaia-CE, julho de 2008), 4º Congresso Brasileiro de Extensão (Dourados-MS, em abril de 2009) e I Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular (João Pessoa-PB, em novembro de 2009).

⁴ Dispostas publicamente no sítio da lista de discussão:
<http://br.groups.yahoo.com/group/extensaopopular/>.

*exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo
exemplo (Cidade e Estado do evento, Data de divulgação)*

c) artigos científicos, relatos pessoais e textos poéticos enviados para publicação no Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular, organizado pela lista de discussão e que será publicado em 2011;

*Exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo (Autor,
Título do Texto, Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular)*

d) registros fotográficos de eventos e atividades empreendidas pela ANEPOP, alguns dos quais serão apresentados ao longo desta dissertação e foram produzidas em eventos de caráter público, com conhecimento de todos os participantes quanto ao registro fotográfico e sua utilização nos meios públicos de divulgação das experiências da ANEPOP;

EXEMPLO

(Descrição, Local, Ano de Produção)

e) textos de relatos pessoais de extensionistas do curso de Nutrição da UFPB, que acompanho desde 2007, como orientador, no projeto de extensão “Práticas Integrals da Nutrição na Atenção Básica em Saúde⁵”;

*Exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo
exemplo (Autor, Referência bibliográfica do Relatório)*

⁵ O projeto Práticas Integrals da Nutrição na Atenção Básica em Saúde (PINAB), do Departamento de Nutrição/CCS/UFPB, é realizado com as comunidades de Jardim Itabaiana, Boa Esperança e Pedra Branca, localizadas no bairro do Cristo Redentor em João Pessoa/PB, atuando na Unidade de Saúde da Família “Vila Saúde” e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Augusto dos Anjos. O PINAB é desenvolvido segundo o referencial teórico da educação popular, com práticas de ação e reflexão da Nutrição no campo da Saúde Coletiva e da Segurança Alimentar e Nutricional, possibilitando aos extensionistas a percepção do trabalho em saúde como um ato de compromisso social e construção coletiva de cidadania. Atuam em média vinte estudantes do primeiro ao sétimo períodos do curso de Nutrição, além de um nutricionista e três docentes. Possui como frentes de atuação: 1) ações educativas com grupos comunitários de: gestantes, escolares, famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família, e Conselho Local de Saúde; 2) visitas domiciliares; e 3) gestão compartilhada do Projeto. Tais ações têm possibilitado uma intervenção humanizada da nutrição no cotidiano da comunidade. Além de estimular que os extensionistas construam caminhos para uma atuação do nutricionista comprometida com a promoção da saúde naquela realidade.

f) textos de relatos pessoais de participantes do I Estágio Nacional Multiprofissional de Vivência em Educação Popular e Atenção à Saúde da Família⁶ (VEPASF), um estágio de vivência do qual participei como organizador em janeiro de 2007, onde diversos estudantes, profissionais de saúde e professores universitários vivenciaram durante doze dias a realidade do projeto de extensão da UFPB “Educação Popular e Atenção à Saúde da Família”;

*Exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo
exemplo (Autor, Referência bibliográfica do Relatório)*

g) textos de relatos pessoais de extensionistas de todo o país, contidos no livro “Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde”, publicado em 2006, o qual ganhou destaque no cenário acadêmico nacional por ser pioneiro em publicar “a voz” dos próprios estudantes e professores em suas experiências e reflexões a partir do cotidiano da extensão.

*Exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo
exemplo (Autor, Referência bibliográfica do Texto no Livro)*

A observação participante

Considerando a inserção do pesquisador no contexto pesquisado, optamos por incluir dentre as metodologias a observação participante. Neste processo, contamos com o auxílio de registros feitos pelo pesquisador a partir do início desta pesquisa, em março de 2008 até novembro de 2009. Neste período, atuei na ANEPOP como membro de sua Coordenação Nacional, o que implicou interface cotidiana com as atividades de manutenção, administração e mobilização deste movimento nacional. Meu trabalho incluiu moderar os debates ativados na lista de discussão, realizar contatos e

⁶ O VEPASF aglutinou atores de práticas de Educação Popular em saúde pelo Brasil, criando espaços de interação entre eles e os participantes da extensão popular da UFPB, pautando seu fortalecimento na problematização dos desafios, das dificuldades e das possibilidades para a Extensão Popular dentro da Universidade. No campo específico da saúde, buscou aprofundar a compreensão e o debate sobre a Extensão Popular na saúde, problematizando seu desenvolvimento e proporcionando a aproximação da Universidade com a sociedade através do sistema de saúde. O grupo de professores e estudantes do Projeto PEPASF decidiu organizar o I VEPASF em torno de vivências na Comunidade Maria de Nazaré e momentos de discussão teórica na UFPB. Para isso, realizaram-se espaços de interação com as famílias e rodas de conversa para aprofundar saberes e fazer intercâmbio entre eles, assim como participar dos grupos educativos da Comunidade, tais como Comissão de Saúde, Gestantes, Adolescentes, Escola, Mulheres (artesanato, corte e costura) e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).

articulações institucionais para garantir condições infra-estruturais e logísticas para as ações da ANEPOP, organizar documentos e sistematizar encaminhamentos dos encontros presenciais. Estive presente em todos os eventos nacionais organizados pela ANEPOP, desde sua origem.

Assim, a utilização desta modalidade de pesquisa visou potencializar este acesso privilegiado do pesquisador às fontes de informações, bem como registrar sua interação e intervenção no contexto pesquisado. Desta forma, o pesquisador pôde incluir como elementos da pesquisa situações, fatos inusitados e aspectos da realidade apenas captados pelo olhar atento de um participante ativo desta experiência. Conforme destaca Minayo (2004), a observação participante insere o pesquisador (observador) em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto da observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado pelo contexto estudado.

Para esta pesquisa, a observação participante constou de observação livre, sem roteiro específico, registrada em diário de campo, o qual constou de arquivo eletrônico gravado em programa de Microsoft Word, no qual foram elaboradas livremente notas e observações, sem estruturação pré-definida. Sua redação decorria após a constatação pessoal do autor de reflexões acerca de quaisquer fatos ou acontecimentos ocorridos no lapso da experiência estudada. Neste caso, em eventos da ANEPOP, no projeto de extensão onde atuava, ou mesmo em debates na lista de discussão da Articulação. Os textos contidos no diário de campo priorizaram observações e reflexões acerca dos elementos mais sutis da experiência, que não constariam dos documentos oficiais publicizados pelo movimento (como cartas, atas e relatórios) após os fatos e acontecimentos mais relevantes. Assim, interessou-me especificamente o registro de conversas informais, comportamentos pessoais e do coletivo, aprendizados desenvolvidos em cerimoniais, festas e gestos; todas as expressões que digam respeito ao tema da pesquisa.

Entrevistas individuais e grupos focais

Ao considerar minha participação ativa no movimento em estudo, bem como o fato da pesquisa não ter sido construída com o conjunto de atores que fazem o movimento, a não ser especialmente por mim e meu orientar, devo salientar que, assim

configurada, a visão que conduz esta pesquisa deriva de todos os potenciais e limites expressos pela história de vida e experiências de seu autor. Nesse sentido, a análise feita somente a partir das observações e dos registros provenientes da pesquisa documental possui os limites do pesquisador. Contudo, visando respeitar a vocação participativa e diversa do movimento, priorizei considerar a diversidade de pensamentos e idéias com a qual a ANEPOP foi construída. Assim, para conhecer sua pedagogia, foi premente considerar outras vozes, outros sentimentos, construídos a partir de outros lugares, contextos e experiências. Diferentes dos meus contextos e de minhas vivências. Por isso, para compreender melhor como se desenvolve a pedagogia da ANEPOP e que elementos lhe são inerentes, incluímos metodologias capazes de trazer estas vozes diversas dos sujeitos que participaram tão ativamente desta experiência quanto eu. Ao poder registrar estas vozes, o esforço de compreendê-las me permitirá aprender dimensões ainda inexploradas ou pouco refletidas em minhas observações e nos registros oficiais. Assumindo minha disposição em desconstruir conhecimentos e saberes pessoais anteriores num diálogo com o novo, buscarei apreender o significado da fala destes sujeitos e suas contribuições para o alcance dos objetivos almejados neste estudo.

As entrevistas cumpriram a utilidade de garantir uma elaboração de pensamento mais profunda por parte dos sujeitos da pesquisa, esclarecendo dúvidas ou intensificando algumas reflexões emergidas a partir das informações providas dos documentos ou do diário de campo, sendo promovidas após a análise destes documentos. Foram consideradas significações de sujeitos através de: a) discussão em grupo focal sobre a temática trabalhada, realizada em reunião nacional da Articulação; b) relatos individuais, em entrevistas semi-estruturais, de atores envolvidos na construção da Articulação, através de depoimentos escritos.

Considerando serem estes sujeitos todos protagonistas da criação e desenvolvimento da experiência estudada, optamos por propor que a identidade dos sujeitos não permanecesse no anonimato, mas fosse publicizada, como forma de explicitar sua contribuição no desenvolvimento deste estudo e respeitar a importância de seus pensamentos para o desenvolvimento do movimento. Assim, todos os sujeitos participantes das entrevistas concordaram com a publicização de sua identidade.

Antes de proceder com a coleta das informações cedidas pelos sujeitos do estudo, como pesquisador, expliquei claramente os objetivos do estudo, expondo os instrumentos, entregando cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi lido e assinado. Nessa direção, esta pesquisa encontra-se em consonância com os preceitos que regem a Portaria n.196/96 (BRASIL, 1996), sendo aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley sob o número de protocolo 652/2010 e Folha de Rosto nº 381464/2010.

Em primeiro lugar, realizou-se um grupo focal com três sujeitos: Etel Matielo⁷, Marcos Vasconcelos⁸ e Murilo Marcos⁹, co-fundadores da ANEPOP, cuja seleção foi intencional, de acordo com aqueles sujeitos presentes em reunião nacional da Articulação durante o I Encontro Nacional de Extensão Popular em Saúde, realizado em Caucaia-CE, entre 28/07 e 01/08/2008. A entrevista seguiu um roteiro semi-estruturado, com temáticas previamente organizadas de acordo com as hipóteses do pesquisador e alguns apontamentos presentes em seu diário de campo. Foram elas: a) qual a sua percepção sobre o que seja a ANEPOP? b) que inovações/potencialidades foram trazidas pela ANEPOP? c) que dificuldades/entraves estão presentes na ANEPOP; d) a ANEPOP é mesmo um caminho relevante? Em caso positivo: Sugestões para seu fortalecimento; em caso negativo, que caminhos poderiam ser pensados em seu lugar?

As entrevistas individuais, realizadas após a análise do grupo focal, foram realizadas com caráter exploratório, para aprofundar questões possivelmente deixadas em aberto após a análise dos documentos, do diário de campo e do grupo de discussão, ou mesmo permitir ao pesquisador questionar outras situações, emergidas inusitadamente durante o grupo focal. Constaram de depoimentos escritos, em virtude

⁷ Educadora popular, nutricionista formada pelo Instituto Metodista de Educação e Cultura (IMEC), militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, atualmente trabalhando como nutricionista no Núcleo de Apoio ao Programa Saúde da Família na cidade de Florianópolis-SC.

⁸ Médico formado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e educador popular, participou de projetos de extensão popular durante toda sua formação universitária, atualmente trabalha como Professor Substituto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre-RS.

⁹ Médico formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e educador popular, participou do movimento estudantil de medicina através da Coordenação de Extensão Universitária da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM) e coordenou como estudante o projeto “Não me Lixo”, envolvendo extensão popular, meio ambiente, arte e cidadania. Atualmente trabalha como médico de família e comunidade na cidade de Santa Rosa-SC.

da distancia geográfica de acesso a estas pessoas e o pouco acesso de maioria delas a programas eletrônicos capazes de gravar seu depoimento em áudio.

Nesta etapa, o estudo contou com a participação de sete sujeitos, escolhidos em seleção intencional, de acordo com os seguintes critérios: participação em pelo menos um (1) evento de caráter nacional organizado pela ANEPOP; nível ativo de protagonismo e envolvimento na organização da experiência; vínculo de conhecimento estabelecido entre pesquisador e entrevistados, capaz de garantir a possibilidade de acesso; e retorno do roteiro de entrevista respondido no prazo estabelecido¹⁰. Participaram estudantes e ex-estudantes envolvidos diretamente no histórico de construção da ANEPOP; todos maiores de 18 anos, em condições físicas e mentais para participar das entrevistas, os quais aceitaram fazer parte da pesquisa. Foram entrevistados: Cassiane Lemos¹¹, Daniela Dantas¹², Murilo Marcos, Diego Santos¹³, Vinicius Ximenes¹⁴, Fabrício Brazão¹⁵, Natália Madureira¹⁶, Nayara Monteiro¹⁷, Juliana

¹⁰ Muitos dos potenciais entrevistados não retornaram em tempo o roteiro, o que ocasionou a ausência de depoimentos de muitos atores importantes.

¹¹ Enfermeira formada pela UNIFESP, participou da Tenda Paulo Freire no 3º CBEU e da Jornada Nacional de Extensão Universitária (JORNEXU) na UFPB.

¹² Estudante do último ano do curso de Medicina da Universidade de Campinas (UNICAMP), participou ativamente do movimento estudantil de Medicina através da Coordenação de Extensão Universitária da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM), articulando a construção de projetos de extensão popular na UNICAMP.

¹³ Educador Físico formado pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG), participou como extensionista do Programa Vivências em Educação Popular (VEPOP) no Extremo Sul. Desde 2009, participa da organização da ANEPOP, marcadamente de seu I Seminário Nacional, em Goiânia-GO em 2010.

¹⁴ Médico formado pela UFPB e educador popular, participou em toda sua graduação de projetos de extensão popular, bem como do movimento estudantil de medicina, sendo inclusive presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFPB. No final do curso, dedicou-se mais intensamente a extensão popular e a participação na Coordenação Nacional da ANEPOP. Atualmente, trabalha como Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e é militante da Consulta Popular.

¹⁵ Médico formado pela UFPA, durante sua graduação participou ativamente da criação de projetos de extensão popular numa universidade sem grande tradição neste campo, buscando qualificar inclusive os projetos do curso de Medicina, trazendo importantes contribuições para a formação de médicos em Belém-PA. Atuou no movimento estudantil de medicina, inclusive da Coordenação de Extensão Universitária da DENEM. Atualmente é médico de família numa cidade do interior do Pará.

¹⁶ Médica formada pela UFU, durante sua graduação participou ativamente da criação de projetos de extensão popular, especialmente no curso de Medicina e na área de saúde como um todo. Com isso, conseguiu aglutinar grupos significativos de estudantes em tornos de propostas orientadas pela Educação

Acosta¹⁸ e Camila Miranda¹⁹. O seguinte roteiro foi sugerido para apreciação dos sujeitos da pesquisa:

1) Você participou de um (ou mais) momentos, ações, interações e vivências propiciadas pela Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). Descreva (brevemente) uma experiência singular e significativa vivenciada por você no âmbito da ANEPOP.

2) Então, o que você aprendeu com esta e outras experiências na ANEPOP, oportunizadas pela participação em espaços do movimento nacional de extensão popular?

3) A partir deste seu aprendizado, que elementos pedagógicos você avalia que são inerentes (fazem parte) à participação na ANEPOP, os quais contribuíram para sua formação?

4) Em sendo elementos pedagógicos, que ensinam coisas, estes elementos poderiam ser trabalhados com outros atores da ANEPOP e da extensão popular, além de você. No entanto, se estes elementos anunciam potencialidades para a formação de quem participa da ANEPOP, certamente eles possuem obstáculos para serem desenvolvidos. Assim, que obstáculos e limites você identifica para desenvolver estes elementos pedagógicos inerentes à ANEPOP?

5) Em sua opinião, qual é o significado da ANEPOP no contexto da extensão universitária brasileira? E como você observa os principais obstáculos e limites encontrados pela ANEPOP?

Popular em Saúde. Atuou no movimento estudantil de medicina, inclusive da Coordenação de Extensão Universitária da DENEM. Atualmente, trabalha como médica em Uberlândia-MG.

¹⁷ Estudante do último ano do curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), participou ativamente do movimento estudantil de extensão em direito, através da RENAJU – Rede Nacional de Assessorias Jurídicas Populares, bem como localmente participou da criação e desenvolvimento do projeto de extensão “Direito para todos”. Foi uma das organizadoras do I Seminário Nacional da ANEPOP, em Goiânia-GO, em Julho de 2010.

¹⁸ Enfermeira formada pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG), participou como extensionista do Programa Vivências em Educação Popular (VEPOP) no Extremo Sul. Ainda estudante, participou da criação e desenvolvimento do Núcleo de Educação Popular em Saúde (NEPEPS) da FURG, no qual depois atuou como professora. Atualmente, está em fase de conclusão do Mestrado em Enfermagem, onde estuda a Extensão Popular.

¹⁹ Estudante do último ano do curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde participou da criação e desenvolvimento de iniciativas de extensão popular, especialmente no âmbito do curso de Medicina.

Ao longo do texto, os depoimentos resultantes das entrevistas estarão assim expressos:

*exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo
exemplo exemplo exemplo exemplo exemplo (Nome do entrevistado)*

Os depoimentos orais e o grupo focal foram registrados por meio de filmagem em câmera digital e de gravador de voz em MP4.

A análise das entrevistas desenvolveu-se, objetivamente, da seguinte forma: a) leitura integral do texto (dados coletados, em documentos ou transcrições de entrevistas); b) focalização (busca por núcleos de significado presentes no texto que interajam com a pergunta de pesquisa em seus objetivos específicos e geral); c) categorização (explicitação das diferentes reflexões manifestas no texto, de acordo com o foco, separadas agora por núcleos de sentido); d) discussão (inserção aplicada dos diferentes núcleos de sentido encontrados no desenvolvimento de reflexões e assertivas do estudo, dialogando com as hipóteses previamente formuladas e os estabelecimentos teóricos firmados).

Todas estas análises concorreram para a construção de sínteses, a partir da interpretação pontual de cada dado e de sua correlação com os demais, propiciando compreensões do conjunto de dados oriundos na pesquisa.

A sistematização histórica da ANEPOP

Inicialmente, procedemos com a sistematização histórica da experiência da ANEPOP, abrangendo o período de dezembro de 2005 a maio de 2009 com enfoque em seus elementos pedagógicos. A metodologia da sistematização de experiência permitiu elucidar as condições do contexto em que se desenvolveu a experiência da ANEPOP, permitiu não apenas resgatar a história, mas analisá-la criticamente. Para tanto, utilizamos os pressupostos de Holliday (1996).

Os dados reunidos nesta etapa foram organizados em diferentes categorias, de acordo com o núcleo de sentido que traziam consigo, ou seja: a partir do tipo de informação que carregavam. Com isso, estas categorias foram associadas ao evento ou ao momento histórico onde se desencadearam, no período de tempo da experiência considerado no estudo. Por sua vez, foram organizadas em ordem cronológica,

permitindo-nos enxergar o transcorrer histórico de desenvolvimento da experiência, reconstituindo a ordem de acontecimentos e atitudes que compuseram a experiência da ANEPOP, desde seus principais antecedentes, sua criação e seu desenvolvimento. Assim, tivemos uma visão global dos procedimentos que se sucederam no lapso da experiência.

Em seguida, todo este processo propiciou uma reflexão: “Porque aconteceu o que aconteceu?”, viabilizada pela análise nas diferentes partes na experiência, localizando tensões ou contradições que marcaram o processo.

Desta forma, as informações destacadas nesta linha histórica foram ordenadas e classificadas conforme o conhecimento ou tipo de informação que constituíam acerca do eixo de sistematização – os elementos pedagógicos da experiência de participação na ANEPOP, o que foi essencial para avançar até a localização dos diferentes elementos pedagógicos.

Como destaca Holliday (1996), em posse destes elementos todos, o pesquisador poderá voltar a se debruçar sobre o conjunto do processo, realizando uma síntese capaz de permitir a elaboração de uma conceitualização a partir da prática sistematizada.

A análise dos dados

O tipo de análise desenvolvida no decorrer desta pesquisa consistiu da hermenêutico-dialética. Conforme fundamentado por Gadamer (1999), este processo encontra na hermenêutica base para a busca de compreensão de sentido que se dá na comunicação entre os seres humanos. Para Minayo (2004), a hermenêutica consiste na explicação e interpretação de um pensamento, trazendo para o primeiro plano, no tratamento dos dados, as condições cotidianas da vida, promovendo o esclarecimento das estruturas profundas desse mundo do dia-a-dia. Ademais, este tipo de pesquisa analisa os dados da realidade tendo como ponto de partida a manutenção e a extensão da intersubjetividade de uma intenção possível como núcleo orientador da ação.

A orientação da análise a partir da hermenêutico-dialética se deve também ao reconhecimento de alguns limites de outras perspectivas de análise para os objetivos almejados nesta pesquisa em específico. Para Minayo (1996, p. 218), há três possibilidades que dispomos para a análise do material qualitativo: a análise de conteúdo, a análise de discurso e a hermenêutico-dialética. Esta última, “diferentemente

da Análise de Conteúdo e da Análise do Discurso, que se colocam como uma tecnologia de interpretação de textos [...], se apresenta como um caminho do pensamento, como uma via de encontro entre as ciências sociais e a filosofia”.

Na concepção de Minayo (2004), nesta perspectiva o pesquisador tem que aclarar para si mesmo o contexto de seus entrevistados ou dos documentos a serem analisados, o que é importante porque o discurso expressa um saber compartilhado com outros, do ponto de vista moral, cultural e cognitivo. Ademais, para Habermas (1987), este esforço interpretativo configura-se como um trabalho crítico, onde se busca um método no qual a interpretação seja transformação e vice-versa, o que implica no reconhecimento, por honestidade científica, de um engajamento em todo o trabalho de compreensão.

É assim que, enfatizando a diferença, o contraste, o dissenso e a ruptura, este caminho científico também procura a mediação, o acordo e a unidade de sentido (Minayo, 2004, p.227). Para Baptista (2009), a hermenêutico-dialética possibilita, portanto, que a fala, a concepção do mundo dos sujeitos, seja compreendida crítica e dialeticamente a partir do processo de exteriorização do mundo e dos sujeitos, estando a concepção do mundo dos sujeitos atravessada pelas contradições da sociedade da qual fazem parte e que lhe dá sentido.

Assim, em interface com a dialética, a hermenêutica leva a que o interprete busque entender o texto, a fala, o depoimento como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem) frutos de múltiplas determinações, mas com significado específico (MINAYO, 2004).

Perspectivas e idéias inspiradoras desta metodologia de pesquisa

A proposta de metodologia apresentada ao longo deste capítulo e aplicada no desenvolvimento deste estudo não foi construída isoladamente, mas derivou necessariamente da história do autor, de suas crenças pessoais e perspectiva de ciência e produção de conhecimentos por ele aprendida durante sua participação em experiências de Educação Popular. Ao contrário do que se pode pensar, a Educação Popular não diz respeito somente a uma ação ou conjunto de ações específicas, mas implica um novo jeito de olhar para o mundo. Assim, requer invariavelmente uma nova perspectiva de produção de conhecimento, sobre a qual avaliamos ser premente tecer algumas considerações.

Inserida num conjunto de perspectivas marcadas pela visão crítica da ciência, a perspectiva de produção de conhecimentos defendida pela Educação Popular se propõe resgatar o entendimento da ciência como um caminho para o estímulo da reflexão e da crítica. Com isso, favorecendo o diálogo intercultural e resultando em tensionamentos, acordos e pactos de convivência, aprendizagens pedagógicas, melhoramentos da qualidade de vida, ou mesmo re-direcionamentos dos costumes cotidianos. Desse modo, pretende-se direcionar a produção de conhecimento na construção de uma vida em sociedade mais justa, com acesso garantido à participação social plena, a expressão política humanizante, a igualdade econômica e a diversidade cultural. Assim, distanciando-se da utilização da ciência para legitimação de autoritarismos ou hierarquizações sociais e econômicas. Pelo contrário, com este olhar a ciência serve como elemento provocador de melhorias na vida em sociedade, nos relacionamentos humanos, nos equilíbrios ambientais, algo coerente com a utopia de outra sociedade, que seja “economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa, dentro de um processo coerentemente marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas e posturas correspondentes ao mesmo horizonte” (CALADO, 2008, p.231).

Esta pesquisa se encontra neste movimento científico, o qual entende a ciência enquanto ato curioso que pode levar necessariamente ao desvelamento da realidade. Foi nessa direção que Paulo Freire pensou uma metodologia da educação capaz de contemplar outra perspectiva de se vivenciar o processo científico na sociedade, motivado por uma curiosidade epistemológica e pedagógica.

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desenvolvimento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que surge alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos (FREIRE, 1996, p. 35).

Seguindo por este entendimento, acredito que a ciência não devia estar a serviço da legitimação de um determinado saber ou na definição de regras ou comportamentos a seguir, mas se configurar essencialmente enquanto comunicação. Assim, as palavras escritas cuidadosamente numa tese doutoral, numa dissertação de mestrado ou monografia de especialização ou graduação, falam não apenas à razão e aos

pensamentos de quem lê, mas batem no coração, posto que são assumidamente autorais. Ao invés de apresentar teses estanques, essas palavras convidam o leitor para um diálogo. Nesse momento, as descobertas científicas deixarão de ser motivadas apenas para láureas acadêmicas, mas sim para a provocação de novos debates, outros aprimoramentos e avanços nas discussões, incentivando o protagonismo de quem lê, convidando mais pessoas a também escrever sua história e re-escrever as histórias narradas.

Foi seguindo este rumo que desenvolvi a presente pesquisa, preocupando-me menos em formular esquemas e hipóteses tecnicamente arranjadas, mas essencialmente em chegar a algumas compreensões, explicações e interpretações sobre o problema em destaque, propiciadas a partir de um debruçar crítico sobre o referencial teórico e os textos-dados.

Ao findar estas explicações metodológicas, espero que esta pesquisa componha uma reflexão capaz de dialogar com avaliações de outros atores envolvidos no processo estudado, somando críticas e reflexões que contribuam efetivamente com o fortalecimento do movimento nacional de extensão popular na universidade brasileira.

Delineando alguns conceitos importantes

Ao longo das próximas páginas, trabalharemos com diferentes temas e utilizaremos diversos conceitos empregados no campo da pesquisa social. No entanto, consideramos que muitas pessoas podem ainda não ter afinidade com algumas das definições aqui empregadas, assim como podem constatar que uma mesma palavra pode possuir dois ou mais sentidos. Desta forma, achamos pertinente esclarecer ao leitor e a leitora alguns dos principais conceitos utilizados ao longo desta dissertação, visando não apenas facilitar o entendimento do leitor, mas deixando-lhe claro sob quais princípios e compreensões teóricas este estudo encontra-se assentado.

Estando já minimamente situados entendimentos sobre Educação Popular e Extensão Popular, conceitos sobre os quais nos debruçaremos em capítulo particular, julgamos premente apresentar nossa compreensão de movimentos sociais.

Destarte, podemos pensar em movimentos sociais como coletivos de pessoas que, possuindo objetivos em comum, se reúnem sistematicamente a fim de estabelecer reivindicações, protestos e exigências, construir propostas e políticas ou mesmo

promover negociações. A partir deste entendimento geral, Gohn (2004, p.251-252) nos desafia a pensar mais além. Segundo a referida autora,

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil [...] As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. (...) Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política [...] Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.

Sob esta ótica, os movimentos sociais podem possuir diversas intencionalidades e direcionamentos, ou seja, para onde mesmo desejam que suas ações encaminhem mudanças e transformações. Se é verdade afirmar que os movimentos sociais buscam mudanças, não é correto determinar que todos os movimentos almejam as mesmas mudanças. Em muitos casos, os movimentos podem buscar a manutenção de certa situação social ou o fortalecimento político de uma condição social opressora. Por isso, julgamos premente delimitar que, neste trabalho, tratamos de movimentos sociais na perspectiva dos movimentos sociais populares, os quais, na compreensão de Calado (2008), implicam a opção de ousar construir uma saída alternativa à encruzilhada com que hoje se depara a Humanidade - entre os sinais cada vez mais graves de barbárie, característicos do Capitalismo em sua face/fase atual, reforçando ações e experiências, ainda que moleculares, de compromisso com a vida dos Humanos e do Planeta.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais assumem uma dimensão de luta. Na acepção de Lins (2006, p.48), a luta do movimento é uma luta política, a qual contempla as etapas do movimento, seu fluxo e refluxo diante de um processo dinâmico e conflituoso. Assim, a luta está configurada na construção de ações de ordem política, educativa, cultural e científica orientadas por uma “Utopia em permanente construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa” (Calado, 2008, p. 231). A luta pressupõe a inquietação contínua diante das injustiças e desigualdades sociais e é continuamente alimentada pela esperança da construção de mudanças nesta conjuntura, desde as

alterações mais subjetivas e moleculares até as mais estruturais. Nesse sentido, podemos afirmar que a luta reivindica, essencialmente, cidadania, numa perspectiva entendida como

participação, enquanto protagonista (individual ou coletivo), ao longo de todo o processo (concepção, planejamento, execução, avaliação...) de conquista, manutenção e ampliação dos Direitos Humanos, em todas as suas modalidades (direitos civis, econômicos, políticos, sociais, ecológicos) e em todos os âmbitos (internacional, nacional, regional e local) (Calado, 2000, p.14).

A luta desenvolvida no interior dos movimentos sociais populares possui a característica singular de envolver, em seu processo de construção e desenvolvimento, não apenas esta reivindicação, mas a imediata elaboração da participação cidadã, a qual, nas palavras de Batista (2008) deve ser exercida com autonomia, não cooptada, não tutelada, mas sim autonomamente por sujeitos. A luta implica a afirmação de seus sujeitos sobre seu direito a participar politicamente da vida em sociedade, ter direitos sociais, políticos, humanos, de ter respeitadas suas diferenças culturais, étnicas, de gênero, de raça, de religião, de ter direito a uma vida digna, com saúde, moradia, educação, cultura e lazer (BATISTA, 2008).

Assim, a luta possui uma dimensão formativa fundante. Pois, enquanto lutam, seus sujeitos aprendem com a construção cotidiana de sua participação cidadã e com a Utopia de novos horizontes sociais. Conforme ressalta Calado (2008), uma experiência de formação humana e de convivência com o Planeta necessariamente vinculada ao processo de Humanização, que se contrapõe radicalmente ao modelo capitalista dominante, seja na esfera econômica (organização da produção e do consumo), seja na esfera política (organização das macro e micro-relações de poder), seja na esfera cultural (sobretudo na grade de valores).

Por tudo isso, a utilização da idéia de movimento social e de lutas ao longo deste texto irá remeter necessariamente

a um processo de humanização que pressupõe uma longa, complexa e ininterrupta experiência de formação, contemplando o desenvolvimento das mais distintas dimensões e potencialidades do ser humano, protagonizada por sujeitos individuais e coletivos, cuja prática educativa aponte necessariamente, desde as relações do dia-a-dia, para o alvo desejado, ou seja, a construção de uma sociedade

economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária e culturalmente plural (Calado, 2008, p.240).

No interior dos movimentos sociais populares, as práticas educativas encontram-se imbuídas dos mesmos princípios éticos e filosóficos que orientam suas principais reivindicações políticas. Conforme ressalta Batista (2004, p.04), “a educação popular vivenciada nos movimentos sociais proporciona processos educativos e de produção de saberes entre iguais, entre pessoas que comungam de objetivos e identidade comuns, mediados por práticas educativas e discursivas em que todos são sujeitos do processo”. Mas como efetivar tais princípios como práticas educativas concretas? Ou seja, como transformar estes sonhos em processos efetivos de ensinar e aprender na realidade destes movimentos e práticas populares? Batista (2004, p.04) afirma que, em sua caminhada, estes movimentos vêm respondendo a tais indagações através da elaboração contínua de diferentes metodologias.

Os variados procedimentos e linguagens utilizadas como a música, o teatro, a mística, os símbolos, os textos escritos, a linguagem oral e todos os recursos utilizados formam uma rica contribuição para a formação de sujeitos e podem apontar na educação escolar práticas pedagógicas enriquecidas pelas experiências desses movimentos.

As rodas de conversas constituem uma destas metodologias elaboradas e aperfeiçoadas, ao longo de muitos anos, no interior dos movimentos de educação popular. Considerando a adoção desta prática na grande maioria dos eventos e ações educativas sistematizadas neste estudo, julgamos premente caracterizar esta metodologia. As rodas de conversa configuram espaços abertos para a promoção de reflexões críticas sobre diferentes temas, propiciadas pelo diálogo entre os sujeitos e abastecidas pelas experiências individuais e coletivas trazidas pelos indivíduos presentes no grupo de discussão. Muito inspiradas em propostas elaboradas a partir do Método Paulo Freire de educação de jovens e adultos, como os círculos de cultura, as rodas prevêm a estruturação de espaços de debate e leitura/análise coletiva sobre contextos e situações problema, aqui trazidos a partir de temas sugeridos pelos próprios participantes, a partir de suas diversas vivências e experiências.

Para tanto, utilizam-se nas rodas não apenas da linguagem oral e do tradicional debate de idéias onde diferentes pessoas pontuam suas diferentes posições sobre o tema. As rodas envolvem o acolhimento de todos os participantes e sua apresentação,

integrando em sua programação místicas e vivências dinâmicas com objetivo de fortalecer a integração entre os presentes e sua interação fraterna e humanística, o que constitui momentos singulares dentro desta proposta, os quais visam preparar o grupo para o diálogo, que não se trata apenas de um “toma lá, dá cá” de idéias, mas precisa ser um debate mediatizado pela crítica e amorosidade, o que requer uma predisposição amorosa em exercitar o gosto e a fé no outro, espelhados no respeito à alteridade e a diversidade de cada um, mesmo que com idéias divergentes. Igualmente, as rodas também são caracterizadas pela valorização de múltiplas linguagens e formas de comunicação, especialmente a poesia, a música e o teatro, as quais integram a programação das atividades como parte integrante das discussões e reflexões, não como apêndices ou apresentações isoladas.

E assim decorrem as rodas de conversa, tendo seu debate e trocas de experiências impulsionados pela sugestão de temas e perguntas geradoras, sugeridas por seus facilitadores e sobre as quais o grupão, subdivido em pequenos grupos de pessoas, deverá se debruçar. Assim, os pequenos grupos visam também incentivar a participação de mais pessoas na elaboração de falas e nas reflexões críticas, pois muitas vezes em grandes públicos a maioria das vezes fica acanhada em pronunciar sua fala e sua experiência.

As rodas vêm constituindo a marca de muitos movimentos de educação popular, especialmente no Movimento Nacional de Educação Popular em Saúde através das Tendas Paulo Freire, as quais inspiraram significativamente a organização das rodas promovidas pela ANEPOP. Como é afirmado texto introdutório da Tenda Paulo Freire da I Feira Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no Sistema Único de Saúde, a Tenda vem sendo organizada pelos coletivos nacionais de Educação Popular e Saúde, acontecendo em vários eventos. Configura-se como uma marca do movimento de educação popular, articulando protagonistas de práticas populares e tradicionais de saúde, profissionais, gestores, educadores, representantes do controle social e militantes dos movimentos sociais. Surge justamente da necessidade de se construir ambientes propícios para a liberdade de expressão e a construção de conhecimentos em saúde a partir da integração dos diversos saberes, da promoção da cultura popular e principalmente um lugar onde os congressistas e a comunidade em geral possam

partilhar experiências e discutir temas relevantes para a garantia do direito a saúde e o desenvolvimento participativo do SUS.

Desta forma, as rodas de conversa constituem também uma vivência educativa capazes de trazer, para o centro formativo e político do movimento de extensão popular, potenciais pedagógicos singulares próprios da educação nos movimentos sociais, como destaca Batista (2004, p.04/05), onde as estratégias de luta e de organização, as análises de conjuntura, o reconhecimento e a luta por direitos fazem parte do próprio processo de ensinar e aprender, contribuindo para uma educação política, para a identidade social dos sujeitos e para a construção da cidadania.

Tudo isso – o movimento, as lutas, as místicas e as rodas de conversa - vai cristalizando, no interior destas experiências, uma pedagogia. Como já destacamos inicialmente, estaremos afirmando, ao longo deste texto, que a ANEPOP possui uma pedagogia. Mas que entendemos temos sobre pedagogia?

Ora, para situar nossa compreensão acerca de pedagogia, precisaremos inicialmente destacar que a situamos como processo que extrapola os limites institucionais e cenários da sala de aula, previstos pela educação formal. Portanto, pedagogia como processo de que se desenvolve na relação educador-educando em sala de aula, mas também e, sobretudo, fora dela, nas relações sociais, culturais e humanas estabelecidas entre as mais diversas pessoas. De acordo com os fundamentos estabelecidos por Freire (1987), a pedagogia nasce e se desenvolve na relação entre as pessoas e destas com o mundo, em seu encontro a natureza e com outras pessoas. Neste encontro, a pedagogia ganhará significado quando permitir a estas pessoas aprenderem umas com as outras e com o mundo, num processo que não treina nem domestica, mas imbrica observação e reflexão crítica instigadoras da ação e da tomada de atitudes. Nessa perspectiva, a pedagogia é um processo fundamental para a condução da vida e a construção das relações sociais, pois é por meio dela que as pessoas aprendem, refletem, elencam prioridades e constroem suas ações no mundo. No entanto, falar em pedagogia não implica conceber este processo como algo estaque concretizado numa simples troca de aprendizados.

Verdadeiramente, a característica mais singular da pedagogia está em sua capacidade de criar condições propícias para a reflexão mais crítica das pessoas sobre si mesmas, seu mundo e suas crenças, incluindo em seu processo a capacidade destas

peessoas serem e fazerem mais, ou seja, transformar seus pensamentos, concepções e atitudes. Por isso mesmo, a pedagogia pressupõe que, homens e mulheres, constituem serem eminentemente inacabados, ou seja: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p.34). Para esse processo, pressupõe-se uma inconclusão do ser-humano, sobre a qual a pedagogia vai se configurar em processos relacionais sociais, culturais, educativos onde

educar é educar-se na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isso sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1977, p.25).

Nessa perspectiva, para Freire (1987), a pedagogia constitui um processo dinâmico de ensinar e aprender articulados a uma busca de ser mais, individual e coletiva, imbricada necessariamente num processo de ação transformadora. Como destaca ao caracterizar a Pedagogia do Oprimido, para Freire (1987, p.17) a pedagogia

que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por uma libertação, em que esta pedagogia se fará e se re fará.

É desta maneira que a pedagogia envolve processos onde ensinar não é transmitir conhecimentos, nem aprender significa absorve-los, mas implica um processo em constante movimento e desenvolvimento cujos elementos (pedagógicos) constituem facilitadores da criação das possibilidades concretas para a produção do saber. De acordo com Caldart (2004), a pedagogia constitui teoria e prática da formação humana, especialmente preocupada com a educação das novas gerações.

Em nosso estudo, assim compreenderemos a pedagogia. Como um processo vivo e dinâmico capaz de permitir às pessoas se encontrarem com diferentes pensamentos, significados e vivências, através de sua relação com outras pessoas e com o mundo, a partir do que poderão ser mais, aprender mais, re-direcionar posições e tomar atitudes. Acreditamos que a experiência da ANEPOP esteve encharcada de vivencias assim e repleta de encontros fecundos em produção de conhecimentos, através da participação de seus atores no próprio processo de criação, desenvolvimento e irradiação nacional

desta experiência, nutrindo-se de seus momentos de luta, mística e roda de conversa, através dos quais puderam interagir radicalmente com um movimento social popular em sua dimensão mais profunda e ontológica. Nesse sentido, concebemos a ANEPOP como sujeito pedagógico²⁰, o que implica considerá-la “como uma coletividade em movimento, que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem” (CALDART, 2004, p.315).

²⁰ Termo utilizado por Caldart (2004) em sua análise acerca da pedagogia do MST.

CAPÍTULO 3

Formação universitária e Educação Popular: desafios a partir da extensão popular

CAPÍTULO 3

Formação universitária e Educação Popular: desafios a partir da extensão popular

Para compreender como a experiência de participação no movimento nacional de extensão popular tem desenvolvido uma pedagogia que repercute na formação universitária, precisaremos tecer algumas considerações sobre o campo da formação universitária, em suas facetas históricas e sociais, bem como suas diversas correntes teóricas. Nessa perspectiva, buscaremos identificar alguns dos principais aspectos inerentes à produção teórica sobre formação universitária, partindo não apenas das referências bibliográficas, mas também das informações coletadas ao longo da pesquisa, de acordo com os procedimentos metodológicos já explicitados no capítulo anterior, o que permitirá evidenciar os principais pensamentos que permeiam o objeto de estudo (a ANEPOP) no que diz respeito ao principal foco e problema de pesquisa.

A formação universitária

Num cenário de sociedade ainda marcado pela exploração do homem pelo homem, através do trabalho, deparamo-nos com a insistente marca das desigualdades sociais em todo o mundo, cristalizada na tímida ou inexistente realização de direitos sociais e humanos por parte da grande maioria da população. A convivência com a riqueza de uns e a pobreza econômica de outros parece natural. Em decorrência, neste século XXI se consolida a idéia de que cada um é responsável direto pela construção de seu futuro. Com isso, valores como a competitividade crescem cada vez mais, num palco onde se naturaliza a pobreza econômica e as desigualdades sociais.

Crescendo num meio social envolto por tais idéias, muitos estudantes entram na universidade sem nunca terem considerado atentamente a realidade social circundante em sua cidade, seu estado ou em seu país. Muitos deles (mesmo aqueles provindos das classes menos favorecidas) acabam se enquadrando num cotidiano onde são telespectadores assíduos dos programas exibidos na televisão e participantes ativos do mundo e das relações virtuais propiciadas pela internet, mas poucos param para olhar ao seu redor. Desde sua família, até sua vizinhança, pouco percebem a riqueza e as

contradições do mundo ao seu redor. Desconhecem as causas ou motivações dos acontecimentos sociais.

Não devíamos achar natural que, desde pequenos, tenhamos as nossas vontades e os nossos desejos suprimidos simplesmente porque ainda não estamos aptos para realizá-los devido a pouca experiência. O problema não está em aceitar essa condição momentaneamente, o grande problema está na insistência em continuar na mesmice; em permanecer inerte; em não usar o potencial para fazer algo, algo bom (Larissa Menezes, no Relatório do período letivo 2007.1 do Grupo Operativo Idosos do Projeto de Extensão PINAB, in CARNEIRO et al, 2007, p.20)

Ao ingressar nos cursos de graduação universitária muitas das vontades e desejos dos estudantes continuam suprimidos, conforme destaca Edney Vasconcelos (2006, p.75),

com o passar dos anos, parece que nos vamos “aprisionando” na grade curricular, nas provas estritamente teóricas, no pensamento cartesiano de separação do ser humano em partes para se entender o todo, nos diagnósticos, nos exames complementares e nos tratamentos. Desvaloriza-se o doente pela eloquência da doença e, com isso, todos perdem. Muitas vezes, dominamos tecnicamente toda a informação científica de tal patologia, e isto é preciso, mas não “tocamos” nos pacientes, e ainda reclamamos que eles não aderem aos nossos tratamentos (depoimento do livro “Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde”).

Com efeito, a formação universitária sempre constituiu um reflexo da sociedade que lhe compõe e lhe dá sentido. Assim, o processo de alienação da realidade social se intensifica quando da entrada dos estudantes na universidade, pois o modelo acadêmico preponderante é aquele que legitima a desvalorização das vontades e desejos dos jovens estudantes universitários. Isso ocorre principalmente pela distância implementada entre teoria e prática e pela abordagem cientificista, na qual os conhecimentos científicos tornam-se eruditos, num grau de excelência que exclui do processo de construção de saberes aqueles que não tiveram acesso a este grau de aporte teórico.

Essas características predominam na organização da formação universitária em diversas instituições do Brasil e do mundo. Para compreender porque este modelo vigora há tanto tempo e consegue pautar a formação de tantos estudantes, precisaremos antes voltar nosso olhar para o papel que a universidade cumpre na sociedade.

Traços históricos da formação universitária no Brasil

A perspectiva de formação universitária preponderante atualmente é fruto de um relacionamento tenso entre diferentes concepções e correntes acadêmicas, principalmente alemã, francesa, norte-americana. De acordo com Paula (2009, p.73), o ensino universitário francês (napoleônico) era “caracterizado por escolas isoladas de cunho profissionalizante, com dissociação entre ensino e pesquisa e grande centralização estatal”. Por sua vez, o modelo alemão enfatiza a importância da pesquisa na universidade. Enquanto o modelo francês volta-se para a formação especializada e profissionalizante, via escolas isoladas; o alemão enfatiza a formação geral, científica e humanista, com enfoque na totalidade e universalidade do saber. Estes dois modelos constituíram as principais bases sobre as quais começaram a se desenvolver a maioria das universidades do Brasil. Ao longo do tempo, outras tradições foram se constituindo, incrementando de mais elementos os modelos brasileiros de universidade e repercutindo na conformação de diferentes propostas de formação universitária.

Inspiradas pelo modelo português, as universidades surgem tardiamente na história do Brasil, implementando uma perspectiva de cursos isolados e de caráter exclusivo profissionalizante. Ao contrário das propostas alemãs ou francesas, onde a importância da pesquisa e do desenvolvimento científico eram maiores, no Brasil os primórdios da universidade estavam atrelados à capacitação dos indivíduos para aquisição de títulos e autorização para o exercício profissional. A expansão dos cursos de graduação nas universidades deste período legitimou o tecnicismo como um passaporte para a ascensão do status social das pessoas, constituindo um acesso garantido a empregos com alta rentabilidade e ótima aceitação pelos olhos da sociedade. Por tudo isso, a maioria da população passou a conceber a capacitação técnica como principal função acadêmica, por meio do domínio de tecnologias, teorias e métodos.

A partir dos anos 1960, conforme destaca Paula (2009), existiu no Brasil um amplo movimento sustentado pelas reivindicações do movimento estudantil e dos professores mais progressistas para rediscutir a organização geral da universidade e de suas proposta de formação. Estavam em jogo aqueles muitos dos principais aspectos políticos e arranjos metodológicos implementados por aqueles primeiros modelos. Contudo, com o Golpe de 1964, a reformulação estrutural das universidades brasileiras passaram a ser absorvidas seguindo a perspectiva da tradição universitária norte-

americana, segundo a qual deve haver um vínculo linear entre educação e desenvolvimento econômico, entre educação e mercado de trabalho; instituição do regime de créditos e matrícula por disciplinas, (...) visando uma maior racionalização para as universidades; expansão do ensino superior, através da ampliação do número de vagas nas universidades públicas e da proliferação de instituições privadas, o que provocou uma massificação desse nível de ensino; culminando com a ênfase nas dimensões técnica e administrativa do processo de reformulação da educação superior, no sentido da despolitização da mesma (PAULA, 2009, P. 77; PAULA, 2002).

Assim, as influências do modelo francês e do alemão passam a conviver com a invasão da tradição universitária norte-americana na organização acadêmica brasileira durante a Ditadura Militar. Em decorrência, conformam-se modelos de ensino universitário marcados pelo mecanicismo de inspiração cartesiana-newtoniana, fragmentado e reducionista. Assim, no seio das universidades brasileiras passava-se a fomentar uma constante formação profissional marcada pelas concepções de vida e sociedade individualistas, competitivas, tecnicistas e fomentadores do elitismo cultural e educativo.

Nos dias de hoje, essas balizas éticas, teóricas e filosóficas universitárias convivem com um novo contexto. Para Jezine (2006), hoje a universidade encontra-se inserida em contexto social de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, marcadas pela abertura de mercado, globalização da economia, privatização das instituições públicas e terceirização de serviços, o que tem lhe induzido a formação de um novo modelo de universidade, pensado sob princípios empresariais, vinculado ao projeto de reforma do Estado brasileiro e implantação de políticas neoliberais. Orientada por estes ideais, a atual política universitária dominante reforça um

modelo hegemônico de (con)formação universitária, [que] pode levar à paralisia frente às iniquidades sociais e gerar a valorização do mérito individual, do saber mercadológico e da racionalidade instrumental, além da produção do sentimento de continuidade do status quo. (Isaquiél Rosa, no texto “Pedras, noites e poemas: percepções de um extensionista popular” do Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular organizado pela ANEPOP)

Nessa esteira, em lugar de servir para o desenvolvimento humanitário e ambiental no mundo, a formação universitária se propõe capacitar e certificar as pessoas

a fim de lhes garantir a acumulação de riquezas. Diversos são os autores que concordam ser esta a função social da universidade – capacitar indivíduos para o mercado de trabalho. Evidentemente, o problema não está na intenção de garantir o sustento individual e familiar das pessoas, nem em permiti-las atuar no mundo do trabalho e nas redes de relações a ele inerentes (o mercado, por exemplo), mas em tornar o conhecimento científico e a graduação algo tão erudito, inalcançável e elitizado, que estes objetivos passam a ser perseguidos com avidez, desumanidade e frieza. Ora, ao seguir essa perspectiva,

o ensino acadêmico silencia a indignação e inclina-se para a competição por notas – que servem como filtro indicador do profissional “eficiente e competente” que se tornará mão-de-obra para o mercado (Isaquiél Rosa, no texto “Pedras, noites e poemas: percepções de um extensionista popular” do Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular organizado pela ANEPOP)

Atualmente, a formação universitária dominante concorre com a perda das dimensões essenciais ou da própria missão desta instituição, quais sejam: o compromisso com a promoção da cultura, o estímulo ao desenvolvimento do pensamento crítico, a proteção e garantia da liberdade de criação, a disseminação de conhecimentos úteis para a resolução dos problemas e dilemas sociais, e a qualificação permanente da relação entre os indivíduos e suas coletividades, e destes com a natureza.

Principais características da formação universitária dominante no Brasil

Hoje, podemos afirmar que a formação universitária brasileira possui diversas facetas e propostas, constituindo um verdadeiro caldeirão de propostas, as quais derivam necessariamente do atual contexto social, político e econômico de nossa sociedade, mas que também guardam influências significativas dos modelos universitários historicamente construídas, conforme destacamos anteriormente. Diante desta constatação, cumpre destacar que não há “um” modelo de formação universitária no país, mas uma série de propostas, características e facetas resultantes de diferentes tradições e situações. Contudo, mesmo dentre tanta diversidade, conforma-se evidentemente um modelo dominante, sobre o qual nos debruçaremos neste subitem.

Os currículos da formação universitária dominante dedicam-se a problemas, recomendações e fundamentações de ordem técnica, ocupando-se de tornar os futuros

profissionais excelentes operadores do processo de trabalho para o qual estão estudando. Pouco importa a experiência de vida ou as possíveis especificidades de cada educando. Nesse sentido, como destacam Mitre et al (2008), o processo ensino-aprendizagem tem se restringido, muitas vezes, à reprodução do conhecimento, no qual o docente assume um papel de transmissor de conteúdos, ao passo que, ao discente, cabe a retenção e repetição dos mesmos - em uma atitude passiva e receptiva (ou reprodutora) - tornando-se mero expectador, sem a necessária crítica e reflexão.

Para Lima (2009, p.97), neste modelo formativo

a educação cumpriria a tarefa de criar as competências e habilidades necessárias para garantir a inclusão do indivíduo na sociedade capitalista. A cada indivíduo caberia o empenho em desenvolver as características exigidas para galgar o patamar da empregabilidade ou, ainda, colocar-se como um empreendedor no mercado.

A sociedade e seus problemas são timidamente visitados e, quando vistos, são tomados a partir de um ponto de vista estritamente técnico e pouco reflexivo. Como numa linha de produção de equipamentos em massa, este modelo acadêmico pensa prioritariamente na garantia de que suas recomendações serão perfeitamente apuradas e depois aplicadas nas realizações dos trabalhos destes indivíduos, quando formados. Em seu relato, Fernanda Gondim (2006, p.107/108) explica que:

estava tão envolvida pelo sistema de memorização e repetição que não percebia que a sociedade exigia muito mais que apenas conhecimento científico. (...) Para que é útil saber o sexo das lombrigas se o que faz Joãozinho tê-la é a falta de saneamento básico? De que adianta saber o mais recente tratamento para determinada doença se me falta a sensibilidade de ver que D. Maria não tem dinheiro para fazê-lo? (depoimento do livro “Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde”).

Para Duarte (2000; 2003, citado por Lima, 2009), este modelo de formação constitui uma perspectiva educativa onde é mais significativo aquilo que o indivíduo aprende sozinho, sem a transmissão por outras pessoas. Importa, nesse modelo, a memorização dos estabelecimentos científicos, em lugar da apropriação do conhecimento científico. Com isso, ainda segundo Duarte (2000), a educação cumpre o papel de proporcionar ao indivíduo a capacidade de adaptar-se à sociedade, em lugar de prepará-lo para os constantes processos de transformação nela empreendidos. Fabrício

Brazão (no texto “Um sonho, um sentimento, uma prece” do Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular organizado pela ANEPOP) relatou sua perplexidade ao constatar, em seu ingresso na universidade, a dinâmica que teria de enfrentar no transcorrer de seu curso.

Ao entrar na universidade acreditava que ela potencializaria todos esses anseios presentes em mim. Engano meu. Vivi os dois primeiros anos do curso me esforçando para encontrar o que almejava, entretanto o que mais presenciei foram palavras e cenas de vícios como conformismo, comodismo, intolerância, egoísmo, desrespeito e disputa. Refiro-me tanto a docentes, quanto a discentes e a técnicos administrativos da universidade. Praticamente ninguém com sonhos de melhorar o mundo, com vontade de não ver mais desigualdades sociais e miséria. Na verdade, em algumas pessoas, vontade até que existia; o que não havia era atitude.

Orientado por esta direção de pensamento, o corpo universitário guarda pouca sensibilidade para a promoção de um compromisso efetivo com o desenvolvimento e superação dos problemas da sociedade. Lukas Darien e Matheus Mata (no texto “No Fundo da REDE” do Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular organizado pela ANEPOP) destacam que

(...) nem todos do corpo universitário possuíam tal sensibilidade ou simplesmente ignoravam o contexto em que a academia está inserida. Estudantes alheios às conjunturas que envolvem a educação superior e suas responsabilidades com a sociedade; professores acomodados em rotinas herméticas, alheias às demandas sociais e, particularmente, às demandas do sistema público de saúde; atores das universidades que, se um dia foram militantes, hoje assumem uma filosofia conformista e acrítica.

Cristalizou-se uma perspectiva demarcada pelos seguintes elementos, dispostos por Mitre et al (2009): disciplinas orientadas por conteúdos e objetivos mal definidos; a transmissão de informações e pura utilização da memória (decorar) para a construção do conhecimento; professores capacitados somente em conteúdos; ensinar-aprender com observação passiva dos estudantes; humilhação e intimidação dos estudantes pelos docentes; primeiro a teoria e depois a prática (somente nos últimos anos do curso); avaliação praticamente somativa/punitiva no final das unidades, estágios e disciplinas. Muitas destas dimensões da formação universitária derivam das propostas delineadas pelo MEC por ocasião do Golpe Militar, onde era intencionalmente tecida de modo a

evitar a discussão e a reflexão crítica. Por isso, a proposta de formação universitária consiste, na maioria das instituições de ensino superior, em decorar o saber científico, o que constitui um “passaporte” para conquista do diploma ao final do curso, e o direito de ingressarem no “mercado de trabalho”. O incômodo sentido pelo estudante Fabrício Brazão (no texto “Um sonho, um sentimento, uma prece”) ilustra o utilitarismo mercadológico da formação universitária, aqui destacado e por ele sentido em seu curso de graduação.

Estava insatisfeito com a formação que vinha recebendo. Não me sentia próximo daqueles que são maioria da população: os pobres. Alguns professores, ao invés de terem sido exemplos de ética e humanidade, acabaram sendo meros personagens que, infelizmente, prefiro não lembrar que tentaram ensinar-me algo. (...) Segundo eles, um doente bem acolhido é retorno garantido, pois se sente seguro para retornar, e ainda recomenda o nome do profissional para outros doentes. Aconselhavam também que reservássemos um tempinho para fazer uma caridade num feriado ou no final do ano. Talvez quisessem que entendêssemos “solidariedade” como uma mercadoria a ser distribuída periodicamente (Fabrício Brazão, no texto “Um sonho, um sentimento, uma prece” do Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular organizado pela ANEPOP).

Nesse sentido, há de se considerar que as características do modelo dominante de formação universitária não vieram de outro lugar senão a própria sociedade na qual a universidade está inserida. Marilena Chauí (2001) destaca que não se pode entender o desvirtuamento da universidade pública no país sem relacioná-lo a um contexto mais amplo: o do autoritarismo profundo que permeia a sociedade brasileira, assim como o do neoliberalismo em vigor. Para Isaquiel Rosa (no texto “A universidade precisa de poesia” do Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular organizado pela ANEPOP):

*Às vezes, a Universidade nos engana
São promessas falaciosas que
Nos enviam à escuridão
Grilhões do status quo dominante.*

*O mercado é adorado
O individualismo valorizado
Competir por notas é a questão
Compromisso social deixado de lado.*

As concepções que sustentam a atual organização desigual da sociedade ultrapassam os muros acadêmicos e vão configurando modelos de formação acadêmica

cuja idéia do conhecimento científico está como algo neutro social e politicamente. Compreende-se a ciência como algo a ser aceito e decorado e não discutido. Quando discutido, o problema científico é encarado de maneira hermética e isolada de contextos sociais, culturais, políticos e econômicos. São “problemas” para tarefas e exercícios escolares, não situações reais a partir das quais seria preciso conhecer e trabalhar. Nesse sentido, desvela-se uma cultura dominante universitária profundamente desumanizante e acrítica. Conforme Vasconcelos (2006), todo esse arcabouço teórico de condução tradicional da formação deriva dos modelos newtoniano e cartesiano da ciência, onde o universo é encarado como um mecanismo gigantesco que funciona segundo princípios bem definidos.

O mistério não existiria: há problemas e desafios. Todos os problemas podem ser claramente formulados, investigados e resolvidos se houver investimento e tempo para pesquisas feitas dentro deste modelo de investigação. (...) O papel do profissional (...) é intervir física e quimicamente para consertar o defeito no mecanismo enguiçado. As atividades mentais (pensamento, sentimento, sonho, contentamento, sofrimento e angústia), quando valorizadas, são entendidas apenas como resultado da anatomia, bioquímica e fisiologia do cérebro. Para trabalhar orientado por este jeito (...) são necessários profissionais que apliquem as técnicas de modo desvestido de sentimentos, pois estes corroeriam a objetividade. (...) É necessário também que os profissionais sejam treinados a dar valor apenas ao saber produzido nos grandes centros de pesquisa e que conseqüentemente desvalorizem o saber produzido localmente pelas comunidades e pelos colegas. O saber presente nas tradições passa a ser visto apenas como curiosidade. É ainda preciso de profissionais competitivos e, conseqüentemente, individualistas, pois a concorrência é consagrada como o grande instrumento de garantia da eficiência (VASCONCELOS, 2006, p.266/267).

Ao evitar o confronto dos estudantes com a realidade social, este modelo de formação universitária se reveste da neutralidade do conhecimento científico para desenvolver sujeitos aptos a operar técnicas definidas e limitadas. Confere então a ciência um papel avesso a sua vocação: instigar mulheres e homens a busca permanente de compreender melhor o mundo para melhor viver nele. Para Chauí (2001), o atual modelo universitário possui características políticas, curriculares e pedagógicas intencionalmente direcionadas a manutenção da ideologia social dominante de exclusão social e política de um povo considerado culturalmente subalterno, pois compreendido como “iletrado, instintivo, emotivo, irracional, puro, natural, enraizado na tradição” (Chauí, 1996, p.15). Contudo, estando em permanente relação com a sociedade, a

universidade possui também contradições e tensões quanto a suas políticas e sua forma de conduzir a formação de pessoas. Assim como na sociedade como um todo, brotam também resistências ao modelo dominante de universidade.

Vasconcelos (2006) afirma que a academia presencia atualmente cantos (ainda que pouco sonoros) de jovens que dialogam com o velho e propõe o novo. Mesmo possuindo tradições e políticas dominantes, nos dias de hoje as universidades configuram-se, em sua maioria, como um espaço aberto a contradição e a construção de inéditos-viáveis. Como destaca Isaquiel Rosa (no texto “A universidade precisa de poesia” do Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular organizado pela ANEPOP):

*Como qualquer instituição
[a universidade] Está sujeita a subversão
Pois não somos apenas reprodução...*

*Somos reprodução, mas também produção
Somos correntes, mas também liberdade
Somos objetos, mas também sujeitos históricos
Partilhamos faíscas de renovação.*

*Faíscas incendeiam a contradição
Consomem e ofuscam os muros já imaginários
Do ventre “domesticador” universitário
Pássaros que cantam: incon-formação.*

*Que a estrutura institucional não possa
Adormecer e violentar a juventude
Que nossa consciência e rebeldia
Ganhem conhecimento e ação.*

*Vozes que gritam NÃO!
A opção tecnocrática e dominadora da universidade
Vozes que gritam SIM!
A sua opção democrática e popular.*

*A história não acabou
A universidade está em crise
A sociedade está em crise
Não vamos desistir de sonhar.*

Mesmo sem respaldo ou apoio institucional, muitos professores, técnicos e estudantes vêm elaborando novas formas de pensar a formação universitária e seu compromisso social, colocando novos temperos no amplo caldeirão de modelos e perspectivas chamado formação universitária. Desta maneira, em meio ao contexto preponderante aqui explicitado, nos mesmos corredores em que encontramos

autoritarismo e relações desumanizantes, também nos deparamos com a emergência de movimentos contrários, marcados pela humanização, respeito e construção do compromisso ético universitário. São mulheres e homens que buscam empreender mudanças naquele cenário social, e apostam de modo especial na educação como potencializadora da “mudança de mentes” capaz de repercutir num futuro diferente.

Há um número significativo de universitários dispostos a desenvolver todo o potencial humanizante e democrático da formação universitária. Muitos grupos vêm procurando saídas para esta encruzilhada, ao trazer novos contornos e propostas metodológicas diversas no intento de galgar outro horizonte para a formação universitária e, por conseguinte, para a organização estrutural desta mesma instituição e sua relação com a sociedade.

Como expomos principalmente no capítulo anterior, através da vivência pessoal do autor nas experiências de extensão universitária, dentre as várias iniciativas que hoje permeiam a mudança da formação universitária, a Educação Popular se apresenta como uma alternativa, visando a efetivação do compromisso social e da função acadêmica desta instituição. No diverso cenário universitário brasileiro, esta perspectiva educativa vem ensejando espaços para uma nova vertente pedagógica universitária, a qual vem merecendo destaque como uma alternativa metodológica de formação de profissionais, tendo como base uma inserção precoce dos estudantes na realidade das classes populares do país, no campo ou na cidade. Por meio da ação comunitária, esta atividade propõe intermediar a formação estudantil em meio à participação da universidade em trabalhos sociais em diferentes territórios e situações sociais. No seio destas iniciativas, entende-se este como um trabalho orientado pelo diálogo entre comunidade e universidade, na partilha de conhecimentos.

De acordo com Vasconcelos (2006), Fleuri (2004; 2006), Falcão (2006), dentre outros, as diversas experiências vêm demonstrando transformações de olhares e visões de mundo em grande parte dos estudantes universitários participantes. Nos diversos escritos, afirma-se que, após certo tempo de vivência em ações de Educação Popular, os estudantes desvelam visões de mundo distintas daquelas antes cultivadas: os universitários re-significam a vida em sociedade, assumindo para si um compromisso com as classes populares, balizado pela Educação Popular como caminho possível para preparação dos atores sociais para a transformação social.

A pedagogia das práticas de extensão popular

Conforme podemos constatar nos relatos de algumas experiências de extensão popular (marcadamente aquelas estudadas por Falcão (2006), Silveira (2006), Lacerda; Ribeiro (2006) e Padilha (2008), sua base pedagógica reside na vivência de estudantes com o cotidiano das classes populares, inserindo-se em diversas frentes de interação comunitária. Tais vivências se caracterizam pela participação estudantil através das visitas domiciliares ou de estágios de vivência em comunidade, onde os educandos passam a conviver com a comunidade, suas realidades, suas contradições e seus sujeitos. Não há trabalhos pré-estabelecidos a fazer, ou normas a seguir, nem metas fechadas a cumprir. O principal objetivo é a observação curiosa, atenciosa e crítica; a postura de aprendiz, diante da diversidade de sabedorias presentes no cotidiano popular. Escutar as pessoas das camadas populares, conhecer de perto sua realidade e suas dificuldades, deixando que as ações sejam demandas deste diálogo.

A partir de então, esta vivência inicial se intensifica com o engajamento estudantil nas ações sociais existentes nas comunidades e pelo estímulo a criação de ações comunitárias que incentivem a participação política e o cultivo ao espírito de cidadania no local. São grupos educativos, cooperativas, campanhas de mobilização, feiras de saúde e cidadania, programas de assistência social permanente, consultoria ou mesmo assessoria para organização popular.

A partir de sua inserção ativa em experiências deste tipo, o contato pessoal com comunidades populares enseja para estudantes múltiplas experiências desconcertantes, conforme destaca Fleuri (2006). Para Luciano Gomes (2006, p.140), por exemplo, uma das maiores experiências que vivenciou em um ano de trabalho em comunidades foi quando, aceitando o convite de uma família para o almoço, se deparou com uma comida da qual não gostava. E aí compreendeu que “era muito mais fácil uma pessoa mudar de corrente política ou de opção religiosa, do que modificar um hábito alimentar”. Por sua vez, Rosângela Teixeira (2006, p.221) lembra de sua impressão ao visitar um barraco de adobe, de uma sala só, sem janelas, onde moravam cerca de quatro pessoas que dormiam no chão: “Havia um cheiro tão ruim que não saiu do nariz até hoje”. É em instantes como estes que os estudantes poderão se concentrar numa imensidão de novidades com as quais passarão a ter contato. Desde o modo de falar, as expressões lingüísticas e corporais, as tradições culturais da comunidade até mesmo as dificuldades

pelas quais passam, a ausência quase completa de acesso a direitos sociais e humanos, a opressão cultural, social e econômica. Também poderão impressionar-se pela fala de pessoas aparentemente simples, mas cheias de experiências de vida e histórias para contar.

Todavia, o mais desconcertante é o encontro com a situação de miséria, de doença e com a morte, afirma Fleuri (2006). Marcos Tietzmann (2006), em depoimento sobre sua vivência, apresenta seus conflitos ao trabalhar num bairro onde as possibilidades e limitações de saúde física e mental se configuram no contexto marcado pelo econômico-político entrelaçado com as dimensões subjetivas e culturais. Desespera-se por verificar que o simples encaminhamento de uma criança ao posto de saúde se torna uma empreitada impossível para uma mãe que, separada do marido e em conflito com a vizinhança, não tem dinheiro para ônibus, nem para comprar o remédio (Fleuri, 2006, p.249). O desespero, a insegurança e a impotência são sentimentos que emergem nestas vivências. Por tudo isso, decorre uma reflexão profunda do estudante, ao presenciar o significado efetivo do que é a desigualdade social, a fome e a pobreza econômica. Alexandre Figueiredo (2006, p.19), diante de sua primeira paciente, uma criança negra e pobre que definha, também decai, vendo a família sem possibilidade de adquirir o remédio. Ele afirma que:

Num barraco cheio de gente, vi um pequeno ser cair em uma de suas primeiras batalhas. Senti-me de mãos atadas. Revoltado por saber que ela poderia ter sido salva se um pozinho tivesse matado o treponema que palidamente coloria o rosto daquela criança (depoimento do livro “Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde”).

De acordo com Fleuri (2006), o encontro com a doença e com a morte revela o paradoxo da vida do ser humano, ou seja, o espaço trágico, o espaço do inevitável, do que não pode ser corrigido, do que nem toda medicina pode evitar: o limite e a finitude.

Por outro lado, a extensão popular propicia também os estudantes se deparar com resistências, movimentos e organizações de luta e reivindicação por melhoria nas condições de vida. Com isso, constatar que existe resistência e estratégias de fortalecimento são constantemente re-inventadas a partir do trabalho coletivo. Ademais, testemunham, neste processo, a persistência por meio da alegria e celebração em meio a tanta dificuldade, num contexto onde imaginavam haver somente tristeza e lamento.

Para Céres Bandeira (no Relatório do período letivo 2007.1 do Grupo Operativo Escola do Projeto de Extensão PINAB, in Bandeira et al, 2007, p.16),

um dos primeiros impactos que tive foi quebrar a subestimação que tinha em relação ao aprendizado da população de menor renda. Várias vezes tive prova de que em meio a condições nada favoráveis ao aprendizado, as pessoas recebiam e repassavam conhecimento, sendo capazes sim, de transformar o meio em que viviam por ações simples. Aprendi então a confiar mais nas pessoas, perceber o amor nas adversidades, enxergar a vida com olhos que alcançam mais longe.

Além de gerar reflexões sobre o compromisso social, as atitudes, a postura diante do mundo, as vivências também geram impactos significativos por repercutirem nas subjetividades dos estudantes como uma oportunidade de inserção, de contribuição, de “sentir-se útil”. Algo muito procurado no período da juventude, e buscado em grande parte pelos acadêmicos ao adentrarem nos cursos superiores. Todavia, ao ingressarem na universidade estes estudantes têm seu potencial criativo e participativo alienado em função da necessidade acadêmica de decorar os livros e adquirir excelência em saberes eruditos. Ao se deparar com a emergência de problemas sociais sérios e ver que podem ajudar com seu empenho e trabalho, encantam-se com a construção de um novo mundo possível ou, pelo menos, um trabalho pelo qual se sinta responsável e ganhe experiência prática.

O que nunca imaginara é que essa experiência me proporcionaria a abertura de várias outras portas de conhecimentos, atividades, idéias, atuação e ação. A vivência em comunidade permitiu-me conhecer a realidade antes renegada, periférica. A desigualdade social, a necessidade de melhores condições de moradia, saneamento e saúde saltaram aos olhos de forma imediata. Porém, só a convivência semanal com as famílias visitadas permitiu-me perceber a riqueza aparentemente despercebida, o aconchego, a alegria, a cultura e valores próprios da comunidade. A descoberta destas preciosas minúcias se tornaria praticamente impossível confinada dentro de uma sala de aula (depoimento do livro “Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde”, in ALMEIDA, 2006, p.28/29).

E naquelas visitas que eu fui para “ajudar” ou “ensinar”, tive outro conceito do que realmente eu iria fazer na casa destas pessoas e eu fui simplesmente aprender, com cada olhar, gesto e com o falar (Nayara Massa, no Relatório do período letivo 2007.1 do Grupo Operativo Escola do Projeto de Extensão PINAB, in BANDEIRA et al, 2007, p.21).

Neste encontro significativo do estudante consigo mesmo, seu compromisso social e sua subjetividade, decorrem momentos de *análise* de toda a síntese de vida. Para Vasconcelos (2006b, p.269),

Mobilizados por estas emoções seguiram-se reflexões, pesquisas e iniciativas que foram se articulando em novos caminhos. Mas é impressionante perceber como este processo reflexivo não costuma encontrar apoio nas disciplinas dos cursos. As reflexões mais marcantes da carreira destes profissionais tiveram que ser elaboradas apenas na esfera privada de suas vidas ou nos movimentos sociais em que se inseriram.

Silveira (2008, p.22) afirma que "os princípios e as práticas de Educação Popular, concretizados na forma de Extensão Popular, fazem enveredar em uma busca constante pela via da interdisciplinaridade e na perspectiva transgressora da transdisciplinaridade". Desenvolve-se a autonomia solidária e espírito de equipe, sinergia de esforços para superar as dificuldades, ampliação da capacidade de planejamento e organização dos processos, valorização das subjetividades e do saber popular, aprofundando a capacidade de escuta para uma atuação pactuada.

Neste processo de ação-reflexão propiciado pela extensão popular, estes sujeitos *aprendem a aprender*. Ao conviver com as pessoas das camadas populares, percebem que existe um saber primordial em organizar a vida diante de tanta privação e dificuldade. Nessa esteira, percebem que a atuação em comunidade, qualquer que seja, precisa estar encharcada de significado para as pessoas participantes. Compreendem que o conhecimento científico é essencial, mas somente em diálogo horizontal e respeitoso com a vida que pulsa na realidade social.

Pois foi a leitura da vida quem me ensinou que eu não estava sentada naquela cadeira quente e desconfortável da universidade para ser um homem robô, programado para falar e escrever o que havia lido em artigos científicos e literatura conceituada esquecendo-me que sou além de intelecto, sou também emoção e valores. Foi a leitura da vida que me ensinou que enquanto o que aprendo no saber científico me é importante, o é também importante àquela Joana da periferia de minha cidade e enquanto meu saber científico é importante o saber da Joana aprendido na casa, na rua, na repartição pública, no choro, na fome, no não recebido também me é essencial e essencial a ela (Daniela Carneiro, no Relatório do período letivo 2007.1 do Grupo Operativo Idosos do Projeto de Extensão PINAB, in: CARNEIRO, 2007, p.18)

A vivência em comunidades revela-se uma experiência pedagógica de aprendizados singulares, compostos por perplexidades produtoras de novas perspectivas para os estudantes, forjando um compromisso ético através do qual não haverá retorno para o mesmo mundo após esta experiência significativa.

Depois das primeiras experiências fui percebendo que, involuntariamente aqueles sentimentos que me cercavam e queriam me atordoar, foram substituídos por pelo desejo de corroborar, de incentivar, de apoiar (Karistenn Casimiro, no Relatório do período letivo 2007.1 do Grupo Operativo Programa Bolsa Família do Projeto de Extensão PINAB, in: FREITAS, 2009, p.24).

Há uma pedagogia da extensão popular que permite trabalhar as perplexidades estudantis nas primeiras inserções na comunidade como sementes de mudança no *sentir, pensar e agir*²¹ dos estudantes. Na maioria dos casos, o processo de *análise* decorrente nos momentos de perplexidade permite aos estudantes adentrarem, com coragem e ousadia (e às vezes um frio na barriga), no mutirão de luta pela vida das classes populares.

Nas discussões com as famílias e nos grupos formados, fios da complexa meada da vida iam se revelando, mostrando dimensões inusitadas da luta pela sobrevivência e felicidade. Soluções eram costuradas com palpites de muitos, já os envolvendo no encaminhamento. Ficávamos encantados com os resultados esboçados no processo que ajudávamos a construir. Participávamos da obra de recriação coletiva da vida e isto era fascinante. Esta metodologia pedagógica nos aproximava afetivamente deles e nos permitia desfrutar de seus carinhos e alegrias que expressavam de forma intensa (depoimento do livro “Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde”, in VASCONCELOS, 2006a, p.94).

É desta forma que compreendemos existir na extensão popular uma problematização diferente daquela sugerida por algumas metodologias ativas de ensino, como a Abordagem Baseada em Problemas ou Problem Based Learning, PBL. Muito influenciada por tradições progressistas norte-americanas, esta metodologia enfoca a análise da realidade a partir de situações-limite sugeridas pelo educador, organizadas pedagogicamente com este fim. Mesmo ressaltando a relevância desta perspectiva da problematização, há de se ponderar sua lacuna em favorecer uma problematização do

²¹ Conceitos trabalhados por Salles (1999).

mundo concreto e da realidade mesma que circunda o educando, não se restringindo apenas às situações-limite que o educador pensa serem certas ou adequadas para uma determinada aprendizagem. Ademais, embora reconheçamos que muitas experiências com metodologias de PBL atualmente buscam inserção em realidades sociais, há ainda de se ponderar que, na perspectiva da Educação Popular, a problematização e o processo de estudo dela decorrente não podem constituir o centro do processo de formação. Central mesmo é o encontro dos estudantes com o mundo e com o outro, através das vivências.

O VEPOP me propiciou colocar a mão na massa, ou seja, sair da inércia da sala de aula e atuar na transformação que sonho: um mundo melhor onde pessoas se encontram, conversam e se abraçam; onde pessoas de diferentes origens e classes sociais trocam idéias e experiências para a construção de um saber efetivamente coletivo e popular. Este é meu mundo dos sonhos (Kayo Soares, no texto “Revelações importantes para colegas da extensão popular”, do Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular organizado pela ANEPOP).

Finalmente, na perspectiva da Educação Popular, a problematização deságua não apenas em trabalhos escritos, seminários ou relatórios estanques, mas procura vislumbrar caminhos possíveis para contribuir com as dificuldades da realidade vivenciada, repercutindo numa melhor qualidade de vida para a população.

Com a extensão passei a me ver como alguém que é detentor de um potencial de mudança... Aprendi que acreditar no poder da educação é possível, desde que se construa a autonomia e que se permita que todos participem deste processo, fazendo assim a inserção... Acreditando que cada um tem como contribuir para o crescimento de todos. A extensão me abriu além do coração e dos olhos, a mente (Monique Freitas, no Relatório do período letivo 2007.1 do Grupo Operativo Programa Bolsa Família do Projeto de Extensão PINAB, in: FREITAS, 2009, p. 23).

Assim, os estudantes passam a apostar na educação como componente fundamental do processo transformador. Percebem a força de uma conversa, de um diálogo, de um ensinamento. Refletindo sua experiência na organização de um curso comunitário, Rodrigues et al (2008, p.61) destacam que

esta experiência oportunizou um amadurecimento de nosso papel enquanto educadores. Isso foi acontecendo aos poucos, à medida que o início do Curso foi se tornando eminente e quando fomos querendo

cada vez mais estar próximos da organização; quando a pressão e o desafio foram ficando maiores. Desafio e pressão provindos da curiosidade em aprender os temas propostos nos módulos; enfim, o desafio de sermos “educadores”. E o que é ser educador? Preocupar-se com o outro; cuidar dos momentos e situações que compõe a dinâmica de um grupo; buscar a formação e a transformação das pessoas, os educandos; propiciar um ambiente favorável às descobertas, ao novo e a humanização; oportunizar momentos de aprendizagem.

Para Gondim (2006, p.108), a Educação Popular abre um universo que todo estudante deve experimentar e se deliciar desde o primeiro período. “É em diálogos informais e troca de experiências que eu venho aprendendo o que é Educação Popular, o que é ajudar as pessoas sem ser assistencialista, o que é Comunidade, o que é interdisciplinaridade, autonomia e cidadania. Não é uma simples questão de saber o que é doença, é saber o que é ser doente nesse país”.

Quando se iniciaram os espaços de discussão com as lideranças comunitárias, onde traçávamos objetivos, problematizávamos, refletíamos, abordávamos aqueles problemas que mais os instigavam a estarem ali, percebemos a extensão universitária como algo “extrapolador” da prática em comunidade...podíamos participar do processo de transformação daqueles que a constituem! (Karistenn Casimiro de Oliveira, no Relatório do período letivo 2007.1 do Grupo Operativo Programa Bolsa Família do Projeto de Extensão PINAB, in: FREITAS, 2009, p.24).

A educação desvelada pela extensão popular não é qualquer vertente educativa, mas uma permeada de intencionalidade transformadora e componentes metodológicos que alcancem este horizonte. Cristaliza-se então a Educação Popular como caminho de contribuição da extensão universitária para os enfrentamentos cotidianos da realidade comunitária. Educação Popular como processo formativo permanente realizado com a classe trabalhadora e seus aliados (Calado, 2008), onde se cultiva a resistência contra a opressão e as desigualdades sociais, em meio às buscas por melhorias definitivas nas condições de vida dos cidadãos.

Com a vivência em comunidade e a Educação Popular, aprendi coisas que deveriam ser básicas, como o respeito ao conhecimento tradicional. Nós não temos a fórmula para resolver todos os problemas das comunidades sozinhos. A realidade local só muda com propostas formuladas localmente. Isto me leva a refletir que, sem articulação de base, o Brasil não muda. O poder dos movimentos sociais é imenso e cabe a nós (a pretensa classe intelectual) apoiar e lutar com unhas e dentes juntos aos movimentos sociais e seus conhecimentos de causa;

dentre vários outros conhecimentos que não se descreve e sim se sente. Hoje estes são princípios radicais na minha luta cotidiana, mas antes do projeto estavam escondidos sob a neblina da arrogância científica (Kayo Soares, no texto “Revelações importantes para colegas da extensão popular”, do Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular organizado pela ANEPOP).

Para isso, Educação Popular se expressa também como metodologia, num movimento educativo permeado pela incessante construção coletiva, marcada pela inclusão de todos os indivíduos nas estratégias de ação e reflexão para transformação de sua realidade. Nessa caminhada, precisará utilizar de elementos como o respeito aos diversos saberes, a paciência pedagógica, a humildade, a consciência do inacabamento, a amorosidade (como expressão da fé na capacidade de ser e fazer mais de todas e todos), e o diálogo como elemento fundante desta prática, o qual perpassará todo o processo, como princípio-chave para o sucesso das ações.

A atuação baseada na Educação Popular me fez amadurecer como estudante e crescer como pessoa. Adentrar e participar da vida das pessoas, criar laços de amizade, compartilhar experiências, me engrandeceu indescritivelmente. A saúde ganhou um conceito mais ampliado e complexo, indo muito além do bem-estar. As relações se tornaram mais dialógicas e horizontalizadas, o ser humano foco da minha atenção, enxergando-o como um ser total, não fragmentado, passível de mudanças e rico de valores (depoimento do livro “Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde”, in ALMEIDA, 2006, p.29).

Portanto, diante de todas estas considerações acerca das perspectivas pedagógicas da extensão popular, avalio que este processo formativo decorre como um processo de *conversão à pobreza*, coadunando com um conceito estudado e fundamentado por Victor Vincent Valla, especialmente em Vasconcelos et al (2007), onde se estuda o conjunto de sua obra, por ocasião de homenagem prestada a ele pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Valla destaca a *conversão* como uma das categorias centrais, fazendo referencia ao pastor presbiteriano Richard Schaul como idealizador desta perspectiva teórica. Como veremos a seguir, chama atenção a semelhança do processo proposta por Schaul (César e Schaul, 1999) com aquele vivenciado cotidianamente no seio das práticas de extensão popular.

Há cerca de cinco décadas atrás, Richard Schaul, um pastor presbiteriano que atuou em países latino-americanos como missionário e professor, propôs que seminaristas, comumente da classe média, convivessem com as classes populares, no seu lugar de moradia, a fim de melhor entenderem as formas de compreensão e ação daqueles para os quais se dirigiam as atividades missionárias. Para Schaul, esse ato de conviver com as classes populares em seu lugar de moradia seria uma forma de incorporar seu olhar para o mundo, e esta seria uma condição essencial para uma atuação verdadeiramente envolvida com o enfrentamento da situação de profunda desigualdade e sofrimento que marcava o problema da pobreza nesses países. O termo usado por Schaul para fazer referência a essa forma de ação foi “conversão” (VASCONCELOS et al, 2007, p.20).

É interessante nos debruçarmos sobre o termo “conversão”. Conforme adverte Valla (2007, p.20, in Vasconcelos et al, 2007), tradicionalmente pensamos a conversão como “passagem de uma crença para a outra, (...) a aceitação de uma missão indicada por Deus”. Seria então, na proposta defendida neste ensaio, a extensão popular um chamado divino? Pode até ser (daria isso uma boa discussão no campo da filosofia e da teologia), mas o termo, neste contexto, não trata disso. Valla afirma que, para Schaul, “em sentido pleno, a conversão não pressupunha a crença em um Deus, nem o atendimento a um chamado divino, mas a adoção de um novo lugar a partir de onde se poderia compreender em profundidade os principais problemas para os quais buscamos soluções”. Seria uma nova perspectiva; aderir ou (freireanamente) buscar se *inserir* numa nova proposta para a vida em sociedade, o que exigiria outra atitude, uma “atitude popular”, termo usado por Laperriere (2007). No mundo em que vivemos, afirma Schaul (citado por Vasconcelos et al, 2007), a conversão, em sentido pleno, seria exclusivamente a conversão à questão da pobreza, ponto central para a discussão e enfrentamento de todos os demais problemas que, hoje e no futuro, nos desafiariam.

Nessa direção, Valla nos apresenta outra perspectiva de entendimento para a idéia de “converter-se” onde, após uma vivência marcada por reflexões e interações marcantes, toma-se a atitude de mudar a vida, o que implica direcionar seu trabalho para uma utilidade em específico: a transformação social, rumo a construção permanente de uma utopia onde a sociedade está organizada de maneira justa, equânime, culturalmente diversa, com direitos assegurados a todas e todos, numa convivência marcada pelo diálogo franco, como mediador das inevitáveis tensões e de sentimentos cotidianos. Mas num cenário onde o trabalho exista para dar sentido à vida das pessoas e garantir a todos

uma sobrevivência digna e plena na realização dos direitos humanos. Considerando as formas de atuação, bem como as interações e vivências propiciadas em suas experiências, avaliamos que a extensão popular pode efetivamente gerar o desenvolvimento desta reflexão profunda e desta conversão nos estudantes universitários.

Como afirmou Fleuri (2006) anteriormente, o extensionista popular, ao sair da comunidade e do projeto de extensão, não mais poderá ser o mesmo que fôra antes. É forjado um compromisso social, na subjetividade de cada pessoa que se converte. Compromisso cristalizado no percorrer da vida e do trabalho destas pessoas, o qual, independente da área temática, certamente buscará a promoção do outro, dos direitos emergentes, e a conscientização mediatizada pelo diálogo.

Via a concretização de meus sonhos por um mundo sem excluídos e opressores, como um grande navio que eu não podia pilotar. Este navio estava parado esperando que alguém pilotasse enquanto eu embarcaria como mero tripulante. Aprendi com o VEPOP que temos totais condições de pilotar este barco, basta que dentro dele coloquemos as pessoas que sonham os nossos sonhos. Estas pessoas existem! Estou convencido de que o caminho para nosso destino final, virá pelo conhecimento popular e seu enorme poder. Como futuro oceanógrafo, convido a todos para navegar neste barco por mares que devem ser navegados, traçando rotas com o conhecimento de cada um, para que juntos cheguemos ao nosso destino final (Kayo Soares).

A conversão dos extensionistas para uma atitude popular seria então resultado de um movimento dialético de reflexão profunda, a partir da ação e da vivência com os desafios de mudança realidade concreta, estimulados e trabalhados pedagogicamente pela extensão popular. Como afirma Vasconcelos (2006b, p.303),

O envolvimento dos estudantes, iniciado a partir do vínculo a algumas famílias, com a complexidade da dinâmica social povoada de sofrimentos, opressões e muitas possibilidades de fascinante criação coletiva, pode despertá-lo da alienação individualista e consumista difundida pela sociedade capitalista e que marca tão fortemente a juventude. Da compaixão com os membros das famílias acompanhadas vêm a luta pela melhoria de suas condições, a percepção da origem social de muitos dos seus próprios problemas pessoais, o contato com os inúmeros constrangimentos políticos e culturais que dificultam a superação das dificuldades, o conhecimento de outros atores sociais envolvidos em lutas semelhantes, a descoberta de suas potencialidades pessoais como ator no jogo social e o encontro, em sua vida, da alegria e fascínio do trabalho coletivo criativo com significância social.

Na vivência junto às classes populares, as exigências e saberes necessários para o cotidiano são outros. As dificuldades pertencem a outros níveis. E o exercício de olhar uma realidade diferente favorece parar e pensar sobre situações presentes em seu próprio cotidiano, mas alienadas na maioria das vezes. De acordo com Fleuri (2006, p.263), a Extensão Universitária tem gerado mudanças muito significativas em várias dimensões. Ao oportunizar o encontro com situações e pessoas das classes populares, provoca-se um desconcerto nos extensionistas capaz de fazê-los descobrir suas próprias ambivalências que, em interação com a complexidade do ser do outro, coloca múltiplos desafios, abre infinitas possibilidades e, sobretudo, exigem um salto de dimensão no seu modo de entender a prática científica, profissional, social e cultural. Nesse sentido, afirma o autor, redescobre o significado do trabalho interdisciplinar, revaloriza o comprometimento social e re-significa a espiritualidade. Vasconcelos (2006b, p. 303) afirma que o processo prolongado de acompanhamento às famílias e às redes locais de apoio social permite ir experimentando, observando os efeitos e treinando as diversas atitudes de manejo das relações interpessoais e grupais. O trabalho em grupo com outros colegas da universidade ajuda a refinar o traquejo para o trabalho coletivo.

(...) o PINAB [projeto de extensão] está me dando as ferramentas para aprender a ser um pouco líder, ser crítica quando preciso, ser paciente, saber ouvir melhor as pessoas, a olhar com outros olhos o mundo ao meu redor e a trabalhar em equipe (Laurycélia Rodrigues, no Relatório do período letivo 2008.1 do Grupo Operativo Idosos do Projeto de Extensão PINAB, in: SILVA; RODRIGUES; FIRMINO, 2008, p.18).

Na ótica de Falcão (2006), o estudante passa a ter um olhar mais crítico sobre os vários fatores que influenciam no processo organizacional da sociedade, entendendo de forma mais profunda a dinâmica comunitária e as relações entre os diversos componentes da sociedade-Estado.

Diante do exposto, fica evidente que algo acontece na formação estudantil ao tomar parte destas experiências. Presentes nas referências bibliográficas previamente citadas neste item, idéias como “re-valorizar o comprometimento social”, “re-significar a espiritualidade”, “perspectiva transgressora da transdisciplinaridade”, “autonomia solidária”, “espírito de equipe”, “sinergia de esforços para superar as dificuldades”, “valorização das subjetividades e do saber popular” e “aprofundando a capacidade de

escuta” demonstram o potencial da extensão popular como encontro pedagógico transformador com a realidade social.

Desta forma, para um número cada vez maior de estudantes, a vivência em comunidades vem se constituindo como apenas o primeiro passo de uma longa trilha de trabalhos dedicados a qualificação daquilo que é público, da defesa dos direitos sociais e empreendimentos solidários para a superação das desigualdades. São pessoas que passam a atuar na educação pública, na rede de ensino básico, fundamental, média ou superior; ou na saúde pública, na construção de ações de educação em saúde comunitária, ou mesmo implementando o diálogo como condição de trabalho em níveis complexos de atenção a saúde, ou mesmo na gestão. Muitos seguem para os movimentos sociais, ou ingressam no mundo político como estratégia possível de angariar algumas das reivindicações populares. De qualquer modo, a vida destas pessoas não será mais a mesma.

Nessa direção, Fleuri (2006, p.256) chama atenção para o depoimento de Rosângela Teixeira (2006), que afirma: a realidade social de miséria, doença, dor, desconforto, fome e injustiça, “nos remete ao imponderável do sofrimento humano e nos faz crer que a vida dessa gente precisa ser outra, uma marcha noutra direção”. E se pergunta: “Seríamos nós responsáveis pela criação de um mundo novo, pela revelação de uma outra vida profundamente mais justa, humana e digna? [. . .] O quanto de ação social e política deveríamos buscar?”. Também para a reflexão de Marcos Vasconcelos (2006). Ao acompanhar uma família favelada, ele entendeu que, “na busca de um mundo mais justo, o papel da universidade não deve se restringir à formação de profissionais tecnicamente qualificados, mas também a de cidadãos comprometidos com a realidade social”.

Entretanto, mesmo as lutas sociais, que vão construindo a história humana, se defrontam com o trágico, com situações de miséria e injustiça, insuperáveis a curto prazo. Como fazer para recriar a vida humana, onde ela é estruturalmente negada? Que perspectivas de resistência e resiliência os seres humanos, particularmente das classes subalternizadas, vêm desenvolvendo? Será que as propostas de caráter religioso se restringem a uma função de amortecimento e de sujeição? (Fleuri, 2006, p.259)

Dessa maneira, podemos dizer que, em grande parte dos estudantes, a extensão popular fica e um compromisso é forjado, extrapolando a própria extensão universitária.

Um sentimento que começa a partir de um projeto numa específica realidade social permanece presente durante a vida. Para muitos estudantes, o compromisso social extrapola a comunidade onde atuam pelo projeto de extensão. Torna-se um compromisso com as classes populares e a expressão dos dominados, a qual Chauí define como a busca por formas pelas quais a cultura dominante (predominantemente aceita e interiorizada) seja recusada, negada, afastada. Mesmo numa sociedade onde esteja preponderantemente desprovido de cidadania, os cidadãos sejam “capazes de organizar-se, reivindicar direitos tácitos e preparar-se para penetrar no universo dos direitos políticos e culturais explícitos” (Chauí, 1996, p.25).

Muito mais do que uma atuação mais adequada com a realidade de pobreza e desigualdade social, a extensão popular vem favorecendo

um grande encontro amoroso. Destes que criam um vínculo de tal monta que reorientam todo o viver. Que despertam energias e motivações que nos dão garra para enfrentar a aventura da vida. Entre desencontros, desencantos, momentos de intensa alegria e conquistas, este amor perdurou central. É um amor cheio de precariedades e contradições como todos outros, mas o maior (depoimento do livro “Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde”, in Vasconcelos, 2006a, p.95).

Conforme destacaram muitos dos depoimentos aqui elencados, esta nova perspectiva pedagógica de formação estudantil, trazida pelas práticas de extensão popular, deve sua conformação filosófica e teórica a uma tradição pedagógica antiga, que lhe serve de inspiração: a Educação Popular. Assim, dedicaremos nossos olhares agora para a Educação Popular, compreendendo seu histórico e suas bases teóricas, o que nos permitirá aprofundar as reflexões acerca da formação estudantil no campo da extensão popular e compreender melhor como seus empreendimentos conseguiram desenvolver repercussões tão significativas na formação de inúmeros estudantes universitários.

A Educação Popular

Em fins da década de 1950, começa a tomar corpo uma perspectiva de Educação demarcada como proposta alternativa direcionada para as classes populares a Educação Popular, a qual ganha sentido como processo educativo que se afirma na autonomia das pessoas (educandos), caracterizado por uma relação respeitosa e horizontal entre

educador e educando, onde se incluem as experiências, a cultura e os saberes destes sujeitos como pontos de partida da relação educativa.

Carregava também uma intencionalidade clara: fomentar a capacidade crítica e organização política dos excluídos, permitindo-lhes angariar a conquista da democracia de forma ampliada e sem precedentes (de cor, raça, gênero, cultura, trabalho, etc.), visando a efetiva emancipação social, material e humana dos desfavorecidos da sociedade, vistos agora, com Freire (1987), como oprimidos. Com isso, passa a se constituir como ação contra-hegemônica, desencadeada por uma pedagogia efetivamente comprometida com a emancipação das classes populares e da humanidade como um todo, a qual requer também uma outra sociedade, cuja mola-mestra não seja mais o capital (Paludo, 2001). Para atingir estes fins, esta metodologia educativa se vale não de uma pedagogia feita *para* as classes populares, mas *com* elas. Para tanto, aposta em metodologias participativas e reflexivas.

Evidentemente, este conceito de Educação Popular só pôde estar assim entendido após anos de ações, reflexões, contradições e aprimoramentos. Essa Educação não começou exatamente com todos estes ideais norteadores. Nasceu de diversas iniciativas de intelectuais e setores populares em criar e aprimorar uma relação educativa capaz de gerar autonomia e conscientização. Ainda hoje há dissenso sobre seu significado.

No final da década de 1950, através da ação pioneira do Serviço de Extensão da Universidade de Pernambuco, a Educação Popular passou a ser melhor elaborada teórica e metodologicamente como abordagem educativa, a partir de experiências de alfabetização com jovens e adultos. Constituindo uma liderança deste grupo pernambucano, o professor Paulo Freire foi um dos principais responsáveis pelo aperfeiçoamento teórico, filosófico e metodológico desta educação, razão pela qual muitos grupos acadêmicos referem-se à Educação Popular como “Método Paulo Freire”.

Inicialmente, estas ações tinham como inspiração uma “ideologia de consciência nacional”, onde se fazia premente educar as massas populares para “conquistá-las para o processo de desenvolvimento nacional e para a participação crítica no mesmo” (Scocuglia, 2001, p.324), instrumentalizado o povo emergente, mas desorganizado, ingênuo e despreparado, marcado por índices alarmantes de analfabetismo, para a

construção de uma outra Nação, moderna e mais justa, democrática e liberal (SCOCUGLIA, 2001).

Entretanto, mesmo tendo tal visão em seus primórdios, o vínculo estabelecido entre população-lideranças-intelectuais permitiu, ao longo do tempo, que as práticas de Educação Popular fossem continuamente re-feitas a partir de avaliações críticas e respeitando a dinâmica histórica. É assim que estas ações passam a incorporar de modo mais intenso sua dimensão política, no início dos anos 60, com eventos como o fortalecimento dos movimentos sociais de esquerda, a influência da participação do movimento estudantil progressista nos Círculos de Cultura e nos Movimentos de Cultura Popular, o avanço dos movimentos populares do campo, culminando com o Golpe Militar de 1964, que agravaria a ação reacionária das classes dominantes contra a grande movimentação contra-hegemônica germinada àquela época, gerando (contraditoriamente) maior coesão entre as iniciativas populares e democráticas, agora reservadas à subversão e clandestinidade.

Diante de todo este processo, a prisão de Freire e seu exílio forçado por mais de quinze anos lhe deixaram claro todo esse “poder” político veiculado pelas práticas educativas, ligadas às raízes e aos conhecimentos populares (Scocuglia, 2001). Estava-se, então, avançando em relação aos primeiros modelos de Educação Popular presentes nas experiências freireanas, mesmo reconhecendo suas inegáveis contribuições para o avanço qualitativo na constituição de novas balizas pedagógicas e educativas com o povo. Como destaca o próprio Freire,

Em meus primeiros trabalhos, não fiz quase nenhuma referência ao caráter político da educação. Mais ainda, não me referi, tampouco, ao problema das classes sociais, nem à luta de classes. Esta dívida refere-se ao fato de não ter dito essas coisas e reconhecer, também, que só não o fiz porque estava ideologizado, era ingênuo como um pequeno-burguês intelectual (FREIRE, 1979, p.43).

É assim que, inspirado pelas práticas desenvolvidas no Brasil e na América Latina, Paulo Freire empreende a sistematização de uma nova concepção de educação, forjada não por uma minoria de intelectuais iluminados, mas a partir de sua concretização com o povo, no seio de suas próprias iniciativas. Entre acertos e erros, no calor das sensações e emoções. Nesse sentido, cabe destacar que Freire não é o inventor da concepção de *Educação Popular*. Na verdade, ele sistematiza os experimentos

educativos desenvolvidos com as classes populares, traçando nesse processo análises críticas e epistemológicas fundantes, imbricando em sua obra uma teoria da educação, na qual o diálogo constitui elemento constituinte central.

Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação. (...) Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. (...) Não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens. A fé nos homens é um dado a priori do diálogo. Por isto, existe antes mesmo de que ele se instale. O homem dialógico tem fé nos homens antes de encontrar-se frente a frente com eles (FREIRE, 1987, p 45/46).

Nos anos 1970, a Educação Popular esteve presente nos movimentos populares, junto às associações comunitárias, grupos populares, e setores progressistas da Igreja Católica, como nas Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB's) ou nas Pastorais (marcadamente a Comissão Pastoral da Terra – CPT).

Nos anos 1980, esta educação revela-se importante como aglutinadora no movimento de redemocratização e na construção da Constituição de 1988. Com a década de 1990, enfrenta o difícil obstáculo de sobreviver a dissolução propiciada pelo sistema neoliberal. Agora o sistema que oprime (e as opressões) ficou mais difuso, espalhado, diluindo a unidade contra-hegemônica constituída no período da ditadura. As lutas se capilarizam cada vez mais, como nos chamados novos movimentos sociais. O que não deixa de ser importante, mas dificulta às classes populares forjar um enfrentamento mais centrado no sistema como um todo, que continua privilegiando o capital e a exploração do homem pelo homem (GOHN, 2005).

Cumprido destacar que a Educação Popular não é a única perspectiva teórica para uma educação libertadora. No entendimento de Paludo (2001), ela faz parte do chamado Campo Democrático Popular (CDP), no qual atuam também perspectivas teóricas e filosóficas de relevância na educação como: a Teologia da Libertação; o Novo Sindicalismo; os Centros de Educação e Promoção Popular; o pensamento pedagógico socialista, cuja base está no materialismo histórico e materialismo dialético de autores como Marx, Lênin e Gramsci; as múltiplas experiências de movimentos sociais e

populares ocorridas em toda a América Latina; além das experiências socialistas do Leste Europeu e aquelas de países latino-americanos como Nicarágua, Chile e Cuba.

Neste novo século, a Educação Popular permanece em diálogo com estas diferentes perspectivas, mas mantém sua importância singular no contexto vivenciado pela sociedade, pois ainda está em voga uma educação hegemônica excludente, autoritária, direcionada a reafirmar a sociedade como aí está. Nessa direção, a Educação Popular constitui uma inspiração singular para que se exercite a vocação mesma da Educação, refletida numa “vida de busca do outro e de partilhas como sentido dela própria, a vida cotidiana, como fundamento da razão de ser da experiência humana no mundo” (BRANDÃO, 2002).

De acordo com Melo Neto (1999), a Educação Popular pressupõe: a crença no homem, nas expectativas de mudança para um sistema social mais justo, espaços abertos, compartilhados por todos, sem barreiras de classes; a dimensão da resistência e a superação da alienação das pessoas; a participação popular, a organização popular, a crença e o estímulo na construção da força do povo. É também um princípio ético organizativo e uma prática moral que promova a cidadania; processos que envolvam o entendimento e a assimilação da realidade individual e coletiva e a capacitação para a ação, através da reflexão conjunta sobre as condições de vida e as ações programadas; uma oportunidade de cada um rever-se a partir do compromisso com grupos populares. Educação Popular como uma oportunidade de ultrapassar o conceito de conscientização e de valorização da cultura popular para assumir a noção de conflito, o que implica tensões permanentes, numa prática educativa radical, que se coloca em relação com outros processos sociais, de construção de uma nova cultura e de um projeto de sociedade, de formação da identidade de classe e de construção de cidadania.

Podemos pensar na Educação Popular como um sistema educativo, caracterizado por um conjunto de elementos teóricos que fundamentam ações educativas, relacionados entre si, ordenados segundo princípios e experiências (Melo Neto, 1999). Constitui-se como o conjunto de processos educativos desenvolvidos pelas classes populares em suas lutas pela existência, pela vida em condições mais dignas. Muitas vezes, configura-se como uma estratégia de persistência destes setores, a qual vai se direcionando pela construção de hegemonia e de sua resistência à exploração e à dominação capitalista.

Nessa perspectiva, hoje a Educação Popular constitui muito mais do que um conjunto de práticas ou uma tradição pedagógica. De fato, corresponde a um fenômeno de apropriação e produção do conhecimento com bases filosóficas e éticas claramente definidas, as quais lhes orientam uma intencionalidade explícita: a construção de uma sociedade cujo poder esteja sendo encaminhado para as mãos dos responsáveis pela produção social – os trabalhadores (FLEURI, 1989).

Como vimos anteriormente, mesmo em face do modelo acadêmico hegemônico, a Educação Popular tem encontrado espaço no complexo cenário universitário atual para ser desenvolvida e abertamente incluída na formação estudantil, principalmente através de projetos de extensão universitária. A Extensão é, historicamente, um dos setores universitários mais abertos para a comunicação desta instituição com a sociedade, assim como para propiciar liberdade para professores, técnicos e estudantes experimentarem novas abordagens educativas e perspectivas de interação acadêmica. Para compreendermos os desafios da Educação Popular na formação estudantil da universidade, precisaremos conhecer o histórico da extensão universitária e suas diferentes perspectivas.

A Extensão Universitária

A Extensão Universitária constituiu historicamente um cenário privilegiado para as ações e interações da universidade com a sociedade em seus diversos setores, configurando-se ao longo do tempo em atividades com várias formas, propostas e objetivos. Conforme pode ser observado nas diversas leituras acerca deste tema (Jezine, 2006; Melo Neto, 2002; Melo Neto, 2004; Gurgel, 1986), a Extensão vem sendo utilizada nas mais diversas situações sociais e com diferentes intencionalidades políticas e caminhos metodológicos em distintos tempos históricos. Culminando hoje, de maneira mais evidente, num dos “pilares” da organização universitária.

A idéia de que a instituição acadêmica tem uma função ou papel social a cumprir esteve presente desde a fundação das primeiras Universidades, no século XII, sendo fator de conflito e tensão no relacionamento desta com o Estado e a Sociedade (Santos, 1994). A Extensão Universitária vem constituindo espaço privilegiado para exercício dessa relação Universidade/Sociedade, principalmente por se dedicar de maneira central ao envolvimento concreto de intelectuais, professores e estudantes com diferentes

realidades sociais. No século XIX, podia ser identificada na relação mantida por estudantes de alguns cursos superiores como Medicina ou Pedagogia (Educação), onde o contato com a população era fundamental na experimentação do saber acadêmico absorvido ao longo da formação profissional. Tempos depois, vai tomando corpo em ações informais de alguns grupos acadêmicos, incorpora prestação de serviços e difusão de cultura pelos intelectuais, até, no final do século XX, ganha efetivamente reconhecimento como atividade e função acadêmica.

Para podermos compreender o conceito de extensão e suas implicações no que diz respeito à formação universitária, precisaremos nos debruçar sobre as diversas perspectivas extensionistas.

A extensão universitária vem sendo compreendida como *práticas* orientadas pela interação entre comunidade e universidade, onde cabem, a partir daí, diferentes intencionalidades (onde se queira chegar com a extensão), metodologias (caminhos característicos da ação de extensão, o “como fazer”) e pressupostos (ideários culturais que permeiam os sujeitos das práticas de extensão).

Para o Fórum de Pró-Reitores de Extensão,

uma *via de mão dupla*, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será associado aquele conhecimento. Este fluxo estabelece a *troca de saberes* sistematizado, acadêmico e popular (FORPROEX, 2007, p.12, grifos do autor).

Por outro lado, na concepção sistematizada por Melo Neto (2004), extensão é entendida como um *trabalho social*, na qual sua ação é, deliberadamente, criadora de um *produto*. Constitui-se a partir da realidade humana e, como trabalho, abre a possibilidade de criação. É uma realização da universidade e da comunidade sobre a realidade objetiva, buscando a superação da dicotomia teoria e prática, pois, para o autor,

a devolução dos resultados do trabalho social à comunidade caracterizará a própria comunidade como possuidora de novos saberes ou saberes rediscutidos e que serão utilizados pelas lideranças comunitárias em seus movimentos emancipatórios e reivindicatórios (MELO NETO, 2002, p.28).

Este conceito vislumbra a concepção de extensão como produto de um esforço criativo desenvolvido entre universidade e sociedade, “não como entes separados, mas em relação permanente entre si e que, nem por isso, deixam de se diferenciar” (MELO NETO, 2004, p.54). Para o autor, a efetivação da extensão gera um produto que transforma a natureza, na medida em que cria cultura. Portanto, este trabalho social possui uma utilidade. Tem-se aí o conceito de extensão como um *trabalho social e útil*. Concebê-la assim significa aceitar que “o produto deste trabalho passe a pertencer tanto às equipes dos projetos de extensão, na universidade, quanto a própria comunidade ou aos grupos comunitários, para aplicação na organização de seus movimentos” (Melo Neto, 2004, p.62).

O desenvolvimento da extensão na América Latina decorre da influencia de duas importantes correntes extensionistas anteriores: a européia e a norte-americana, as quais foram efetivamente constituídas em fins do século XIX e início do século XX.

Na Europa, as atividades de extensão nascem no contexto das Universidades Populares no final do Século XIX. Segundo Jezine (2006), as Universidades Populares eram constituídas por grupos autônomos de intelectuais e assumiram grande importância em países como Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Itália. Envolviam uma série de atividades empreendidas com o objetivo de possibilitar a disseminação da cultura para as camadas sociais mais desfavorecidas. Buscava-se levar os conhecimentos ao povo, através de saberes técnicos, o que pôde se caracterizar numa perspectiva dominadora de seus saberes. Preocupava-se, como indica Melo Neto (2002, p.14), "em como seria possível fazer chegar até à população o conhecimento sistemático da universidade?". No Brasil, as Universidades Populares se desenvolveram sob a denominação de Universidades Livres, em especial dentre as décadas de 1900 e 1930. Em muitas delas, foram delineadas muitas das formatações de atividades para a extensão universitária que viriam a se consolidar institucionalmente muitas décadas depois. Isto foi marcante na Universidade Livre de São Paulo, na qual os cursos de extensão ganharam força e passaram a constituir o principal entendimento sobre extensão perante a sociedade. Com este tipo de extensão, entendia-se que o caminho seria a *estender* a universidade até os setores sociais populares,

visando, por um lado, preparar técnicos e, por outro lado, dispensar o mínimo de atenção às pressões das camadas populares, ainda que cada vez mais expressivas e mais reivindicativas, a extensão universitária

se consolida através de cursos voltados para os ausentes da instituição que, sem formação acadêmica regular, desejam obter maior grau de instrução (TAVARES, 1996, p.27).

Em paralelo, tem origem nos Estados Unidos atividades de extensão universitária como prestação de serviços a sociedade em geral, estreitando a comunicação entre os saberes acadêmicos e as demandas da sociedade, especialmente aquelas ligadas às empresas. Ao contrário do que ocorria nas Universidades Populares da Europa, aqui a iniciativa era institucionalmente reconhecida pelos órgãos administrativos e de fomento, os quais também acabavam muitas vezes por determinar as prioridades de trabalho a que se dedicariam estas ações extensionistas.

A partir destas duas correntes, a extensão se desenvolve amplamente no cenário universitário latino-americano, sendo empreendida a partir de ações institucionais e não-institucionais, protagonizadas por diversos atores, desde estudantes até técnicos, professores e movimentos sociais. Nos dias de hoje, e com base nos estudos de autores como Fleuri (2004), Jezine (2006) e Melo Neto (2006), podemos situar quatro movimentos significativos no cenário político da extensão universitária brasileira, sobre as quais nos deteremos a seguir.

Extensão universitária e multiversidade

A influência norte-americana no contexto da extensão universitária emerge quando do fortalecimento das universidades nos Estados Unidos, a partir do final do século XVIII. Conforme destaca Kerr (1982), citado por Jezine (2006), neste período avaliava-se que as universidades tinham que contribuir com o rápido desenvolvimento industrial e agrícola em voga e não apenas na formação do “culto cavalheiro” ou do professor, pregadores, advogados e médicos. Devia-se, portanto, investir em ações universitárias de ensino e pesquisa capazes de fortalecer o avanço tecnológico para a indústria e o comércio, bem como empenhar os diversos setores acadêmicos na prestação de serviços para todos os setores sociais, mas especialmente àqueles representados pelas empresas e indústrias.

Partia daí a idéia de uma multiversidade, segundo a qual a universidade deveria estar próxima da sociedade e de suas necessidades, contribuindo, desta feita, para o seu desenvolvimento. É desta idéia que nasce a extensão norte americana, caracterizada

marcantemente pela forma com a qual a universidade poderá contribuir com o desenvolvimento social. De acordo com Jezine (2006, p. 145),

quando se defende pura e simplesmente a multiversidade, está se fazendo da universidade uma agência de prestação de serviços, de atendimento aos interesses de quem pode financiar. Com isso, o pensar e o criar obedecem apenas a uma lógica exterior à universidade. Além disso, escamoteia questões políticas como a autonomia universitária e a garantia de liberdade.

Chegando no Brasil, este modelo de pensamento universitário é adotado enfaticamente com a política de ensino superior do governo Militar durante a Ditadura a partir da década de 1960, consolidando-se nos anos de 1970. Visava servir aos interesses do regime, em especial enfraquecer o engajamento político estudantil no meio popular e nas lutas sociais por democracia. Assim, esse tipo de extensão ganhou força institucional e constituiu política governamental através de ações com prestações de serviços pontuais e pouco envolvidos com o enfrentamento dos problemas sociais. Foi com esta idéia que nasceram programas nacionais de extensão universitária com uma ênfase assistencialista, reforçada pelo distanciamento entre extensionistas e população, na medida em que as ações eram realizadas em comunidades distantes da efervescência do meio urbano, impedindo o contato mais permanente dos estudantes com os setores populares e as resistências sociais ali presentes.

De acordo com Falcão (2006), neste período a Extensão atinha-se a realização de congressos, seminários, atividades acadêmicas, além de outras que não fossem de sala de aula, mas com uma total desvinculação da realidade da população trabalhadora brasileira. Institucionalmente, apresentava-se como um braço estendido da Universidade para a Sociedade, sem escutar de verdade os anseios de seus setores mais desfavorecidos, especialmente aqueles provenientes dos vários movimentos sociais e populares originados naquele período histórico. Mantinha, então, um caráter assistencialista marcante, aliado a serviços e ações mantenedoras da ordem autoritária vigente, cujo maior interessado era o estado autoritário da época. Isto era feito colocando-se a universidade na posição de detentora da verdade e dos saberes mais apurados para a superação dos problemas sociais. Desta maneira, a universidade foi desvelando ações dedicadas à resolução de problemas sociais de maneira normativa, adequando o comportamento social e cultural dos indivíduos segundo os padrões considerados “corretos” do ponto de vista teórico. Nesta linha, encontravam-se

resoluções para os problemas sociais a partir de uma lógica exclusivamente científica, sem considerar representações e saberes próprios adquiridos pela experiência das pessoas das comunidades. Por isso mesmo tinham caráter educativo autoritário, onde se esperava que os conhecimentos científicos ajudassem a superar a pobreza através da adoção de comportamentos padronizados e “corretos”. Até hoje, essa extensão “prestadora de serviços” é diretamente influenciada por experiências e modelos norte-americanos, como melhor analisam Jezine (2006) e Gurgel (1986).

Nesse contexto, a perspectiva assistencialista de extensão esteve contemplada pelo sistema de formação tecnocrata adotado então pelo MEC. Neste sistema, desagregava-se as ciências, tirando a visão do todo, incentivando o estudante a adquirir uma percepção tecnicista do saber, priorizando o especialismo, reduzindo cada vez mais o alcance das lentes com as quais enxergava a vida em sociedade (FALCÃO, 2006).

A partir desta linha de pensamento, emergiram programas como o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto Rondon. Para Jezine (2006), estes programas ilustravam duas vertentes conceituais do que se acreditava ser a extensão àquela época. No primeiro, a autora (reforçada por Paiva, 1986) identifica humanitarismo, disfarçado de metodologia de desenvolvimento comunitário, de caráter predominantemente educativo e assistencial, onde estariam fortes as idéias de uma educação civilizadora, instrutiva àqueles setores mais desassistidos e “incultos” da população, a qual ganharia então muitos benefícios. Já o Projeto Rondon se diferencia do CRUTAC por compreender a educação como instrumento de fortalecer o ideário nacionalista e protecionista nos estudantes universitários. Pretendia-se com ele ocupar espaços geográficos vazios, garantindo a segurança interna da região, e também afastando os universitários do foco dos movimentos sociais e organizações políticas libertárias, em tempos de ditadura.

Essa diferença demarca também uma peculiaridade do CRUTAC, que distingue mais as possibilidades inerentes a sua concepção de extensão. Ao contrário do Rondon, no CRUTAC não era negada nem limitada a participação política estudantil nos movimentos populares e suas iniciativas. Apesar de ter forte a idéia de humanitarismo e partir da prestação de serviços, esta iniciativa permitia que outras possibilidades de ação fossem surgindo, brotadas a partir da comunicação entre os universitários e a população (GURGEL, 1986). Por estes motivos, esta e outras experiências de ação comunitária

desenvolvidas nas décadas de 1960 e 1970 constituíram referencial importante para a futura institucionalização de um tipo diferente de extensão, cujas bases remetiam a movimentos estudantis, políticos e religiosos mais antigos. Tratava-se de uma extensão cujas preocupações estavam direcionadas a superação dos problemas sentidos pelas camadas populares, possuindo metodologias participativas e caracterizado pelo diálogo de saberes e pela valorização da cultura popular.

Nesse sentido, cabe destacar que assistencialista não é sinônimo de assistencial. A dimensão assistencial da extensão encontrou historicamente sua importância no desenvolvimento de intervenções técnicas na área de engenharia, saúde, dentre outras, onde se presta serviços úteis para a população, ou então lhes oferece consultoria e assessoria para resolução de problemas pontuais e de caráter estritamente técnico na vida em comunidade. Mas envolvendo a consciência da comunidade sobre o que se faz, para quê se faz e por quê se faz. Aqui, o trabalho social universitário participa, quando preciso e sentido pela comunidade, através de intervenções técnicas muito específicas, como por exemplo na construção de um edifício ou em algum procedimento médico, como uma re-vascularização do miocárdio, ou a exodontia na odontologia. São trabalhos que, mesmo sendo explicados e negociados de forma clara e aberta com a população, exigem técnica apurada e qualificada; deles, muitas vezes, dependem vidas. É uma aplicação da ciência articulada com a vida, de acordo com os anseios sociais, mas sem alienar a conscientização das pessoas e sem resolver problemas os quais a própria comunidade pode se debruçar e engajar.

Na perspectiva assistencialista, a universidade (por exemplo) chega a uma determinada comunidade, presta um sem número de serviços e depois “vai embora”, como se os problemas todos estivessem resolvidos. Ao contrário da dimensão assistencial, aqui a universidade muitas vezes assume tarefas e responsabilidades do estado, prestando serviços que, na verdade, seriam direitos tácitos dos cidadãos. Assim, ao invés de refletir com eles as razões estruturais da tímida assistência pública que recebem, substituem o dever do poder público e seguem embora, para outra comunidade.

No assistencialismo, se entende também que a universidade está numa posição cultural superior à comunidade, e é capaz de resolver seus problemas. Ela sabe os caminhos e não precisa do saber popular. Ademais, não inclui em sua agenda a

transformação social. Já a assistência pode compreender, reconhecer e apoiar o saber popular. Mas observar seus limites para a resolução de alguns problemas; assim como ver os limites mesmo da própria ciência, e a necessidade de ser aplicada conforme se conheça, saiba e entenda o popular. As práticas de apoio técnico e assistencial não se percebem, necessariamente, melhores ou superiores; mas significativas, podendo contribuir diante de necessidades emergentes. Mas sem substituir a ação do popular, conforme possa e deva ser exercida, especialmente na direção da cidadania.

O assistencialismo na extensão serviu também, em muitos momentos históricos (como na Ditadura Militar) como propaganda de diversos grupos sociais e políticos dominantes pois, ao conceder benefícios e serviços aos setores empobrecidos da sociedade, transmitem intencionalmente a aparência de que há uma preocupação com a sociedade e de que a Universidade, enquanto instituição pública, está direcionando suas ações para estes setores. Pura ilusão. Afinal, como alguém pode estar verdadeiramente preocupado com algo se, ao trabalhar neste problema, não enfrenta suas causas estruturais, tentando apenas remediar algo que incomoda aqui e acolá? Como dormir tranquilo e continuar desenvolvendo pesquisas, ensino e extensão se, mesmo preocupados, os problemas persistem ao longo do tempo e ação acadêmica em nada resultou de concreto e permanente na resolução dos problemas? Que responsabilidade é esta de extensões pautadas pela pontualidade das ações? Ora, como nos dizemos responsáveis se fazemos, periodicamente, ações que não envolvem os próprios comunitários na resolução dos problemas? Que sustentabilidade terão ações sociais que não empoderam os cidadãos na resolução e consciência de seus próprios problemas? Como nos dizemos responsáveis, se não vamos à raiz dos problemas, e preferimos “dar” as respostas, em vez de problematizar caminhos possíveis para uma superação permanente das dificuldades?

Extensão universitária e Educação Popular

Curiosamente, o termo “extensão popular” constitui uma designação recente para um tipo de ação extensionista já desenvolvido e aperfeiçoado há muitas décadas, especialmente na América Latina, o qual encontrou na Educação Popular a base filosófica, teórica e metodológica para o desenvolvimento de suas ações. Mesmo sem ter a denominação atualmente difundida, as práticas de extensão em Educação Popular são antigas e foram sendo elaboradas ao longo do tempo, centradas na ação comunitária

e marcadas pelo diálogo de saberes, pela valorização da cultura popular e pela ação política de cunho crítico. Para compreender a constituição da extensão popular como uma perspectiva extensionista de relevância no cenário social e acadêmico, precisaremos inicialmente retomar as bases históricas fundadoras de seus princípios mais elementares.

De acordo com Melo Neto (2002), podemos identificar os primórdios da extensão popular na América Latina a partir do ideário extensionista apresentado por alguns setores do movimento estudantil deste continente, o qual esteve fortemente inspirado na idéia de socialização de conhecimentos trazida pelas Universidades Populares européias. No Movimento de Córdoba²² (1918), a extensão é defendida como uma articulação necessária da Universidade com os movimentos sociais, através da idéia de divulgação da cultura para as classes populares. Conforme destaca Melo Neto (2002, p.16), este Movimento declara uma intencionalidade emancipatória dessas classes, acreditando que "a extensão universitária se desenvolve como uma tentativa de participação de segmentos universitários nas lutas sociais, objetivando transformações da sociedade".

Tais idéias permeiam também a constituição da extensão no Brasil, especialmente através das ações da União Nacional dos Estudantes (UNE), a qual investia em cursos de extensão e divulgação de conhecimentos científicos e artísticos. Era priorizada a disseminação da cultura para o povo, fundada em ações como prestação de serviços e promoção de cursos. Por meio destas ações, apresentava em sua intencionalidade política o compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo, buscando direcionar a Universidade no apoio às reivindicações e lutas populares e da classe operária. A partir da década de 1930, a UNE afirmou a defesa de questões sociais

²² O Movimento de Córdoba caracterizou-se pela mobilização estudantil em favor de uma reforma universitária e, nas palavras de Oliveira; Azevedo (2008), apresentou os princípios de uma crítica ao modelo de universidade tradicional existente na América Latina que ainda era dependente de um paradigma colonial de organização da educação superior. Constitui um marco histórico incontornável para se compreender os demais processos de reforma universitária, ocorridos em outros países latinoamericanos, tais como: Peru, Cuba, Uruguai, Chile e outros, o que a torna referência obrigatória em qualquer debate que tenha por objeto a democratização da universidade e a defesa de princípios tais como: a) autonomia universitária; b) eleição dos dirigentes pela comunidade acadêmica; c) concursos para a provisão de cargos docentes; e) docência livre; f) assistência livre; g) gratuidade do ensino; h) renovação dos métodos de ensino e aprendizagem; i) assistência social para permanência dos estudantes e democratização do acesso j) extensão universitária; k) integração e unidade latino-americana.

como a luta contra o analfabetismo, a implantação de siderurgias, a crítica ao colonialismo, o antiimperialismo (SOUSA, 1999).

Em meados da década de 1940, a inserção estudantil na vida das classes populares se intensifica através de experiências como a Juventude Universitária Católica²³ (JUC), a Juventude Estudantil Católica²⁴ (JEC) e a Juventude Operária Católica²⁵ (JOC). Neste período, a interação estudantil com as classes populares não se dava necessariamente através de projetos de extensão. Na maioria das vezes, as iniciativas existentes se davam por ações de protagonismo juvenil religioso (como no caso da JUC) ou político (a partir de grupos de esquerda e partidos políticos). Com o desenrolar destes trabalhos, cria-se uma base empírica de sustentação para uma perspectiva de interação acadêmica marcada por elementos distintos dão assistencialismo. Os primórdios de uma perspectiva de extensão popular encontram-se nestes primeiros empreendimentos, onde havia pouca elaboração teórica e uma tímida institucionalidade, mas que ganhava sentido com o trabalho junto às comunidades em condições de vida mais precárias, onde a ação mais eficaz era a partilha de saberes, para o enfrentamento coletivo das condições que oprimiam e incomodavam.

Mesmo carregando ainda a idéia de disseminação de cultura e de saberes “corretos” para a vida dos mais desfavorecidos, estas experiências foram aprimorando suas intencionalidades e metodologias conforme seus protagonistas insistiam em seu desenvolvimento permanente e relacionavam esta ação com perspectivas teóricas mais críticas e libertárias de produção do conhecimento. Desta forma, pensamentos como a

23 A Juventude Universitária Católica (JUC) foi, de acordo com Kadt (2007), uma associação civil católica nascida a partir da Ação Católica Brasileira (ACB). Constituiu-se num importante movimento no seio das universidades, fornecendo diversos líderes para a jovem União Nacional dos Estudantes (UNE) e participando da organização dos trabalhadores rurais, estimulando sua sindicalização. Em 1954, a questão social já aparecia em seu encontro nacional. Progressivamente, os jucistas passaram a questionar a sociedade capitalista e se aproximaram da Ação Popular, em 1962. Engajados na política universitária e em movimentos de cultura e Educação Popular, os militantes da JUC e da Juventude Estudantil Católica (JEC) passaram a ser perseguidos após o golpe militar de março de 1964.

24 De acordo com Kadt (2007), com as mesmas bases da JUC, formada por estudantes secundaristas.

25 A Juventude Operária Católica foi um movimento que congregou jovens trabalhadores, constituindo, de acordo com Mattos (2009), um movimento religioso ligado à Igreja Católica com certa preocupação social, que teve uma importância marcante no processo de criação de uma ação coletiva dentro da condição social de uma categoria delineada: a juventude trabalhadora operária.

autonomia e a emancipação do conjunto dos setores populares passaram a permear predominantemente estas ações. Para isso, optavam como estratégia tomar como ponto de partida educativo a experiência e o saber anterior das pessoas, bem como a inserção do trabalho de formação política e a conscientização. As atividades pretendiam buscar formas de análises mais profundas sobre os problemas sociais, visando encontrar suas raízes profundas. A ação radicada nos espaços da comunidade e incentivando a participação ativa de seus membros decorria da determinação em não se enfrentar somente os “sintomas” ou pontualidades dos problemas, mas suas causas estruturais e suas diferentes interfaces sociais, políticas, econômicas e culturais.

Muitos setores acadêmicos criaram ações de extensão popular (mesmo sem esta denominação), a partir de seu inconformismo com a frieza institucional diante de um quadro efervescente de mudanças sociais (nos anos 1950 e início dos anos 1960). Um dos principais exemplos é o Serviço de Extensão e Cultura da Universidade de Pernambuco, com o Movimento de Cultura Popular (MCP), onde nasceu o Método Paulo Freire.

Assim, estas primeiras experiências de extensão popular ajudam a delinear a teoria e a metodologia da Educação Popular, o que se intensificou nos anos 1960, sendo consolidado graças aos trabalhos de base e as sistematizações e estudos teóricos organizados por importantes autores, com destaque para Paulo Freire. Nesse período, a Educação Popular se expressa como prática orgânica de movimentos sociais populares, organizações comunitárias, grupos populares e outros coletivos progressistas.

Suas práticas conseguiram dar base para as discussões de mudanças educacionais e universitárias nos anos 1960 e como apoiar a atuação clandestina de muitos intelectuais e estudantes durante o Golpe Militar, marcadamente na década de 1970, quando o trabalho era ainda subversivo, junto a organizações populares e movimentos sociais (FREIRE, 1987).

Na década de 1970, intensifica-se a opção destas ações em estar junto com os excluídos em suas lutas e buscas do *ser mais* caracterizava muitas dessas vivências, imbuindo-lhes caráter político. Ademais, constituíram ações sociais diferenciadas em relação a tradição de participação política de esquerda. Estavam marcadas, conforme destaca Sousa (1999), pelo anti-autoritarismo e pela descentralização das ações e das tomadas de decisões. O trabalho era de base; a aposta na transformação decorria do

trabalho educativo e de conscientização com os “subalternos”, não de um grupo de vanguarda.

Neste período, no contexto de uma cultura política autoritária, alguns grupos estudantis e docentes universitários envolveram-se em trabalhos sociais através da Igreja Católica, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), outros militavam em ações de partidos de esquerda em clandestinidade. Havia também a participação em movimentos sindicais e em organizações de defesa dos direitos humanos (Sousa, 1999). Estes trabalhos em comunidades constituíam a saída para o envolvimento ativo de jovens de classe média e popular na vida em sociedade, diante da desarticulação de muitas entidades políticas como o movimento estudantil e alguns partidos políticos. Era uma forma de continuar lutando pela transformação social; caso não fosse pela macropolítica dos partidos, seria pelo trabalho de base no enfrentamento de problemas cotidianos. Mesmo assim, havia ali, nas entrelinhas, uma forte luta pela democratização. Dessa maneira, fica claro que, em conjunto com diversas organizações das classes populares, alguns setores universitários “reinventaram os espaços de participação” (PAOLI, 1995, citado por SOUSA, 1999).

Assim, essas realizações se concretizaram, em sua maioria, de forma independente da estrutura universitária. Preponderava a iniciativa de sujeitos dispostos a inaugurar uma nova relação dos intelectuais com a população. Este tipo de extensão emerge da necessidade que alguns grupos acadêmicos sentiam em responder à emergência dos graves problemas sociais pelos quais passava o país. Grande quantidade de analfabetos e a maioria da população distante da realização de seus mais elementares direitos de cidadania. Tais grupos de estudantes e professores avaliavam ser função da Universidade contribuir nos esforços de superação deste quadro.

Portanto, é destes experimentos que vai se fortalecendo uma tradição extensionista comprometida com as classes populares e a transformação social: a extensão popular. Podemos dizer, portanto, que a Educação Popular está nos primórdios da extensão popular.

Institucionalização e fortalecimento da extensão como atividade acadêmica

No início da década de 1980, com a abertura democrática, a problemática da Universidade é colocada no centro de vários debates do campo educacional por todo o

país. A Extensão Universitária merecia destaque, pois no seio das discussões por uma Reforma Universitária, questionava-se seu papel e a atuação da extensão como elemento articulador com a sociedade, para o exercício do papel social inerente a esta instituição. Inspiradas também no contexto de lutas pela democracia e de participação popular na vida política do país, bem como em críticas tecidas ao modelo assistencialista de extensão, estas discussões contemplavam o entendimento de Extensão enquanto uma atividade acadêmica responsável por articular o ensino e a pesquisa de maneira indissociável.

O “clima democrático” e participação ativa dos movimentos sociais nos processos de conquistas populares favoreciam a defesa por uma Universidade que abandonasse a posição neutra frente a esta efervescência. E passasse a dialogar com estes setores, com vistas a seu fortalecimento e ao aperfeiçoamento de sua capacidade de luta pela cidadania. À medida que se caminhava naquele período, no processo de construção da “Constituição Cidadã”, ficava claro que era preciso uma nova consciência para a vida em sociedade. A Universidade, como instituição social, não podia ficar alheia a este processo. Até porque muitos daqueles grupos (estudantis e docentes), antes relegados aos trabalhos subversivos e à clandestinidade, agora podiam pautar suas experiências acadêmicas com as classes populares de modo mais aberto.

Foi então que se abriu espaço para diversas experiências inovadoras, que insistam no potencial libertador da educação e na necessidade da Universidade abrir o diálogo com os setores desfavorecidos da população. As vivências de Educação Popular começavam a ser inseridas na estrutura acadêmica, que ainda era envernizada e conservadora, mas (contraditoriamente) passou a comportar também estas ações progressistas.

Nesse período de transformações sociais e políticas no Brasil, o discurso acadêmico passava a ser diferente. Inicialmente, as reflexões sobre extensão e a mudança da universidade foram fomentadas nos CRUB's (Conselhos de Reitores das Universidades Brasileiras), mas somente ganharam clareza teórica e consistência política concreta a partir da instituição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Com a instituição do Fórum, as experiências de Extensão passam a ter maior força institucional, especialmente através do estabelecimento de conceitos e pressupostos institucionais para este tipo de

atividade, definida como “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (FORPROEX, 2007, p.12).

A Extensão deveria ter como diretrizes: *o impacto e a transformação*, numa atuação transformadora voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, colaborando efetivamente para a mudança social; *interação dialógica*, com o desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcados pelo diálogo, pela superação do discurso de hegemonia acadêmica para uma aliança com movimentos sociais de superação das desigualdades e da exclusão; *interdisciplinaridade*, construída na inter-relação de organizações, profissionais e pessoas; e *indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão*, reafirmando a extensão como processo acadêmico em que toda ação deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e geração de conhecimentos, tendo o “aluno” como protagonista de sua formação e sua formação cidadã.

A partir deste avanço, a Extensão Universitária passava a priorizar mais intensamente a avaliação, a sistematização e a institucionalização de suas práticas, abrangendo um corpo diversificado de práticas acadêmicas de relação com a sociedade, dentre as quais estavam presentes tanto as de cunho assistencialista quanto aquelas orientadas pela Educação Popular, a partir de então reconhecidas e até apoiadas. Com o advento do FORPROEX, as políticas de Extensão Universitária deixavam de ser desarticuladora dos movimentos de Educação Popular, para permitir abrigá-los como ações institucionais.

Desta forma, emerge no cenário extensionista brasileiro a perspectiva *acadêmica*, afirmada principalmente no período da re-democratização e com o advento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que busca resgatar o papel cidadão da Universidade frente a sociedade e sua responsabilidade em desenvolver caminhos para a superação dos problemas encontrados na sociedade brasileira. *Extensão* vai então adotando diferentes configurações e comportando distintas intencionalidades dentro da Universidade brasileira, inclusive a concepção de extensão empresarial ou mercantilista, que adquire força relevante a partir dos anos 1990, principalmente na área tecnológica, configurando-se através de convênios universidade-empresa.

Extensão universitária e mercantilismo

Com o fortalecimento da concepção neoliberal desde a década de 1990, temos hoje no campo acadêmico a perspectiva extensionista *mercantilista* (Jezine, 2006), a qual assume claramente suas preocupações e responsabilidades, que não são com as pessoas, e sim com o consumo e o fortalecimento do mercado. Esta perspectiva de extensão encontra-se com a idéia de multiversidade, anteriormente citada. Nesse sentido, entendemos que esta concepção não apenas conferiu bases para o desenvolvimento de ações assistencialistas na extensão, mas sua persistência no seio das universidades abriu as portas para a intensificação da utilização acadêmica para a prosperidade econômica e social dos setores mais favorecidos de nossa sociedade, detentores dos meios de produção agrícola e industrial. Por esta idéia de multiversidade, a universidade pode dedicar sua força de trabalho intelectual para o desenvolvimento científico e tecnológico de empresas e grandes estabelecimentos comerciais. Sua preocupação está na geração de tecnologias e aprimoramentos para empresas, grandes empreiteiras e para o mercado em geral.

Contudo, considerando a vigência do sistema capitalista no atual no modo de produção econômica de nossa sociedade, este desenvolvimento decorre às custas da exploração do trabalho de uma significativa quantidade de pessoas, as quais não desfrutarão das riquezas produzidas por seu trabalho. Nesse sentido, a extensão mercantilista depõe contra o papel universitário de desenvolvimento humano igualitário e justo, colocando o trabalho de professores e estudantes a disposição de um desenvolvimento tecnológico injustamente distribuído, tendo seu acesso prioritariamente a uma pequena parcela da população: as classes sociais dominantes. Para este tipo de extensão, a responsabilidade é grande, pois o produto da extensão terá aqui um significado sem precedente, posto ser avaliado principalmente pela frieza e agressividade do mercado capitalista, onde não existem desculpas ou problematizações, mas sim o objetivo da geração de lucro e da estabilidade do mercado (ou: manutenção dos privilégios e riquezas).

Como ressalta Jezine (2005), na atualidade muitos setores da Universidade servem ao capital, tanto no cumprimento da função de qualificar para o mercado, através da formação de recursos humanos e na produção de tecnologias pouco acessíveis aos setores sociais subalternos; quanto na produção de ideologias que,

historicamente, vem impedindo o acesso da classe economicamente desfavorecida ao saber científico sistematizado e, com isso, limitando a luta contra as relações de exploração capitalista. Para compreendermos este processo, podemos olhar para a formação em pedagogia e na saúde, por exemplo. Forma-se para o privado; para o trabalho no setor privado, na montagem de clínicas, consultórios e escolas particulares, em lugar de formar prioritariamente para o público, o bem comum, o desenvolvimento equânime da sociedade.

Nesta perspectiva, se pode fazer extensão através da prestação de serviços tecnológicos, servindo a sociedade em suas necessidades de progresso e desenvolvimento. Esses grupos de extensão dedicam seus esforços para a geração de tecnologias para o desenvolvimento do mercado ou de empresas, empenhando-se prioritariamente não ao público, mas ao privado. Esta idéia está, portanto, atrelada a uma visão “modernizadora” da Universidade (MELO NETO, 2002).

Emergência e irradiação da extensão popular como um movimento nacional

A partir da década de 1990, com os avanços da institucionalização da extensão e o estabelecimento de sua perspectiva acadêmica, cresceu significativamente o apoio e fomento institucional para o desenvolvimento da extensão universitária na linha da Educação Popular, enquanto referencial teórico, metodológico e *ético*. Nesse período, a cada ano a Extensão Popular ganhava maior visibilidade, conforme seus empreendimentos continuavam a formar profissionais com visão crítica, postura humanística e compromisso social, o que podia ser constatado por alguns fatores históricos: atuação destes estudantes na criação de novos grupos de debate no movimento estudantil, tendo a Educação Popular como principal marca; participação ativa dos sujeitos da extensão popular nas discussões sobre as reformas curriculares de diversos cursos em todo o país; protagonismo dos extensionistas populares na discussão e elaboração de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, perspectivas para a pesquisa-ação e delineamento de tecnologias sociais; inserção de estudantes recém-formados em movimentos sociais, do campo e da cidade; participação de muitos destes atores na constituição de novas frentes para a administração pública, inserindo-se em projetos governamentais de caráter popular e democrático em algumas cidades do Brasil.

Essas repercussões ajudaram a demonstrar, amplamente, a relevância das experiências da extensão popular na formação universitária, na constituição de pesquisas de caráter participativo e no cumprimento da função social da universidade. Tudo isso contribuiu também para o aumento significativo do número de experiências, na medida em que mais professores, técnicos e estudantes conhecem a extensão popular e buscam implementá-la em suas instituições como forma de resistência ao modelo universitário dominante e construção processual de novas perspectivas. Vai se constituindo então um corpo prático pujante de caráter nacional, de experiências de extensão universitária nos meios comunitários e junto às classes populares, orientadas pela ótica da Educação Popular.

No início dos anos 2000, avança a produção analítica e crítica deste campo da extensão, repercutindo em debates e produções teóricas, com base principalmente em estudos organizados pelo professor José Francisco de Melo Neto. Em livros como “Extensão Universitária: uma análise crítica”, “Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular” e “Extensão popular”, este autor sistematizou bases filosóficas para uma maior compreensão das bases éticas e teóricas sustentadoras da proposta de extensão popular, situando no campo conceitual as críticas deste modelo às outras perspectivas extensionistas e à universidade como um todo. Em paralelo, emergiram outras produções teóricas, as quais partiram principalmente de reflexões provindas do concreto das práticas de extensão popular. Assim, aspectos cotidianos destas iniciativas, como vivências pessoais, desafios e obstáculos práticos, potencialidades metodológicas e novidades pedagógicas puderam ser sistematizadas e amplamente visibilizadas. Ademais, ganharam repercussão também as produções teóricas que davam enfoque a contribuição da extensão popular na re-significação da atuação profissional em algumas áreas do saber, na medida em que os projetos conseguiam experimentar metodologias e novas ações capazes de ser desenvolvidas não apenas em nível extensionista, mas na atuação profissional cotidiana. Como exemplo, destacou-se o livro “Fisioterapia na Comunidade”, de Ribeiro e Lacerda (2006), onde foi abordada a prática no fisioterapeuta nos serviços públicos de atenção básica em saúde, redefinida a partir das ações de um projeto de extensão popular.

Todos estes fatores criaram bases para o espalhamento das experiências de extensão popular. Por todo o país, foram se multiplicando o número de projetos e a

quantidade de pessoas cuja formação universitária incluía a Educação Popular. Assim, cada vez mais, a Educação Popular adentrava no cenário institucional demonstrando não ser apenas um “sonho de alguns idealistas utópicos” (Vasconcelos, 2006b). Nesta década de 2000, suas diversas realizações provavam ser possível vivenciar outra formação e outro compromisso social na universidade, ficando evidente que a extensão popular é mais do que uma alternativa, mas uma proposta consistente de outro modelo universitário.

Neste período, outro fenômeno que concorre para a irradiação da extensão popular é o crescente número de espaços nacionais de encontro de extensionistas, configurados principalmente com a emergência dos Congressos Brasileiros de Extensão Universitária (CBEU), que iniciaram em 2001 com o 1º CBEU em João Pessoa-PB. A partir de então, estimulava-se a comunicação entre os extensionistas populares, os quais, aos constatar nos CBEU a realidade ainda hegemônica da extensão universitária brasileira, passavam a buscar formas mais aprimoradas de organização interna, para reivindicação de melhorias no cenário institucional e fortalecimento da extensão popular.

Encontro após encontro, os diversos membros de vários projetos de extensão popular em todo o país foram manifestando sua insatisfação com o modo como os CBEU eram organizados e com o modelo de extensão ainda dominante, marcado pelo assistencialismo e mercantilismo. Com isso, crescia a necessidade sentida por estes atores em priorizar sua organização e qualificar sua reivindicação por mudança. Ademais, identificavam a importância de sua comunicação permanente e das trocas de experiências.

Todo este contexto possibilitou o crescimento de um movimento nacional que insiste num caráter popular de extensão, defensor da democratização de sua organização nacional, o qual tomou corpo em dezembro de 2005 através da criação da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), durante encontro de diversos extensionistas populares, técnicos, trabalhadores de saúde e educação, membros de movimentos populares no II Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde, em Brasília-DF. Formada por professores, técnicos, estudantes e membros de movimentos populares insatisfeitos com o atual modelo de formação, a ANEPOP foi criada para fortalecer os princípios da Educação Popular dentro das atividades acadêmicas, através da extensão.

A ANEPOP é uma articulação de extensão com caráter nacional que procura criar canais de troca de experiência e reflexões entre os atores da extensão popular. Possui enquanto espaço de comunicação uma lista de discussão pela internet, a *extensaopopular*, atualmente com cerca de 509 associados. De acordo com a Carta de Curitiba (2006),

Trata-se de um movimento instituinte de novas formas de integração entre a vida universitária e os movimentos sociais, pautado pelo diálogo entre as esferas que pensam e refletem a extensão numa ótica progressista. Está sustentado também na insatisfação com a forma como o CBEU e as demais instâncias de debate vêm sendo organizadas, assim como diante da desvalorização da participação de estudantes, professores, profissionais e movimentos sociais na construção das políticas de extensão.

Nos últimos anos, a ANEPOP vem empreendendo importantes frentes de interação política e reivindicativa: diálogo com o FORPROEX, pautando um tipo diferente de fazer extensão e uma proposta diferente de vivência universitária; insistência na socialização da discussão da extensão popular em vários eventos pelo Brasil, difundindo e dando visibilidade às práticas e trazendo novos atores para a luta; apoio às iniciativas que se constroem e os coletivos que se interessam em discutir extensão popular e criar práticas nesse sentido.

A criação da ANEPOP evidencia um novo momento para a extensão universitária, e deixa evidente que a extensão popular não compõe apenas uma categoria teórica ou um jeito de fazer extensão, mas constitui um movimento, que é antigo, mas no contexto atual vem priorizando sua organização e desenhando novos contornos para o painel institucional da extensão universitária brasileira. Seus empreendimentos trazem a reflexão de que não basta existir trabalhos de base fortes nas diversas instituições do Brasil, mas é preciso que pessoas envolvidas nessas iniciativas se disponham a trabalhar nestas intervenções políticas e estruturais.

No capítulo seguinte, buscaremos compreender como se desenvolveu a ANEPOP, tendo em vista constituir o objeto deste estudo. Através de diversas fontes de informações, procuraremos reconstituir o histórico de sua criação e os caminhos percorridos em seus primeiros anos. Com isso, poderemos nos debruçar na compreensão do significado desta experiência para a formação estudantil e para a extensão universitária brasileira.

Capítulo 4

A Articulação Nacional de Extensão Popular

Capítulo 4

A Articulação Nacional de Extensão Popular

Nos últimos anos, o movimento nacional de extensão popular vem priorizando sua organização e capacidade de intervenção e proposição no cenário da universidade brasileira. O surgimento da ANEPOP como coletivo ampliado e de caráter nacional é prova inequívoca disto. Considerando a relevância social e histórica desta Articulação, bem como a tímida produção teórica existente sobre ela, urge a necessidade de sistematizar a experiência de seu desenvolvimento, narrando os principais fatos e acontecimentos a ela inerentes, arriscando o empreendimento de análises críticas que situem historicamente a experiência e ponderem sobre os principais aprendizados possíveis de fazer. Nas próximas páginas, nos dedicaremos a este esforço.

Alguns fatos e fatores antecedentes

Desde meados da década de 1990, surgiram e se estabeleceram no Brasil encontros acadêmicos sobre extensão universitária, muito influenciados pelas conquistas do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) na institucionalização da extensão e no seu reconhecimento como atividade acadêmica. Após diversos encontros organizados em níveis regionais por diferentes entidades, o FORPROEX liderou a promoção do 1º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), com o objetivo de propiciar um encontro nacional de caráter acadêmico multidisciplinar. A partir de então, passam a ser promovidos encontros científicos de extensão em todas as regiões do país. Naturalmente, os extensionistas de diferentes instituições e realidades passaram a se encontrar freqüentemente, seja em nível nacional ou regional. A extensão universitária ganhava espaços estabelecidos de encontro e debate, o que intensificou também os embates e tensionamentos entre as diferentes tendências da extensão. Além das discussões de ordem teórica e filosófica sobre extensão, passou a predominar nestes espaços reflexões acerca da própria organização dos encontros. Especialmente para aqueles atores provindos de experiências de extensão popular, a estrutura organizativa dos encontros incomodava, principalmente porque destoava da filosofia educativa e de compromisso social nas quais acreditavam.

Em sua maioria, estes encontros giravam em torno de mesas redondas, conferências e apresentações de trabalho em comunicação oral e pôsteres. As mesas redondas e conferências caracterizavam-se como palestras de professores, com pouco espaço para debate e elaboração de perguntas pela plenária. As comunicações orais constituíam apresentações pontuais de trabalho, com pouco ou nenhum tempo para discussão entre seus autores. Na maioria dos congressos inexistia a apresentação de pôsteres, servindo apenas para exposição, sem propiciar conversas entre os autores, nem ao menos contemplar a visita de um avaliador para assistir a apresentação da experiência em foco. Ao longo da programação, a participação estudantil e popular era desvalorizada. Nos vários debates empreendidos, era tímida ou inexistente a inserção destes atores. Suas ausências em mesas redondas e conferências pressupunham que eles não teriam nada a dizer sobre as grandes questões da extensão, colocando-se apenas os pró-reitores e professores doutores como palestrantes.

Assim organizados, os eventos acadêmicos de extensão reforçavam a idéia de uma universidade com muros intransponíveis, onde a população não tem acesso e não é convidada para avaliar e criticar suas ações, mesmo que seja sustentadora de toda a estrutura universitária, em sendo esta instituição pública e em pagando seus impostos a população. Na mesma medida, consolidava a idéia da sujeição estudantil ao saber do professor ao colocar o estudante na posição passiva de escutar as teses dos professores nas mesas redondas ou mesmo ao deixá-los organizar pôsteres que nunca serão comentados. Com estas atitudes, a organização destes eventos de extensão retratava como acreditava ser a relação professor-aluno: ainda marcada pelo verticalismo e autoritarismo. Além do mais, ao criar espaços, seja de apresentação de trabalhos seja de mesas redondas, onde predomina a palestra (o monólogo), estes eventos de extensão reforçavam uma concepção educativa bancária, conforme delimitou teoricamente Freire (1987). Isto era reforçado pela sistemática ausência de espaços efetivos para trocas de experiências de extensão e diálogos sobre a conjuntura extensionista capaz de gerar novas perspectivas de fortalecimento para esta área. Com tudo isso, nestes eventos os pró-reitores legitimavam seu poder como detentores exclusivos da organização nacional da extensão universitária, desestimulando os estudantes e os movimentos sociais. Além de investir em metodologias educativas tradicionais e bancárias, o que foi fomentando um movimento de resistência. Para os atores da extensão popular, não era fácil constatar toda essa estrutura organizativa dos eventos de extensão, a qual diferia radicalmente

daquela por eles construída em suas práticas locais. Para Etel Matiello, este incômodo com os congressos era somado a

(...) uma insatisfação em relação ao ensino e também em relação a própria extensão, a questão de haver um distanciamento entre a teoria e a prática, em comunidades, profissionais e estudantes (Etel Matiello, em depoimento registrado através de grupo focal).

Este processo concorreu também com o cultivo de uma insatisfação, por parte dos extensionistas populares, com a filosofia da maioria dos projetos de extensão apresentados ao longo do evento, conforme assinalada Marcos Vasconcelos

(...) a gente viu os encontros, basicamente nos congressos houve a visão preponderante (...) de fazer “serviçinho” na comunidade, algumas coisas substanciais, alguns cursos de complemento de carga horária de currículo, (...) a gente ficava incomodado, porque a gente queria colocar o (nosso) trabalho, achar que era muito transformador e ele era botado pra ser apresentado no corredor, numa sala periférica. (Nessas ocasiões) a gente via o nível de repercussão da fala, as pessoas se tocavam, mas os principais tinham um caráter muito burocrático. Então essa inquietação, essa incomodação... (Marcos Vasconcelos, em depoimento registrado através de grupo focal).

Ao percorrer as sessões de pôsteres, assistir as palestras e observar as apresentações de comunicações orais, ficava-lhes patente que a extensão popular tinha pouco espaço e visibilidade no evento. Nas diversas ações extensionistas em questão, persistia uma relação autoritária com a população, encharcada por metodologias de ação pouco ativas e anti-participativas. Aquelas extensões voltadas ao diálogo com as classes populares e o enfrentamento das desigualdades, numa relação de respeito e integração de saberes, eram ainda pouco valorizadas.

Preponderantemente, observa-se um modelo assistencialista, descompromissado, desarticulado da realidade e distante dos movimentos sociais e organizações comunitárias. Reflexos desta estrutura são percebidos concretamente nos encontros de extensão universitária, como o I e II Congresso Brasileiro de Extensão e o último Congresso Ibero-Americano, ocorrido no Rio de Janeiro, de 27 a 30 de novembro deste ano. Nestes espaços, predomina uma organização vertical, atrelada aos reitores e pró-reitores das academias, sem participação de representantes estudantis, movimentos sociais, comunidades e outros organismos da sociedade civil. Além disso, não são proporcionados espaços de reciprocidade acerca dos “fazeres” entre os diversos projetos de extensão e suas respectivas metodologias,

comprometendo a real troca de conhecimento e experiência (Carta de Brasília, 2005).

Contudo, mesmo em face de tantos incômodos, nestes encontros propiciavam-se diálogos entre os diferentes extensionistas e atores sociais, levando-os a pensar concretamente caminhos e estratégias de mudar aquele painel incômodo. Conforme ressalta Etel Matiello, dessa insatisfação pretendia-se construir possibilidades,

bom se eu não quero desse jeito então vamos nós mesmos fazer diferente (em depoimento registrado através de grupo focal).

Na visão de Murilo Marcos,

(...) dessa vontade deles, dessa prática deles de fazer a extensão, de buscar na universidade aquilo que não tava muito a primeira mão, eles começaram a se encontrar, e buscar em seus semelhantes uma força maior (em depoimento registrado através de grupo focal).

Ou seja, essa insatisfação era na verdade uma provocação inicial,

porque a partir da insatisfação a pessoa vai buscar algo diferente, que possa dar conta dessa insatisfação, [pois outros] vários estudantes [talvez] tenham insatisfação de alguma forma; (...) é uma insatisfação de achar que o espaço seja um transformador mesmo. (...) e fazemos descobertas de como aquilo é contente, a gente acaba então querendo influenciar nas transformações dos outros. Então a ANEPOP é mais um desejo de influenciar, de dar oportunidade, ajudar o outro a conhecer a extensão, a conhecer esse mundo tão diferente, conhecer fora da universidade, e que ele conheça e faça o arbúrio pela opção mais transformadora. A ANEPOP é o desejo de se ampliar, se ampliar essa influência, que mais pessoas convivam, e mais pessoas se transformam a partir dela (Marcos Vasconcelos, em depoimento registrado através de grupo focal).

Visando construir espaços de elaboração de enfrentamentos a estas situações, grupos ligados ao movimento estudantil e alguns projetos de extensão criaram a Ação Nacional de Extensão Universitária (ANEXU) em 2002, durante o 1º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), em João Pessoa, com a qual pretendia-se constituir um coletivo agregador dos extensionistas universitários brasileiros. Nos anos de 2003, 2004 e 2005, a ANEXU conseguiu promover a articulação de diversos extensionistas através do movimento estudantil, realizou encontros regionais para discutir a temática da extensão a partir do olhar estudantil, bem como favoreceu a

inserção deste debate no seio daquele movimento, onde a extensão era ainda preterida e pouco valorizada. Neste período, a ANEXU participou de importantes atos e protestos junto ao movimento estudantil, especialmente contra a reforma universitária no 2º CBEU em Belo Horizonte-MG. Todavia, com o tempo a organização específica desta Ação Nacional perdeu espaço para o fortalecimento do movimento estudantil numa perspectiva progressista, fosse através das executivas, fosse através de grupos organizados em cada instituição. Nestes espaços, a discussão da extensão universitária no movimento estudantil perdurava, mas pouco se cuidou da estruturação da Ação e de seu delineamento ativo e propositivo. Possivelmente, isso decorreu porque, como destaca Eymard Vasconcelos (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 13/02/2006),

estava só ligada ao movimento estudantil e procurava englobar todos os tipos de extensão.

Para Vinicius Ximenes (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 10/08/2006),

fizemos algumas coisinhas com a ANEXU, mas não conseguimos muito sair da fase conspirativa. Faltavam pernas para construir uma articulação tão ampla, faltava um maior contato com mais movimentos, ações, projetos e práticas de extensão popular a nível nacional para sentir coletivamente e presencialmente a necessidade de articulação. Como também havia algumas indefinições conceituais nossas que dificultaram a construção de uma identidade que pudesse melhor contatar as pessoas pra busca de algo. Ou seja, chochamos até a rede ficar inerte.

Em virtude de fatores como estes, com algum tempo a ANEXU ficou limitada aos repasses de informações através de sua lista de discussão e sem ações e estratégias delineadas. No final do ano de 2005, retomou-se a idéia de estruturar uma articulação nacional a partir da extensão, a partir de vários grupos de extensionistas populares, não necessariamente ligados ao movimento estudantil. Neste período, dois eventos de amplitude nacional constituíam o cenário onde as bases de uma nova articulação nacional seriam fundados.

Na última semana de novembro de 2005, o VI Congresso Ibero-Americano de Extensão Universitária foi realizado na cidade do Rio de Janeiro-RJ, no Hotel Rio

Othon na Praia de Copacabana. Como pode-se inferir, o local foi extremamente contraditório com o tipo de extensão que os extensionistas populares defendiam. Um hotel de luxo não parecia o lugar propício para discutir a extensão numa perspectiva de justiça e igualdade social. Durante todo o evento, os extensionistas populares testemunharam a diferença da filosofia de seus projetos para aquela com a qual o evento tinha sido desenvolvido.

fomos extremamente mal-tratados (professores, estudantes e movimentos sociais - esses nem sequer convidados foram), com painéis entre corredores de hotel, nenhum espaço para compartilhar de experiências e uma distância enorme das verdadeiras demandas sociais e acadêmicas dos presentes. Aquele Congresso representou muito do que entendíamos enquanto crítica ao jeito de organizar a extensão nacionalmente. Agustiávamo-nos em perceber que, apesar de existirem práticas bonitas, amorosas e que propõe o novo dentro da Universidade, numa perspectiva transformadora, estas não tinham espaços efetivos de comunicação. Sem troca de idéias sobre seu "que-fazer" e suas linhas de pensar (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 12/02/09).

Enquanto aprendíamos, em nossos projetos de extensão, a importância do compromisso ético com a emancipação humana, com a autonomia do povo e da gente, enquanto compreendíamos a importância do ser mais, convivíamos com metodologias ativas e participativas, amorosas, libertárias; testemunhamos neste evento uma extensão autoritária em sua relação com a população. Assistíamos a debates e apresentações de trabalhos onde os estudantes (lá, os "alunos") eram meras peças de mão-de-obra. Onde a relação com a comunidade era utilitarista na maioria das vezes. A participação da população ou de movimentos sociais era inexistente. Não havia análises críticas da extensão, por parte da população participante dos projetos, pelos movimentos sociais ou estudantes, apenas pelos Pró-Reitores de Extensão e mais alguns professores.

Testemunhávamos com indignação a insistência de muitos gestores em ver na extensão mais um espaço para re-afirmar a distância entre a academia e o povo, destacando mesmo a superioridade da primeira, na produção de conhecimentos que nem mesmo chegavam ao povo. Mais do que isso, ao contrário dos nossos projetos de extensão em Educação Popular, vimos que, em sua maioria, a extensão era feita PARA A COMUNIDADE (assistencialista) ou mesmo APESAR DA COMUNIDADE (empresarial/comercial/mercantilista), mas pouco víamos a extensão FEITA COM A COMUNIDADE, até por esta última pouco se fazer presente, convidada, de maneira radicalmente

participativa e verdadeira (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 12/02/09).

No decorrer deste evento, conforme aumentava o incômodo com sua organização, crescia também a capacidade de mobilização e articulação estudantil, na medida em que os desabafos eram compartilhados nos corredores do Hotel em muitas conversas entre os vários estudantes presentes. Como ponto crítico motivador da reação estudantil, o cancelamento da apresentação dos pôsteres constituiu o ponto alto, episódio que narrarei através de relato pessoal.

Lembro de ter ensaiado durante toda a manhã para apresentar o trabalho na parte da tarde. Não me interessava assistir mesas redondas ou outras programações. O frio na barriga falava mais alto. Eu queria representar bem o meu projeto de extensão e conseguir comunicar com eficiência minha experiência. Nada mais importava. Por isso, foram seguidos ensaios, contagem de tempo (para não extrapolar na hora “H”) e revisão constante do texto original do meu trabalho. Chegado o momento marcado para as apresentação, não somente eu como uma série de estudantes de muitas instituições aguardavam a chegada dos pareceristas. Era um corredor grande repleto de gente e painéis um ao lado do outro. Eu seria um dos primeiros a apresentar. Enquanto esperava, conversava com estudantes de painéis próximos, trocamos experiências e conversamos sobre nossa ansiedade. Muito tempo depois do horário previsto, um dos organizadores nos aborda, já cansados e estressados de tanto esperar. Sua fala é simples, direta e dolorosa: “Sentimos muitos, mas não poderemos avaliar os trabalhos. Agradecemos muito sua participação, aqui está seu certificado. Parabéns!”.

Para um estudante como eu, com pouca experiência em extensão à época, mas já cheio de sonhos, ansioso por apresentar um trabalho pela primeira vez, aquela foi uma das maiores decepções da vida. Ao receber a notícia, olhei para uma amiga de projeto que estava ensaiando ainda e suando frio. Imaginava como ela reagiria a notícia. Quando vi esta imagem, a decepção foi se transformando em raiva. Com este sentimento, saí em todos os corredores conversando com os colegas, avisando sobre o ocorrido e a raiva foi ficando coletiva. Contudo, ao passo em que esta raiva foi sendo compartilhada, foi se criando uma união entre os extensionistas insatisfeitos, os quais começaram a propor a necessidade de articular com urgência protestos e atos políticos. Da raiva, encaminhamos a mobilização. Marcamos reunião e fizemos uma pequena nota

de protesto, impressa em várias cópias para divulgar no evento, onde ironizamos o slogan do congresso. No lugar de “Navegar é preciso, transformar é possível!”, colocamos “Navegar é preciso, *afundar* é possível!”.

Seguiram-se então reuniões para avaliação daqueles problemas, a partir das quais fizemos alguns protestos e atos no evento, interrompendo uma das mesas redondas com um teatro silencioso e manifestações na Plenária Final. A partir destes atos, encaminhamos a necessidade de revitalizar a ANEXU, bem como de construir uma Articulação Latino-Americana de Extensão Universitária.

Duas semanas depois, muitos dos extensionistas presentes neste evento novamente se encontraram durante o II Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde, em Brasília-DF, entre 12 e 15 de dezembro de 2005. Como não poderia deixar de ser, aproveitamos o encontro presencial para aprofundar os encaminhamentos construídos no evento anterior. Neste, havia uma atividade especialmente programada para valorizar o protagonismo estudantil a partir da Educação Popular: a mesa redonda “Repensando a formação universitária através da Educação Popular e Saúde”, organizada pelo professor Eymard Mourão Vasconcelos. Esta mesa reuniu como palestrantes estudantes universitários cujo contato com a Educação Popular, principalmente via extensão universitária, re-significou sua formação profissional.



Fotografia 1 A mesa redonda que instigou o movimento criador da ANEPOP durante o II Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde, em Brasília-DF, na UnB, em dezembro de

2005. Da esquerda para a direita: Eymard Vasconcelos (professor da UFPB e coordenador da mesa) e os palestrantes Lia Haikal (estudante UERJ), Eduardo Simon (médico formado na UFRGS), Pedro Cruz (estudante da UFPB), Edney Vasconcelos (estudante da Universidade de Iguazu) e Marcos Vasconcelos (estudante da UFPB).

Após as falas dos componentes da mesa, foi significativo o movimento da plenária em também compartilhar suas vivências, emoções e opiniões, o que colaborou inclusive com o encerramento da mesa somente uma hora e meia após o tempo previsto.

*Foi em Brasília, em dois mil e cinco
Que tomamos a decisão
Sem imposição
Finalmente, chegamos a uma conclusão
Era chegada hora de fazer uma aposta
Para os sonhos fazer acontecer
A indignação transpor e a opressão desaparecer*

*Foi numa mesa-redonda
Cheia de gente, encharcada de amorosidade
Vontade de ser mais e compartilhar as vivências com comunidades
Parecia que estávamos todos lá
Nós e o povo da extensão popular de todas as universidades*

*Coração na mão, silêncio!
Atenção, concentração, vamos todos observar
A mesa vai começar*

*Cinco palestrantes
Todos academicamente pouco importantes
Não, nada de professor doutor
Cinco estudantes para de suas vivências falar com amor*

*Na primeira fala, emoção à tona numa cantiga bonita
Entoada com paixão por uma extensionista
Uma cantiga popular, uma canção do povo
Outra fala, mais emoção, perplexidades de novo*

*Amigo leitor, que espanto foi ver
A parede da UnB estremecer
Perplexidade da academia ao constatar
Que seus estudantes sabem cantar, sabem tocar
Com a música e a arte, provam que sabem educar*

*Eis que surgem mais relatos dos “palestrantes”
São muitas palavras, em frases mil
Mostrando com contundência que nesse nosso Brasil
Existe outra Universidade
Humana, justa, transformadora com a comunidade*

*O debate se aqueceu
E o “público” não se conteve
Queria também partilhar suas impressões
Para que ninguém se achesse
A desconfiar dessa educação significativa
E todo mundo compreendeu
Que a hora era chegada
De fazer valer a voz do estudante e do povo
Ninguém mais podia nos segurar nesta estrada*

(Pedro Cruz e Murilo Leandro Marcos, no texto “A articulação nacional de extensão popular (ANEPOP): os primeiros passos de um movimento instituinte de outra universidade”, no livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular organizado pela ANEPOP).

As trocas de experiências e conversas não couberam mais na mesa redonda. O tempo havia extrapolado e havia ainda muita coisa que conversar. Por isso, foi marcada para o mesmo dia uma reunião ampliada, para discutir propostas e encaminhamentos para toda aquela discussão. Nesta reunião, a participação estudantil mais uma vez se mostrou forte e majoritária. Contudo, aquele momento, assim como a mesa-redonda, desvelou uma participação significativa de outros atores, o que testemunhei pela primeira vez desde que passei a participar dos encontros de extensão popular. Era também marcante a presença de professores e técnicos universitários, trabalhadores de

serviços públicos sociais (como saúde e educação), além de estudantes de pós-graduação e lideranças de movimentos sociais.

Juntos, estes atores decidiram criar uma nova rede nacional de extensionistas, marcada por novas propostas em relação às anteriores: com a identidade filosófica da Educação Popular e composta por uma diversidade de atores.

*Era preciso fazer valer
Esta arte, esta criatividade, este compromisso
Para além do assistencialismo
Uma nova extensão, sem ativismo
Mas comunicação transformadora, para a gente, para a comunidade
Para o povo, do campo e da cidade*

*E agora? Como fazer?
Esperem! Talvez desse jeito poderemos crescer:
Formemos uma rede
Vamos nos comunicar
Partilhar experiências, se encontrar
Quem sabe, encontro após encontro, essa história não vai nos levar
Para uma participação mais efetiva no cenário da extensão?
Afim, Srs. e Sras. Pró-Reitores, chega de exclusão
Chegamos e queremos participação!
Ora, quem mesmo é que faz a extensão?*

*Criamos! Criamos um espaço
Uma rede, um emaranhado
E digo sem embaraço
Importante demasiado!*

(Pedro Cruz e Murilo Leandro Marcos, no texto “A articulação nacional de extensão popular (ANEPOP): os primeiros passos de um movimento instituinte de outra universidade”, no livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular organizado pela ANEPOP).

Nascia, naquela reunião durante o II Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde, a Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). Debruçaremos agora sob alguns aspectos elementares da fundação desta entidade, os quais foram

singulares para a definição das características de sua organização e de sua configuração enquanto um movimento.

Um movimento marcado pela diversidade de atores e autores

Os professores presentes participavam de experiências de extensão popular como coordenadores e orientadores. Para os estudantes, eram referências por abrirem espaços de protagonismo estudantil e provar que era possível vivenciar uma relação docente-estudantil fraterna, problematizadora e respeitadora dos saberes de experiência trazidos por cada educando. Em todos os momentos de articulação e organização das atividades do coletivo de extensão popular neste evento, a participação docente foi decisiva, na medida em que prestava apoio à atuação estudantil, inserindo-se nos debates para elaboração das pautas de reivindicações e cooperando na mobilização de participantes para as reuniões.

Antes de começar a mesa (da qual participarei como palestrante, compartilhando minha vivência de extensionista), fui tomado por um imenso frio na barriga. Era impressionante a sensação de medo e insegurança. Tudo aquilo – o auditório, o público, o professor coordenador da mesa – parecia grande e importante demais para mim, um “zé ninguém” no campo da extensão universitária. Um estudante de nutrição, simples e pouco experiente, com pouco saber científico para relatar. Mesmo tendo ensaiado diversas vezes desde o momento em que aceitei o convite, o conteúdo de minha palestra parecia se misturar e ficar cada vez mais fraco e ruim conforme se aproximava o horário da atividade. Foi então que encontrei no corredor um de minhas professoras orientadoras no projeto de extensão, Marísia Oliveira da Silva. Ao ver minha angústia, ela me interrogou sobre sentimentos, anseios e medos. Durante a conversa, suas perguntas e sua escuta paciente foram me acalmando, na medida em que ela demonstrava o quanto de conhecimentos significativos eu tinha para comunicar naquela mesa-redonda. Não precisava ser um cientista renomado para falar em público. A experiência de vida e no projeto de extensão me davam subsídios suficientes para trazer elementos importantes para a re-discussão da formação universitária em saúde.

Ao chegar à mesa, fui surpreendido ao constatar quantas inúmeras pessoas sentiam o mesmo desconforto que eu sentia na universidade, e que também buscavam saídas a partir da extensão popular. Com o tempo, fui me sentindo calmo, tranquilo e

sereno como se estivesse em casa. Daquele instante em diante, compreendi claramente como a Educação Popular constituía um elemento aglutinador para aquele jeito diferente de pensar e fazer a extensão universitária. Nosso movimento não era de extensão universitária, mas de extensão universitária em Educação Popular – ou seja, de extensão popular. E, mesmo esta denominação tendo sido contemplada em estudos do Prof. José Francisco de Melo Neto, foi com a orientação dos professores presentes que o termo “extensão popular” se tornou bandeira do movimento neste evento. Tanto na mesa redonda, como na reunião de fundação da Articulação, os professores trouxeram elementos teóricos e filosóficos capazes de respaldar a opção do movimento em explicitar a extensão popular como seu jeito e seu tipo de extensão.

Por tudo isso, a presença docente permitia agregar ao movimento uma análise crítica e formativa sobre os processos decorrentes. Em faces das dificuldades e tristezas vivenciadas nas ações, a presença docente insistia na criação de momentos e espaços educativos de reflexão crítica, agregando aprendizados singulares sobre os principais acontecimentos vivenciados no movimento nacional de extensão popular, o que foi subsidiando contra-pontos importantes para o jeito de pensar e conduzir o movimento. Desde então, a participação docente passou a ser fundante para a constituição do movimento de extensão popular como lugar de aprendizado e de formação permanente.

A presença de técnicos universitários também foi marcante na reunião onde se fundou a ANEPOP e serviu de base para inclusão desta categoria no quadro participante do movimento. Relatando, em muitos casos, desrespeito e pouca valorização de suas iniciativas nas práticas de extensão, muitos técnicos também reivindicavam o fortalecimento da extensão popular e a democratização da organização das políticas extensionistas.

Finalmente, a presença de trabalhadores e membros de movimentos sociais demonstrou a existência de atores sociais extra-universitários comprometidos com a discussão e a transformação das práticas extensionistas, estando eles diretamente em contato com muitas destas iniciativas nos cenários de práticas, em serviços públicos, nos movimentos sociais ou nas comunidades populares. Para estes sujeitos, urgia a mudança de abordagem destes empreendimentos, uma vez que discordavam da maneira com a qual muitos extensionistas e pesquisadores universitários adentravam em seus espaços sociais. Na maioria dos casos, estas pessoas conviviam com uma extensão de

abordagens diretivas, como palestras, aulas ou prestação pontual de serviços, definidos pela prescrição de comportamentos adequados, hábitos de vida padronizados e elaboração de recomendações de mudança de prática ou de estrutura, sem considerar os limites e possibilidades locais. Com isso, carregando autoritarismos, arrogância e desrespeito ao saber e experiências locais. Ademais, relatavam descontinuidade no processo de vínculo e construção das parcerias com a universidade. Muitos extensionistas resumiam suas ações à assistências pontuais, numa relação distante da população e pouco dialogada. Alguns pesquisadores utilizavam o cenário apenas como fonte para coleta de dados, desaparecendo depois, e, se retornavam, o faziam apenas para dar palestras sobre o resultado da pesquisa.

Desta forma, ao longo da reunião, a composição do grupo de pessoas presentes chamou atenção de todos, pois ficou evidente que a pauta da Educação Popular na universidade, via extensão, não era de interesse somente estudantil; tinha que ver também com uma série diversa de atores, os quais, de uma maneira ou de outra, conviviam com a extensão, a formação e a pesquisa universitária e enxergavam na extensão popular um potencial transformador das dificuldades sentidas no cenário universitário vigente. Isso levou aquele coletivo a tomar a decisão de que a constituição da ANEPOP deveria ser diversificada em seus atores, sendo não apenas estudantil, mas também de professores, técnicos e membros de movimentos sociais.

A partir de então, ficou estabelecido que o coletivo seria construído a partir das experiências de extensão que tinham como base orientadora a Educação Popular, de modo que a articulação seria pela identidade no campo extensionista e não pela categoria (se estudante ou professor).

A criação da lista virtual de discussão

A ANEPOP configurou-se inicialmente como estratégia criada por atores do movimento nacional de extensão popular, visando oportunizar um primeiro elo de encontro e aproximação entre os extensionistas do Brasil, que estavam tentando reanimar a articulação nacional de extensão.

Assim como em outros eventos, as reuniões e discussões empreendidas entre os membros do movimento de extensão popular no II Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde precisavam de uma liga para a continuidade das reflexões coletivas e

para o avanço na constituição do próprio movimento, na definição mais elaborada de suas reivindicações, suas propostas e suas estratégias de ação. Assim, mesmo sendo pactuada durante este evento, a ANEPOP só começou a tomar forma e constituir um lugar permanente de encontro com o advento da lista virtual de discussão.

Inicialmente, o debate surgido na ocasião de criação da ANEPOP seria continuado e aprofundado numa lista de discussão de amplitude latino-americana, proposta por ocasião da reunião do movimento extensionista no Congresso Ibero-Americano de Extensão, onde a presença de estudantes uruguaios demonstrou a relevância de se garantir a interlocução internacional no debate da extensão universitária. Como as discussões de Brasília foram consideradas continuação das propostas e encaminhamentos elaborados no Rio de Janeiro, duas semanas antes, decidiu-se por esperar a constituição daquela lista.

Todavia, dois meses após o Congresso, a lista de discussão não foi criada, nem cadastrados os e-mails, pois as pessoas que tinham assumido esta responsabilidade não a encaminharam. Nesse ínterim, muitos dos extensionistas da UFPB presentes nos dois eventos ansiavam pela instituição da lista para poder dar continuidade às trocas de experiências e continuar delineando a estruturação da articulação nacional. Assim, diante da não criação da lista mesmo após insistentes pedidos aos responsáveis, alguns extensionistas da UFPB criaram a lista com os e-mails registrados numa relação preenchida no último evento, em Brasília.

A lista passou a favorecer uma articulação mais orgânica, ativa e propositiva, que não ficasse apenas nas trocas de mensagens eletrônicas em listas de discussão, mas avançasse na construção de proposições e mudanças no cenário extensionista nacional. A Carta de Brasília, produzida em 14 de dezembro de 2005 a partir da reunião de criação da ANEPOP, ilustra muitas destas reflexões.

Buscando a construção de uma nova concepção de extensão universitária, estudantes, movimentos sociais, docentes, trabalhadores de saúde e educação, entre outros, em meio à discussão da mesa-redonda "Repensando a formação universitária através da Educação Popular e Saúde", organizaram um momento para fortalecer e potencializar uma ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA com bases na Educação Popular e no vínculo com os movimentos sociais. Sentindo a necessidade de ampliar os espaços de debate e intervenção, pactuamos o seguinte:

- ☐ *Reforçar e revitalizar os espaços virtuais de articulação do movimento extensionista já existentes, como a ANEXU (Ação Nacional de Extensão Universitária);*
- ☐ *Mapear, fortalecer e dar visibilidade as práticas de extensão com um caráter popular;*
- ☐ *Criar novos espaços de encontro, para discussões teórico-metodológicas e experiências;*
- ☐ *Incluir como estratégia o vínculo dos projetos de extensão com os movimentos sociais, enxergando na ANEPS (Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde) uma importante parceira;*
- ☐ *Aproximar tais projetos do movimento estudantil e de suas entidades representativas;*
- ☐ *Reivindicar uma participação ativa na organização do III Congressos Brasileiros de Extensão Universitária, que ocorrerá em 2006 na cidade de Florianópolis, entendendo esse espaço como local importante de disputa por uma concepção mais popular e transformadora de extensão;*
- ☐ *Utilizar as vivências e experiências pedagógicas orientadas pela Educação Popular como base para a construção de uma formação mais comprometida com uma transformação social;*
- ☐ *Compreender a extensão guiada pela Educação Popular como instrumento capaz de re-orientar a formação*

Desde então, alguns estudantes passaram a dedicar seu tempo ao fortalecimento deste grupo articulador nacional pela lista de discussão na internet. Eu participava deste grupo, que não fora eleito para o trabalho, mas era composto por alguns estudantes ansiosos por ver a riqueza da extensão popular propagada nos eventos acadêmicos do país e favorecer o encontro dos extensionistas populares, o fortalecimento de suas experiências e a constituição de outros horizontes para a extensão universitária no Brasil, distintos daqueles dominantes observados nos eventos nacionais de extensão. O movimento promovido no Congresso Ibero-Americano de Extensão e no Seminário de Educação Popular em Saúde teve, para nós, o gosto de um aperitivo. Primeiro, porque nos demonstrou que nossa ousadia era importante e, mesmo sem ter curso superior ou sermos professores, tínhamos experiências e saberes capazes de gerar boas reivindicações. Ademais, sentíamos que era preciso tocar a organização e

a mobilização do movimento de extensão popular. Os protestos e as ações empreendidas naqueles eventos no final de 2005 nos evidenciaram que só avançaríamos se tivéssemos uma ação coletiva e conjunta organizada. Por isso, precisávamos de gentes que incentivassem os extensionistas e propiciassem seu encontro de maneira mais permanente e estratégica, capaz de favorecer a construção coletiva de ações. A ANEPOP era o espaço para isso. Nossa ação de articuladores e moderadores a partir dela passou então a ser o detalhe que faltava para encaminhar as propostas e os desejos que motivavam o movimento nacional de extensão popular.

Nesse processo, é interessante ressaltar a presença significativa de estudantes da área de saúde no movimento criador da ANEPOP. A participação no movimento de Educação Popular em saúde na criação da ANEPOP foi marcante e definidora de muitos dos contornos organizativos do movimento extensionista. Será importante debruçarmos um pouco sobre a saúde e compreender como este movimento repercutiu no nascimento da ANEPOP.

O pioneirismo da área de saúde

Desde a década de 1970, a Educação Popular vem agregando bases para a constituição de um movimento de mudança de concepções, práticas e políticas de saúde, especialmente na América Latina, o qual foi ganhando maior ressonância com as diversas experiências de interação de intelectuais e trabalhadores de saúde com práticas populares e iniciativas comunitárias de cuidado e controle social em saúde. No Brasil, muitas destas ações foram elementares para a criação do Movimento Popular de Saúde (MOPS) e o fortalecimento da Educação Popular como referencia teórico-metodológica para um fazer em saúde inovador em muitas localidades do país. Este amplo movimento teve participação singular na construção do Movimento de Reforma Sanitária no Brasil, e na constituição do Sistema Único de Saúde. Em todo esse processo, a participação de estudantes, técnicos e professores adquiriu relevância. Muitas das iniciativas eram mantidas por grupos universitários, o que ia cooperando em mudanças na formação e na elaboração de novas fronteiras para a extensão universitária. Ademais, com as novas perspectivas de Saúde Coletiva sendo aceitas e institucionalmente reconhecidas, muitos daqueles professores, técnicos e ex-estudantes adentravam na universidade, e levavam aos cursos os saberes adquiridos nas práticas de Educação Popular em saúde.

Assim a Educação Popular em saúde se constituiu como campo de práticas e produção de conhecimentos no amplo e diverso cenário da saúde coletiva brasileira, o que reverberou também no cenário acadêmico. Muitas das mais antigas e tradicionais experiências de extensão popular tiveram sua origem a partir deste processo. Dessa maneira, junto com o fortalecimento e crescimento do movimento nacional de Educação Popular em saúde, fortalecia e crescia o movimento de extensão popular nos cursos de saúde. Nos vários eventos e congressos da Educação Popular em saúde, a presença universitária sempre foi marcante, muito favorecida pelos vários projetos de extensão.

Em paralelo, podemos também perceber elementos decisivos no interior dos projetos de extensão capazes de explicar o pioneirismo da saúde no seu movimento nacional. Desde que entrei no projeto de extensão, conheci outras experiências a partir da ANEPOP, onde constatando que “saúde” não era o único tema em debate. Nas conversas informais ou nos estudos em grupo, a pedagogia desenvolvida no projeto estimulava-nos a pensar criticamente todo o universo que nos cercava e não apenas a saúde. Sendo estudantes universitários e estando cotidianamente em contato com as dificuldades do decorrer do curso, acabávamos elegendo a discussão sobre formação e universidade como uma de nossas prioridades; até porque pensar e organizar o projeto de extensão significava construir uma prática crítica e na contra-mão daquela acumulada no currículo oficial. Dessa forma, pensar e discutir a universidade fazia parte das atividades normais dos projetos de extensão popular em saúde. Por isso, ao chegar aos eventos e congressos nacionais, tínhamos já um debate bem elaborado sobre universidade e perspectivas para a formação. A Educação Popular tinha um sentido especial para desenvolver uma concepção diferente de saúde, mas ao pensar a universidade em suas problemáticas, os debates não se concentravam apenas na formação em saúde, mas pensava-se também um projeto para a universidade como um todo.

Por tudo isso, havia efetivamente um pioneirismo da saúde na discussão sobre extensão popular, o que pude constatar (antes do advento da ANEPOP) em eventos multidisciplinares como o 2º CBEU e o Congresso Ibero-Americano de Extensão Universitária. Mas, ao contrário do que poderia ocorrer, transcendia-se o debate sobre saúde para a discussão de perspectivas gerais da universidade. Assim, os debates

encaminharam a instituição da articulação como um grupo diverso nas suas áreas de saber constituintes.

O desafio de manter e irradiar o movimento

Ao voltar “para casa”, em seus projetos de extensão, os diversos extensionistas populares que participaram da construção da ANEPOP tinham um novo desafio pela frente. Não bastava agora o empenho necessário com nossos cursos de graduação, ou com o desenrolar do projeto. Sentíamos como se tivéssemos assumido uma nova tarefa, uma nova frente de ação: cuidar do movimento nacional de extensão popular. Tinha um lugar especial em nossas mentes e corações, e tinha um tempo guardado para ser dedicado às frentes de trabalho exigidas. Assim como nos projetos de extensão, participar da organização do movimento nacional era muito instigante e nos dava muita alegria.

(a lista) também é espaço de articulação, para estarmos construindo estratégias de luta por esta extensão popular no Brasil, sua divulgação, sua inserção nos espaços, etc. Neste sentido, queria propor ao grupo a seguinte questão: como nos articular, concretamente falando? Que estratégias podemos discutir e aprofundar aqui? (...) Precisamos ir nos firmando enquanto articulação. A nossa rede ampliou e é importante que se difunda e divulga esta articulação a instâncias importantes no quadro da extensão, especialmente o movimento estudantil organizado (executivas e direções nacionais de curso). Peço as pessoas da lista da Extensão Popular que divulguem este email na lista de suas executivas e as pessoas interessadas de lá requisitem inscrição na lista EXT.POP. (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 05/03/06).

Assim, nos cinco primeiros meses de 2006 houve um tempo de diálogos e provocações mobilizadoras na lista.

Creio que precisamos começar a identificar que atores presentes nesta lista nacional estão dispostos a articular e vislumbrar ações na perspectiva do fortalecimento da extensão universitária no país. Que estratégias podemos pensar? Como articular? Via e-mails? Reuniões virtuais? Encontros presenciais? (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 17/05/06).

Muitos atores se inseriam na lista de discussão, ou por conhecer o movimento através de encontros presenciais ou pela difusão que ganhava a ANEPOP em meio aos movimentos estudantil e de Educação Popular. Todavia, mesmo diante da insistente

abertura à participação, não conseguiam encontrar maneiras de contribuir e somar esforços.

Penso que poderíamos fazer uma mobilização em todas as escolas e nos movimentos onde atuamos e articular a participação de mais gente neste encontro (de pró-reitores de extensão), particularmente a presença de alunos extensionistas, pois considero a pessoa mais importante, juntamente com a comunidade, deste processo (Erivelton Pires Martins, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 17/03/06).

Nos primeiros meses de vida da ANEPOP, sentíamos que era necessário irradiar o debate que lhe deu origem. Se tínhamos a pretensão de que aquele coletivo tivesse caráter nacional, era preciso continuar propiciando encontros como aquele que originou a ANEPOP, onde também fosse exposta a proposta do movimento, se escutassem outras opiniões e perspectivas para o seu fortalecimento. A partir de então, decidimos inserir a Extensão Popular como debate no número máximo de eventos regionais e nacionais que podíamos participar, desde que houvesse condições de deslocamento para um dos membros da ANEPOP coordenar a atividade e o mobilizar os atores interessados.

Nestas ocasiões, além das atividades previamente acordadas com a organização do encontro (geralmente oficinas ou mesas-redondas), sempre realizávamos reuniões com caráter deliberativo e encaminhativo, que favoreciam um clima de pertencimento e envolvimento por parte dos recém-chegados na ANEPOP. Para fazer estas reuniões, ganhamos muita experiência em como mobilizar um movimento. Uma estratégia comum era a colagem de cartazes, muitas vezes sem condições materiais para isso, tendo que improvisar com folhas usadas ou pedindo apoio na organização do evento. Outra maneira era a estratégia de caminhar de sala em sala avisando sobre a reunião, explicando seu contexto e combinando data e horário. Foi partindo desta estratégia que conheceram o movimento e ingressaram na ANEPOP diversos atores de fundamental importância para a história deste movimento.

Iniciava um tempo de propagação nacional das experiências de extensão popular e de encontro entre seus protagonistas, o que ia intensificando sua determinação em organizar nacionalmente o movimento, especialmente com vistas ao 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), que se avizinhava.

isso de trabalhar nos espaços foi um pouco uma estratégia assim de (...) dar visibilidade pra essas práticas que tavam ali nos corredores, né? (...) Trazer mais isso a tona. Não sei, eu diria que uma das estratégias do surgimento da ANEPOP foi como colocar atividades nos espaços que os estudantes e os profissionais estivessem participando e que conseguisse construir né? A idéia da articulação, de se encontrar, de refletir ... (Etel Matiello, em depoimento registrado através de grupo focal).

Durante a primeira metade do ano de 2006, inserimos a discussão da ANEPOP em eventos como o Fórum Social Brasileiro em Recife, no Congresso Nacional da Rede Unida em Curitiba, no Congresso Mundial de Saúde Pública no Rio de Janeiro, dentre outros.



Fotografia 2 Debate sobre Extensão Popular promovido no Fórum Social Brasileiro, facilitado por Marísia Oliveira (professora da UFPB), com a presença dos estudantes da UFPB Marcos Vasconcelos, André Gomes e Pedro Cruz (da esquerda para a direita) em abril de 2006, em Recife-PE, no Campus da Universidade Federal de Pernambuco.

Ao participar destes espaços de diálogo regionais e nacionais, os estudantes dos projetos de extensão popular aprendiam a apresentar seus trabalhos sociais universitários e discuti-los em público, o que lhes estimulava a empreender um poder de análise sobre suas experiências, impulsionando uma reflexão crítica sobre seu trabalho cotidiano e um olhar mais distanciado da prática local de extensão popular – o que favorece enxergar sua dimensão educativa, política e epistemológica. No debate teórico-metodológico gerado a partir do confronto comunicativo das diversas experiências, o

encontro tornava-se potencialmente criador e transformador dos extensionistas, sendo-lhes propiciado não apenas compartilhar metodologias, mas se identificar a partir da *Educação Popular* e compartilhar sonhos.

Decorria uma ampliação de visão, da prática local em comunidades ou da militância estudantil universitária, para um olhar nacional das contradições da extensão, da academia e da sociedade. Portanto, para um número considerável de sujeitos, os encontros entre os protagonistas da extensão popular eram significativamente pedagógicos. Momentos como a Tenda Paulo Freire do 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (na cidade do Rio de Janeiro-RJ), ilustram a conformação de espaços pedagógicos propícios a esse encontro significativo, impulsionadores da formação de novos atores na perspectiva da Educação Popular, o que pode ser identificado no depoimento que segue.

Histórias e poesias, impressões e cirandas, apresentações que eram autobiografias, falas do cotidiano familiar, indignações particulares, e mais, muito mais... ora, que falta de objetividade! (...) Por um longo tempo, calamos e, naquele instante, naquele espaço se pôde escutar e ser escutado. Era natural que viesse uma tempestade de idéias antes silenciosas, sonhos antes calados, emoções antes nunca ditas, gestos antes jamais explicitados e tantas outras situações que em tantos momentos, ficaram escondidas. Se produziu mais do que se pensa. Se produziu a libertação dos momentos e se viu que não se estava só e que muitos, libertados, podiam voar juntos em um rumo que ainda não se sabe direito por onde vai, mas sabe como começar: de dentro de nós, com as mãos dadas e beeeem alto, como todo sonho bom recém-saído da gaiola deve voar (Amélia Mano, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 08/09/06).

Neste Congresso, os membros da ANEPOP puderam participar, pela primeira vez, de uma Tenda Paulo Freire. Organizada naquele evento pela Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde do Rio de Janeiro (ANEPS-RJ), a Tenda consistia de uma forma de inserir a Educação Popular como foco de debate e referencia organizativa num congresso científico predominantemente marcado por modelos educativos alheios ao diálogo e às discussões de experiência, bem como legitimado por uma estruturação humanamente fria e pouco acolhedora. Constituindo experiência pioneira do movimento nacional de Educação Popular em saúde, a Tenda Paulo Freire era promovida pelos coletivos deste movimento em diversos eventos da saúde coletiva desde o início dos anos 2000.

Na Tenda, realizavam-se debates de temas próprios aos desafios sentidos e vivenciados pelo movimento e desenvolviam-se metodologias coerentes com a pedagogia freireana, quais sejam: rodas de conversa, círculos de cultura, dinâmicas de integração e místicas reflexivas. Ademais, todas as ações eram entremeadas de maneira significativa pela arte e interculturalidade própria dos movimentos sociais, com destaque para a poesia, o teatro, a música e a cenopoesia. Assim, muitos dos estudantes da ANEPOP, ao participar das Tendas nos eventos de saúde, apreendiam um outro jeito de organizar os encontros nacionais, marcado pelo diálogo, pelas trocas de experiências e pelas discussões políticas. A Tenda Paulo Freire representava mais do que um “congresso” alternativo ao evento oficial, protagonizado pelos movimentos e coletivos de Educação Popular, era um verdadeiro ato político, promovido no seio do evento oficial, demonstrando que era possível organizar um evento com base na Educação Popular e nas trocas de saberes, com encontros humanos significativos.

Com tal conformação pedagógica e organizativa, os membros da ANEPOP perceberam que era a Tenda Paulo Freire o maior ato político que os extensionistas poderiam empreender no coração do próximo CBEU, a ser realizado em Florianópolis-SC. Assim como o movimento de Educação Popular em saúde fazia, o movimento de extensão popular poderia levar a Educação Popular para dentro do CBEU através da Tenda, com sua arte, criatividade e dialogicidade. Demonstrar, no seio político da extensão brasileira, que outra marca pedagógica existia e tinha impacto significativo na universidade: a Educação Popular, com seus temas próprios e metodologias características. Dessa maneira, construir uma Tenda Paulo Freire no 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária passou a ser a principal estratégia de ação da ANEPOP no segundo semestre de 2006, após a intensificação e irradiação de seus debates e propostas em muitos encontros regionais e nacionais.

A construção da Tenda Paulo Freire

O processo de construção da Tenda Paulo Freire teve início em reunião da Articulação promovida no Congresso Nacional da Rede Unida em Curitiba-PR, no mês de Julho de 2006.



Fotografia 3 Oficina de Extensão Popular organizada pela ANEPOP no VII Congresso Nacional da Rede UNIDA em Curitiba-PR (julho de 2006).

Nesta ocasião, o debate central da ANEPOP passava a ser construir estratégias de ação e intervenção junto ao próximo CBEU.

reunid@s no VII Congresso Nacional da Rede Unida, em Curitiba-PR, o grupo de estudantes, professores e profissionais que representaram a articulação de extensão popular no evento realizou os seguintes momentos: uma oficina para reflexão, amadurecimento e construção de deliberações e propostas políticas da articulação; e uma reunião ampliada (divulgada e disposta a todo o público do Congresso) para discussão dos encaminhamentos construídos na Oficina e plenária para definição de uma Carta-proposta da Articulação ao Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras e a Comissão Organizadora do III Congresso Brasileiro de Extensão, na UFSC de 23 a 26 de Outubro deste ano (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 16 de julho de 2006).

Nesta ocasião, a participação de Etel Mاتيello foi singular. Nutricionista, educadora popular e uma das referências da ANEPS-SC, ela conheceu a ANEPOP por meio da lista de discussão da ANEPS e, na reunião de Curitiba, esclareceu aos atores do movimento nacional acerca das realidades, dificuldades e potencialidades dos grupos de Educação Popular e movimentos sociais de sua cidade, os quais poderiam contribuir com a organização da Tenda, bem como situou o contexto no qual se inseria a Pró-Reitoria de Extensão da UFSC e as perspectivas para o modelo de organização que se

esperava para o CBEU. Nesse sentido, a desarticulação vivenciada pelos movimentos de Educação Popular no estado e a tímida comunicação entre os projetos de extensão da UFSC eram obstáculos evidentes a serem enfrentados. Por outro lado, destacava o surgimento, àquela época, de algumas iniciativas de comunicação e troca de experiências extensionistas, principalmente através de um grupo da saúde e das iniciativas de uma nova gestão do Centro Acadêmico de Medicina. Apostando então nestas parcerias em potencial, logo após o Congresso da Rede Unida marcou-se uma primeira conversa em Florianópolis sobre a participação da ANEPOP no CBEU, aproveitando a proximidade entre Curitiba e Florianópolis, o que facilitaria a minha ida na reunião local e uma primeira conversa de um membro da ANEPOP com a Comissão Organizadora.

Pessoas, estamos articulando uma Reunião da Articulação de Extensão Popular na cidade de Florianópolis, dias 20 ou 21 de Julho (semana que vem) - dependendo da disponibilidade dos interessados. O próximo congresso Brasileiro de Extensão será lá (UFSC) e esta pode ser uma boa oportunidade de conversarmos com o movimento estudantil/extensionistas e ANEPS local, e dialogarmos com a Comissão Organizadora do evento. Este espaço acadêmico nacional é extremamente importante para que nosso movimento, em reflexões e discussões, vá para além disso e rume a encaminhamentos que visem as políticas de extensão e ao incentivo-democratização da formulação das mesmas. Quem se interessa? Estará por perto? Vamos marcar! (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 16 de julho de 2006).

No final das contas, mesmo não conseguindo agendar com a Pró-Reitoria de Extensão, a conversa foi realizada com membros da ANEPS-SC, estudantes e técnicos de projetos de extensão e membros do movimento estudantil. Teve um papel essencial por constituir uma primeira provocação para a estruturação da Tenda. A partir daquele momento, a organização foi sendo mantida com reuniões presenciais na UFSC (para as quais se continuava a convocar amplamente a participação de estudantes, professores, técnicos e movimentos sociais) e a discussão por meio da lista de e-mails, através da qual os encaminhamentos dos debates locais eram socializados, avaliados e deliberados com atores em nível nacional. Assim, enquanto a comissão local da ANEPOP fazia a ponte com a comissão organizadora do CBEU, ia informando os membros da ANEPOP de todo o país e consultando-os sobre que propostas apresentar, que atitudes tomar e quais estratégias defender. Para isso, foram necessárias algumas reuniões virtuais.

Finalmente, a proposta de programação da Tenda Paulo Freire foi delineada em reunião presencial da ANEPOP durante o Congresso Mundial de Saúde Pública, na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Com isso, estando acordados coletivamente os temas e a formatação geral da programação, seguiu-se local e virtualmente um processo de mobilização para a participação no evento e de garantia da estrutura física para a Tenda.

Reconhecendo a importância dos espaços nacionais de reflexão e trocas de experiências como locos de deliberação, vimos através desta solicitar a inclusão no 3º Congresso Brasileiro de Extensão de momentos para discussão e encaminhamentos com a participação de representação do movimento estudantil e social, através de quatro ações:

- ☐ *Criação de uma oficina de trabalho no pré-congresso, que trate da democratização da organização nacional da extensão universitária;*
- ☐ *Realização de uma mesa-redonda que socialize e aprofunde as reflexões da oficina acima;*
- ☐ *Criação de um espaço para rodas de conversa e vivências, a exemplo das tendas organizadas pela ANEPS, onde extensionistas possam compartilhar suas experiências pelo Brasil;*
- ☐ *Organização de uma mesa-redonda que discuta a metodologia da Educação Popular nas práticas de extensão;*
- ☐ *Garantia de que na Plenária Final haja um momento para deliberar propostas originadas nos espaços de discussão e reflexão.*

Diante do exposto, percebe-se a importância de que as políticas de extensão numa perspectiva nacional sejam pensadas de modo coletivo e democrático, envolvendo não só uma ou outra instância, e sim todas de forma articulada.

(Carta do Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2006).

Constituiu-se então um verdadeiro grupo de trabalho, que tomou a frente das negociações políticas e de toda a demanda organizativa exigida. As demandas de trabalho e decisões a serem tomadas (como composição de mesas, programação da Tenda, atividades culturais) eram sempre partilhadas na lista de discussão, o que contribuiu para agitar a rede virtual de comunicações, oportunizando o envolvimento e participação de muitas pessoas novas nessa luta.

Tô muito contente de ver esta articulação andando. Tô há quatro anos sonhando com a construção de um espaço como este, que está sendo a Articulação de Extensão Popular (desde o primeiro CBEU). Desde a bendita reunião informal no meio da programação deste, onde demos início à rede ANEXU, mas que enfim não minguou, mas acredito que foi precursora de caminhos novos e muito instigantes que estão se traçando (Vinicius Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 15 de setembro de 2006).

Depois de algum tempo e muitas tentativas, naquele momento se via o movimento extensionista com uma orgânica mais cotidianamente viva, com estratégias em pauta e discussão intensa, com objetivos mais claros e uma ação política coletiva em construção coletiva.

E a Tenda foi tomando corpo, formatação e programação, representando muitos dos principais sonhos e anseios do movimento naquele período. Sua realização, no entanto, só foi possível também graças ao apoio viabilizado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFSC, que acompanhou a Pró-Reitoria da UFPB num pioneirismo de manter uma relação respeitosa e dialogada com o movimento nacional de extensão popular. Durante o processo de construção e realização deste 3º CBEU, estas Pró-Reitorias olharam para a ANEPOP com alteridade e com reconhecimento de ator político, o que contribuiu bastante para fazer avançar o diálogo e as aproximações entre este coletivo e o FORPROEX, onde pouco se valorizava as propostas e iniciativas do movimento de extensão popular.

A realização da Tenda Paulo Freire no 3º CBEU

Por ser um dos maiores eventos universitários do país, a imensa aglutinação de estudantes oferecida pelo CBEU conseguiu constituir a primeira grande oportunidade de inserção de diversos atores novos no movimento nacional representado pela ANEPOP. A Tenda Paulo Freire foi o espaço pensado com esse objetivo, organizado e sustentado pelos próprios articuladores, os quais se responsabilizaram pela condução pedagógica das várias rodas de conversa, viabilização de infra-estrutura, condução de debates políticos e estratégicos, bem como sistematização das experiências em vídeo e atas. Nas várias atividades, os temas discutidos eram preponderantemente aqueles que colocavam a universidade e a sociedade em questão.

Tenda Paulo Freire reúne movimentos que seguem a filosofia do professor. A tenda Paulo Freire, que acontece paralela ao CBEU, tem como objetivo discutir outras práticas de extensão, através do diálogo

com a comunidade, ou seja, sem ser algo imposto de cima para baixo. A explicação é de uma das organizadoras da tenda, a nutricionista Etel Matiello. (...) Etel conta que a idéia surgiu de outros congressos em que algumas pessoas sentiam falta de uma troca maior de conhecimentos e integração entre a universidade e a sociedade civil organizada. Esse espaço reúne vários movimentos que seguem a filosofia de Paulo Freire, de não haver hierarquização da educação e privilegiar a troca de saberes junto com a luta contra a privatização da universidade..- Juliana Passos e Alessandra Panovich do Portal Universidade Aberta.



Fotografia 4 Roda de conversa sobre Extensão Popular e Movimento Estudantil, na Tenda Paulo Freire do 3º CBEU (Outubro de 2006, Florianópolis-SC, Campus da UFSC).

A Tenda se realizou em cinco dias, com uma programação que contou com: místicas nas manhãs, coordenadas diariamente por coletivos de extensionistas de diferentes regiões do Brasil e rodas de conversa no turno da manhã e no turno da tarde, abordando variados temas (Extensão popular: histórico, conceitos e jeitos de fazer; o olhar popular sobre extensão; democratização da organização nacional da extensão; movimento estudantil e trabalhos de extensão: um paralelo histórico; Fisioterapia na Comunidade; a abertura ao novo na universidade por meio da extensão; extensão e formação profissional: causos para contar, aprendizados a compartilhar; e tripé ensino-pesquisa-extensão: isto existe mesmo?). Ocorreram também reuniões da ANEPOP para avaliação das ações na Tenda e das articulações durante o Congresso, especialmente com o FORPROEX, além de lançamentos de livros e apresentações culturais.



Fotografia 5 Reunião da ANEPOP com o FORPROEX na Tenda Paulo Freire durante o 3º CBEU (Outubro de 2006, Florianópolis-SC, Campus da UFSC).

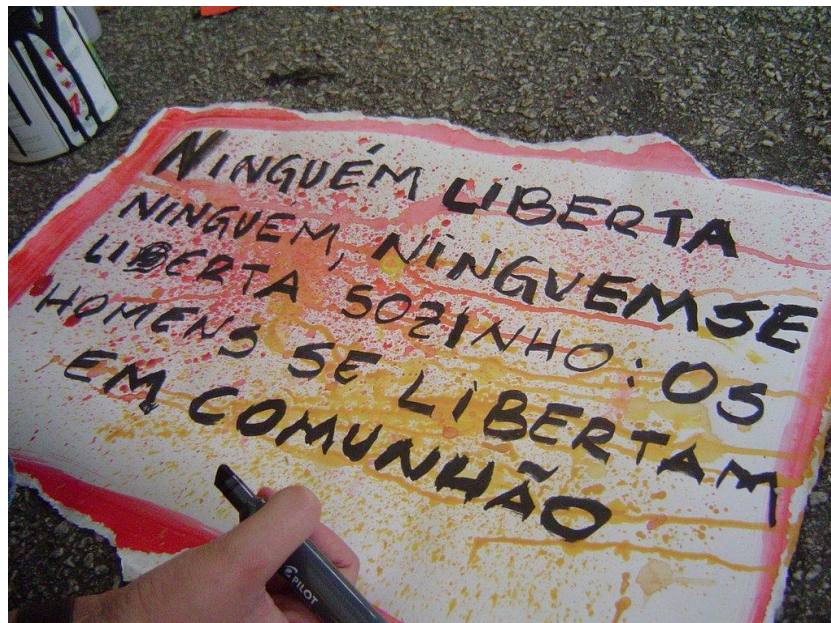
Foram criados momentos para que as pessoas compartilhassem suas experiências locais de extensão e revelassem as perplexidades vivenciadas na universidade e as descobertas oportunizadas pela extensão popular.

EXTENSÃO: Tenda Paulo Freire é espaço para compartilhar conhecimentos

Criada para modificar as relações sociais e discutir o desenvolvimento de novos projetos de extensão, a Tenda Paulo Freire se tornou realidade. O espaço surgiu da necessidade de se construir um ambiente propício para a liberdade de expressão, produção de cultura e principalmente da necessidade de se criar um lugar onde os congressistas e a comunidade em geral pudessem trocar experiências. Dada a semelhança de objetivos o nome do famoso pedagogo serviu perfeitamente para identificar a tenda. "Chama a atenção", conta Murilo Leandro Marcos, um dos organizadores do projeto. O espaço já é uma marca em relação aos movimentos ligados à Educação Popular. Para Murilo, os eventos de extensão universitária têm se mostrado um espaço importante para a troca, entre o meio acadêmico e a comunidade, de conhecimentos tanto pessoais como profissionais. A Articulação Nacional de Extensão Popular viabilizou o espaço em parceria com a comissão organizadora do 3º Congresso Brasileiro de Extensão. Por Livia Helena / bolsista de jornalismo da Agecom

Durante o CBEU, a Tenda Paulo Freire instituiu a abertura a novas práticas e perspectivas de interação dentro da extensão universitária, através da criação de espaços que fizeram ressoar no Congresso muitos dos anseios, dificuldades e possibilidades

provindas das diversas experiências de extensão pelo Brasil, em especial aquelas referenciadas pela Educação Popular.



Fotografia 6 Painel de decoração da Tenda Paulo Freire do 3º CBEU, produzido pelos participantes da Tenda durante a construção coletiva do espaço (Outubro de 2006, Florianópolis-SC, Campus da UFSC).

Nessa perspectiva, a Tenda não apenas significou um grande “grito” de contestação ao modelo vigente de extensão e, por consequência, de Universidade, mas demonstrou o “como fazer” da extensão popular. Que é possível fazer da extensão um espaço vivo e aberto a pluralidade dos pensamentos e sentimentos das pessoas que a realizam; que é possível se construir debate, aprofundamento teórico e político, num espaço centralizado na horizontalidade, respeito aos diferentes saberes e insistência na democracia.

A Tenda Paulo Freire foi fantástica! Uma história se fez. Um grito ao amor foi dado. Um grito pelo amor foi gritado. A tenda e as pessoas dentro, fora e ao redor dela trataram de sua presença naquele mundo, naquele ambiente (...) (Murilo Marcos, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 29/10/06).



Fotografia 7 Painel de decoração da Tenda Paulo Freire do 3º CBEU, produzido pelos participantes da Tenda durante a construção coletiva do espaço (Outubro de 2006, Florianópolis-SC, Campus da UFSC).

Acredito que a Articulação Nacional de Extensão Popular foi o espaço considerado por todos, independente da participação, maior ou menor, como o real espaço de discussão da extensão no CBEU. Talvez aquelas salas lá dentro reflitam a caixa hermeticamente isolada do mundo e de todos que é a Universidade... Abri-la é tarefa nossa, e confesso que o papel de reoxigenação para essa luta característico de espaços como este, nunca foi para mim tão recom"pensante" (Hugo Belarmino, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 01/11/06).

Não foi somente o conteúdo temático que marcou a Tenda. Foi a metodologia. O modo como a Tenda foi organizada conseguiu trazer para o coração da extensão brasileira o jeito diferente de conduzir o processo educativo que é marca da Educação Popular.



Fotografia 8 Construção coletiva do cenário e decoração da Tenda Paulo Freire do 3º CBEU no primeiro dia de atividades Outubro de 2006, Florianópolis-SC, Campus da UFSC).

Os depoimentos destacam este que-fazer compartilhado e aperfeiçoado na ANEPOP. Murilo Marcos (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 29/10/06) destaca: “(...) sonhando, cantando, musicando, dançando, pintando, filosofando, discutindo, dormindo, cuidando daquela produtiva terra, das águas de beber e de limpar pincéis, esculpindo uma realidade nova, fazendo ciência, ensinando, aprendendo, apreendendo, formando, desformando a deformação, politizando, sonhando...sonhando sempre...e fazendo sempre...” . Rodrigo Oliveira (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 30/10/06) afirma que “(...) era espaço de reflexão, meditação, dormir, comer, brincar, criar amigos e conhecer mundos, um lugar onde o amor caminhava ao lado da luta, (...)”. E Hugo Belarmino (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 01/11/06) destaca algumas atividades “(...) as cirandas-reflexões, poemas-estudos, cantigas-livros, boi-de-mamão-com-lançamento-de-livros-de-extensão-popular, rodas-intervenções...(...)”.

Como pouco antes visto, muitos dos extensionistas populares do país se reuniram para partilhar os saberes, metodologias e transformações oportunizadas nestas experiências.

Penso que a Articulação não é só feita, mas sustentada pelas pessoas. E que todos nós, pessoas desta Rede e aquelas que ainda viremos a conhecer, tem o direito de participar. De trabalhar, de se envolver.

Extensionista popular algum é obrigado a participar da Articulação nesse papel. Mas penso que para as coisas acontecerem seja preciso, alguns de nós, dedicarmos tempo e trabalho para essa causa. Não apenas anunciar nossa indignação e voltar para nossa prática local. Mas se preocupar com uma Articulação e com um trabalho mais nacional. Pensar uma agenda política pra isso (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 11 de outubro de 2006).

Se antes estas vivências ficavam relegadas à apresentação de alguns trabalhos ou à fala de alguns professores, agora ficava exposta no centro acadêmico e político da extensão universitária brasileira. E grande parte desta novidade veio com a Tenda Paulo Freire. Foi palco do movimento estudantil e dos movimentos sociais populares, tão alienados de sua participação nos congressos anteriores.

*Foi na Ilha da Magia
Que encontramos a perfeita sintonia
Para este movimento tocar
Extensionistas inconformados
Finalmente podiam falar*

*Não apenas dizer palavras
Eles e elas agiram
Envolveram gentes, ciência e arte
Cresceram e coloriram
Ficaram mais experientes e afinados para o debate
E anunciaram a novidade
Tão íntima, tão especial
Sentida e saboreada todos os dias
Era preciso re-pensar
A extensão, a universidade
Pensar outra sociedade
Para desse mundo cuidar
No trabalho que acreditávamos
A extensão popular*

*E então estavam lá
Era Michelly, João, Etel
Era Zique, Calango, Flora*

*Era Zé, Carolina, Isaquiel
Era gente do Brasil todo
Anunciando com gosto
A extensão popular
Que coisa linda foi o encontro
Dos sonhos partilhados
Com nossos desejos de mudar*



Fotografia 9 Membros da ANEPOP em frente a Tenda Paulo Freire em sua montagem no Campus da UFSC. Da esquerda para a direita: Dailton (professor da UFPB), Danielle (estudante da UFPB), Rodrigo (estudante da UPE), Etel (nutricionista, MST e ANEPS-SC), Michelly (estudante da UFPB), Pedro (estudante da UFPB), Murilo (estudante da UFSC), Sheila (estudante da UFSC) e Isaquiel (estudante da UFSC) (Outubro de 2006, Florianópolis-SC, Campus da UFSC).

*Foi assim que juntos, juntinhos
Com tensão e muito carinho
A Tenda foi construída*

*Eita povo criativo!
Uma estudantada atrevida
Com espírito altivo*

*Inventando roda
Falando de política
Fazendo discussão
Para o Pró-Reitor parecia gente grande*

Falando alto e trazendo proposição

Gente atrevida

Gente encantada

Era bonito ver todos nós

E a extensão popular materializada

(Pedro Cruz e Murilo Leandro Marcos, no texto “A articulação nacional de extensão popular (ANEPPOP): os primeiros passos de um movimento instituinte de outra universidade”, no livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular organizado pela ANEPPOP).

Além da Tenda Paulo Freire, cumpre ressaltar que as propostas de mesas redondas sugeridas pela ANEPPOP foram acolhidas pela organização do 3º CBEU, o que possibilitou a inserção, na programação oficial do evento, de discussões abertas sobre a extensão popular e seu diálogo com as atuais reflexões da extensão universitária e do compromisso social universitária. Numa primeira mesa, apresentamos a Extensão Popular enquanto perspectiva teórica e metodológica para a universidade, visando apresentar e debater abertamente seus conceitos, suas propostas e suas características próprias, especialmente diante de um público tão diversificado quanto o do CBEU. Para tanto, contamos com a fala de professores com estudos neste campo e um significativo respeito acadêmico como pesquisadores: Eymard Vasconcelos (UFPB), José Francisco de Melo Neto (UFPB) e Maristela Fantin (UFSC). Com isso, conseguíamos evidenciar a Extensão Popular como uma proposta teórica, política e pedagógica, mostrando também a visibilidade acadêmica e social que seus estudos já vinham merecendo. Ou seja, politicamente a mesa tinha uma importância singular, pois estávamos situando claramente de que, ao defender a Extensão Popular, não estávamos falando sem base e sem fundamentos acadêmicos, mas de um amplo movimento, merecedor já de importantes estudos e sistematizações teóricas. Jogar esta disputa acadêmica também era importante para o movimento de extensão popular. Queríamos não apenas angariar repercussão no campo da extensão, mas evidenciar como estas experiências produzem saberes e perspectivas também para o ensino e a formação.

No que diz respeito ao movimento de extensão, realizamos uma mesa sobre a democratização da organização nacional da extensão universitária, onde colocamos em diálogo a então Presidenta do FORPROEX com membros da ANEPPOP e um importante

educador e pensador da Extensão Popular: Emmanuel Falcão (UFPB). Com esta mesa, pudemos explicitar claramente as críticas da ANEPOP sobre o elitismo com o qual o FORPROEX conduz as políticas de extensão e declarar a importância premente de começar a existir uma ampliação deste espaço nacional de organização da extensão, respeitando-se o espaço conquistado pelo Fórum de Pró-Reitores, mas construindo um espaço de negociação e articulação mais diverso.

A ANEPOP esteve ainda representada em outra mesa redonda oficial do evento, na qual eu pude participar como membro da Articulação, numa discussão sobre extensão universitária e promoção da saúde. Em sendo esta uma das áreas com maior número de membros da Articulação, esta mesa acabou constituindo como um dos principais focos de discussão da ANEPOP no Congresso, onde pudemos debater nossas idéias acerca da extensão em saúde com representantes do FORPROEX, do Ministério da Saúde e dos movimentos sociais.

Discutindo a conformação estrutural da ANEPOP

Mais do que constituir um evento de repercussão nacional, podemos afirmar que a Tenda Paulo Freire foi o espaço onde foram delineados os aspectos estruturais mais essenciais da própria organização da ANEPOP. Durante as rodas de conversa, as místicas realizadas e a cada reunião organizativa da Tenda, ia ficando claro o jeito e o desenho com a qual esta articulação seria formatada por seus protagonistas, o que foi deliberado em Plenária ao final da Tenda. As principais perspectivas defendidas pela ANEPOP estavam contempladas como temas das rodas de conversa da Tenda, e eram: fortalecimento da Educação Popular nas práticas de extensão universitária; inserção da Educação Popular nas discussões do movimento estudantil; e defesa da Educação Popular na formação universitária. Ao longo das discussões, entendeu-se como principais reivindicações deste movimento: a constituição de uma política nacional de fomento às práticas de extensão popular e a inserção da participação popular, estudantil, docente e técnica na construção das políticas de extensão, extrapolando a presença exclusiva de pró-reitores de extensão, o que foi evidenciado na Carta Aberta da ANEPOP no 3º CBEU, onde se afirmou:

A extensão como um projeto transformador da sociedade, assumindo o compromisso de unir o ensino e a pesquisa; A importância de revisão das práticas de extensão universitária; O Congresso Brasileiro de

Extensão Universitária como um espaço de reflexão e debate sobre as práticas de extensão; A importância da participação de discentes, docentes, profissionais, comunidades e movimentos sociais na construção da extensão; A consolidação da Articulação Nacional de Extensão Popular como organismo disposto a refletir a Universidade e suas práticas de extensão; A necessidade de democratização da organização dos Congressos Brasileiros de Extensão Universitária e de proposições de políticas públicas relacionadas a extensão.

E, em decorrência, o movimento conseguiu aprovar, na Plenária do Congresso,

a

CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO ENTRE OS FÓRUMS DE PRÓ-REITORES E A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR - a princípio - e demais atores envolvidos na Extensão, para a democratização da organização nacional da extensão universitária, conciliando as agendas dos diferentes segmentos, na elaboração de mecanismo de construção conjunta da extensão e políticas públicas para seu fortalecimento.

Ademais, a ANEPOP propiciou a aglutinação de atores em torno de lutas específicas da inclusão da Educação Popular em cada curso ou área do conhecimento. Algo perceptível durante o processo anterior de desenvolvimento da ANEPOP foi intensificado e aprofundado neste evento. Assim, passaram a fazer parte do conjunto da ANEPOP alguns objetivos específicos, tais como: Educação Popular na formação em saúde; extensão popular na luta pelos direitos humanos e na formação em direito; a construção dos estágios de vivência em comunidades e com movimentos sociais; valorização das práticas integrativas e populares de saúde em extensão; valorização da arte, cultura e criatividade.

Finalmente, para permitir à ANEPOP ter um acompanhamento em sua organização estrutural e na condução de suas ações futuras, a Plenária da Tenda Paulo Freire decidiu pela instituição de uma Coordenação Nacional, composta por pessoas dispostas e comprometidas em mobilizar a continuidade do trabalho da ANEPOP, especialmente no estímulo e na provocação ao envolvimento de mais e novos extensionistas na condução das atividades. A Coordenação Nacional não teria qualquer utilidade em deliberar os rumos do movimento, ou centralizar os caminhos a percorrer, mas seria uma alimentadora constante do processo participativo de construção do movimento. Ficou com duas atribuições específicas: cuidar da manutenção e administração da lista de discussão virtual e servir de referência pessoal para o contato

institucional da ANEPOP, no caso de outras entidades ou instituições desejarem enviar convites, propostas ou sugestões à ANEPOP, enquanto entidade e conjunto representativo do movimento. Além da Coordenação Nacional, outra estratégia criada na Plenária foi a instituição de atores referenciais da ANEPOP em cada região ou estado, denominados carinhosamente de “porta de entrada da Articulação”, cujo papel seria assumido por algumas pessoas de localidades ainda sem muita aglutinação ou discussão em torno da extensão popular, mas que se comprometiam de provocar a inserção do debate e facilitar a entrada de atores destes locais na discussão nacional da ANEPOP.

Estágios de Vivência em Comunidade e a construção de encontros em eventos nacionais

Ao retornar do CBEU para nossas casas, a rotina de nossos cursos de graduação e de nossos projetos de extensão popular, era unânime a saudade que sentíamos daqueles dias na “Ilha da Magia”²⁶, durante a Tenda Paulo Freire. Naqueles poucos dias, pudemos sentir intensamente o sabor gostoso de propiciar debates e organizar encontros para acolher novas pessoas no debate sobre extensão popular e intensificar a irradiação dessas iniciativas em todo o país. Gostávamos de fazer aquilo. A militância tinha um efeito muito imediato e recompensante, na medida em que conseguíamos articular novas pessoas, organizando debates onde as reflexões e trocas de experiências traziam novos conhecimentos e aprendizados. Era a vibração pulsante do movimento de extensão popular. A cada dia, em cada encontro, sentíamos-nos mais responsáveis, comprometidos e apaixonados por esta causa.

Com tudo isso, a Tenda e o advento da ANEPOP tinham renovado o fogo do debate nacional sobre extensão popular. Muitos grupos universitários passavam a colocar em sua agenda este debate, e iniciar o desenvolvimento de experiências nesse campo.

Mas como dar continuidade a todo aquele fogo e deixar acesa a chama da extensão popular nacionalmente? De certo, uma forma era apostar na organização da ANEPOP, na continuidade de seus encontros e ações. A mensagem que segue ilustra

²⁶ Termo comumente utilizado para designar a cidade de Florianópolis-SC.

algumas das principais preocupações da Articulação elaboradas no início de sua nova conformação estrutural, após o 3º CBEU.

- Comunicação: como dinamizarmos nossas discussões, através do Blog, que já existe, e outras ferramentas como Fóruns e outros, - Articulações com Executivas e Federações de Curso do Movimento Estudantil - Participação nossa na Educação Popular em Saúde, (ENEPS E ENC ANEPS); - Estruturação do Grupo de Trabalho Nacional de Democratização da Organização da Extensão; - Como construirmos formas de apoio a lugares onde a galera tem colocado a vontade de iniciar movimentos de extensão popular. Como construirmos estas redes de apoio solidário?; - Possibilidade de reuniões de alguns núcleos e de pessoas envolvidas na articulação nacional de extensão popular em eventos que já estão colocados aí, como o I Seminário Nordestino de Extensão Popular, Encontro Nacional da ANEPS, Seminário da Liga de Saúde Coletiva em Blumenau(Vinicius Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 10 de novembro de 2006).

Diante deste conjunto de frentes de ação e articulação, algumas passaram a ser privilegiadas pelo movimento. Dedicaremos as próximas páginas a explicação destas ações e do papel que cumpriram na história da ANEPOP.

Neste período, os Estágios de Vivência em Comunidades foram surgindo a partir de vários projetos locais de extensão popular, o que contribuiu para o fortalecimento da ANEPOP. Logo após o CBEU, vários projetos decidiram abrir as suas portas para acolher os companheiros de outros locais, favorecendo a troca de experiências e o debate metodológico mais intenso, pois situado a partir da vivência no próprio cotidiano dos projetos e das comunidades. Assim, toda a riqueza da extensão popular propalada nas rodas de conversa durante o CBEU podia ser vivenciada na prática por uma diversidade de extensionistas advindos de localidades com tradição tímida neste campo. Chegando e conhecendo as experiências de extensão popular, passavam a ter elementos e subsídios mais concretos para desenvolver ações em suas universidades.

Os estágios de vivência já constituíam estratégias de fortalecimento da extensão e do diálogo de estudantes com as classes populares desde a década de 1980, através dos Estágios de Vivências em Comunidades (organizados pelo Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária – PIAC - da Universidade Federal da Paraíba) e dos Estágios Interdisciplinares de Vivências – EIV (protagonizados pelo movimento

estudantil de esquerda de Minas Gerais junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST). Com a configuração da ANEPOP e a movimentação decorrente do 3º CBEU, os Estágios se fortaleceram e se multiplicaram, configurando-se como forma possível de propagação dos aspectos teóricos e metodológicos da extensão popular, permitindo conhecer e apreender os pormenores e detalhes pedagógicos sutis que permitiram a algumas práticas de extensão popular lograr sucesso na contra-hegemonia universitária.

(...) é uma felicidade imensa e dá uma esperança sem limites testemunhar essa vontade, esse anseio das pessoas que fazem a extensão popular pelo Brasil em propagar, problematizar, difundir suas práticas. Ou seja, não se contentam em fazer Educação Popular localmente, mas se preocupam em socializar esse conhecimento, colocar em discussão e apresentar às pessoas essa metodologia da Educação Popular, dentre seus diferentes jeitos de fazer. Jornexu, VEPASF, VEPOP Extremo sul, enfim....é muito bom ver todos e todas extensionistas populares preocupados em socializar o aprendizado, trazer mais pessoas para a luta e aprofundar as possibilidades e estratégias de fortalecimento da extensão popular (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 26/12/06).

Logo após o 3º CBEU, foram desenvolvidos três importantes estágios: a JORNEXU – Jornada Nacional de Extensão Universitária na Paraíba; o VEPASF – Estágio Nacional Multiprofissional de Vivências em Educação Popular e Atenção à Saúde da Família na Paraíba; e o Estágio Interdisciplinar de Vivências em Educação Popular no Extremo Sul do Brasil no Rio Grande do Sul. Estes dois últimos foram editados pela primeira vez, resultantes de grupos já experientes localmente em extensão popular. Parecia que a ANEPOP estimulava os extensionistas a enxergar a amplitude macro-política nacional de suas experiências. E os Estágios de Vivência nasciam do desejo em reforçar as trocas de experiências e favorecer um diálogo metodológico para o aprimoramento de tantas iniciativas articuladas pela ANEPOP. Até os grupos mais tradicionais em empreender suas vivências, como o ENEC (Estágio Nacional de Extensão em Comunidades) da UFPB pareceram ganhar novo fôlego graças a movimentação trazida pela ANEPOP.

Desde então, os Estágios de Vivência assumiram um papel formativo estratégico no contexto da ANEPOP.

A coisa está se propagando, se alastrando, tomando dimensões interessantes, trazendo ensaios e aprendizados importantes sobre estas "Outras Formas de Ensino" (parafraseando o livro do Falcão), uma proposta de ensino de onde o estudante e o Vivenciante sai de trás da "sombra do doutor, do professor ou do tutor". Precisamos refletir sobre isto. São "velhos caminhos novos" que se ressignificam todo o dia, que trazem novidades diante de diversas mudanças de conjunturas e realidades que nos cercam a todos os dias (Vinicius Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 27/12/06).

(...) sinto que são espaços construídos com muita reflexão e desejo de mudança, mudança em nossa formação como futuros profissionais e principalmente como sujeitos, mudança dessa realidade medíocre que vivemos... (Luciana Alves, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 27/12/06).

Neste período, os articuladores também seguiram protagonizando rodas de conversa em encontros regionais e nacionais, as quais continuaram a servir de base para ampliar o debate de extensão popular e agregar novos atores.

Agora já estou em Pernambuco, e estava vendo as fotos, e o vídeo [da Tenda Paulo Freire do 3º CBEU], o qual hoje vi três vezes...e relembrando de tudo que a tenda passou... Agora estou em outra realidade com outras tarefas, mas sempre disposto a estar discutindo a extensão popular (Rodrigo Oliveira, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 30/10/06).

O movimento de extensão popular adquiria dinâmica com a atuação de sua coordenação nacional e das chamadas “portas de entrada” da Articulação, as quais passaram a ser pioneiras de uma série de encontros e atividades realizadas com vistas a promover a extensão popular em várias regiões. O Sudeste merece destaque pelas atividades empreendidas neste sentido no ano de 2007.

No III Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde (ENEPS), realizado em Março de 2007 na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), os estudantes paulistas que tinham conhecido a ANEPOP na Tenda Paulo Freire puderam protagonizar a organização de uma oficina e de uma mesa redonda sobre extensão popular, o que lhes permitiu também divulgar esta temática em seu Estado e acolher novos atores no movimento em nível regional.

O ENEPS, pra mim, conseguiu proporcionar vários outros olhares para essas minhas incertezas. (...) Olhares vivos, gestos intensos, danças e

corpos mostravam-me-nos que, por maiores que fossem ou sejam nossas barreiras ou dificuldades ou angústias, havia e HÁ gente para conosco enfrentar, propor, viver, construir pelo menos parte daquilo com que sonhamos. Tanto o mini-curso, quanto a mesa e a reunião ampliada da ANEPOP mostraram isso. As dúvidas não foram desfeitas. Há muitas incertezas. Temos várias trilhas a percorrer, temos vários caminhos pelos quais podemos seguir e temos - e temos certeza de que temos - várias gentes que também querem caminhar e construir isso conosco. A maior incerteza é a certeza de que nos temos todos juntos. Não deliberamos sobre todos os compromissos e responsáveis e prazos... Sentimos - somente e suficientemente - o compromisso de muita gente com a vida, com o mundo. E isso, a mim, me basta para me reenergizar, para empolgar ainda mais a minha empolgação, para arborizar ainda mais as idéias e as possibilidades de transformação (Murilo Marcos, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 12/03/07).



Fotografia 10 Um dos grupos de discussão de Roda de conversa sobre Extensão Popular realizada no 3º ENEPS (em março de 2007, em São Carlos-SP, no Campus da Universidade Federal de São Carlos).

(...) muitas energias e lutas brotaram deste encontro na UFSCAR e mais uma vez renova as nossas forças para continuarmos acreditando na mudança e geração de transformações. Pude ver que estamos juntos na luta e no desejo de tornar a ANEPOP cada vez mais formadora e atuante nacionalmente. Sinto-me muito feliz neste momento e acredito que as conquistas são possíveis se todos tiverem compromisso com as ações e atuarem ativamente nas suas localidades, contribuindo para o fortalecimento nacional (Cassiane Lemos, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 12/03/07).

Neste mesmo ano, os membros mineiros da ANEPOP participaram do Fórum Social do Triângulo Mineiro através de uma oficina.

foi uma experiência incrível para mim, pois até então eu ainda não tinha tido tanto contato com movimentos populares, principalmente trabalhadores rurais militantes pela reforma agrária, questão que passa totalmente em branco na minha faculdade. Adorei as discussões sobre função social da universidade pública, apesar de 1 dia para isso ter sido pouco. Bom, gente, resumindo eu gostaria de afirmar minha felicidade em ter tido essa oportunidade única de debater e aprender sobre questões sociais tão importantes para a sociedade brasileira, o que me deu mais garra para lutar por uma extensão universitária verdadeiramente voltada para os interesses populares, sem assistencialismo (Denise Cristina, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 26/07/07).

Diante dos Estágios de Vivência e dos vários encontros regionais, há de se fazer uma constatação. Se podemos afirmar que o movimento nacional de extensão popular se constrói principalmente a partir dos extensionistas populares ou militantes sociais do campo popular, é interessante notar que um movimento inverso passou a se constituir, na medida em que o movimento nacional oportunizou contato destes atores com outros estudantes e professores de lugares com pouca experiência em extensão popular, despertando a curiosidade destes últimos a apreender os caminhos de como desenvolver experiências de extensão popular, ou mesmo fortalecer grupos de resistência nas universidades, tendo a Educação Popular como referência.

O VEPASF fez com que despertasse em mim ainda mais a vontade de trabalhar para quem mais necessita, fez com que despertasse ainda mais a vontade de romper as doutrinas acadêmicas que regem nossas universidades, fez com que eu visse a importância dos projetos de extensão para a sociedade (...). O VEPASF ressaltou para mim a necessidade que nossa sociedade tem por mudanças, porém, o mais importante de tudo foi ter descoberto que essas mudanças estão ao nosso alcance, que não precisamos de mágica ou invenções mirabolantes para solucionar esses problemas, mas sim apenas de pessoas interessadas que utilizem o poder do aprendizado em benefício do próximo (César Bergoli, Relatório Final do I VEPASF, p.56).

Assim, os estágios de vivência demonstram uma pedagogia inerente à essência mesma do movimento de extensão popular: a vivência em comunidade não pode ser aprendida apenas pelo discurso de quem tem experiência, ou pela leitura de

depoimentos e relatos. É preciso sentir o sabor da extensão popular na prática mesma, no “aprender fazendo” e “fazer aprendendo”.

Estas ações demonstraram a força impulsionadora existente no diálogo entre experiências e atores interessados em construir grupos de extensão popular em universidades. Se é verdade que a Tenda Paulo Freire foi prova inequívoca deste potencial, é de se notar a força da vivência em comunidades complementando e intensificando as inquietações despertadas nos encontros do movimento nacional de extensão popular. Estimulando inclusive o crescimento de novos grupos de Educação Popular nas universidades, o que podemos notar nos depoimentos que seguem, registrados a partir da fala de estagiários do I Estágio Nacional Multiprofissional em Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (VEPASF), promovido em 2007 na cidade de João Pessoa-PB, a partir de projetos da UFPB.

Muito embora as ações do I VEPASF enquanto objetivos e vivência estivessem explicitamente voltadas para o trabalho com a comunidade Maria de Nazaré, um grande mérito alterativo é o projeto- de forma explícita e prática, através da extensão popular coordenada e exercida por estudantes de várias áreas e procedências sociais- estar oferecendo um caminho diferenciado para o próprio exercício acadêmico. Parece-me que o VEPASF realiza algo como uma possível ‘cidadania acadêmica’ que atua no resgate da função social da universidade na medida mesma em que propõe e viabiliza que estudantes e professores dialoguem sobre seus saberes, em que há delegação explícita de responsabilidades e assunção de tarefas tão amplas e complexas como a montagem e execução deste I VEPASF por parte de um conjunto de estudantes (Irene Loewenstein, Relatório Final do I VEPASF, p.61).

A partir de 2007, a ANEPOP passou a integrar a programação de diversos encontros regionais no campo da extensão universitária, como foi com o Congresso Nordeste de Extensão Universitária (CNEU), realizado em sua primeira versão em Salvador-BA em outubro de 2007 e em sua segunda edição na cidade do Recife-PE em agosto de 2010. Nestes congressos, promoveram-se mesas redondas e reuniões ampliadas da ANEPOP, bem como uma Tenda Paulo Freire no último CNEU, organizada por estudantes da Paraíba e de Pernambuco.



Fotografia 11 Participantes de mesa redonda de Extensão Popular, organizada pela ANEPOP durante o I Congresso Nordestino de Extensão Universitária (CNEU), em outubro de 2007, em Salvador-BA.

Cumpre ainda ressaltarmos a participação da ANEPOP no “Extenso”, o X Congresso Iberoamericano de Extensão Universitária “Jose Luis Rebellato”, promovido pela Universidad de La Republica em Montevideu no Uruguai em outubro de 2009. A partir da integração de estudantes e do Pró-Reitor desta Universidad, o Prof. Humberto Tommasino, com os membros da ANEPOP durante a Tenda Paulo Freire no 4º CBEU, decorreu-se um diálogo para garantir a inserção da extensão popular (ou, como chamavam os companheiros uruguaiois: *extension critica*) na programação do evento.



Fotografia 12 Roda de conversa na Tenda Paulo Freire do X Congresso Iberoamericano de Extensão Universitária, em Montevideu no Uruguai, em outubro de 2009.

Desse modo, graças especialmente ao esforço dos membros da ANEPOP da Região Sul do Brasil, organizou-se uma Tenda Paulo Freire nas ruas de Montevideu durante o evento, bem como rodas de conversa e mesas redondas, onde se conseguiu intensificar o diálogo do movimento brasileiro com outros movimentos latino-americanos. Neste encontro, foi construída uma poesia coletiva, que demonstra muito das trocas de experiências e aprendizados partilhados então.

*Por muito tempo venho na utopia
Sin utopia ni lucha crítica no hay transformación
Brindo por el camino e los caminantes y lo que se encuentra en el
camino
Brinco por los sueños que nunca quedan para trás
Que nos movimentam na ciranda da vida, da luta e transformação
Por una extensión latinoamericana comprometida con la
transformación e los sueños
Y agregada a lo que necesita la gente e las comunidades
Pois sem sonhos não podemos existir
Uma existência verdadeiramente humana
Luta! Luta! Viva a América Latina!*

*Minha luta é a luta dos que nascem presos, em cadeados de palavras e
que querem gritar*

Y expandir nostra lucha en América Latina

Vos tienes el poder! Sos único, sabes! No hay fronteras!

Somos únicos! Somos diversos! Nossa diversidade nos une!



**Fotografia 13 Ciranda ao lado da Tenda Paulo Freire do X Congresso Iberoamericano de Extensão
Universitária, em Montevideu no Uruguai, em outubro de 2009.**

Para os membros da ANEPOP, foi importante constatar que a re-discussão da extensão universitária, mesmo sem a bandeira da extensão popular, estava propagada pelo movimento estudantil em diversas instituições de muitos países no continente, o que gerou inclusive a participação da ANEPOP no Encontro Latino-americano de Estudantes de Extensão (ENELEX), em sua segunda edição em setembro de 2010.

Intensificando o diálogo com os pró-reitores

Considerando o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) como a principal instância de debate e deliberação das políticas de extensão no cenário nacional, entendíamos o quanto o alcance das reivindicações da ANEPOP em nível macro-político dependiam de diálogos e negociações com este coletivo. Durante o 3º CBEU, iniciou-se um processo de diálogo através de uma conversa da ANEPOP com diversos pró-reitores na Tenda Paulo

Freire, além de uma mesa redonda onde se discutiu a democratização da organização nacional da extensão brasileira. Decorrente destes espaços, foi aprovada na Plenária do Congresso a proposta da ANEPOP de criar “UM GRUPO DE TRABALHO ENTRE OS FÓRUMS DE PRÓ-REITORES E A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR - a princípio - e demais atores envolvidos na Extensão, para a democratização da organização nacional da extensão universitária”. Todavia, posteriormente ao congresso as discussões com o Fórum não continuaram e a criação do GT ficou inviabilizada. Em parte, isso ocorreu porque o Fórum não assumiu concretamente esta proposta como uma agenda integrante de seu trabalho. De outro lado, porque os membros da ANEPOP não insistiram na continuidade da aproximação e das conversas com o Fórum, nos primeiros meses pós-CBEU. Contudo, em março de 2007 vislumbramos uma excelente oportunidade de discutir amplamente esta proposta quando da divulgação da realização do XXIII Encontro Nacional do FORPROEX, em Maio de 2007 em Brasília, comemorativo dos 20 anos do Fórum.

Assim, enquanto aumentava significativamente a participação estudantil em nível nacional nas ações da ANEPOP, por meio dos estágios de vivência e dos vários encontros, o movimento continuava a pensar estratégias de ação conjuntas para a mudança da organização nacional das políticas de extensão. A participação da ANEPOP no Encontro do FORPROEX passou a ser a principal pauta do coletivo logo após a conclusão dos vários estágios de vivências em comunidades realizados em todo o país logo após o CBEU. As reuniões do FORPROEX compõem tradicionalmente o espaço mais central nas articulações e costuras das políticas de extensão universitária, ao reunir num espaço mais reservado os Pró-Reitores de Extensão e membros do Governo Federal. Participar deste momento significava para os estudantes poderem ocupar e construir também este espaço.

Como primeira etapa de planejamento, insistimos no acolhimento de propostas e idéias dos membros da ANEPOP sobre como participaríamos do evento em Brasília. Foram diversas reuniões virtuais e mensagens trocadas na lista de discussão. Após escutar as propostas, conseguimos sintetizar uma proposta de inserção da ANEPOP no evento, a qual apresentamos à Presidenta do Fórum naquela ocasião, a Profa. Lúcia Guerra, Pró-Reitora de Extensão da UFPB, a qual demonstrou interesse do Fórum em acolher a participação da ANEPOP e inserir as discussões da Extensão Popular,

encaminhando-nos para a organização local do evento em Brasília, onde poderíamos pactuar concretamente as atividades a serem desenvolvidas, junto à Profa. Leila Chalub, então Decana de Extensão da UnB. Em ambos encontros, foi notório o respeito e reconhecimento que a ANEPOP já carregava junto a estas pró-reitoras de extensão. A Profa. Leila enalteceu a importância da Educação Popular no debate empreendido no Fórum e pactuou conosco a promoção de um mini-curso com 8h/aula sobre extensão popular e uma mesa redonda para discussão da extensão popular e compromisso social da instituição universitária.

Nesse processo, cumpre ressaltar que re-aprendemos o poder irradiador e aglutinador trazido pela Educação Popular na discussão de extensão, pois muita da articulação conseguida com a Profa. Leila foi conseguida graças ao apoio do Movimento Extra Muros da UnB, um coletivo de estudantes e professores que discutiam propostas de políticas, projetos e programas para a qualificação da comunicação da instituição universitária com a sociedade, especialmente com os movimentos sociais. Conhecendo a ANEPOP no 3º CBEU, muitos membros do Movimento Extra Muros já eram integrantes da lista de discussão da ANEPOP e contribuíram com muito empenho em garantir as pactuações com o Decanato de Extensão da UnB e propiciar toda a estrutura necessária para acolher os membros da ANEPOP e garantir estrutura física e didática para o Mini-Curso e a mesa-redonda.

Organizamos então o mini-curso “Extensão Popular e Universidade: construindo caminhos e articulando possibilidades” e participamos da mesa “Extensão Universitária: produção do conhecimento, formação acadêmica e transformação social”.

Talvez este evento tenha sido o maior desafio enfrentado pela ANEPOP até então, em sua curta história de vida. Isto porque, enquanto o CBEU era um evento mais acadêmico, o evento do FORPROEX era eminentemente político, constituindo o espaço concreto de negociações, debates e deliberações sobre as políticas nacionais e as agendas da extensão universitária brasileira. Portanto, estávamos, mais do que nunca, no coração político e deliberativo da extensão brasileira. Como atuar neste espaço?

Alguns dos membros da ANEPOP avaliavam ser necessário empreender atos políticos de protesto e reivindicação, capazes de criar fatos políticos e evidenciar a discordância de nosso movimento com muitas das ações e atitudes do Fórum. Afinal de contas, ali era o principal fórum de discussão daqueles responsáveis por toda estrutura

autoritária e academicista dos eventos de extensão, a qual gerou a própria organização da ANEPOP. No entanto, boa parte da ANEPOP pensava ser mais estratégico insistir no diálogo com os pró-reitores, por meio da criação de agendas e estratégias de ação conjunta, bem como divulgando as experiências e metodologias da extensão popular. Mas não era fácil defender essa perspectiva. O ar de superioridade emanado por muitos pró-reitores em relação aos membros da ANEPOP legitimava um pensamento manifestado verbalmente por muitos deles durante o evento: “o que vocês estão fazendo aqui? Esse é um encontro exclusivo do Fórum!”. A acolhida pela maioria dos membros do Fórum era ruim, cheia de estranhamento e pouca confiança. O surgimento de uma resposta-pronta de alguns pró-reitores para questionar a própria legitimidade da ANEPOP demonstrava isso: “a extensão não precisa de adjetivo! A Extensão universitária já é, por essência, popular. não é preciso qualificá-la dessa forma, isso só divide a luta pelo fortalecimento de extensão, e só fortalece uma área, em detrimento das outras de saúde, meio-ambiente, direitos humanos, dentre outras” (paráfrase).

Antes de iniciar o mini-curso, nós, membros da ANEPOP, sentíamos diversos medos. Em primeiro lugar, temíamos pelo número de pró-reitores presentes, pois nossa atividade concorria com outra organizada pela direção nacional do Fórum, que era uma espécie de treinamento para os novos dirigentes onde se explicavam legislações, normas, políticas, editais, projetos, dentre outros. Quem então iria deixar de participar de um evento oficial da alta cúpula do Fórum para ir a uma discussão de extensão popular, evidentemente desqualificada por muitos deles?

Outra preocupação nossa era quanto ao desenrolar da própria oficina: será que conseguiríamos “nos entender” com os pró-reitores? E será que eles entrariam nas propostas de atividade que traríamos, ou nos tratariam como “alunos” com pouco conhecimento científico e técnico?

Na manhã em que começou nosso mini-curso o primeiro receio foi logo se dissolvendo, na medida em que o auditório enchia de pessoas, não apenas pró-reitores, mas também professores, assessores e coordenadores de extensão de várias universidades e alguns estudantes. O outro medo também ia sendo derrubado, na medida em que desenvolvíamos atividades educativas mais abertas ao debate e participativas. Iniciamos com uma mística na qual convidamos todos a sair do auditório e formar uma roda do lado de fora, respirando o ar fresco da manhã, sentindo o calor do

sol e escutando a declamação de uma poesia. Nesse momento, pedimos a todos que se apresentassem em roda através do Batizado Mineiro, dinâmica onde as pessoas dizem ao grupo seu nome, falam uma palavra que espelhe sua expectativa para o momento e façam um gesto, que é repetido por todos do grupo. Logo em seguida, o clima de descontração continuou quando, para dividir o coletivo em pequenos grupos de discussão, distribuímos papéis com cinco diferentes nomes de músicas populares para todos os presentes, e pedimos que, ao mesmo tempo, cantarolassem a sua música e tentassem encontrar outras pessoas que cantarolassem a mesma canção. Pudemos então rir muito, criar um clima de maior conforto e acolhimento, na medida em que favorecíamos o encontro das pessoas presentes.

Começou então o debate mais firme e efetivo, quando perguntamos, a cada grupo de discussão, “O que é Popular e o que ele traz de diferente para a extensão universitária?”. Decorreu então um debate muito importante, no qual se compartilhou saberes e perspectivas sobre o que era “popular” e a partir daí se re-pensou as concepções de todos sobre temas como universidade, compromisso social, formação estudantil e extensão universitária, dentre outros. Em meio a discussão, apresentamos também filmes sobre algumas experiências de extensão popular, conseguindo compartilhar as propostas e as perspectivas da extensão popular de forma não autoritária, criando um clima participativo e de debate aberto.

Certamente, marcante mesmo foi demonstrar na prática como a Educação Popular pode favorecer um encontro humano nos espaços educativos, na medida em que as metodologias escolhidas favoreciam o diálogo e a troca de saberes, criando um espaço de descontração e partilha de sentimentos, onde as pessoas sentiam-se em casa.

No decorrer de toda oficina, fomos sendo surpreendidos ao descobrir parceiros do movimento de extensão popular dentro do Fórum de Pró-Reitores, o que nos permitiu constatar que havia também insatisfação naquele coletivo. Em meio ao debate e através das diversas falas, pudemos encontrar parceiros, em diversas instituições do país e descobrir experiências que, mesmo sem a denominação de “extensão popular”, conseguiam transcender o modelo extensionista hegemônico e construir caminhos alternativos. Ao final da oficina, foi surpreendente o número de convites que recebemos para levar a discussão sobre ANEPOP e Extensão Popular até diferentes instituições

universitárias do país. Como escreveu Eymard Vasconcelos em uma mensagem eletrônica:

Muitos pró-reitores que já tinham sido militantes da Educação Popular em seus tempos de estudante sentiram que agora eles têm um movimento aliado para ajudar a implementar esta perspectiva de extensão em suas universidades. A proposta de extensão popular, que antes parecia apenas algo meio encenqueiro, vai mostrando que é algo que inova e dinamiza. De agora em diante, teremos que ir identificando pessoas das várias regiões que possam ir assumindo esta tarefa de visitar estados para agitá-los. Assumir tarefas nacionais nos amadurece muito. Rompe com certa tendência de muitos projetos de ficarem apenas nas suas questões locais (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 16/06/07).

Descobrimos a riqueza que existe em dialogar com os Pró-Reitores, buscando juntos construir uma extensão mais democrática. E observamos que esse diálogo não é fácil, na medida em que identificamos tanto parceiros ideológicos, como pessoas reacionárias a propostas de democratização da extensão universitária. Mas ficou patente o quanto este diálogo é necessário e o quanto FORPROEX e ANEPOP precisam pensar e compor ações em conjunto, cada lugar com sua identidade e limites.



Fotografia 54 Alguns dos pró-reitores de Extensão presentes na Oficina de Extensão Popular organizada pela ANEPOP no Encontro Nacional de 20 anos do FORPROEX (em maio de 2007, em Brasília-DF).

Conforme irradiava a ANEPOP como lugar de encontro, trocas de experiências e mobilização política, seus protagonistas fortaleciam o movimento de extensão popular como ator político singular na discussão de muitos outros movimentos e em diversos debates políticos onde as experiências de extensão popular tivessem acúmulo. Talvez tenha sido no campo da saúde onde esse processo se deu primeira e mais claramente.

Portando uma forte tradição no campo da saúde, a extensão popular vem contribuindo historicamente com a formação de profissionais de saúde com outro referencial ético, político e social. Ademais, vêm configurando uma parceria da universidade com os movimentos populares de saúde com base no respeito e valorização de saberes, e no diálogo para a ação transformadora e a visão de saúde como direito humano.

Desta forma, a ANEPS, a REDEPOP e o Grupo de Trabalho de Educação Popular em Saúde da ABRASCO foram os primeiros coletivos a reconhecer na ANEPOP um importante ator político, o que pôde ser constatado por terem acolhido a Articulação como co-protagonista na promoção do IV Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde (ENEPS), em Fortaleza-CE, em Julho de 2008. Neste evento, a organização ocorreu de forma participativa entre membros dos quatro coletivos, e os membros da ANEPOP puderam trazer o olhar elaborado no coração da extensão popular para a discussão nacional de Educação Popular em saúde. Com isso, também tiveram os atores da ANEPOP sua primeira oportunidade de organizar um encontro de caráter nacional, através do I Encontro Nacional de Extensão Popular em Saúde, que foi promovido em paralelo ao ENEPS.

Tecendo diálogos e construindo ações com o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular

Ao considerar o histórico da ANEPOP, pudemos identificar dentro de seu movimento preocupações não apenas de ordem reivindicativa ou de protesto. São provas inequívocas disto alguns dos elementos já destacados ao longo deste capítulo, tais como: as preocupações pedagógicas das oficinas realizadas em seus processos de mobilização pré-CBEU, a busca pela composição diversificada e participativa do movimento, o processo organizativo e pedagógico da Tenda Paulo Freire no 3º CBEU, a realização dos Estágios de Vivência e o debate teórico e metodológico empreendido

junto aos Pró-Reitores de Extensão. Assim, ao mesmo tempo em que lutávamos contra as estruturas hegemônicas da universidade, também procurávamos investir em processos de formação. Em primeira análise, essa preocupação formativa interessava para o próprio crescimento do movimento. Ora, na medida em que intensificássemos os processos de educação no campo da extensão popular, mais atores agregaríamos para a luta empreendida pela ANEPOP. Contudo, por outro lado, este processo também continha outra preocupação essencial, inicialmente pouco compreendida por nós que estávamos a frente da organização do movimento. Trata-se de debater, sistematizar e difundir conhecimentos sobre os avanços, desafios e potencialidades da própria extensão popular, o que é capaz de alimentar o conjunto das práticas com mais subsídios teóricos, filosóficos e metodológicos para sua constante avaliação crítica, reconstrução de ações e qualificação de seus empreendimentos. Ou seja, mesmo sendo inicialmente pouco valorizada, o movimento continha dentre suas preocupações a visão da extensão popular como um campo profundo e profícuo de produção de conhecimentos, numa dimensão de compartilhar, produzir e difundir conhecimentos de forma sistemática. Mas como fomos nós dando conta da importância desta dimensão? Dois fatores foram preponderantes, em minha opinião.

Em primeiro lugar, a propagação nacional da Extensão Popular oportunizada pela ANEPOP trazia consigo uma demanda significativa por elementos teóricos e metodológicos capazes de subsidiar as iniciativas que surgiam em todo o país, especialmente em locais sem muita tradição neste campo. Em outros, onde já havia experimentos na linha da educação popular, era necessário maior aprofundamento, através de análises das metodologias das experiências, gerando subsídios concretos para oferecer aos extensionistas avaliações críticas e contra-pontos às suas ações, capazes de lhes permitir galgar avanço e qualificação de suas empreitadas.

Em segundo lugar, na medida em que se multiplicavam os debates dos membros da ANEPOP com atores sociais com pensamentos e propostas de extensão distintas da extensão popular, ou semelhante mas com algumas especificidades diferentes, crescia a demanda por ter sistematizados os procedimentos metodológicos, os elementos filosóficos, as balizas teóricas e as repercussões concretas destas experiências. O campo de práticas e perspectivas teóricas de reforma universitária é ampliado. A extensão popular não é a única nem a melhor proposta. Está num embate

tenso e dialogante com muitas outras propostas e pensamentos críticos acerca da universidade. Começamos a sentir isso quando, em muitos debates, nosso discurso ficava circular – sempre girando em torno da defesa da extensão popular. Faltava-nos mais leitura e apropriação de elementos teóricos capazes de qualificar esta defesa, seja apresentando com as repercussões de nossas práticas como conhecimentos produzidos, seja promovendo a interlocução do significado acadêmico, teórico e filosófico da extensão popular.

A partir destes processos, fomos constatando que, no conjunto de suas práticas, o movimento nacional de extensão popular escrevia pouco. Era impressionante a lacuna existente entre o que se produzia em termos de práticas e o que se escrevia sobre estes empreendimentos. As repercussões ampliadas da Extensão Popular e sua inserção em espaços de debate mais intensos e até hostis a sua proposta nos levaram a buscar investir numa formação mais teórica no campo da extensão popular, bem como considerar também a premência de estimular, no seio do movimento, a pesquisa em extensão popular.

Contudo, esta última constatação não se deu à toa. Conforme passávamos pelos processos aqui descritos, foi preponderante para esta constatação nossos encontros com o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), coordenado pelo professor José Francisco de Melo Neto. Inicialmente em debates pontuais, nossos encontros com o EXTELAR sempre nos serviam de provocação sobre a necessidade de pensar não apenas a extensão como atividade ou ação em si mesma, mas como uma articulação que envolve necessariamente também o ensino e, principalmente, a pesquisa. Muitos de nós tínhamos preconceito quanto à pesquisa, provavelmente em decorrência das discordâncias quanto ao modo como as pesquisas eram predominantemente empreendida nas universidades – alheias da sociedade e pouco engajadas com os enfrentamentos para a melhoria da qualidade de vida dos mais empobrecidos. Ademais, era humilhante para os extensionistas testemunhar a grande parte dos recursos acadêmicos serem investidos e direcionados para a pesquisa em detrimento da extensão. Contudo, conviver com o EXTELAR nos trouxe outro entendimento de pesquisa.

Conforme descrito em seu sítio eletrônico²⁷, o EXTELAR nasceu em 1999 da confluência de vários aspectos teóricos e práticos presentes nos trabalhos de extensão voltados aos setores populares da sociedade, desenvolvidos pela Universidade Federal da Paraíba e outras entidades no Estado. Este grupo visa: o estímulo ao desenvolvimento de projetos que fomentem a interação entre iniciativas de extensão popular; a análise crítica de experiências e formulações teóricas no campo da extensão, possibilitando a interdisciplinaridade e o enriquecimento da formação acadêmica dos participantes do grupo; a produção teórico-acadêmica voltada à extensão popular resultantes de pesquisas e estudos desenvolvidos pelo grupo; a perspectiva de que o produto da realização de projetos de extensão é fundamento ontológico do ensino e da pesquisa na universidade; a discussão e o fomento da extensão na UFPB, no sentido de seu inter-relacionamento com o ensino e a pesquisa; a manutenção do debate sobre o papel social da universidade; e o incentivo à autonomia de projetos voltados às ações educativas promotoras da cidadania crítica e ativa.

A partir de 2006, o Grupo passou a priorizar a organização de Seminários para socializar seus debates com um público maior e diversificado de pesquisadores, o que começou com o I Seminário Nordeste de Pesquisa em Extensão Popular, realizado no Campus I da Universidade Federal da Paraíba em João Pessoa-PB, em novembro de 2006.

No ano de 2007, alguns dos participantes da ANEPOP que residiam em João Pessoa passaram a participar de algumas reuniões do EXTELAR, especialmente motivadas pelo interesse de ambos coletivos em construir em parceria o II Seminário Nordeste de Pesquisa em Extensão Popular. Com esta oportunidade, pretendíamos, enquanto ANEPOP, tanto qualificar nossa formação, quanto inserir a pesquisa em extensão popular como uma das pautas do movimento. Além disso, após algumas discussões internas, decidimos propor ao EXTELAR realizar também nesta ocasião o primeiro evento acadêmico organizado pela ANEPOP: o I Seminário Nordeste de Extensão Popular.

²⁷ Acesse através do endereço www.prac.ufpb.br/copac/extelar/



Fotografia 15 Debate sobre Pesquisa em Extensão Popular no II Seminário Nordestino de Pesquisa em Extensão Popular e I Seminário Nordestino de Extensão Popular (em outubro de 2007, em João Pessoa-PB, no Campus da Universidade Federal da Paraíba).

Promovido no mês de Outubro de 2007 no Campus I da UFPB, o II Seminário Nordestino de Pesquisa em Extensão Popular e I Seminário Nordestino de Extensão Popular inovou por agregar uma amplitude maior de atores participantes dos eventos promovidos pelo EXTELAR, o qual pretendia inicialmente contar com um número pequeno de pesquisadores para debates teóricos mais densos. Contudo, a chegada da ANEPOP implicou a abertura dos Seminários para estudantes e técnicos universitários, trabalhadores sociais dos setores público e privado e militantes de movimentos sociais, provindos de estados como Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Bahia. Além do mais, a ANEPOP inovações ao debate acadêmico trazendo algumas das atividades que costumava manter nas Tendas Paulo Freire, tais como: espaços de cuidado integral em saúde e terapias alternativas (como massoterapia, Reike, dentre outras), vivências em danças circulares, integração com dinâmicas de dança e cirandas com grupos populares, dentre outras. Neste evento, a ANEPOP liderou também a organização de apresentação de trabalhos para as trocas de experiências entre os extensionistas e o debate teórico a partir destas vivências.



Fotografia 66 Ciranda e apresentação cultural do Grupo "Latocando", da Comunidade Maria de Nazaré (João Pessoa-PB) no II Seminário Nordestino de Pesquisa em Extensão Popular e I Seminário Nordestino de Extensão Popular (em outubro de 2007, em João Pessoa-PB, no Campus da Universidade Federal da Paraíba).

Este evento representou, para EXTELAR e ANEPOP, um avanço significativo em suas preocupações, tanto quanto a qualificação e difusão do debate acerca da pesquisa em extensão popular, quanto do avanço na luta da extensão popular por hegemonias no campo universitário. Sobremaneira, ambos coletivos puderam aprender melhor, porque aprenderam juntos com este evento. Para o EXTELAR, perceber a necessidade de ampliar seus debates para um público maior e diversificado, contemplando também metodologias de organização dos debates e do evento cultivadas no seio do movimento estudantil e de extensão popular.



Fotografia 77 Roda de ciranda realizada durante o II Seminário Nordestino de Pesquisa em Extensão Popular e I Seminário Nordestino de Extensão Popular (em outubro de 2007, em João Pessoa-PB, no Campus da Universidade Federal da Paraíba).

Para a ANEPOP, a organização e a decorrente convivência com o EXTELAR abriu uma nova dimensão para suas lutas: a pesquisa em extensão popular, o que nos possibilitou avançar em relação às críticas antes sentidas perante a atividade de pesquisa. Ao contrário do que pensávamos, a pesquisa poderia também ser libertadora e engajada num projeto de transformação das condições educativas vivenciadas na universidade e na sociedade como um todo. Em muitas ocasiões, a pesquisa poderia se revelar um instrumento mais eficaz que a própria extensão no que tange ao desvelamento da realidade, assim como conferia novas possibilidades para a ação extensionista, na medida em que lhe demandava análises críticas e rigor metodológico. Fomos aprendendo estas dimensões ao conhecer as várias facetas metodológicas e correntes teóricas a partir da pesquisa em extensão popular nas reuniões do EXTELAR. Decorridos este evento, alguns dos membros da ANEPOP passaram a participar ativamente dos encontros semanais do EXTELAR, cultivando uma parceria que rendeu outro fruto, mais desafiador ainda que o primeiro: a organização de um Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular, convocando não apenas o Nordeste, mas todo o país para este debate. Além do mais, com este evento o EXTELAR e a ANEPOP pretenderam demarcar uma posição política quanto à organização de congressos e seminários acadêmicos: é possível fazer um evento acadêmico, de envergadura nacional, com caráter totalmente público. Com isso, estes coletivos evidenciavam sua

crítica ao número crescente de eventos acadêmicos cujo preço de inscrição é alto e impede a participação de muitos importantes atores, principalmente os estudantes e os movimentos sociais. Além disso, o caráter público do evento também tem a ver com seu formato. Majoritariamente, os eventos acadêmicos são promovidos em hotéis, pousadas ou espaços do setor empresarial privado, com elevadas taxas para alimentação, estadia e transporte. Ademais, são promovidos em formatos educativos ainda autoritários e tradicionais, preenchidos por palestras e conferências sem qualquer debate e trocas de experiências.

Nesse sentido, o I Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular (SENAPOP) foi realizado no Campus I da UFPB no mês de novembro de 2009, com o tema “Pesquisa em Extensão Popular é possível!”. Intensificou o caráter de intencionalidade política explícita das ações de EXTELAR e ANEPOP, organizando um evento com inscrição gratuita, estruturado com apoio de recursos públicos do patrimônio da Universidade Federal da Paraíba em seus diversos centros e departamentos. Cumpre ressaltar que a inscrição gratuita exigia, como contrapartida, 100% de frequência nas atividades do evento, evitando-se estimular outro problema comum em eventos nacionais, ainda mais em cidades atrativas como João Pessoa: a ausência no evento para prática do turismo. Metodologicamente, o Seminário organizou-se em torno de rodas de conversa, círculos de cultura e oficinas, em cenários espalhados no Centro de Vivências da Universidade: Tenda Paulo Freire e Tenda Elizabeth Teixeira, além do Espaço Ekobé, em homenagem ao espaço de mesmo nome da Universidade Estadual do Ceará, que mantém uma experiência pioneira de diálogo da Universidade com as práticas e os movimentos populares de cuidado e saúde, constituindo um lugar de encontros e intercâmbio de saberes.

Participaram do evento estudantes, professores e técnicos universitários, além de trabalhadores sociais e movimento populares, de estados como: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, além da própria Paraíba.

Diante de tais configurações metodológicas e princípios éticos, o SENAPOP possibilitou não apenas uma maior propagação da pesquisa em extensão popular, ampliando a rede solidária de comunicação e trocas de experiências neste campo, como também demarcou uma posição política dos coletivos organizadores.

Diferentes correntes políticas e pedagógicas no interior da ANEPOP

Desde o seu início, a ANEPOP convive com diferentes concepções sobre como conduzir e orientar a caminhada do movimento. Antes mesmo da criação da Articulação, os movimentos em torno da extensão universitária concentravam-se nas pautas do movimento estudantil, estando muito atreladas às críticas quanto a estrutura dominante e às políticas universitárias. Nesse período, posso constatar dois processos.

De um lado, era tímida a participação dos extensionistas populares nas discussões acerca da extensão universitária. Mesmo considerando que muitos membros do movimento estudantil participavam também de projetos de extensão popular, uma significativa quantidade de extensionistas eram deixados à margem destas discussões. Faltavam estímulos adequados para que os extensionistas tomassem conhecimento e se interessassem em participar da luta da extensão popular. Por maiores que fossem os bons interesses das lideranças estudantis em socializar as pautas e as oportunidades de debate, a atuação vanguardista de muitos líderes falava mais alto, pois os repasses tinham pouca preocupação em explicar didaticamente os processos políticos aos extensionistas e incluí-los como potenciais autores também daquela história. Ademais, muitos dos extensionistas não se sentiam a vontade no ambiente característico do movimento estudantil, envolto por muitas disputas políticas internas, pouco cuidado com o respeito amoroso, a solidariedade, o cuidado com o outro e a promoção do diálogo; tudo oposto ao que os estudantes aprendiam a exercitar nos projetos de extensão popular. ao se inserir nos encontros do movimento estudantil, a falta de consenso e colaboração, as relações autoritárias presentes pareciam apenas se contradizer a tudo aquilo aprimorado nas comunidades. Ademais, uma porção significativa das pautas estava atrelada apenas a burocracia universitária ou a gestão interna do movimento, levando-se tempo e dedicação enorme para discussão de pequenos detalhes estruturais que, por mais que fossem importantes para quem estava a frente do movimento, pouco se traduziam em propostas concretas para, por exemplo, incentivar o desenvolvimento e fortalecimento da extensão popular na formação estudantil e na construção de outro modelo de universidade. Enquanto se discutiam muitos paradigmas nos muitos debates, os extensionistas já tinham propostas concretas para apresentar, discutir e implementar. Por isso, para boa parte dos estudantes da

extensão popular, o movimento estudantil deveria ser conduzido de outra maneira e com outras pautas. Do jeito que estava, era cansativo e redundante.

Por outro lado, outro processo que decorria era a falta de cuidado pedagógico, formativo e processual na condução das discussões de extensão universitária pelo movimento estudantil. Apesar de tentativas de criação de estratégias estruturantes (como foi com a ANEXU) a atuação preponderava pontual, com atos de protestos, elaboração de cartas e construção de reivindicações em ocasiões específicas. De um momento para outro, eram quase inexistente a linha de continuidade, bem como a atuação persistente de animadores capazes de estimular a continuidade da mobilização e a inclusão de novas pessoas no debate.

Com o passar dos anos, essa forma de conduzir o movimento de extensão foi sucumbindo pela intensificação destes dois processos: de um lado os extensionistas populares foram criando mais espaços próprios de comunicação e mobilização, reivindicando sua participação no debate; de outro lado, os membros do movimento estudantil que conduziam o debate da extensão foram se cansando de, evento após evento, construir atos e protestos sem uma linha de continuidade e sem a elaboração de propostas concretas de mudança nos quadros que oprimiam e incomodavam.

Uma nova forma de conduzir o movimento de extensão era necessária. E ela foi conformada a partir dos próprios extensionistas, carregando contornos e princípios específicos e inéditos até então, com características muito próprias da educação popular.

Ao contrário do que podemos concluir numa análise apressada, a mobilização que gerou o nascimento e a irradiação da ANEPOP não se deu à toa nem foi fruto de determinações superiores de intelectuais. A ANEPOP nasceu e cresceu graças ao trabalho e a dedicação de pessoas ligadas a projetos de extensão popular. Evidentemente, por ser um movimento social, parece redundante afirmar que a ANEPOP foi feita por pessoas ligadas às bases das práticas de extensão popular. mas hoje é imprescindível afirmar isso, tendo em vista existirem no Brasil vários movimentos e organizações sociais cuja estrutura de construção, tomada de decisões e condução é pouco participativa, aberta e democrática, fazendo muitas pessoas imaginarem quem mesmo conduz aquele movimento, atribuindo suas conquistas e seus avanços “ao movimento”, “a conjuntura”, e não ao trabalho conjunto de uma série de pessoas que tornaram possíveis esses avanços do movimento e da conjuntura.

Felizmente, ao olhar para a história da ANEPOP, podemos perceber claramente a importância dos gestos e das ações de cada pessoa que dela participou, pois essa é a essência mesma desse movimento. Ao contrário de outros movimentos sociais (inclusive a maioria do movimento estudantil), as pessoas não se perdem no meio do movimento, da estruturação das ações e nas tomadas de decisão. A organização estrutural orientada pela educação popular evidencia não existir instancias superiores no movimento, mas uma horizontalidade marcada pela solidariedade, companheirismo e liberdade. Assim, na ANEPOP ninguém representa ninguém. Todos estão em relação recíproca de colaboração e trocas de experiências, num espaço profícuo para construção de ações e intervenções quando, como e do jeito que os próprios membros do movimento julgarem interessante. Construído dessa forma, o movimento acolhe a participação de estudantes recém-chegados na extensão popular, pois não tem pré-requisitos estabelecidos para atuação. Cada pessoa vai se chegando e construindo caminhos possíveis de contribuição, a partir daquilo que sente, percebe e constrói em sua prática local de extensão popular. É esta vinculação estreita com o fazer cotidiano da extensão popular que conferiu a ANEPOP uma inquietação histórica permanente em não apenas denunciar, criticas e reivindicar, mas também já propor mudanças e expor caminhos educativos já testados e aperfeiçoados no seio das ações de extensão popular.

Assim, no período inicial de criação e irradiação da proposta da ANEPOP, persistiu uma efetiva ausência dos vários setores do movimento estudantil, a não ser por mensagens enviadas a lista de discussão, que pouco traziam de contribuição para a sistematização e consolidação daquele espaço. Salvo a insistência de muitos membros de projetos de extensão popular em todo o país (inclusive professores, técnicos e movimentos sociais), uma proposta de articulação orgânica como essa não teria vingado. Isso porque, como constatamos anteriormente, o modo de ação e articulação do movimento estudantil à época não tinha mesmo vocação para conduzir uma proposta (como a ANEPOP) em moldes mais cuidadosos, dialogados, processuais. Manter uma articulação como a ANEPOP traz muito trabalho, e o resultado não é imediato, nem envolve disputa direta de poderes e cargos políticos, o que certamente frustrava muitos dos membros do movimento estudantil.

Por outro lado, não é justo afirmar que a ANEPOP foi construída sem a participação do movimento estudantil ou apesar dele. A pedagogia acumulada no seio

das lutas, dos desafios e das conquistas do movimento estudantil foram essenciais para a consolidação da ANEPOP e constituíram contornos fundantes para este movimento, sobre os quais nos deteremos agora.

A primeira aproximação concreta do movimento estudantil com a ANEPOP, após a sua criação, se deu no processo de construção da Tenda Paulo Freire no 3º CBEU, configurada na participação ativa do movimento estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina na Comissão Organizadora local da Tenda, onde se destacou o Centro Acadêmico de Medicina, que manteve durante e após esse processo um diálogo muito aberto com as iniciativas e ações da ANEPOP, liderando inclusive uma ressignificação da Coordenação de Extensão Universitária da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM). O processo de mobilização para o CBEU trouxe a participação de lideranças do movimento estudantil de vários estados. Possivelmente, a construção da Tenda e as intervenções no CBEU conseguiram conformar uma pauta mais concreta e uma proposta de ação mais definida capaz de permitir uma participação maior dos estudantes do movimento estudantil no processo. Suas habilidades em negociação política, condução de debates e elaboração de propostas pareceram conformar uma encomenda mais clara e efetiva para inserção destes atores na ANEPOP, e revelou a importância singular de sua presença no movimento.

Muitos dos estudantes de extensão popular que tomavam a frente da organização da ANEPOP tinham pouca experiência no debate macro-político, com habilidades ainda limitadas para formular propostas de ação e intervenção no jogo político e institucional mais amplo. A sabedoria acumulada pelo movimento estudantil nos vários embates internos na universidade conferia a seus atores maior habilidade em realizar as análises de conjuntura e formular propostas consistentes. No processo de construção da Tenda, esta sabedoria foi solidariamente compartilhada em todo o processo e foram muitos os aprendizados desenvolvidos nesta relação entre estas duas correntes do movimento de extensão popular: a dos extensionistas populares que não participam do movimento estudantil e a dos estudantes que participam do movimento estudantil. Muito do sucesso da Tenda se deve a conjunção dialogada e amorosa destas duas correntes: de um lado, os extensionistas com seu jeito de cuidar dos detalhes do movimento, da manutenção da pedagogia em suas ações e do zelo com o qual

cultivavam o acolhimento das pessoas no movimento; de outro lado, o movimento estudantil trazendo ampliações de visões e percepções, com leituras mais conjunturais dos problemas e contribuição na elaboração de propostas políticas concretas, além de trazer elementos organizativos próprios ao movimento, como a comemoração, as reuniões sistemáticas, os cartazes, a construção de posicionamentos políticos em cartas abertas, dentre outras.

Certamente, não podemos deixar de afirmar que houveram momentos preenchidos por muita tensão, quando as visões diferentes destas duas correntes incidiam sobre um mesmo ponto. Nas diversas reuniões, persistiam algumas discordâncias quanto a forma de conduzir o movimento e as intervenções da ANEPOP no Congresso. De um lado, alguns atores propunham fazer uma passeata e fechar a Ponte Hercílio Luz, como protesto à conjuntura da universidade, da extensão e da sociedade de então. De outro lado, a insistência sempre presente dos extensionistas em evitar atos, protestos e fatos políticos diferentes da Tenda, pois acreditava-se que o maior ato possível de ser feito eram as ações pedagógicas, o debate dialogado e o crescimento do movimento. em minha visão pessoal, compararia estas duas tendências do movimento através de um jogo de palavras com termos trazidos por Paulo Freire, ambos essenciais para a educação popular. O grupo representado pelos extensionistas era daqueles “pacientemente impacientes”, já o grupo do movimento estudantil era o dos “impacientemente pacientes”.

Desta maneira, como se deixa transparecer por estas palavras, apesar de algumas diferenças, a essência de luta e esperança de ambos os grupos era a mesma. Por isso, podemos dizer que, no 3º CBEU, vivenciamos uma relação quase ideal entre duas correntes distintas deste movimento de extensão popular. embora possuíssem algumas crenças destoantes quanto a condução do movimento, a compreensão de que havia um projeto maior a ser defendido (a extensão popular) e de que todos ali, mesmo que diferentes, eram aliados foi essencial para permitir que todos trabalhassem conjuntamente, uns respeitando os limites e potencialidades do outro. Mas tudo com muito carinho, cuidado e respeito.

Ao longo do tempo, continuou ativa a presença do movimento estudantil na ANEPOP, sempre insistindo na necessidade de intensificar o caráter popular, libertário e transformador do movimento e das próprias práticas de extensão popular, como pode

ser observado na fala a seguir, onde se propõe a intensificação da dimensão de luta do movimento.

Redes sociais sem o aporte de grandes narrativas, movidas meramente por "causos moleculares" acabam por "não balançar", pois nesta perspectiva "tecemos lindas redes, requintadas, de uma beleza estética incomparável, mas que não tem armador para esticar e conseqüentemente ter apoio pro balanço". Enfim acho que não podemos perder esta perspectiva de pensar amplo ao se pensar a construção da ANEPOP, um pensar grande que é construído tijolo a tijolo a partir dos pequenos ensaios, das pequenas utopias que construímos no dia a dia nas nossas práticas cotidianas, quando estas ousam a se revestir de grande radicalidade quando se propõem a transformar à realidade (Vinicius Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 03/01/07).

Complementando este pensar ampliado sugerido por Vinicius, Sedruoslen Costa (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 20/06/09) sugere alguns princípios e atividades fundantes que careciam ser promovidas na ANEPOP, em sua avaliação.

se quisermos aprender a fazer extensão popular podemos e devemos discutir política.. se quisermos aprender a fazer extensão popular podemos e devemos sair das salas de aula e irmos às ruas.. se quisermos aprender a fazer extensão popular podemos e devemos parar de contemplar a beleza de um povo sofrido, e irmos às ruas.. se quisermos aprender a fazer extensão popular podemos e devemos produzir material junto ao povo, e não pensando em certificados.. se quisermos aprender a fazer extensão popular podemos e devemos ser dialéticos!!!!

Na perspectiva de qualificar o movimento de extensão popular, propunha-se uma aproximação mais intensa de suas ações, seus atores e seus princípios com aqueles mantidos pelo movimento estudantil orientado por uma perspectiva popular.

Acredito que devemos repensar a Extensão Popular enquanto movimento e por esse motivo inclusive me afastei dos debates da lista. Hoje tenho a clareza de que vivemos numa sociedade de classes, e que existem apenas duas: Os trabalhadores e os Proprietários dos Meios de Produção. E nessa relação a exploração da força de trabalho é o foco central do capitalismo para sustentar sua estrutura de sociedade. Sim, mas e o que a meu ver a extensão popular tem a ver com isso?? A extensão popular, tem sim um papel de mudança real em nossa formação acadêmica e sensibilização para a assimilação dos elementos que eu trouxe sobre a sociedade capitalista. (...) E é por isso, que acredito que a extensão popular nem tem razão de estar fora do ME.

Pelo contrário acho que esse é só mais uma luta que travamos em prol de construirmos uma universidade para tod@s, com ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO SOCIALMENTE REFERENCIADOS. Em prol de diminuirmos a dicotomia entre ensino pesquisa e extensão que no processo de aprendizagem deveriam andar juntos... Enfim, em prol da construção da sociedade socialista (Viviane Marinho, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 20/01/07).

Com o tempo, conforme pode ser observado a partir do debate sobre os editais de extensão, muitos membros do movimento estudantil ficaram insatisfeitos ao avaliarem não existir, no interior do movimento de extensão popular, algumas das mesmas ênfases e metodologias por eles utilizadas no seio do movimento estudantil, conforme ilustrado nas inquietações socializadas por Hugo Belarmino (em 18/01/07):

O que é Movimento estudantil e que práticas ele protagoniza? A Extensão popular tem a ver com isso? Movimento Estudantil e ao Movimento de Extensão Popular são parceiros? Se são, quais as pautas convergentes? O processo de discussão de sociedade feito no movimento estudantil é o mesmo feito na ANEPOP? As linhas de atuação desses movimentos podem constituir ou não uma base forte de discussão do papel da Universidade? Por que no cenário nacional os dois movimentos estão em processos distintos? Como, quando e porque inserir o debate da Extensão Popular no movimento estudantil? (Hugo Belarmino, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 18/01/07).

Nesse processo, conduziam um debate fundamental no interior da ANEPOP sobre a importância da convivência entre o movimento de extensão popular e o movimento estudantil, na perspectiva de agregar mais sabedorias e qualificar ainda mais a atuação de ambos.

Acredito haver um forte elo de ligação entre movimento estudantil e Extensão, inclusive, defendo que dentre outras coisas, o movimento estudantil precisa se reestruturar e incluir a Extensão como uma de suas pautas. (...) afinal, porque o movimento estudantil não discute extensão dentro da Universidade? Por que ainda não atentamos para isso? Já que acredito que a grande maioria das pessoas que faz movimento estudantil também fazem alguma atividade de extensão. Se defendemos uma universidade comprometida socialmente, porque não discutimos que extensão é essa que está sendo praticada dentro das universidades e porque não discutimos e nos organizamos para lutar por melhores condições de extensão?? (...) acho que podemos fazer desses dois movimentos um só e com isso enriquecer ambos os espaços! (Luisa Cela, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 19/01/07).

Para o movimento de extensão popular, incrementar suas análises de conjuntura e suas lutas nos moldes dos movimentos sociais e do próprio movimento estudantil. Para o movimento estudantil, inserir em sua agenda uma articulação mais próxima com as comunidades e movimentos populares, bem como a extensão popular como proposta efetiva e concreta, já experimentada, de transformação nas políticas de formação universitária. Ou seja, redirecionar o enfoque das lutas do movimento estudantil, deixando de priorizar somente as disputas internas e os pontos de pauta que constarão em seus projetos e programas, mas ensejando desde já contribuições mais sistemáticas para o avanço das práticas e projetos de extensão popular.

Contudo, Amélia Mano (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 22/01/07) adverte que:

(...) acho que o Movimento Estudantil pode e deve se relacionar com todas as nuances que dizem respeito ao trabalho comunitário/popular, sem dúvida! (assim como deve estar presente no "não-comunitário" como, por exemplo, a reforma curricular). No entanto, a inversa não é verdadeira, a Extensão Popular (os projetos, as práticas e o movimento) não necessariamente devem se relacionar com o Movimento Estudantil! A proximidade é possível, até porque estamos falando de instituições políticas... mas há diferenças entre a micro e a macropolítica nem sempre são claras e definidas. Já vi projetos de extensão se fortalecerem a partir da inserção do Movimento Estudantil, mas já vi a fragilização e mesmo a destruição de alguns porque não "cabia", não era hora e nem lugar... Às vezes a relação é um perfeito mutualismo. Em outras, é um parasitismo em que um contamina o outro, aparelha e ninguém sabe quem é quem e a serviço de quem (muitas vezes é a serviço da visibilidade política de uma pessoa ou grupo...). Penso que o essencial é (nos) perguntarmos sempre o motivo e o objetivo para nós e para a comunidade. O que cada um ganha ou perde e o que deseja. Se o foco da nossa reflexão/ação for nessa direção a gente até pode se perder no caminho, mas se perde aprendendo e se acha, se encontra, mais cedo ou mais tarde, com uma bagagem fora do "script" mais valiosa do que sequer imaginamos!

Com efeito, se existia uma relação de integração e reciprocidade entre o movimento estudantil e o movimento de extensão popular, o que foi trazendo contribuições teóricas e reflexivas fundantes para estes dois movimentos, esta aproximação precisava ser efetuada com muita cautela. Como advertiu Amélia Mano, tratam-se de dois movimentos distintos – por mais que possam conviver, trabalhar e lutar conjuntamente. E esta distinção precisa ser resguardada, sob pena de deturpar, de um lado ou de outro, os princípios mais fundantes destes movimentos. Ora, como vimos

em alguns dos debates mais polêmicos da ANEPOP, muitas das opiniões dissonantes que não investiam na construção coletiva e no avanço do movimento de extensão popular eram justamente dos membros do movimento estudantil, os quais, por mais que pudessem contribuir significativamente, não se implicavam cotidianamente nas ações da ANEPOP, sem guardar vínculo de pertencimento com este coletivo. Desta forma, em muitos momentos as intervenções de membros de um coletivo sobre o outro beiraram o aparelhamento de suas ações e a negação de sua vocação ontológica. Como, por exemplo, negar a institucionalização da extensão popular, em sendo ela um dos principais elos formadores da ANEPOP, de onde vieram a maioria dos estudantes que construíram o movimento? De certo, a crítica mais contundente e a negação da institucionalização poderia vir do movimento estudantil, isso faz parte de sua vocação. Contudo, por outro lado, a desconstrução da institucionalidade de muitos projetos de extensão popular acabava negando a própria porta de entrada de muitos estudantes no movimento, que já vivenciavam experiências institucionalizadas de extensão popular, como afirmado a seguir.

será que não existem ou não podem existir projetos de extensão institucionalizados realmente progressistas e na perspectiva da extensão popular? Existe aqui nesta lista, por exemplo? Será que não se pode inovar e experimentar em projetos institucionalizados? Dentro da Academia e com ela? Será que temos/queremos/podemos fugir da institucionalização? Por quê? E para onde isso levaria tudo, incluindo a gente, o povo e a Universidade? (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 06/01/07).

O movimento estudantil defendia toda uma ênfase na desconstrução da institucionalidade universitária, considerada opressora, autoritária e antipopular, assim como a atuação da maioria dos professores no campo da extensão. Seu discurso defendia a desconstrução da idéia de institucionalidade da extensão e da figura do professor. Por outro lado, os extensionistas populares viam esse processo de modo diferente, por conviverem numa relação de diálogo e abertura total com os professores de seus projetos de extensão popular. Também enxergavam a importância do professor e da institucionalidade como formas de garantir, em nível de universidade e com a estrutura atualmente em voga, a continuidade dos projetos de extensão popular. Projetos como o que eu participava (o PEPASF) só tinham condições de continuar existindo graças a atuação dos docentes mantendo a busca e a garantia de apoio institucional, o

que dava maior conforto e tranquilidade para a formação de muitas gerações de extensionistas populares, que entravam e saíam do projeto ano após ano, sem contudo prejudicar significativamente a estabilidade institucional do projeto, o que assegurava a continuidade e o avanço qualitativo de suas ações. Mesmo conjunturalmente pequenas ou constituindo experiências muito particulares, valorizar as iniciativas mais primitivas de extensão popular era imprescindível, visto que, como afirma Calado (2006, p.303) sobre as chamadas “experiências alternativas”, nestas iniciativas

ainda que moleculares, protagonizadas por algum movimento social popular, por pequenos grupos ou por pessoas, aquela chama utópica volta a arder de modo não apenas crítico, mas crítico-propositivo, impulsionando-nos a encampar ações grávidas de alternatividade, ainda que se trata de “pequenas” iniciativas.

Desta forma, para os extensionistas populares, esta chama utópica já ardia no interior da universidade, a qual não apenas estava grávida da extensão popular, como já vinha parindo diversas experiências inovadoras neste campo, ainda que limitadas do ponto de vista metodológico e social. Mesmo assim, além destas também já existiam experiências de longa data e maturidade neste campo. A extensão reivindicada pelo movimento estudantil já estava começando não a ser idealizada, mas concretamente vivida, elaborada e experimentada.

No entanto, a discordância estava na falta de reconhecimento, por parte do movimento estudantil, que já estava brotando este inédito-viável. No interior do movimento, parecia continuar existindo um hiato entre o discurso de propostas e ideologias do movimento estudantil com o discurso de experiências e práticas dos extensionistas populares. Os extensionistas enxergavam o debate sob o prisma da praticidade sentida em sua vivência: a presença docente e a institucionalidade eram essenciais, pois garantiam o decorrer da experiência em meio àquele contexto institucional vigente. Contudo, não discordavam das provocações do movimento estudantil em re-pensar este contexto institucional vigente, dar mais autonomia ao estudante e re-pensar as formas de apoio e reconhecimento institucional à extensão.

O nome instituição assusta! Parece que ele vem junto com regras e uma certa perda de liberdades. (...) entendo que assim como existem centenas de formas de trocar e produzir conhecimentos, há centenas de formas de organizar e "instituir" essas práticas. Hoje, é verdade, quase todos os projetos de extensão popular ficam atrelados direta ou

indiretamente à academia e acredito que permaneçam assim por um bom tempo. Acho possível que isso seja mais uma qualidade do que um defeito e é a possibilidade de um graduado inserido em um projeto, trabalhar, "tocar" ações e projetos comunitários sem perder o vínculo com a academia. Isso é bom! A universidade também delimita, ergue muros e assusta mas, "bem manejada", é o motor de discussões/transformações e uma forma de não nos acostumarmos com a rotina desgastante dos projetos de instituições meramente assistenciais. (...) O movimento e o desafio cotidiano que a extensão universitária proporciona pode ser uma alavanca de entusiasmo responsável pela fixação de um bom profissional em uma comunidade, a garantia da continuidade de ações sem que elas se repitam (continuar não quer dizer repetir...) e a vigilância positiva de uma gestão! (Amélia Mano, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 22/01/07).

Ao longo da história da ANEPOP, seu diálogo com o movimento estudantil fez brotar diferentes correntes no movimento de extensão popular, trazendo importantes contribuições, conflitos significativos e avanços históricos. Podemos concluir, a partir deste painel, que é premente considerar nesta relação a importância da alteridade de cada movimento, no respeito a suas vocações específicas e ao tempo histórico de seus membros. Em diversas ocasiões, muitos dos membros do movimento estudantil imbricaram debates de relevância singular no âmbito da ANEPOP, mas não continuaram perseverando na construção do movimento a fim de possibilitar que tais reflexões encampem novas perspectivas para o avanço e o fortalecimento do movimento de extensão popular. Boa parte das vezes, essas iniciativas beiraram o aparelhamento do movimento de extensão popular e deslegitimaram a participação mais ativa de muitos de seus membros, especialmente aqueles mais novatos, na medida em que alguns debates agregavam falas agressivas e de discórdia, enquanto muitas das colocações do movimento estudantil reforçavam um modelo padrão ou ideal de extensão popular e de militante da extensão popular que assustava muitos dos membros mais inexperientes da ANEPOP, cuja vocação esteve, desde seu início, não na homogeneidade de discursos e metodologias, mas na diversidade de caminhos, tempos e pensamentos construídos a partir da extensão popular. Ao contrário do que insistiam em afirmar muitos dos membros do movimento estudantil, contemplar e respeitar a diversidade na organização da ANEPOP não indicava a fragmentação do movimento, sua dispersão ou perda de força. Conforme destaca Souza (2006, p.61), ao analisar a organização de diferentes movimentos sociais, a multidimensionalidade das composições e a diversidade de orientações não incidem em um processo de fragmentação e particularismos da ação

social, mas abrem possibilidades para uma ação social transcendente e de impacto político.

No entanto, neste e em outros debates, era evidente que o movimento estudantil conseguia lançar olhares mais aprofundados e conjunturais sobre os problemas em discussão, enxergava mais além e se desapegava das conjunturas e práticas locais, bem como das amarrações existentes na institucionalidade.

Outra contribuição do movimento estudantil na participação de seus atores na construção da ANEPOP se deu em sua ênfase na necessidade do movimento de extensão popular priorizar a organização programática de suas ações. Ora, ao mesmo tempo em que era muito promissora a valorização da diversidade do movimento e dos diferentes jeitos de fazer e pensar a extensão popular articulados em rede, também era imprescindível ao movimento pensar sua caminhada de modo mais sistemático. Para muitos membros do movimento estudantil, a organização política na ANEPOP ainda era frágil e conduzida de modo fragmentado, sem uma clareza explícita de papéis a serem assumidos, responsabilidades assumidas e planejamentos estrategicamente construídos para o alcance de seus objetivos. Efetivamente, estas valiosas contribuições possibilitaram a organização de alguns núcleos da ANEPOP em algumas regiões e a redação de alguns documentos orientadores.

Contudo, não foram suficientes para delinear uma organização estrutural mais definida e programática das ações do movimento, o que, mesmo com a Coordenação Nacional do movimento, acabou nunca acontecendo de forma sistemática. Muito devido a resistências por parte de muitos membros da Articulação, especialmente aqueles provindos dos projetos de extensão. Sua concepção de organização política baseada na construção processual a partir da diversidade de experiências e da comunicação em rede não privilegiava a objetividade da ação programática tão defendida pelo movimento estudantil. Assim, infelizmente os diálogos decorrentes entre estas duas concepções não conseguiram engendrar frutos capazes de desenvolver qualificações na mobilização interna e organização estruturante do movimento. No entanto, estas inquietações quanto a forma de organização do movimento continuam a permear as discussões do movimento nos últimos anos, gerando inclusive a organização do I Seminário Nacional da ANEPOP e a proposição de momentos regionais e nacionais para se discutir a Articulação e uma agenda programática para a mesma.

Mesmo em face destas dificuldades, a relação do movimento estudantil com o movimento de extensão popular tem revelado uma imensa importância pedagógica, onde posições contrastantes podiam ser enxergadas como aprendizados mútuo entre duas correntes de um mesmo movimento, com uma mesma identidade e utopia. Carlos Silvan tentou sintetizar estas duas contribuições com o seguinte:

Então que façamos o que possamos. E as nossas pernas andem em passos compassados Mas, não andem apenas da periferia e nem tão somente no centro. Mas que possamos nos esforçar para sentir, pensar e agir em experiências, vivências e projetos que possam ser pensados do local para o geral e/ ou do geral para o local. Que possamos pensar e agir no local com o olhar e a intenção no global. Que não dissociemos a PB ou PE (ou qualquer) do Brasil. Que não tenhamos medo e nem percamos a esperanças de pensar e agir grandiosamente e insusitadamente naquilo que possamos ser viáveis e possíveis. Que não tenhamos medo de ousar apesar das nossas limitações (Carlos Silvan, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 06/01/07.)

Participação nos processos de institucionalização da Educação Popular

Desde a organização do IV Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde (ENEPS), em julho de 2008 na cidade de Caucaia-CE, a ANEPOP passou a dialogar ativa e sistematicamente com os coletivos nacionais de Educação Popular e Saúde, especialmente a ANEPS, a REDEPOP e o GT de EP da ABRASCO, o que conformou uma rede ampliada de quatro coletivos nacionais dispostos a pensar e discutir a educação popular em saúde.



Fotografia 18 Etel Matiello (SC) declamando poesia em Mística realizada na Oficina da ANEPOP no 4º ENEPS, em Caucaia-CE, em julho de 2008.

Alguns meses após o ENEPS, a ANEPOP foi convidada para participar de um Seminário Nacional da ANEPS, em Brasília-DF, onde se discutiu não apenas problemas próprios da ANEPS, mas sobretudo as lacunas e contradições da inserção da Educação Popular no Ministério da Saúde, especialmente quanto às ações desenvolvidas pela Coordenação Geral de Apoio à Educação Popular e Mobilização Social, ligada à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério. Os movimentos avaliam que, apesar do Coordenador acreditar na Educação Popular e ser aliado dos movimentos e práticas de educação popular em todo o país, existiam outras barreiras institucionais que impediam o desenvolvimento de ações do Ministério que viessem fortalecer as experiências de educação popular em saúde.



Fotografia 19 Membros dos coletivos nacionais de educação popular em saúde presentes no Seminário Nacional da ANEPS, em Brasília-DF, na UnB, em novembro de 2008. Em pé, da esquerda para a direita: Mafalda Crisóstomo (ANEPS-TO), Osvaldo Bonetti (Coordenador do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde do Ministério da Saúde), Marília Carneiro (ANEPS/RJ), Vera Dantas (ANEPS-CE), Silvéria Santos (ANEPS-DF), Ivanilde Batista (ANEPS-GO), Pedro Cruz (ANEPOP-PB), Suely Correa (ANEPS-MT), Jorge Senna (ANEPS-RS), Simone Leite (ANEPS-SE). Sentados, da esquerda para a direita: Carlos Silvan (ANEPS-PE), Áurea Emília (ANEPS-RN), Waldenez Oliveira (REDEPOP-SP), Elias Silva (ANEPS-CE).

Visando enfrentar os entraves existentes e procurar saídas para uma melhor implementação do apoio governamental às ações de educação popular em saúde, os coletivos se uniram na construção de proposições para o Ministério, dentre as quais se destacou a criação de um Grupo de Trabalho para acompanhamento e avaliação destas ações, formado por membros representantes dos quatro coletivos. Contudo, por sugestão do então Secretário da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério (SGEP), Dr. Antônio Alves, a proposta do Grupo de Trabalho converteu-se no compromisso do Ministério em criar um Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde, composto por representantes dos movimentos de educação popular em saúde, entidades formativas e órgãos governamentais, visando coordenar a construção de uma Política Nacional de Educação Popular em Saúde. Com isso, iniciava naquele momento um período profícuo de diálogo respeitoso do Ministério (através do Gabinete da SGEP) com os movimentos nacional de educação popular em saúde, o que possibilitou a

construção coletiva do Comitê, o qual teve o delineamento de seus objetivos, intenções e princípios a partir da escuta destes movimentos. Com a instituição oficial do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde - CNEPS, por meio da Portaria GM/MS 1.256/2009, uma série de iniciativas e ações passaram a ser implementadas numa parceria entre SGEPI e os coletivos nacionais de educação popular em saúde. Dentre elas, merece destaque o apoio institucional para a realização das Tendas Paulo Freire em diversos eventos nas áreas de saúde, educação e cultura, a realização de Seminários Regionais de Educação Popular em Saúde e a criação de um prêmio nacional para experiências de educação popular em saúde – o Prêmio Victor Valla, cujo edital foi publicado em outubro de 2010. Assim, desde o início de 2010 o CNEPS vem mantendo reuniões regulares para acompanhamento de todas estas ações e elaboração de proposições para a construção da Política Nacional de Educação Popular em Saúde – PNEPS.

Estando representada na reunião que deu origem a proposta do Comitê e intensificando cada vez mais um papel importante no contexto do movimento nacional de educação popular em saúde, a ANEPOP foi convidada a ocupar um dos assentos permanentes do CNEPS, por meio de dois representantes, um titular e um suplente, vagas estas ocupadas por mim como titular e Murilo Leandro Marcos (de Santa Catarina) como suplente, após consenso tomado em discussão na lista de e-mails da Articulação.

Cumpramos destacar que, internamente ao movimento, não havia consenso quanto a participação da ANEPOP neste espaço, pois muitos temiam pela institucionalização da educação popular como um obstáculo para a continuidade das lutas do movimento. Por isso, a decisão de integrar o CNEPS veio somente após uma série de reuniões virtuais e debates via e-mail, onde se problematizou os possíveis avanços e os principais obstáculos trazidos neste caminho, dentre os quais se destacava prementemente a preocupação do Comitê não criar um grupo de vanguarda no movimento de educação popular em saúde. Para muitos membros da ANEPOP, era imprescindível que a construção da PNEPS e todo o processo de institucionalização decorrente não prescindisse de oficinas e encontros locais e regionais para descentralização do debate e empoderamento dos atores da educação popular nesta discussão. No entanto, mesmo em face destas preocupações, o consenso determinou a participação ativa da ANEPOP no

processo, desde que encaminhasse estes obstáculos enquanto desafios a serem enfrentados pelos movimentos e pelo próprio Comitê. Além do mais, contribuiu para esta decisão o reconhecimento (pelos membros da ANEPOP) de seu papel estratégico no contexto do movimento nacional de educação popular. Compreender a universidade como lugar de formação e produção de transformações e avanços para os movimentos populares era ainda um obstáculo para alguns coletivos nacionais. Ao conhecerem melhor a ANEPOP, suas lutas e ações, muitos movimentos nacionais enxergaram neste coletivo um importante aliado na re-significação do espaço acadêmico. Desde então, decorreram muitos encontros e ações em parceria da ANEPOP com a ANEPS, empreendendo juntas estratégias inovadoras de ensino, pesquisa e extensão na linha da educação popular.

A comunicação com coletivos nacionais de educação popular em saúde e a atuação no CNEPS demarcaram a inauguração de uma interação mais sistemática da ANEPOP com a construção de propostas e estratégias concretas de inserção da educação popular como política pública. Algo que foi inicialmente sonhado de ser feito no campo da extensão e da formação universitária no diálogo com o FORPROEX era primeiramente concretizado na saúde com os coletivos nacionais de educação popular em saúde e o Ministério da Saúde.

No mesmo ano em que o CNEPS foi instituído, iniciou o diálogo dos membros da ANEPOP com o Ministério da Cultura através da equipe coordenadora do Programa de Apoio a Extensão Universitária em Cultura, o PROEXT CULTURA, que procurou a ANEPOP durante o 4º CBEU, em Dourados. Inicialmente, este contato ocorreu por meio do convite a estudantes e professores da ANEPOP para integrar a programação do Seminário Nacional de Cultura e Extensão Universitária, em São João Del Rey-MG, para o qual também foram convidados outros movimentos sociais, significando a intenção do Proext Cultura em intensificar a participação estudantil e popular na gestão e avaliação crítica de seus projetos e programas. Nos diversos debates e conversas informais, ficou evidente que interessava a equipe do MinC aprofundar a interlocução com a ANEPOP e os demais movimentos sociais na perspectiva de procurar caminhos para o fortalecimento dos projetos e programas de extensão em cultura. Para esta equipe, preponderava uma carência de projetos com a perspectiva ideológica e

metodológica da educação popular, persistindo muitos projetos de caráter pontual e com pouco fomento a participação popular.

Deste encontro, decorreu o incentivo, via ANEPOP, para que os coletivos de extensão popular em cultura em todo o país enviassem propostas para o edital PROEXT, que naquele ano passava a não ser exclusivo do MinC, mas vinha agregado ao PROEXT do MEC, Ministério das Cidades, dentre outros, compondo um grande edital de apoio a extensão em nível nacional nas mais diversas áreas de atuação.

Inicialmente, os integrantes da ANEPOP que estavam a frente de sua organização nacional ficaram muito entusiasmados com esta possibilidade. Afinal, a luta por maior apoio institucional e financeiro para o desenvolvimento da extensão popular era uma das pautas integrantes da ANEPOP desde sua origem. Atuando todos em projetos de extensão popular, estávamos já cansados da “alternatividade”, de trabalhar com poucos recursos e até de pagar para trabalhar, investindo nossos recursos pessoais em gastos com nossas experiências de extensão. Aquela discussão com o MinC e as perspectivas abertas com o MS via CNEPS finalmente nos permitiam vislumbrar um apoio consistente do Governo Federal para a extensão na linha da educação popular. O apoio era tão significativo que estávamos sendo convidados para construir junto as formas de fomento e colaboração. Aqueles olhos cansados de ver a extensão popular ser preterida; aqueles olhos que tanto lutaram e tanto reivindicaram, finalmente brilhavam com uma perspectiva concreta de apoio a extensão popular em todo o país.

Contudo, na medida em que socializávamos na lista de discussão esta possibilidade concreta, vimos emergir no movimento um contra ponto significativo a esta visão do apoio institucional. Para um grupo de membros da Articulação, aderir ao PROEXT era se submeter e aceitar a política educacional “injusta” do Governo Federal. Para Juliana Mota (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 09/06/09),

enquanto vêm cerca de 19 milhões para projetos de extensão (que tipo de extensão se visa? tanta coisa que chamam de extensão...dinheiro a ser disputado...), por outro lado se faz um corte de cerca de 40 milhões no PRONERA (Programa Nacional de Educação em Áreas da Reforma Agrária) (...) aqui na UFC querem criar curso de agronegócio, acreditam? qual é o tipo de extensão que podemos construir com a educação superior brasileira se constituindo desse modo?.

Muitas pessoas não concordavam com a forma pontual (através de editais) com a qual os Ministérios apoiavam as iniciativas de extensão universitária. Defendiam políticas mais efetivas e permanentes de financiamento e apoio, como afirma Thiago Arruda (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 10/06/09):

O financiamento para a extensão teria que ser automático. Como o pagamento de um professor ou de uma conta de luz. Por que não um financiamento específico para a extensão, que escoe pelas Universidades todas? Por que esta escolha, enviesada pelo mérito? Talvez a questão fundamental seja ultrapassar este modelo de financiamento, saltando para outro que garanta investimento suficiente para a extensão com recursos distribuídos na base, nas Universidades. (...) Editais ou um financiamento público contínuo, suficiente e na base para a extensão?

Nessa direção, para Isabelle Mendes (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 13/06/09)

ficar "à disposição de editais" para operacionalizar processos práticos é mui complicado, acho q o processo nacional de extensão que pauta uma ressignificação do compromisso político-social universitário como um todo aponta para um tensionamento também nacional para afirmar uma política de "Estado" que se comprometa com o "dever" de financiar as praticas que alicerçam um construto da promoção humana.

Com reflexões como esta foi possível a muitos dos membros do movimento enxergar que, mesmo aceitando a importância do PROEXT para angariar maiores condições estruturais às práticas e iniciativas de extensão popular, existia a necessidade de olhar também a conjuntura geral da política de fomento à extensão universitária no Brasil e sua correlação com a política de educação como um todo. Nesse sentido, houve propostas para gerar maiores reflexões e construção de ações por parte da Articulação.

(...) como podemos nós, movimento de extensão popular, lutar por mudanças nesta política pontual e descabida de editais? Tão frágeis estes editais, (...) depende de governo, não é uma política de estado, permanente e contínua. Visando um algo a ser conquistado mais a frente (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 11/06/09).

Penso que podemos ir construindo o "fechamento" dessa reflexão sobre os conflitos e tensões - distintos pensamentos sobre financiamento da

extensão no Brasil. Podemos aproveitar para iniciar logo após (ou ainda agora) uma reflexão sobre o financiamento da ciência no Brasil. A velha tríade que sempre trago - ensino, pesquisa e extensão - numa perspectiva integral, percebendo que em cada um desses distintos campos, tem dimensão uma da outra (Carlos Silvan, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 26/06/09).

Concordando com estas reflexões, Juliana Acosta (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 11/06/09) destacou:

Não podemos mesmo nos contentar com editais pontuais, é preciso uma política estável para sustento da extensão para que um dia se aproxima da equidade, e que independa da política de governo. Quem sabe essa discussão não é puxada pela ANEPOP no FORPROEX?

Assim, enquanto movimento, começou a se pensar na organização de debates, reflexões e ações concretas de contraposição às políticas de fomento ocasional, avançando para políticas permanentes de apoio a extensão numa perspectiva de educação popular. No entanto, por outro lado estimulava-se também a importância dos vários projetos e experiências da ANEPOP em enviar suas propostas aos editais, visando trazer maiores perspectivas de alcance organizativo e estrutural aos projetos, pois, como destaca Rebecca Cabral (em 11/06/09), “se nós nos omitirmos dessa disputa [dos projetos em editais], de alguma forma não estamos colaborando com o fortalecimento da extensão que não acreditamos?”. Por sua vez, Eymard Vasconcelos (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 13/06/09) complementa

Acho que não podemos perder esta oportunidade de conseguir apoios para projetos orientados numa perspectiva popular (...). Podemos amadurecer esta política. Temos o fórum de pro-reitores como espaço para isto. Mas isto é para o próximo ano. Não vamos perder esta oportunidade agora. Parceiros que estão no Ministério da Educação e da Cultura batalharam para que as prioridades contemplassem nossa perspectiva de trabalho de extensão. E conseguiram muitas vitórias neste sentido. Seria desprezar os esforços destes companheiros. A luta por hegemonia pressupõe organização que exige também infra-estrutura.

Para muitos membros da ANEPOP, uma coisa não impedia a outra. Não se tratava de valorizar o PROEXT ou negar a ele e a todas as importantes propostas de avanço político da extensão promovidas a nível governamental federal desde 2003.

Inserir propostas ao PROEXT não era se submeter nem aceitar as lacunas da política governamental de extensão. Constituía, além de uma oportunidade efetiva de finalmente possibilitar aos projetos e programas maiores condições estruturais, uma ocasião importante para difundir a extensão popular, como alternativa e jeito diferente de fazer a extensão, no conjunto dos projetos apoiados pelo PROEXT. Significava levar a extensão popular para o centro do debate político do fomento a extensão. Aliado a isso, à ANEPOP caberia também incrementar os processos de críticas e formulação de novas proposições para a política de extensão do governo, sem deixar de reconhecer os significativos avanços da extensão universitária no Governo Lula, colocando-os como base para a construção de novos horizontes.

" Os homens fazem a história, mas não a fazem como querem, mas sim dentro das condições que lhes são dadas" (Marx). Salvo engano, antes nem havia edital, o valor da bolsa era menor, não havia uma organização e espaço de discussão dos extensionistas e instituições, instâncias... vejo portanto os editais como parte de um processo de conquistas e avanços que deverá culminar na política que soubermos fazer (Silvana Borges, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 15/06/09).

Assim, construía-se um consenso que poderia fortalecer a discussão em torno da institucionalização da educação popular na política de fomento a extensão, o que foi ilustrado com consistência na fala de Filipe Braga (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 14/06/09):

Eu veria a questão tentando unir um pouquinho de cada fala. Acho que simplesmente não concorrer ao edital e pronto é se abster, e deixar a política de extensão assistencialista bombar. Nesse sentido acompanho a discussão (...) de mandarmos o máximo de propostas em Extensão Popular, porque assim vamos mostrando a força da extensão voltada à autonomia, que tem claramente o com quem e porque fazer extensão. Por outro lado concordo (...) que a política de editais não é uma forma de financiamento satisfatória. (...) Os editais me parecem claramente uma política de migalhas para a extensão, dão quando tem, e quando não tem os projetos de extensão morrem na praia... E para nós que discutimos tanto a ação contínua na extensão e o desenvolvimento comunitário é um crime o projeto morrer porque o edital não foi lançado. (...) vira quase um livre mercado de extensão (todos somos livres para concorrer aos editais, e que vença o melhor).

Contudo, no decorrer deste debate, muitos dos membros da lista de discussão não reforçaram a continuidade do planejamento de ações, seja educativas, culturais ou políticas, para fortalecer o encaminhamento propositivo das críticas a estas políticas, mas iniciaram uma série de discussões sobre “o” conceito e “a” filosofia da extensão popular, desqualificando aqueles companheiros de movimento que julgavam estratégico o PROEXT, acusando-os de defender o edital apenas para justificar perante o movimento o fato de terem submetido propostas e de “dar graças pro céu pelas migalhas que se recebe...”. A partir de visões como estas, estes atores passaram a enfocar a necessidade de resgatar as perspectivas teóricas e metodológicas “autênticas” da extensão popular, as quais estariam sendo deturpadas por muitos dos membros da ANEPOP, algo que teria ficado explícito no debate acerca dos editais. Deste momento em diante, começava a se revelar uma tensão poucas vezes antes vista no interior do movimento, permeada por falta de diálogo, desentendimentos e feridas profundas, sobre as quais se torna premente nos debruçarmos a fim de compreender o significado do conflito no interior deste movimento.

O conflito no desenvolvimento histórico da ANEPOP

Ao longo da experiência da ANEPOP, a convivência com pensamentos dissonantes nem sempre se revelou harmoniosa entre seus diferentes grupos e atores. Como pudemos ver no item anterior, existiam discordâncias quanto a muitos aspectos relacionados a forma de conduzir e desenvolver o movimento, o que foi delineando na história da Articulação um importante diálogo entre vozes diferentes e projetos político-pedagógicos diversos, muitas vezes conflitantes. Por isso, em muitos momentos a categoria do conflito se expressou de forma mais explícita na ANEPOP, trazendo repercussões significativas na história do movimento e reflexões críticas singulares quanto a sua história e pedagogia.

Especialmente nos debates empreendidos na lista de discussão, algumas críticas passaram a evidenciar uma discordância, interna ao movimento, quanto a intencionalidade e a metodologia da extensão popular de parte significativa dos membros da ANEPOP. As sérias discordâncias teóricas e políticas, inicialmente reveladas quanto a participação em editais governamentais e políticas públicas de fomento à extensão, foram depois compreendidas como perspectivas distintas de compreender o lugar da extensão popular na universidade.

Contudo, tais discordâncias eram majoritariamente emanadas através de discursos demarcados pela intolerância para com alguns jeitos e perspectivas de conduzir a extensão popular, especialmente àqueles que não acentuavam sua intencionalidade política transformadora de modo explícito e agudo, priorizando de modo processual e mais demorado a vertente da mobilização comunitária e de organização popular inerente a este tipo de extensão.

Além de discordar do modo como tais ações eram conduzidas, o problema residiu que estes grupos passaram a desqualificar estas ações acusando-as justamente de não serem autênticas representantes da identidade maior que as aglutinava – a educação popular. Como se afirma em muitas mensagens enviada a lista de discussão, acusava-se muitos atores do movimento de não serem, autenticamente, militantes da educação popular. Iniciava um debate, nunca antes decorrido no movimento, sobre o que era e o que não era extensão popular. Para quem sustentava este debate, existiam muitos projetos e atores que não apenas alienavam a perspectiva revolucionária da extensão popular em suas práticas, como também oprimiam e escanteavam aqueles que a defendiam no interior do movimento. Nessa direção, Sedruoslen Costa indicou estes princípios que julgava minoritários no debate da ANEPOP.

A educação popular só será popular quando se comprometer com a revolução, e não com a reforma! Por isso, acho muito perigoso tentarmos afastar a realidade de que o sistema capitalista não é compatível com a educação popular (...), pois a superação de um modelo econômico de produção para poucos é inconcebível com a causa popular! O método Paulo Freire é muito mais do que o amor cristão! O método Paulo Freire é muito mais do que letrar os analfabetos! A educação Popular é a busca por um ideal de justiça. Justiça como somente aqueles que mais a valorizam, por estarem usurpados delas todos os dias podem conceber e compreender. A Classe proletária, a classe oprimida!!! Ou seja, a proposta revolucionária de Freire foi deturpada, em sua aplicação nas universidades nesse período, extraindo de sua práxis viés revolucionário SOCIALISTA (Sedruoslen Costa, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 03/01/08).

Embora concordassem com a necessidade de tornar mais densa a reflexão conjuntural no interior da ANEPOP e a premência de discutir o caráter político-transformador e revolucionário da extensão popular, muitos se preocuparam com o tom generalizante de falas como esta. Para Carlos Silvan (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 26/06/09):

Concordo (...) sobre a preocupação com o fundamentalismo. Fundamentalismo em qualquer campo é mesmo algo para ser criticado e não apoiado. Verdades absoluta, também. Até porque verdades absolutas não são necessariamente verdades. Verdade pode ser só para alguns e não uma referencia para muitos.

Por isso, visando trazer esta e outras críticas para o nível do aprendizado coletivo e do amadurecimento político e pedagógico do movimento como um todo, houve reações na lista de pessoas que tentaram relativizar o dogmatismo com o qual muitas opiniões chegavam na lista.

Penso que a realidade que devemos ter noção é que existe no mundo algo mais complexo do que capitalismo OU socialismo E direita OU esquerda. Já passamos dessa fase de dicotomias há um bom tempo. É tempo de aceitar que outros mundos feitos de E e não de OUs são mais presentes (Amélia Mano, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 02/01/08).

Precisamos (especialmente no trabalho de educação popular) estar abertos a compreender as diversas realidades, correntes, pensamentos e possibilidades que o mundo hoje tem apresentado. Acho que não vivemos mais no mundo dos Ous (...). Acho que essa visão dos OUs dificulta muito nas disputas político-educativas (...). Ficar preso a dicotomias e conceitos muito "pré-moldados" não contribui para o crescimento da gente e das nossas lutas. Precisamos exercitar a leitura do mundo, das ações das pessoas, de suas motivações, contradições. E na dialética (aí vem Marx) e na percepção (desvelamento) da realidade social, poderemos construir avanços (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 02/01/08).

Tais tentativas acentuaram ainda mais a discussão das idéias, num debate intenso entre duas percepções distintas de enxergar a extensão popular: um grupo que defendia a ênfase nas conjunturas e no caráter transformador; e outro grupo que dava maior ênfase ao desenvolvimento cotidiano do movimento, a importância das pequenas experiências e à diversidade de caminhos e perspectivas da extensão popular. O decorrer do debate seguiu com a intensificação de defesas e argumentos em prol de uma visão específica, pouco contemplado o efetivo diálogo, o qual pressupõe também a assunção de que há lacunas e inconclusões nas visões de mundo e pode-se aprender com o outro. Assim, a intensidade destes diálogos acabou não revelando a intensidade de aprendizados, mas a disputa por visões, o que levou a criação de um clima de oposição no interior do movimento. Mesmo aqueles que tentavam estimular o diálogo também

acabavam defendendo uma posição em detrimento da outra, e desqualificações começavam a predominar.

Por tudo isso, algumas mágoas passaram a ser sentidas por membros dessas diferentes correntes do movimento. Para aqueles que enfatizam a perspectiva de transformação social, as ações da ANEPOP careciam de maiores lutas na tradição de organização dos movimentos sociais. Contudo, reclamavam que suas propostas e suas falas eram ignoradas pela maioria do movimento, especialmente um setor dominante que “negaria” esta ênfase de luta. De todo modo, muitos atores importantes sentiram-se muitas vezes magoados, por ver avaliar serem iniciativas pouco valorizadas. O depoimento a seguir ilustra isso.

(...) existe sim uma corrente que não data de hoje, que tem lutado para "apagar" da educação e extensão popular o viés revolucionário desta, em detrimento de uma reformista! Assim se aliena o marxismo e as teorias revolucionárias da práxis da educação popular. E assim, se forma uma referencia de educação reformista (Sedruoslen Costa, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 08/01/08).

Por outro lado, a agressividade que preenchia o tom de muitas críticas de quem defendia estas visões anteriores também causava muitos desconfortos para uma grande parte dos membros da Articulação. O problema estava na repetição de posições generalizantes por boa parte daqueles que defendiam uma dimensão de luta transformadora. Sua ênfase estava em rotular as práticas de extensão popular e suas metodologias por sua concordância com os escritos dos livros de Marx, Freire, dentre outros, o que dificultava a aglutinação e o fortalecimento de uma unidade na diversidade do movimento, pois dividiam e esfacelavam, na medida em que a agressividade de muitas falas gerava mágoas e alimentava discórdias entre os membros da ANEPOP. Muitas vezes, desqualificando alguns dos trabalhos de extensão popular de mais destaque na ANEPOP, muitos companheiros de movimento acabavam por deixar novas pessoas pouco a vontade para vir, serem acolhidas e também participar. Muitos recém-chegados no movimento, que pouco conheciam ou tinham experiência na vocação mais transformadora da extensão popular, espantavam-se com o tom autoritário com o qual muitos defendiam a extensão popular. A maioria dos membros da Articulação estava ainda engatinhando em práticas e experiências que tinham curiosidade e ansiavam por serem mudadas na direção da educação popular. Dessa forma, a vocação da ANEPOP

sempre esteve justamente no acolhimento das mais diversas experiências com os mais diferentes vínculos com a educação popular, com o intuito de acolhê-las e propiciar sua re-significação e fortalecimento constante na direção dos princípios mais caros da educação popular, mesmo que não trabalhados explicita e abertamente desde a origem das experiências em foco. Como demonstra seu nascimento e criação, a ANEPOP instiga a capacidade de ler-se criticamente a realidade e engendrar o diálogo das experiências, por mais diversas que sejam, tendo como fio condutor comum a educação popular. Por esta vocação, a ênfase na rotulação de “quem é” e “quem não é” ou quem faz mais ou melhor, nunca existiu. A crítica e a disposição em re-discutir as experiências rumo a seu avanço e qualificação nunca encaminharam à divisão e discórdia no movimento. Pelo contrário, sempre houve tentativas no interior do movimento em evitar que a diferença esfacelasse o movimento.

(...) acredito que o diálogo é uma estratégia interessante para a construção da extensão popular. E quem deseja fazer extensão popular, precisa antes de qualquer coisa, aprender a dialogar, conviver com respeito com as diferenças (Carlos Silvan, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 16/06/09).

A diferença deveria ser algo que trouxesse aprendizados e novas perspectivas, não motivo para julgar quem poderia ou não estar no movimento, muito menos direcionar somente desta ou somente daquela forma o movimento. Como se viu inicialmente no caso dos editais, por mais que algumas pessoas tivessem no começo posições contrastantes quanto a postura em relação a política de editais, desenhava-se um consenso de que, em meio as diferenças de posições, o movimento engendrasse uma postura crítica da ANEPOP e propostas concretas suas para a mudança deste quadro político da extensão nacional. No entanto, a ênfase repetitiva em valorizar somente o conflito de idéias impediu que este movimento de rediscussão fosse iniciado.

Quando este entrave começou a se acentuar, muitos tentaram resgatar a continuidade da construção coletiva dentro do grupo e o respeito às opiniões diferentes, como ilustrado pela proposta apresentada por Eymard Vasconcelos na lista de discussão (em 23/06/09):

(...) desculpem se eu não explicitiei de forma clara e justa algumas das idéias que vocês trouxeram para o debate. Tentei, mas sou limitado. O importante é dizer que não quero continuar a polêmica. Gostaria que

superássemos as tensões aqui nesta lista. O iluminismo e a modernidade trouxeram uma ênfase muito grande na racionalidade e desvalorizaram a dimensão afetiva. Mas está claro para mim (e acho que esta é uma das bases da metodologia da educação popular) que apenas o debate das idéias, sem acolhimento carinhoso com o interlocutor, é altamente improdutivo no processo educativo e na construção política. Estamos em uma comunidade de parceiros em busca dos melhores caminhos da relação com o mundo popular. Os caminhos não estão todos dados. É natural que haja divergências e diferentes ênfases. Mas, antes de tudo, somos parceiros. Não vamos deixar acontecer em nosso movimento o que vem acontecendo em grande parte do movimento estudantil, em que as tensões constantes e os enfrentamentos têm espantado a maioria dos estudantes de suas atividades (Eymard Vaconcelos, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 23/06/09).

Nos dias de hoje, mesmo em face dos desentendimentos e das agressões decorridas, podemos perceber que o conflito possui efetivamente um papel singular para o desenvolvimento e avanço histórico do movimento. Mesmo que muitos não reconheçam, a discussão em foco, por exemplo, permitiu fazer com que os partidários das mais diferentes opiniões aprendam uns com os outros, desde que (evidentemente) estivessem abertos a isso. Ao olhar para trás e analisar estes debates, retirando-se as agressões pessoais e as tentativas de legitimar uma visão única ou uma extensão popular supostamente “autêntica”, predominaram a defesa de enfoques distintos para uma mesma ação – a extensão popular. Considerar estes enfoques diferentes e o que eles podem ensinar a quem não os trabalha cotidianamente pode mesmo ajudar no avanço e qualificação constante das ações de extensão popular. A meu ver, algumas falas contribuíram nesse sentido. Para quem acredita no enfoque mais conjuntural, aprender com as micro-revoluções, o respeito às subjetividades, a atuação amorosa e com a necessária relativização das coisas, pelo cuidado também com o discurso muito generalizante, que pouco se espelha na prática, o que é ilustrado nas falas seguintes.

Não acho que ações pontuais sejam "apenas" ou "tão somente"... acho que se todos fizessem "só" isso, mesmo que de forma alienada (ai, mais tomates!!!), porém contínua e engajadamente, já teríamos muito! (por favor, entendam, não defendo a alienação!) Isso porque nos falta "gente que faça" e nos sobra "gente que fala", esses últimos, inclusive de forma consciente (e principalmente...). Também acho que ações pontuais podem ser, sim, revolucionárias, calcadas na reflexão histórica (micro e macro, ambas são essenciais!), na indignação e na clareza do processo em que vivemos e somos deglutidos, mastigados e cuspidos... Para mim, são dez anos de periferia urbana, de ações locais conscientes (às vezes, nem tanto, confesso... foi feito "só" por

paixão...), microintervenções que valeram uma vida e, de alguma forma, fizeram uma pequena história e uma pequena revolução. Mas é a minha forma de ver o mundo e o meu cotidiano sem bandeiras. Todos podem discordar, remendar, opinar, mas cuidado ao classificar e generalizar! (Amélia Mano, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 08/01/08).

Acredito também, que precisamos recorrermos a outros teóricos dissidentes da economia, filosofia, antropologia, sociologia e psicologia para fazermos uma análise mais aprofundada sobre a questão da luta pela transformação social. E, além disso, observarmos o movimento concreto da nossa história de luta contra os malefícios do capitalismo. Desse modo, observarmos o que conseguimos e perguntarmos: em que avançamos? o que ainda queremos? o que estamos fazendo e podemos ainda fazer? Minha preocupação é de ficarmos só no plano das idéias(intelectualidade dogmática) e nos distanciemos do concreto, do que aponta a história, sem refletirmos sobre o que vem acontecendo a nível global. Cuidemos para não continuarmos cometendo os mesmos equívocos históricos de nossa esquerda radical. Já vimos, que não deu certo. Que este debate possa contribuir concretamente para os reais propósitos da extensão popular e não fique apenas no blábláblá (Marísia Oliveira, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 15/01/08).

Para quem acredita no enfoque mais micro-estrutural, humanístico e processual da extensão popular, aprender com a insatisfação constante com as macro-conjunturas e a necessidade de se trabalhar pedagogicamente a intencionalidade política transformadora, o sistema social e econômico onde nos encontrarmos e analisar como a educação popular se interpõe como caminho de transformação social, assim como saber que transformação é essa e que sociedade nova é essa que queremos construir. Os depoimentos que seguem ilustram concretamente o que podemos aprender com tais ênfases.

Se não nos esforçamos numa compreensão histórica de nossas vidas/sociedades, nos perdemos num ativismo humanitário. Ativismo esse, que devido às nossas influências do nosso tempo, se perdem num bem-feitorismo ou reformismo, porque ao não conseguirmos enxergar o processo pelo qual chegamos aonde estamos hoje, vamos sim, nos indignar com as condições de opressão que vemos ao nosso redor, mas apenas conseguiremos fazer ações pontuais, numa falta de perspectiva para a raiz do problema. Precisamos ser radicais! Dentro dessa radicalidade poderemos, enfim, compreender a diferença que há entre classes e segmentos. E dentro dessa compreensão poderemos optar pela utilização da educação popular e da extensão popular como instrumentos políticos de transformação (Sedruoslen Costa, em

mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 08/01/08).

Depois de um certo tempo de militância e de alguns erros que cometi nessa caminhada, percebo que a dimensão de um projeto político popular, de opção pelos oprimidos, de reconhecimento da dimensão política na práxis extensionista e de que o diálogo freireano nunca negou nem nunca negará o conflito político de classe, me aproximam muito de Marx e dos Marxistas - sem no entanto, cair nos dogmatismos e ortodoxias tão caras à alguns companheiros de luta, que ao invés de entender o marxismo como um guia de ação (e por isso mesmo, segue a dimensão histórica, dialética, é um método aberto, não inexorável, assim como a educação popular é), vêem-no como uma Bíblia intocável (Hugo Belarmino, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 13/01/08).

a extensão popular, enxergando-se revolucionária, precisa estudar, formar-se para contribuir com uma revolução. estudar como romper, como transformar. e, a mim, parece que temos um problema, por opção político-ideológica ou por conta de uma formação política que muitas vezes é pouco trabalhada no espaço da extensão, para analisar conjuntura; definir estratégia política; ir além da questão local; e, principalmente, para perceber que existem espaços centrais de disputa, focos de enfrentamento e razões estruturais para a opressão em nossa realidade. há uma demasiada dispersão da leitura de mundo que é feita, que pode levar a um trabalho ativista, em última análise, por se perder em si mesmo, esquecer-se de um mundo que o engloba. os dois pontos que queria colocar são esses: não permitirmos que nosso trabalho se perca em si, sem uma visão de todo, de conjuntura e de estratégia, sobretudo pela carência de um aprofundamento político (a formação dos militantes é um problema recorrente no espaço da extensão popular); a percepção de que nosso trabalho toma um lado em uma disputa política, e política, ao menos em uma sociedade desigual como a nossa, se faz com luta, com confronto, com disputa de hegemonia, que exige ligação do local com o global. essa realidade nos obriga a fazer cortes, sobretudo políticos, a partir dessa tomada de lado. estamos ao lado de quem quer o diálogo, não ao lado de quem oprime (Thiago Arruda, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 14/01/08).

Dessa forma, o conflito nos ensina que é preciso, para ser mais, saber mais e fazer mais, conceber nossa inconclusão no mundo e, aceitando-a, procurar exercitar a escuta sensível e compreender a fala do outros como ensinamentos, como novas sabedorias. No contexto do movimento de extensão popular, a insistência em fazer do conflito a disputa entre correntes, sem abrir mãos de conceitos e sem se dispor ao aprendizado mútuo é cair em relativismos e generalizações pouco produtivas para o avanço crítico e histórico da extensão popular. Felipe Ximenes (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 24/06/09) traz uma análise preciosa

sobre o papel destas diferentes correntes e sua necessidade histórica de manterem um diálogo ativo e respeitoso.

*(...) o movimento estudantil popular (...) não deve ser encarado como "o tenso", enquanto o de extensão popular é "o fraterno e amoroso". Apenas, os remanescentes de cada um dos dois guardam certas características, fruto de seu surgimento a partir de tradições diferentes: uma focando seu trabalho mais na objetividade e na matriz dialética, outro focando-se mais na valorização da subjetividade e na lógica solidária do viver. Então, ainda espero o tempo em que não mais diferenciaremos movimento estudantil popular e movimento de extensão popular, mas apenas lugares distintos de uma atuação momentânea. Um movimento estudantil popular que interage nas comunidades e, assim, não pode deixar de ser Extensionista, e um movimento de extensão popular que não pode deixar de se fundir ao movimento estudantil popular. Todos Educadores Populares. Uns pertencentes à categoria estudantil, outros estudantes, docentes e técnico-administrativos. **O caminho às vezes diverso, mas o alvo o mesmo** (grifo do autor).*

Assim, como ressalta Eymard Vasconcelos no trecho abaixo (em 23/06/09), é imprescindível que a diferença não divida, mas contribua com o avanço e o crescimento do movimento, mantendo-se o clima de respeito e amorosidade cultivado desde a criação da ANEPOP, princípios dos quais, mesmo considerando a essencialidade do conflito num movimento de educação popular, não podemos abrir mão.

Não há como nosso movimento não ser atravessado pelas posições diferentes como: muitas políticas do governo Lula merecem nossa participação X as políticas deste governo fazem parte de um jogo de legitimação do poder do capital e precisam ser rejeitadas. São 2 posições que têm gente honesta e inteligente as defendendo. Podemos discuti-las aqui, mas é importante respeitar quem pensa diferente. Não só respeitar, mas continuar sendo amoroso com quem pensa diferente (Eymard Vasconcelos, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 23/06/09).

Através de experiências como esta, pudemos aprender na ANEPOP a importância singular do conflito num movimento permeado pela educação popular. pois o conflito, nessa perspectiva, não se traduz como desentendimentos e agressões. Desentendimentos e agressões são, na verdade, transgressões do conflito. Numa perspectiva de educação popular, o conflito é uma das bases mais elementares do diálogo, na medida em que explicita posições, opiniões, pensamentos e situações diferentes e permite seu confronto. A existência explícita de conflitos num movimento é

sinal de sua abertura para a participação das diferentes pessoas e pensamentos em sua construção, bem como a idéia de unidade na diversidade. Estranho é, na perspectiva da educação popular, um movimento sem conflito, que vive em calma e harmonia absoluta. Certamente, o preço de tal calma é o silenciamento de muitas vozes e opiniões dissonantes. Nesse sentido, Carlos Silvan (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 26/06/09) destaca que

(...) em todos os movimentos existem contradições. Na extensão popular também. Inclusive, só dar para se construir o popular da extensão se reconhecemos essas contradições. O que me inspira é possibilidade de se fazer em movimento, nunca acabado.

Desta forma, implicar o conflito na construção do movimento é intensificar seu caráter participativo e constatar seu direcionamento (mesmo que tenso e atribulado) na direção da constituição de uma nova forma de compartilhar, produzir e difundir conhecimentos. Ao caracterizar o conhecimento que denomina de conversitário na produção de conhecimentos emancipadores e nas vivências educativas participativas, Fleuri (2004, p.39) enfatiza a existência necessária do conflito.

A conversidade constitui-se como um campo dinâmico, conflitual, imprevisível e incontrolável, justamente porque é um campo relacional, interativo e de luta. Neste sentido, a crise – em sua dupla dimensão de potencialidade e risco, assim como em seus múltiplos significados de crítica-contestação, crítica-radicalidade, crítica-fluidez – é inerente ao conhecimento conversitário. Pois o reconhecimento recíproco entre os diferentes sujeitos, assim como entre seus respectivos saberes, não é dado: não é pressuposto, nem pode ser doado, mas é construído numa luta de vida e morte entre os sujeitos e projetos.

Assim, conflitos como os que existiram na história da ANEPOP configuram percursos significativos de uma luta em construção permanente. Para Souza (2006, p. 70), na busca de construir sua humanidade, os seres humanos produzem também os conflitos, as contradições, as desumanidades. Não é um processo sem dificuldades. No entanto, mesmo aceitando a imprevisibilidade e instabilidade das relações humanas, é imprescindível que este confronto se dê entre sujeitos, ou seja, pessoas numa relação de respeito e valorização política e humana mútua, que se concebem inconclusos e inacabados, aceitando por isso a visão de mundo do outro como possibilidade de

aprendizado e ensinamento na sua própria visão. Há, assim, princípios éticos que regem o conflito na educação popular.

Temos, pois, que enfrentar os conflitos surgidos de forma positiva. Precisamos manejá-los de tal maneira que eles contribuam para nosso crescimento pessoal e coletivo. (...) Assim, torna-se menos difícil nossa construção de humanidade se cultivarmos os valores da solidariedade, da cooperação, do amor e da amizade, do respeito às diferenças, do diálogo, das relações democráticas e da justiça (Souza, 2006, p.70).

Foi contrariando tais princípios que alguns dos membros da ANEPOP utilizaram o conflito para julgar pessoas e experiências, desqualificando-as com base apenas em seus saberes e pressupostos, como afirmou Carlos Silvan (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 26/06/09):

(...) as reflexões assim feitas de maneira tensa, é muitas vezes doentia. Tensão se expressa de várias maneiras. Quando o debate passa a se sustentar na desqualificação do outro, parece - me também que tende a imaturidade e ao autoritarismo. E nisso não tem nada de popular, pelo menos se pensarmos que o popular em Freire carece do diálogo, da amorosidade, da reflexão da prática, da construção coletiva, etc, etc.

O conflito precisa ser permeado pelo respeito, pelo diálogo e pela amorosidade – os elementos mesmos da educação popular, pois ela não é apenas algo que se busca ou se reivindica no movimento. Mas deve ser a inspiração cotidiana mesma das ações e intervenções de quem a prega. Evidentemente, os conflitos podem muitas vezes cair em atitudes erradas de interromper o diálogo, envolver a desqualificação e as ofensas. Afinal, somos humanos e inacabados. Mas a insistência de um grupo dentro da ANEPOP em não mudar o tom e não buscar a aproximação e o diálogo acabou maioria das vezes a propalar a desqualificação e a falta de respeito mútuo, até naqueles que mais as defendiam, num ponto onde só havia troca de farpas de ambas as partes. Num ponto onde o aprendizado mútuo tornava-se impossibilitado. Nessa direção, Carlos Silvan (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 26/06/09) adverte que

Uma articulação é sempre algo desafiador e exigente, e mesmo que dentro da articulação exista pensamentos e métodos diferentes e antagônicos, [é preciso que] o diálogo seja exercitado com respeito ao diferente e o respeito seja uma postura ética e política. Percebo muitas inadequações nessas conversações on - line sobre os editais de

financiamento da extensão - o grande tema que no debate gerou conflito e tensão.

Esta experiência demonstrou a face mais exigente de um desafio existente não apenas na ANEPOP, mas no interior da maioria dos movimentos sociais: cultivar novas sociabilidades, através das quais os indivíduos possam ir construindo, passo a passo, uma nova ética de viver e de conviver cuja inspiração maior se encontra com os princípios filosóficos da educação popular. Afinal, como conquistar uma vida em sociedade com mais dignidade, respeito e alteridade se no interior do movimento o que se semeia é desqualificação, desrespeito e autoritarismos? Nessa direção, a educação popular precisa ser constantemente reavivada em seus princípios no interior de movimentos como este, sob pena de, em nome da “causa” ou dos objetivos maiores do movimento, seus líderes recorrerem a pedagogias antidialógicas e antiparticipativas. Com base em tal preocupação, Freire (1984, p.59) afirmou que

Se os líderes revolucionários de todos os tempos afirmam a necessidade do convencimento das massas oprimidas para que aceitem a luta pela libertação... reconhecem implicitamente o sentido pedagógico dessa luta. Muitos, porém, talvez por preconceitos naturais e explicáveis contra a pedagogia, terminam usando, na sua ação, métodos que são empregados na educação que serve ao opressor. Negam a ação pedagógica no processo de libertação, mas usam a propaganda para convencer.

Nessa perspectiva, podemos destacar alguns dos princípios da educação popular sugeridos por Calado (2008, p.233/234), os quais acredito referirem veementemente ao desafio de transpor a educação popular de uma reivindicação para um princípio ético relacional no interior do movimento, capaz de nos guiar até nos momentos necessários e imprescindíveis do conflito. Para o autor, uma educação popular

- que seja capaz de despertar em seus protagonistas (individuais e coletivos) o sentido de sua incompleta, da sua *condição inconclusa*, o que, em vez de induzi-los a se renderem a um cômodo rótulo ontológico, propicia uma permanente *disposição de ir se tornando*;

- que propicie aos seus participantes o permanente aprimoramento de sua *capacidade perceptiva*, ajudando-os a ver, a ouvir, a sentir, a intuir mais e melhor o que, ou antes não conseguiam, ou só conseguiam de forma muito fragmentária e descontínua;

- que lhes propicie o empenho em *criar e assegurar condições favoráveis de uma sociabilidade alternativa*, articulando-se adequadamente macro e micro-relações, por meio do *incessante esforço (individual e coletivo) de apostar mais em atitudes do que em atos libertários isolados*, ainda que estes também sejam bem-vindos;
- que aposte numa *formação omnilateral* que favoreça o desenvolvimento de todas as potencialidades e dimensões de Ser Humano (subjetivas, biopsico-sociais, de Trabalhador/Trabalhadora, etária ou geracional, ecológica, de gênero, de etnia, ética, de espacialidade, de sua relação com o Sagrado...

Outra reflexão que esta discussão revelou foi o grupo que mais acentuava as críticas, a tensão e as discordâncias com relação a ANEPOP era o que menos cuidava de sua organização estrutural e cotidiana. Trata-se de uma corrente do movimento, sempre presente, de atores muito preocupados com o debate de idéias e deveras habilidosos em discursos, mas que pouco se debruçam a pensar em como contribuir com o movimento para sua organização, de forma democrática, solidária e inconformada, para realização dos objetivos almejados desde sua criação. A este respeito, Amélia Mano (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 06/01/08) afirmou que

(...) falando em discursos, entendo que eles podem ser extremamente enganadores, em nome de uma causa justa, sim, e com uma boa "referência bibliográfica", mas eles não se valem e não se sustentam porque são frágeis perante a dilemas reais e urgentes. (...) a nossa discussão pode e deve sair da dicotomia sem ir ao extremo da relativização (por que tem que ser tudo ou nada?).

Nessa perspectiva, para a superação daquilo que oprime e incomoda no movimento há um desafio para todos e todas da ANEPOP: direcionar a avaliação crítica rumo a uma ação crítica e transformadora. A maioria das pessoas que acentuavam a desqualificação de companheiros e traziam críticas mais veementes à ANEPOP não participavam nunca de sua construção cotidiana. Não traziam suas críticas como caldo da construção coletiva do movimento. Em todo esse processo, testemunhou-se a atuação de membros do movimento insatisfeitos e inconformados que não sabiam ou não queriam transformar estas insatisfações em construções coletivas de avanço e qualificação do movimento como um todo. Avalio que muita gente reclama, mas não constrói. Era, naquele momento dos debates e ainda é hoje imprescindível ao movimento que todas e todos que fazem estas avaliações críticas também levantem e

caminhem na organização do movimento de extensão popular. Onde pautas como essas podem (e devem) ser aprimoradas e encaminhadas. O movimento está pedindo por isso. Por pessoas dispostas a trabalhar por ele, com ele e pela extensão popular.

Contudo, houve aqueles que transformaram suas críticas e insatisfações em contribuições importantíssimas para as ações do movimento e o sentir-pensar-agir de todos os membros da Articulação.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que, em sua história, a ANEPOP contou com a participação ativa de diversos sujeitos que, por mais que trouxessem opiniões dissonantes de outros companheiros de movimento, ou elaborassem críticas a forma de condução da Articulação, o faziam de maneira respeitosa, incluindo estes temas como pautas de diálogo e construção de ações próprias do movimento. Foi com estas participações que pudemos sentir a força pedagógica e transformadora do conflito no interior do movimento de extensão popular. O conflito numa dimensão de construção coletiva, amorosa e libertária de inéditos viáveis.

Dois anos de vida e um processo de renovação: a saída de alguns, o novo papel de outros e a chegada de novos integrantes

A partir de 2008, muitos dos atores que iniciaram a ANEPOP e ajudaram a construir seus primeiros passos começaram a deixar o movimento. Na maioria dos casos, foram estudantes que ingressavam nos estágios curriculares finais do curso ou mesmo aqueles que acabavam de concluir a graduação, precisando buscar emprego para começar a ganhar a vida. Para muitos, a militância no movimento de extensão popular acabava junto com seu curso de graduação e sua participação no projeto de extensão. Assim, muitos quadros importantes do movimento deixaram o cotidiano de promoção de ações e de condução da Articulação. No entanto, precisamos destacar que alguns destes permaneceram cadastrados na lista de discussão, não apenas acompanhando as discussões mas continuando a trazer argumentos, propostas e perspectivas para a caminhada da ANEPOP, mesmo não estando diretamente ligados às ações desenvolvidas, nem podendo assumir tarefas muito grandes, em virtude de seus trabalhos. Mas permaneciam atentamente vinculados à dinâmica do movimento, participando de reuniões virtuais e até de eventos presenciais. Além destes, mesmo quando formados, algumas das lideranças da coordenação nacional da Articulação

permaneceram na frente de condução do movimento, mesmo quando formados, pois foram achando frestas em seu trabalho para incluir o trabalho da Articulação como parte do desenvolvimento de seu próprio trabalho. De uma maneira ou de outra, após a conclusão do curso foram novamente se reencontrando com a extensão popular, de modo mais intenso ou ainda de maneira precária, dependendo do lugar onde estivessem. Alguns casos ilustram concretamente isso.

Como já detalhado no capítulo inicial desta dissertação, quando concluí o curso, iniciei outra experiência de extensão popular, juntamente com uma professora e diversos estudantes do Curso de Nutrição da UFPB. Pouco tempo depois, ingressei no Mestrado em Educação da UFPB, onde continuei estudando a extensão popular. Marcos Vasconcelos foi aprovado na Residência de Medicina da Família e Comunidade do Complexo Hospitalar da Conceição, em Porto Alegre-RS, onde qualificou as iniciativas de vínculo e articulação do serviço de saúde com as práticas de ensino por meio dos princípios da extensão popular. Murilo Marcos, logo que se formou, seguiu para a cidade de Santa Rosa de Lima a fim de trabalhar como médico da família e cooperar na estruturação da política municipal de saúde. No entanto, sua comunicação permanente com outras experiências por meio da ANEPOP continuou a ser decisiva para fortalecer suas iniciativas municipais. Mesmo envolto por um cotidiano difícil e repleto de atribuições, sua ida aos encontros presenciais e a discussão da ANEPOP continuaram a fazer parte de seu trabalho, pois alimentava e estimulava seu desenvolvimento, além de permitir continuar socializando seus esforços municipais com outros companheiros de outras experiências pelo Brasil.

Dados estes exemplos, percebemos que a ANEPOP foi se esticando enquanto rede na medida em que seus fundadores saíam do papel de "estudantes universitários", mas persistiam em seu cultivo e desenvolvimento, encontrando outras formas de participar e contribuir, bem como atribuindo outras significações àquela rede. A ANEPOP não servia apenas para a militância estudantil, mas (como vimos nos exemplos) também era local de estudo científico e de re-pensar a pós-graduação, de aprimorar as formas de comunicação entre ensino e serviço de saúde, bem como de alimentar e dar força (por meio das trocas de experiências) para aqueles que se formam e procuram maneiras dialógicas de conduzir seus trabalhos sociais em espaços ainda sem tradição no campo da educação popular. Dessa forma, estes atores não apenas

encontraram novas formas de participar e de significar a Articulação como também continuaram ativamente inseridos na condução do movimento.

No entanto, um problema considerável não deixava de pairar na minha cabeça e na destes meus companheiros: a renovação do movimento. Ora, mesmo continuando alguns de nós vinculados ao movimento, era imprescindível cuidar do acolhimento de novos integrantes, especialmente aqueles que compõe a base sustentadora do movimento: os estudantes. Neste primeiro período de êxodo para alguns e mudança de papéis para outros, era muito tímida a inserção de novos estudantes. Um fato que contribuiu para isso foi a ínfima quantidade de eventos nacionais e regionais que ocorreram neste período, levando um número significativo de novos extensionistas populares a não terem em bom número a experiência fundante da ANEPOP: o encontro entre diferentes experiências.

Para enfrentar esse período, alguns de nós buscamos criar outras oportunidades de encontro entre os extensionistas. Dentre elas, merece destaque a criação do Curso de Extensão Popular (CEXPOP) na UFPB, que visava intensificar não apenas o encontro, mas o debate teórico acerca da extensão popular e a formação crítica de seus atores. A partir do Curso, conseguimos reunir um número significativo de estudantes de extensão popular da UFPB e re-acender os espaços de interlocução e debate crítico em torno do tema, ao menos no espaço local. Não sem dificuldades, há de se dizer. Infelizmente, a coordenação do curso (da qual participei) optou por uma linha muito dura de acompanhamento e avaliação, exigindo leituras sistemáticas dos extensionistas e fichamentos críticos, o que acarretou a saída de muitos deles no decorrer do curso, tendo em vista a grande carga horária já acumulada pelos mesmos em aulas de seus cursos. Acredito que fomos pouco estratégicos. O Curso poderia ter sido mais leve e ter propiciado a continuidade de participação das pessoas, provocando mais encontros e trocas de experiências entre elas.

No final do Curso, nos deparamos com o início das mobilizações para o 4o CBEU, que havia sido naquele momento oficialmente estabelecido com sede na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) em Dourados-MS. Mas como mobilizar para este próximo CBEU com um período de tão pouca participação e com tanta dificuldade de renovação nos quadros da ANEPOP? A energia de indignação, inquietação e incomodo que pairavam antes do 3o CBEU e estimularam todo um

processo de mobilização coletiva para a construção de uma Tenda Paulo Freire agora inexistia. Ou, estava silenciada. A ANEPOP parecia muito bem estabelecida e até reconhecida em diversos encontros. Definitivamente, tínhamos em mãos um outro processo e um novo momento no 4o CBEU, onde persistia o desafio de continuar as ações da ANEPOP com um público que não havia participado de sua fundação e não tinha sentido na pele os incômodos que a motivaram surgir.

Neste momento, decorreu um processo bastante especial e desafiador para minha vida e minha atuação no movimento. Naquele período, boa parte dos membros da Coordenação Nacional da ANEPOP havia se formado (assim como eu) e, aos poucos, foram deixando de participar mais cotidianamente do movimento e do acompanhamento de suas discussões. Às vésperas do 4º CBEU, vi-me praticamente sozinho na coordenação nacional do movimento com o desafio de estimular a garantia de espaços de diálogo, articulação e mobilização no CBEU, e ao mesmo tempo estimular a participação de novos atores no processo, para fazê-lo participativo de fato.

Considerando esta situação da Coordenação Nacional e o pouco que se discutia sobre o CBEU na lista de discussão, meu dilema principal era não conduzir todo o processo sozinho. Ora, aquele período que antecedia o CBEU me trazia o mesmo brilho de olhos e os mesmos sonhos que tive no CBEU anterior. Foram muitas as ocasiões onde, diante da falta de dinâmica na lista de discussão, me deu vontade de articular tudo sozinho, construir a Tenda, propor as mesas redondas e garantir os vários espaços. Mas eu não poderia fazer aquilo. A ANEPOP era muito maior e mais forte do que eu sozinho. Por isso, inicialmente pensei em duas possibilidades. A primeira, a qual descartei depois, seria não tomar nenhuma atitude. Deixar ver o quanto o movimento, naturalmente e sem minha interferência, se mobilizaria com vistas ao CBEU. O que ocorreria? De repente, a ausência de Tenda Paulo Freire e de espaços próprios estimularia os novos extensionistas populares a re-animarem a Articulação. No entanto, optei por uma segunda alternativa, que foi garantir os espaços por meio da negociação direta com a organização do evento e estimular, de todas as maneiras possíveis, a participação dos novos extensionistas no processo de construção coletiva das ações. Ou seja, de um lado eu resolvi enfrentar a morosidade aparente do movimento, insistindo mais uma vez na sua capacidade de construção coletiva e sua vocação pedagógica; por outro lado, procurei pactuar com a organização o estabelecimento de espaços para a

extensão popular no local do evento, tanto garantindo a continuidade da visibilidade política garantida no CBEU anterior, quanto garantindo espaços já organizados e estruturados onde os novos extensionistas pudessem desenvolver suas ações e sentir-se mais acolhidos para participar e criar.

Tomada essa decisão, o processo de persistência em mobilização teve início. Inicialmente, buscamos parcerias para ajudar a compor uma Comissão Local da ANEPOP no evento, tendo em vista não haver, naquele período, estudantes e professores em Dourados já vinculados ao movimento. Foi então que, através da ANEPS e da Rede de Educação Popular e Saúde, conhecemos duas importantes apoiadoras locais: Marisa Bento, ligada ao Movimento Popular de Saúde local, e Cibeles, professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a qual tinha conhecido o projeto de extensão popular "Educação Popular e Atenção à Saúde da Família" da UFPB. Contudo, Marisa e Cibeles tinham muito pouco apoio em Dourados para coordenar a construção das ações da ANEPOP no CBEU. Não havia um movimento local organizado disposto a articular isto. Seu apoio foi fundamental, mas sua capacidade de coordenação da programação geral e de mobilização nacional, como feito anteriormente em Florianópolis, mostrou-se significativamente reduzida. Nesse sentido, considerando esta e outras dificuldades, especialmente a de se criar e encaminhar propostas pela lista de discussão, iniciamos um processo de mobilização interno a UFPB, com reuniões semanais, as quais eram obrigatoriamente socializadas na lista nacional e repercutidas em reuniões virtuais também semanais. Assim, o movimento extensionista da Paraíba ajudava a provocar o debate dando o pontapé inicial nas propostas. Nessas condições, começaram a surgir militantes de outras localidades do país. Aparentemente, existiam muitas pessoas jovens no movimento e acanhadas de formularem propostas e encaminharem suas sugestões. À medida em que as reuniões da Paraíba geravam propostas mais concretas, muitas novas pessoas sentiam-se a vontade para se achegar, opinar e até criticar. Com esse processo foi sendo construída a participação da ANEPOP no 4º CBEU, em moldes organizativos bem semelhantes ao 3º CBEU - com uma comissão (neste caso, foi a Paraíba e não o Comitê do Local) tomando a frente das proposições e organização pedagógicas das ações, estas socializadas nacionalmente pela lista e deliberadas somente em reunião virtual nacional.

Nesse processo, conforme se aproximava a data de realização do CBEU, crescia o número de pessoas participando do processo de mobilização e construção da Tenda. Começava a tomar forma, caras, bocas e jeitos, cor, cheiro e voz de gente esta nova geração do movimento de extensão popular. Assim como em outros momentos, pessoas preponderantemente vinculadas às práticas de extensão popular em todo o país, incluindo agora egressos da JORNEXU (Jornada Nacional de Extensão Universitária) em sua retomada em 2006 e do Projeto Saruê, da UFPB, bem como do Projeto da Ilha de Deus em Recife-PE, e de muitos novos estudantes do Núcleo de Educação Popular em Saúde de Rio Grande-RS.

Assim, chegamos ao segundo CBEU na história realizado com Tenda Paulo Freire e mesas redondas organizadas pelo movimento nacional de extensão popular. Nas várias rodas de conversa, místicas e dinâmicas que já são características próprias da Tenda, revelaram-se novas dimensões do movimento de extensão popular nesta grande plenária da ANEPOP.

A cultura se fortaleceu como uma dimensão singular do movimento nacional de extensão popular, concretizando-se não como um apêndice das discussões políticas (as clássicas "apresentações culturais"), mas propondo-se a constituir uma outra linguagem para qualificar a comunicação e o debate político, engendrando reflexões críticas sobre a extensão popular e seu movimento a partir da poética. Por isso, a Tenda esteve imersa em cultura, expressões artísticas e criativas, em diversos momentos, o que foi trazido por muitos extensionistas que trabalham isso em seus projetos, e foram pintando os debates e as reuniões da ANEPOP no CBEU com esta dimensão, fomentando o fortalecimento do trabalho a partir da multiculturalidade, da dialogicidade, da subjetividade e da amorosidade.



Fotografia 20 Roda de conversa realizada na Tenda Paulo Freire durante o 4º CBEU em Dourados-MS, em abril de 2009, no Campus da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).



Fotografia 28 Reunião da ANEPOP com membros do FORPROEX durante o 4º CBEU em Dourados-MS, em abril de 2009, no Campus da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Para a evolução histórica da ANEPOP, este CBEU foi exemplar e traz aprendizados singulares. Nesta Tenda, explicitou-se a participação ativa de um grupo de extensionistas defensores de um debate trazido, nos primeiros anos da ANEPOP, por muitos de seus membros mais ligados ao movimento estudantil, os quais reclamavam a

necessidade de preponderar no movimento a vertente, segundo eles, mais radical, transformadora e revolucionária de extensão popular. Percebia-se que as diferentes correntes de extensão popular e percepções sobre como conduzir o movimento permaneciam em convívio no seio da ANEPOP, estando esta última muito fortalecida, pois defendida por muitos jovens integrantes do movimento. Contudo, assim como no CBEU anterior, foi belo notar o quanto essa convivência se demonstrou respeitosa e dialógica no transcorrer da organização das ações, num clima de companheirismo e amizade. Era mesmo nos debates teórico-metodológicos sobre extensão popular e nas reuniões políticas sobre os rumos da ANEPOP que as diferenças evidentes apareciam.

Foi nesta ocasião, com esta nova geração, que a ANEPOP teve seu logotipo construído, o qual foi desenhado a partir do que seu autor (Diego Santos, do Rio Grande do Sul) sentiu a partir dos diversos encontros, atividades coletivas e ações empreendidas em meio a Tenda Paulo Freire neste 4º CBEU.

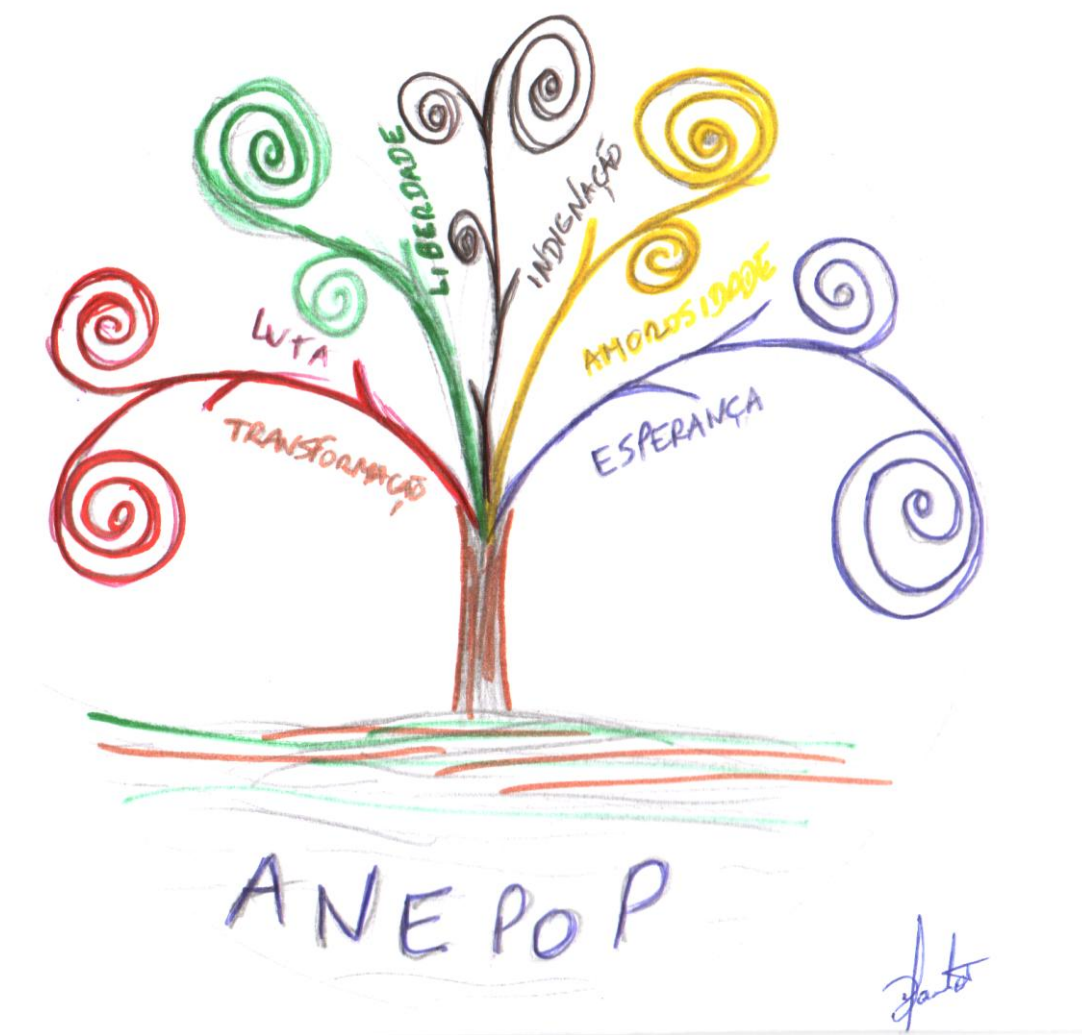


Figura 1. Logotipo da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPPOP).

A agudização de algumas diferenças políticas e pedagógicas no movimento

De modo geral, muitas das críticas quanto a organização da ANEPPOP proviam de participantes do movimento estudantil. Especialmente no período do 4º CBEU, este grupo passou a se fortalecer no seio do movimento na medida em que a extensão popular passava a ganhar força e maior visibilidade nos espaços do movimento estudantil. Assim, iam conformando mais um grupo no conjunto de correntes e grupos diversos pertencentes a ANEPPOP, com pensamentos bem delineados e significativos, com os quais constituíam verdadeiras contribuições ao movimento nos diversos debates

e no processo como um todo. Nas várias falas, estes atores provocavam todo o movimento (em especial aqueles extensionistas mais jovens e pouco experientes no campo social) a re-pensar a intencionalidade política de suas práticas e a repercussão delas no projeto de transformação da sociedade. Ademais, conseguiam estimular todos a pensar mais conjunturalmente a estrutura de tudo o que se debatia na Tenda, fosse a sociedade, fosse a universidade, fosse o trabalho de cada um. Sua concepção de Educação Popular contribuía no amadurecimento da visão de todos sobre extensão universitária e movimentos populares, nos direcionamentos para que as ações de extensão popular não ficassem presas apenas à práticas localizadas e pequenas, mas que pensassem também as estruturas maiores, sociais, políticas, culturais e econômicas, que incomodavam e oprimiam.

No entanto, há de se analisar o modo como, em muitos momentos, estes atores procuravam trazer suas contribuições. Imbuídos de uma concepção por eles intitulada, em muitos momentos, como “popular revolucionária”, a paixão com a qual estas pessoas defendiam suas idéias conseguia, maioria das vezes, atropelar muitas outras que pensavam diferente ou que (por pouca experiência na área) ainda não tinha maturado tais percepções. Assim, de repente, a idéia de extensão transformadora e revolucionária, com caráter eminentemente crítico e político, surgia na roda não como um algo a ser construído e fortalecido respeitando-se a diversidade das práticas, mas como uma imposição teórica: para ser popular, a extensão tinha de ser “daquele” jeito por eles defendido, tinha de discutir “aqueles” conceitos indicados, tinha de envolver somente atividades e leituras coerentes com tais diretrizes. Esse “tinha de” acabava por agudizar um conflito pedagógico no movimento, pois outros grupos do movimento defendiam a construção mais processual das formações das pessoas e o respeito à diversidade de tempos e saberes no movimento. Assim, refutavam veementemente as tentativas de se querer, em nome da educação popular, obrigar as pessoas a pensar de um jeito com o qual ainda não querem, não conseguem ou não estão no tempo de pensar.

Um exemplo concreto desta situação ocorreu na primeira roda de conversa desta Tenda Paulo Freire, onde atores de diversos projetos de extensão de Dourados, vinculados a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e a UFGD, foram convidados para apresentar suas experiências. Seria, de certo modo, uma cortesia do movimento nacional de extensão popular abrir as portas da Tenda para as práticas locais

serem socializadas e discutidas. Evidentemente, considerando os poucos anos de extensão universitária na cidade e a discussão ainda tímida no campo da educação popular, muitas das ações possuíam limites metodológicos quanto ao caráter mais dialógico, comunitário e transformador da extensão popular. No entanto, no lugar de acolher estes atores com suas contradições e seus limites, trabalhando-os para estimulá-los a avançar e ser mais, um grupo de atores da ANEPOP decidiu colocar as pessoas na parede, desqualificando os trabalhos apresentados e acusando-as de não fazer extensão popular, questionando porque mesmo aqueles trabalhos estavam sendo apresentados na Tenda Paulo Freire. Como resultado, as práticas de Dourados pouco participaram da Tenda nos dias seguintes, e ficaram bastante magoadas com o modo como foram recebidas, ainda mais por sentirem que os críticos pouco tinham noção do trabalho hercúleo que era, naquela cidade, sequer ousar sair da universidade e fazer extensão, mesmo que cheia de limitações.

Outras ocasiões decorreram neste CBEU que demonstraram a incoerência desta ênfase de alguns atores da ANEPOP em ser pouco acolhedores e ser muito exigentes com as experiências ali apresentadas, sempre lendo referências bibliográficas para legitimar suas exigências, como que dizendo não pertencerem ao movimento e não serem experiências legítimas de extensão popular as práticas e pensamentos destoantes daquele texto. Nesse sentido, também traziam críticas as formas de organização e participação na ANEPOP, denunciando sua estrutura muito solta. Segundo este grupo, a ANEPOP não poderia depender somente da ação das pessoas que se dispusessem, mas precisava ter estruturas de ação política e organizativa pré-definida. Uma Coordenação Nacional era muito pouco. Necessitava-se de criar espaços políticos, cargos e outras comissões ou grupos de trabalho para se desenvolver uma estruturação política mais complexa e definida. Ademais, afirmavam sentir falta de uma definição política, pela ANEPOP, de conceitos e princípios. Afinal, para esta Articulação o que é popular? O que é educação Popular? Que extensão é popular? Ou seja, estabelecer pressupostos e princípios orientadores de modo claro e estabelecido.

Foi dessa forma que esse grupo conseguiu se posicionar com importância e participação ativa dentro da ANEPOP e persistiu nos debates tanto trazendo as importantes contribuições teóricas já citadas, como também insistindo numa ênfase quase autoritária de compreender o movimento. A partir de então, esse grupo passou a

participar ativamente das construções da ANEPOP e vem ensaiando contribuições importantíssimas, inclusive re-aproximando o movimento estudantil do movimento de extensão popular, tudo também possibilidade pela assunção, por muitos deles, dos erros pedagógicos e de condução que cometeram em muitas de suas intervenções. Contudo, sua ênfase no discurso revolucionário e na crítica intensa ao caráter organizativo solto da ANEPOP perdura e constitui hoje uma das principais vozes e forças do movimento.

Um novo momento originado após o 4º CBEU

Conforme era finalizado o 4º CBEU, ficou evidente, em diversos momentos, a inquietação dos novos extensionistas populares em compreenderem seu papel na ANEPOP, em conhecer a sua história, seus propósitos e em que medida poderiam ou deveriam eles construir novas possibilidades. Isso demonstrou a lacuna que existia no que diz respeito ao conhecimento e identidade daquelas pessoas na ANEPOP, apesar de terem participado do processo de construção daquela Tenda. Era como se a ANEPOP fosse uma casa e os extensionistas as novas pessoas que fossem morar nela. Ao chegar dentro da casa, sentiram-se bem mas não conheciam como ela havia sido levantada, como foi posto cada tijolo, de onde venho o material de construção, ou mesmo qual era história daquela rua, da vizinhança, como era o clima naquela cidade onde estava a casa. Assim, foram sucessivas reuniões para discutir a história da ANEPOP, como nasceu, porquê nasceu, dentre outras coisas. Tanto para mim, como para os antigos membros presentes naquele evento, ficava explicada a pouca mobilização existente antes do Congresso, pois a maioria dos estudantes não tinha vivenciado as experiências que nós, fundadores do movimento, tínhamos, o que tinha motivado o nascimento da ANEPOP.

Assim, eles acabaram recebendo uma herança pouco conhecida e com pouco sentido para eles. Pois, além de tudo, a ANEPOP é principalmente feita de vivências e sentimentos. Foram as vivências dos extensionistas com as injustiças da estrutura política da extensão universitária que fizeram a ANEPOP surgir. Foi seu sentimento de indignação e a decisão em compartilhar caminhos de enfrentamento coletivos que brotaram este movimento. Por mais que fosse claro para aquelas novas pessoas a identidade comum que as ligava, era difícil sentirem as provocações que alimentaram o nascimento e os primeiros passos da ANEPOP. Neste momento, eu senti que talvez contribuísse mais com o movimento se não tivesse tomado a frente e conquistado a Tenda e as mesas redondas. Talvez a falta de espaços para a extensão popular e a

explicitação da morosidade do movimento fizessem os novos extensionistas compreenderem mais firmemente o sentido e as motivações mesmas da ANEPOP.

Além do mais, constatei a carência que persiste em processos de formação internos e próprios ao movimento, que priorizem não só o debate teórico em cima da educação popular e das metodologias da extensão popular, mas que resgate a história do movimento nacional de extensão popular, explicita suas formas de organização, o desenvolvimento de suas ações, e deixe os novos extensionistas a vontade para serem acolhidos, se achegar e participar. Da mesma forma, ficou clara a premência dos projetos de extensão popular incluírem no desenvolvimento de suas atividades momentos para socialização da história da ANEPOP e, mais importante, de encontro entre diferentes extensionistas para sua troca de experiências e metodologias, o que é também decisivo para a promoção e desenvolvimento do movimento de extensão popular. No período anterior ao 4º CBEU, um dos elementos que faltou no processo de mobilização foi a existência de poucos momentos de encontro entre os extensionistas, como congressos regionais e nacionais, que intensificassem a reflexão e o debate a partir das vivências extensionistas.

No entanto, mesmo em face destas dificuldades, o vínculo forjado entre os extensionistas recém-chegados e o acolhimento trazido pelos mais antigos gerou um forte sentimento de integração e desejo coletivo de transformação, especialmente nos momentos finais do Congresso. Dia após dia, conversa após conversa, as pessoas foram se encontrando de fato, se conhecendo e percebendo os desafios que tinha o movimento e qual era seu papel naquele contexto. Assim, intensificaram-se os debates sobre como continuaria organizada a ANEPOP em nível nacional, se haveria mudanças ou não. Muitas pessoas defenderam o estabelecimento de coordenações locais e regionais, bem como de comissões temáticas, trazendo uma estruturação mais definida e descentralizada ao movimento. Contudo, muitas pessoas consideraram ser ainda cedo para que aquelas pessoas assumissem a condução de uma estrutura tão complexa e compartimentalizada. Enxergava-se que não existiam pessoas suficientes com disponibilidade e interesse para tocar essas coordenações e esta estrutura. Decidiu-se pela manutenção de um grupo coordenador nacional, cuja denominação alterou-se de Coordenação nacional para Núcleo Articulador Nacional, o qual deveria continuar a animar os debates e coordenar as ações.

E a ANEPOP saiu do CBEU rejuvenescida, com novos extensionistas populares envolvidos em sua organização interna, com uma intensificação da participação de membros do movimento estudantil em sua construção, e com o desafio de possibilitar a estas pessoas atribuírem sentido a sua participação no movimento e conseguirem manter a mobilização conseguida durante o evento.

Muitos destes novos atores seguiram ativamente participando dos encontros e espaços presenciais da ANEPOP, contribuindo inclusive com a construção do I Seminário Nacional da ANEPOP, promovido em Goiânia-GO, em julho de 2010, em parceria com a ANEPS, na mesma ocasião do III Encontro Nacional da ANEPS.

A construção coletiva de um livro

Em meados de 2007, uma sucessão de encontros nacionais favoreceu uma maior intensidade de comunicação entre os diversos extensionistas populares de todo o país, o que incrementou significativamente a demanda pela criação de espaços mais permanentes e sistemáticos para as trocas de experiências e as discussões metodológicas. Afinal, não era apenas a questão da defesa da extensão popular no cenário político da universidade que estava em jogo, mas o próprio fortalecimento das práticas em desenvolvimento e o subsídio àquelas que estavam ainda germinando. Momentos como a Tenda Paulo Freire do 3º CBEU, os Estágios Nacionais de Vivência e o ENEPS acentuaram esta necessidade, apontando a premência de sistematização dos conhecimentos produzidos na extensão popular, como forma de alimentar o próprio movimento pelo contínuo abastecimento teórico-metodológico de suas práticas.

Foi enxergando esta dinâmica do movimento nacional de extensão popular que um grupo de extensionistas²⁸ da Universidade Federal da Paraíba decidiu organizar um livro de Reflexões e vivências sobre extensão popular, escrito pelos membros da ANEPOP a partir de suas experiências. Para tanto, se inspiraram no modo como foi construído o livro “Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde”, organizado por Eymard Vasconcelos, Lia Haikal Frota e Eduardo Simon, onde os relatos e depoimentos pessoais de estudantes, professores e trabalhadores da saúde serviram de base para a promoção de reflexões críticas sobre a formação universitária

²⁸ Rodrigo de Souza, estudante do curso de Fisioterapia na ocasião; Fernanda Gondim, estudante do curso de Medicina na ocasião; Marcos Vasconcelos, estudante do curso de Medicina na ocasião; e André Gomes, estudante de Psicologia na ocasião.

no campo da saúde. Assim, decidiram convocar os membros da ANEPOP a também socializar suas vivências, através de relatos e depoimentos. Contudo, ao contrário do livro da “Perplexidade” o foco principal não estaria numa área em específico (como a saúde), mas sobretudo num campo de práticas e experiências - a extensão popular.

Deste modo, para dar início a organização da obra, socializou-se a proposta na lista de discussão de modo a discuti-la e aperfeiçoá-la no interior do movimento, bem como convidar extensionistas de outras instituições do país a também participar desta organização. A Comissão Organizadora do livro ficou composta então por Fernanda Gondim e Marcos Vasconcelos (da comissão pioneira desta iniciativa), além de Amélia Mano (médica do Grupo Hospitalar Conceição em Porto Alegre-RS e ex-extensionista), Estela Vieira (odontóloga, mestranda da Universidade Federal de Minas Gerais), Murilo Leandro Marcos (estudante de medicina e membro da Coordenação Nacional da ANEPOP), Humberto Góis (advogado e mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba, mas residente de Aracajú-SE e militante de movimentos populares locais) e Pedro Cruz (estudante de Nutrição e membro da Coordenação Nacional da ANEPOP). Assim, a organização deste livro conformou-se desde o início como um desafio imenso, considerando o desejo de todos em construí-lo de maneira participativa com tantas pessoas de diferentes localidades e realidades do país em sua organização direta.

Contudo, desta mesma forma o livro foi organizado. Recebemos inicialmente 50 textos de todo o país, contemplando não apenas relatos e depoimentos pessoais, mas sistematizações de metodologias dos projetos de extensão e reflexões teóricas sobre a extensão popular, em textos com linguagens diversas, tanto em prosa como em versos, com autorias também diversificadas: desde membros de movimento populares até professores universitários, incluindo também estudantes e técnicos universitários, além de trabalhadores sociais dos mais diversos campos, todos ex-estudantes de extensão ou em contato íntimo com estas práticas a partir de seus trabalhos cotidianos.

A partir de então, decorreu um intenso processo de avaliação de todos os textos, sendo cada um revisado por todos os organizadores, o que possibilitava conferir ao quadro geral de sugestões de revisão uma diversidade de pensamentos, culturas e idéias, subsidiando um verdadeiro arcabouço de críticas construtivas em cada texto. Inicialmente, alguns foram considerados pouco adequados à proposta do livro e foram

retirados do processo, enquanto os demais foram devolvidos aos autores para a sucessão de novas correções, as quais foram novamente dispostas a correção, para então uma nova avaliação decidir se ficariam no livro e, em caso positivo, de que maneira iriam configurar-se dentro da obra.

Precisamos destacar que não foi um trabalho fácil. Se, de um lado, a diversidade de atores envolvida no processo de organização era bela e admirável do ponto de vista pedagógico, foi pouco estratégica no processo objetivo da organização. Certamente, a distancia entre os organizadores e seu contato exclusivamente virtual contribuíram para problemas recorrentes de comunicação, um tímido cumprimento dos prazos coletivamente estabelecidos e um decorrente atraso geral no processo de revisão, re-envio e re-avaliação dos textos. Por isso, este processo demorou quase dois anos para ser concluído. Atualmente, o livro está organizado com uma definição de sua estrutura geral e todos os seus textos finalizados, após sucessivas revisões. Os organizadores aguardam apenas o tratamento do material para envio a gráfica para impressão, intitulado o livro de “EXTENSÃO POPULAR - vivências e reflexões para a reinvenção da universidade”.

A mística e a confraternização como impulsionadores do movimento

Durante toda a caminha da construção e do desenvolvimento da ANEPOP, a confraternização, os laços de amizade, o cuidado carinhoso com os companheiros e a mística do movimento constituíram elementos pedagógicos e políticos essenciais, sem os quais talvez muito do que fizemos não pudessem ter sido sequer sonhado. Ao participar de um movimento como a ANEPOP, vamos aprendendo na prática que a educação popular não é apenas uma identidade ideológica, mas é um símbolo fraterno que une, e incentiva aqueles que a seguem de maneira autêntica a acolher e proteger os colegas. Em todas essas andanças pelo Brasil, nos vários congressos e eventos, era impressionante notar o quanto, em cada cidade, os parceiros de movimento que ali moravam sempre encontravam formas solidárias de acolher e aconchegar os companheiros de fora. Eram colchonetes e redes para dormir, dinheiro partilhado para fazer compras e colaborar na manutenção da casa, sem contar as muitas orientações de como se deslocar dentro da cidade. A fortaleza pedagógica de tais atitudes encontrava-se no fato das pessoas não serem obrigadas a fazerem tais gestos, nem a acolher ninguém. Cada uma, a seu jeito e com seus limites, voluntariamente se dispunha a

acolher os companheiros e garantir com carinho que se sentissem bem numa cidade estranha. Era mesmo o vínculo que a educação popular ajudava a criar entre aqueles sujeitos, incentivando a realização imediata de uma nova sociabilidade e jeito de conviver em coletivo.

Na mesma medida, estes encontros entre os extensionistas eram sempre marcados também pela alegria e pela celebração. Mesmo após longos dias de trabalho, correria e dedicação a construção das ações, as noites eram de lual, de música, de poesia, de dança, de conversas descontraídas e de brincadeiras. Muitas vezes, era nessas ocasiões onde se podia refletir mais sossegadamente e abertamente sobre alguns nós críticos do movimento, o que transformava muitos destes encontros de confraternização em grandes momentos criativos para o movimento.

Todas essas atividades iam compondo uma mística do movimento, ou seja, um jeito de conviver daquele grupo. Pensar e fazer extensão popular implicava também conviver enquanto grupo, brincar, descontrair e gozar as “coisas boas da vida”: as amizades, os amores, as músicas, a natureza, os passeios, dentre outros. Demarcava-se, com isso, um jeito mais humanístico e menos racional-objetivo de se trabalhar dentro do movimento. Em muitos movimentos sociais, o que se observa é uma preponderância dos objetivos do movimento em detrimento das pessoas, de suas vidas e suas relações humanas. O trabalho sempre fala mais alto e a convivência do grupo fica dura, chata e cheia de preocupações constantes. Por outro lado, na ANEPOP o que se via era a valorização da vida e da amizade, mesmo considerando as necessárias discordâncias e conflitos, mas criando-se um clima de parceria e união essencial ao movimento, onde as ações eram pensadas e conduzidas sem impedir as pessoas de também celebrar a vida, brincar e fortalecer novas amizades.

conseguimos sair do ambiente duro e pesado da academia, da cruência da “adultice” que acredita que para ser responsável e concreto precisa ser sério e difícil, nos permitimos brincar, sorrir, cantar, fazer roda, fazer oficina e trabalhar arduamente com leveza (Natália Madureira, em depoimento registrado através de entrevista individual).

A cada vitória conquistada, os abraços apertados compartilhados por todos eram gestos de carinho cheios de amor e bem-querer, de agradecimento e valorização, de reconhecimento da importância de cada pessoa na construção daquele movimento e do trabalho empreendido. A cada derrota, o abraço aconchegante e a escuta

compreensível ajudavam a saborear as amarguras, mas o olhar esperançoso animava a retomada da luta e a continuidade das ações. A cada desafio, a certeza da integração do grupo instigava todos a enfrentarem os obstáculos com altivez e determinação.

Desta forma, a mística e a confraternização constituem dimensões fundantes da experiência do movimento e não meros anexos ou atividades “a parte”, pois conseguem desenvolver convivências, conversas, trocas de idéias e sentimentos geradores de integração, disposição e confiança para a luta do movimento. Ademais, as festas e brincadeiras permitem olhar todo o movimento, seus problemas e suas questões a partir de outros pontos de vista, analisando-os com outros olhares, o que ajuda também a incrementar a crítica às próprias ações do movimento e sua permanente qualificação. Como se não bastasse, tudo isso cria um clima de vínculo e amizade que facilita o desenvolvimento do diálogo, da compreensão mútua e do sentimento de companheirismo.

Algumas dificuldades sentidas

No desenrolar da história sistematizada até aqui, certamente pudemos perceber alguns dos entraves e percalços que compuseram esta experiência desde sua origem. No entanto, mesmo já estando presente no histórico analisado julgo ser necessário destacar dois dos principais aspectos inerentes aos limites sentidos pelos participantes desta experiência, por eles manifestados durante o grupo focal e as entrevistas individuais, momento no qual foram especialmente instigados a compartilhar suas impressões acerca deste tema.

A origem da ANEPOP se deve muito ao rompimento da virtualidade e a valorização do encontro presencial entre os diversos extensionistas populares do Brasil. O encontro presencial fazia as pessoas se reconhecerem na luta e constatarem que as experiências de extensão popular constituíam uma utopia em construção nos mais diversos recantos e instituições deste país. Com isso, se viam intensamente instigadas a unirem forças para lutar juntas, trocas experiências e fortalecerem suas caminhadas. Era o olho no olho, os abraços apertados, as místicas compartilhadas e as brincadeiras trocadas que davam o grande sabor animador destes encontros.

(...) algumas arrobas [endereço eletrônico de e-mail] começam a se transmutar em corações, cérebros, pele, carne, ossos. Aquelas supostas

intensas amizades virtuais realmente se transformam em fortes abraços, em comprometimento com os novos amig@s, em gargalhadas verdadeiras, em identificações de vida, em maneiras gostosamente parecidas de trabalhar, em preocupações, limitações, intenções, objeções compartilhadas, conectadas, em fraternas parcerias etéreas... (...) e acaba de vez a virtualidade. Ex “alguém-arroba-não-sei-o-que-mail’s” são Anas, Pedros, Luras, Luanas, Antônio, Marcos; são corações vivos; são sorrisos; são mãos e pés (sim! pés também) que passam e pulam e proclamam e pintam o antigo alvo pano...cores, muitas cores, muita vida, volidão de querer fazer acontecer, de construir. O novo começar a se mostrar ao velho, ao dinossauro na ilha, ao engessado, ao carrancudo, que começa a desfazer a fria expressão, que começa sutilmente a deixar transparecer uma – mesmo que mínima – concordância/aceitação com as idéias seriamente pueris (Murilo Marcos, 29/10/06).

No entanto, estes encontros tinham sempre hora certa para acabar presencialmente. Sempre promovidos em encontros, congressos, seminários e oficinas, num dado momento estes vários extensionistas deveriam voltar para suas cidades de origem. Por isso, a ANEPOP foi se constituindo verdadeiramente como um movimento nacional que, se de um lado possuía este potencial ampliado e diverso, por outro configurava um espaço marcado pela distancia presencial de seus protagonistas.

a falta de proximidade física e pessoal, ao invés de apenas virtual, é um dos obstáculos da ANEPOP, uma vez que as pessoas se abastecem muito de força e idéias para seu cotidiano na troca presencial com o coletivo (Camila Miranda, em depoimento registrado através de entrevista individual).

A falta de encontros presenciais de maneira cotidiana entre os articuladores demonstrou ser uma lacuna relevante na visão dos membros da ANEPOP. Certamente, a ANEPOP era feita também da diversidade de pessoas vindas de locais diferentes, de distancias geográficas significativas. Até por isso, os encontros nos congressos, oficinas e Tendas Paulo Freire eram sempre cheios de surpresas, descobertas e trocas de experiência, pois sediavam também um encontro entre culturas e lugares muito distintos. Contudo, ao findar o evento que conseguira aglutinar tanta gente, chegava a hora de “voltar para casa” e novamente ficarem, a maioria dos membros da Articulação, distantes geograficamente uns dos outros.

Evidentemente, a existência da lista virtual de discussões pela internet possibilitava a continuidade daquelas reflexões presenciais e o desenvolvimento de

muitas construções e iniciativas, até então inéditas no movimento de extensão. Mas, ainda assim, não era a mesma coisa.

Em primeiro lugar, ao chegar em suas cidades, cada membro do movimento nacional ficava mais “seduzido” com seu movimento local e seus projetos de extensão locais. Aquela dinâmica de pensar, planejar e construir ações de caráter mais ampliado e nacional deixava a pauta cotidiana, a não ser pela atuação na lista virtual de discussão, a qual não era tão atrativa quanto a participação presencial. Para muitos membros, exigia-se muita disposição dedicar um tempo diário dentre seus afazeres para ler todas as mensagens e construir respostas adequadas, capazes de trazer contribuições nas propostas e nos debates em foco naquele momento. No entanto, muitas vezes eram muitas mensagens e nem tudo conseguia ser acompanhado. Além do mais, todas aquelas estratégias e perspectivas de ação compartilhadas na lista sofriam a ameaça da operacionalização. Ou seja, seríamos capazes de fazer tudo aquilo, estando todos nós tão distantes e sem perspectiva de encontrar-se presencialmente?

A maioria dos encontros presenciais da ANEPOP era realizados graças a participação de seus membros em congressos, seminários, oficinas ou outros eventos relacionados ao seu campo de ação (extensão, educação, saúde coletiva, dentre outros), nos quais iam apresentar seus trabalhos locais e podiam então conseguir apoio institucional para se deslocar até a cidade do evento. Não havia um financiamento próprio par as ações da ANEPOP.

Fabício Brazão (em depoimento registrado através de entrevista individual) identifica alguns destes fatores em sua avaliação acerca dos principais obstáculos sentidos na ANEPOP:

a distância física de alguns atores em relação aos locais dos principais encontros da ANEPOP. Associado a isso, a impossibilidade financeira de alguns atores de viajarem para os espaços. Ainda com relação a isso, a falta de parceiros locais, fora do nosso meio de maior convivência, para trocas de experiências e fortalecimento dos ideais do movimento.

Como estratégia de superação de tais obstáculos, nos primeiros anos de ANEPOP tentou-se, logo após os eventos presenciais, apostar na estratégia de reuniões virtuais para buscar dinamizar os debates e as tomadas de decisão. As reuniões eram propostas e marcadas com antecedência, para que todos pudessem participar. Quando

surgiu, esta proposta surtiu efeito e contribuiu para uma revitalização daquele sentimento que tínhamos nos encontros presenciais. Pois não estávamos mais enviando emails e esperando por respostas, todos estavam ali, conectados naquele mesmo instante, perguntando, respondendo e até brincando ao mesmo tempo. No entanto, nem todos dominavam com fluidez a tecnologia da internet, além de alguns que ainda não tem acesso para internet com uma tranquilidade capazes de permitir uma participação cotidiana nas discussões da rede virtual. Muitas das principais lideranças do movimento, por exemplo, só tinham condições de acessar a internet na universidade, onde muitas vezes tinham acesso com tempo limitado e precário, com velocidade lenta ou em computadores com problemas.

Assim, as reuniões virtuais não persistiram e a comunicação cotidiana passou a se limitar novamente as mensagens da lista de discussão.

Essa situação levou a criação de outro obstáculo relevante na história da ANEPOP, também destacado em muitas falas nas entrevistas desta pesquisa: a carência de ações programáticas e de estratégias de planejamento a médio e longo prazo, lacuna que pôde ser observada ao longo da história do movimento em muitos de seus encontros e debates, especialmente nas discussões onde se opunham os membros ligados ao movimento estudantil e aqueles exclusivamente vinculados a projetos de extensão popular.

Para muitos membros da Articulação, faltava às ações um fio condutor estratégico, que organizasse programaticamente suas ações e evidenciasse uma linha de ação com objetivos, metas e perspectivas concretas. Como explica Felipe Ximenes,

pela ausência de um projeto político, com uma estratégia clara e com táticas sendo traçadas e reavaliadas continuamente, ficamos muito nos debates consensuais, que pela própria origem da Articulação está consensuado no fazer da Saúde, na linha do debate da Educação Popular em Saúde, e talvez seu fazer só esteja se concretizando nas práticas individuais de Saúde (Felipe Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 23/06/10).

Um limite que vejo é o da concretização da ANEPOP para além dos eventos. Mesmo no meio virtual as discussões não vem acontecendo, a lista está funcionando mais como um informativo. Talvez seja preciso avaliar o porque disto e seguir tentando melhorar a organização e a participação (Juliana Acosta, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Para isso, reivindicavam também a responsabilização dos atores envolvidos no movimento, no sentido de que se assumissem claramente papéis, cargos ou frentes de ação no movimento, que estivesse claramente explicitadas e pactuadas no coletivo. Em sua avaliação, o desenvolvimento das ações da ANEPOP era invariavelmente solto e desorganizado, sendo as iniciativas planejadas e pactuadas apenas pontualmente, muito atreladas a organização da participação da Articulação em eventos. Assim, não identificavam a inserção do movimento na construção de ações de intervenção a médio e longo prazo, no qual os atores assumiriam não tarefas pontuais, mas programáticas.

Uma estrutura que signifique pessoas com atividades e disponibilidade para o movimento de extensão popular bem claras, que se relacionem em prol deste movimento de forma bem clara e com recursos e possibilidades também bastante claras. Ter com muita clareza o que é Extensão Popular, podendo significar várias coisas. Definir lutas nas quais, apesar de nossas muitas atividades locais, vamos nos juntar com força suficiente para produzirmos transformação ((Felipe Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 20/08/10).

Ademais, afirmavam ser crítico o fato de se intensificar no movimento seu caráter descentralizado e sua dimensão de rede. Para muitos, estas características deixavam a ANEPOP ao sabor das descobertas inusitadas dos encontros entre seus sujeitos e as idéias dali decorrentes. Em sua visão, o problema não estava na descentralização, mas no fato da ênfase nesta característica impedir uma ação mais diretiva do movimento, com ações, pautas e lutas definidas e com agenda programática de ação estabelecida num médio ou longo prazo. A esse respeito, Vinicius Ximenes (em depoimento registrado através de entrevista individual) explica que

O formato em rede tem grande capilaridade e é aparentemente democrático. Mas se não tomamos cuidado reproduz uma lógica pós moderna (que apesar do "participacionismo" também é autoritária) na concepção de organização e movimentos (que inclusive predomina hoje academicamente dentro da Educação e das Ciências Sociais e Humanas), onde muitas vezes em "derivações focaultianas" (o próprio Foucault era um estruturalista...muitas pessoas o disseminam de forma equivocada) vemos o poder em todo lugar, mas pela nossa prática concreta parece que ele não está em lugar nenhum, ou seja, conseqüentemente temos dificuldade em materializar o pelo que lutamos ou queremos superar, dificultando desenvolver-se formas organizativas que dêem conta do desafio histórico que identificamos para nós no contexto da luta de classes.

De fato, em toda sua história este movimento pouco priorizou a organização estrutural e programática de suas ações. Tudo foi feito e desenvolvido a partir de idéias individuais ou coletivas socializadas na lista de discussão ou nos encontros presenciais, a partir das quais se mobilizam as pessoas dispostas a trabalhar e construir as ações decorrentes. Idéias não previstas em um plano de ação, mas emergidas das práticas locais e das inquietações dos atores do movimento.

De certo modo, mesmo não sendo programaticamente organizadas, o conjunto de idéias que até hoje forma a ANEPOP foi compondo uma diversidade estruturante de ações e iniciativas cuja contribuição foi certamente valiosa para o movimento nacional de práticas de extensão popular. A aparente desorganização também constitui uma forma bastante legítima de se organizar e conduzir suas ações. Até porque, mesmo em meio a uma suposta tímida clareza quanto a seus rumos, na ANEPOP foram construídas ações e produções inovadoras, como o livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular, os Estágios de Vivência em Extensão Popular, além de diversos congressos, seminários e oficinas, os quais podem apontar uma pontualidade de um lado, mas de outro demonstrar um papel singular na irradiação da extensão popular e de seu movimento, no acolhimento de novos atores, no incremento a formação dos atores antigos e animação que confere a coletividade do movimento, por constituir um raro momento de encontro presencial de seus participantes. De fato, desde sua origem esta tem sido a vocação da ANEPOP: uma organização política tecida a partir da imprevisibilidade do encontro de diferentes atores no campo da extensão popular. Uma ação nacional cuja realização depende sobre medida da inteligência coletiva (a formulação compartilhada de idéias e propostas) e da disposição dos atores em trabalhar na construção do que se idealiza. Mesmo compondo uma organização com aparência estrutural solta, dependente do encontro dos sujeitos e de sua capacidade de ter idéias e se mobilizar para sua realização, isso não impediu a geração de ações contundentes de avanço na história da extensão popular através da ANEPOP, como pudemos explicitar e analisar ao longo deste capítulo.

Contudo, é muito importante parar e analisar com calma os reclames de quem discorda deste jeito de conduzir o movimento. Efetivamente, considerando o histórico da ANEPOP, enquanto percebemos uma série de avanços, podem-se constatar limites quanto a intervenção em questões mais estruturais, como por exemplo a democratização

da organização nacional da extensão, com a criação de um Grupo de Trabalho Nacional, proposto desde o 3º CBEU. Para muitos membros do movimento, falta-lhe uma ação mais sistemática e organizada capaz inclusive de lhe identificar enquanto coletivo, que guarda uma identidade e uma coesão, pois o espalhamento de iniciativas e a organização pouco sistemática, na opinião destes membros, não caracterizam um coletivo e sim um conjunto de iniciativas e atores interligados, sem uma ação conjunta articulada.

o que vem a ser um coletivo? Um conjunto de individualidades ou algo socializado? (Este termo "socializado" encarado em seu sentido marxista, quando se fala em socialização do trabalho, que é quando o trabalho se torna coletivo e, para tanto: é produzido - originado - por cada indivíduo deste coletivo de forma integrada; depende intrinsecamente da participação de cada um; e tem um destino do qual a sociedade depende) - Felipe Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 26/06/10.

Nessa direção, atores como Felipe Ximenes representam um grupo expressivo do movimento que vem propondo outra ênfase na sua ação enquanto coletivo e movimento, na qual os

elementos [organizativos] precisam estar aliados à perspectiva freireana de realizarmos um trabalho consciente, e para tanto educativo, em que estabeleçamos um entendimento coletivo de todos os processos, tendo uma intencionalidade política (uma opção de classe) e uma finalidade popular (uma posição de classe) (Felipe Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 26/06/10).

Certamente, a instituição em 2006 da Coordenação Nacional demonstra a preocupação encaminhada do movimento em cuidar de modo mais orgânico e sistematizado do transcorrer de suas ações e interações. Este coletivo teve um papel essencial ao servir de referência para os contatos institucionais de outros entes públicos e organizações civis com o movimento de extensão popular, algo inédito até então e que serviu para situar a ANEPOP como ator político com uma interlocução clara e referenciada, a partir do qual muitos espaços políticos e educativos foram conquistados. Além do mais, muitos dos coordenadores conseguiram articular ações e realizações importantes, sem falar da animação permanente dos debates na lista de discussão e nos encontros presenciais. No entanto, lhes faltou conduzir o movimento com uma forma mais sistemática de planejamento e acompanhamento das ações, imbuindo-lhe um

caráter de diretividade a partir do qual o conjunto das ações não estaria totalmente dependente da capilaridade das iniciativas, mas estaria interligado com metas derivadas de objetivos coletivamente delineados e estabelecidos, conforme destacado por Felipe Ximenes

o ultimo projeto que lembro como proposta da ANEPOP surgiu no 4º CBEU (...). Tratava da proposição de um Fórum de Nacional de Extensão Universitária, o qual fariam parte o FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão), a ANEPOP e outros movimentos e articulações que se organizam na construção da Extensão. Nem sequer conseguimos continuar discutindo isto, o que seria, se lutaríamos e como lutaríamos por isso. Esta é uma luta que envolve mais disputa política, e talvez não interesse alguns ou não seja visto como uma prioridade para as pessoas. Mas então precisaríamos definir a que gostaríamos de nos dedicar. Se não disputas, quais as propostas? Tocar projetos com movimentos populares? Que projetos? Como? E caso seja importante manter e avançar na disputa, a qual alvo precisamos apontar? (...) Insisto mais uma vez, como outros nesta lista, que precisamos definir nossa organização, e sair desse algo tão fluido em que estamos. Só assim conseguiremos definir essas e outras questões, assim como sistematizarmos, para dar respostas, nossas angústias, ações e pretensões ((Felipe Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 20/08/10).

Por que então incômodos como estes, socializados no coletivo, não conseguiram ser concretizados como ação do movimento? De um lado, por resistência de muitos membros do movimento a centralização da organização das ações e o estabelecimento de um programa definido. Por outro lado, também se pôde identificar a pouca disposição de grande parte do movimento em engendrar uma forma de organização política mais diretiva e objetiva. É interessante observar que, ao voltar a suas localidades e ao cotidiano de suas ações específicas, muitos dos membros da ANEPOP tinham dificuldade de continuar a organização política do movimento a distancia. Preferiam organizar ações concretas, como o livro, os estágios de vivencia ou os eventos. Seu gosto estava mais na ação em si, do que no planejamento estratégico e político deste conjunto de atividades. Assim, mesmo com a insistência de muitos membros em parar e planejar estrategicamente a organização do movimento, a maioria dos membros preferiam dar ênfase a construção de ações e atividades. Eu estava dentre estes membros. Pessoalmente, avaliava que a organização estratégica mais centralizada e programática do movimento era importante, mas afastava grande parte dos articuladores, sem muita habilidade para este tipo de ação. Sem falar que, boa parte das

vezes, a estruturação de ações planejadas e o acordo coletivo de metas e responsabilidades não contribuiria, sozinho, para o crescimento do movimento. observava, em outros coletivos, o quanto os atores sociais deixavam de atuar e criar para apenas planejar e declarar intenções. Por isso, como participante do movimento, preferia priorizar a construção de ações específicas, acreditando que essas iam, por si mesmas, delineando para onde o movimento iria e de que jeito. Ou seja, seria o conjunto das disposição e das iniciativas autonomamente mantidas pelos membros do movimento que iriam constituir o movimento, e não um plano previamente acordado por um grupo articulador e coordenador.

Todavia, assumo as inconsistências de minha defesa naqueles instantes. Certamente, uma atividade não excluiria a outra. Cuidar das ações do movimento não impediria de sistematizar o conjunto de iniciativas num programa organizado, capaz de facilitar o acompanhamento do avanço histórico do movimento e democratizar sua construção. Aqueles mesmos atores que assumiam tantas frentes de ação poderiam ter sido, por atores como eu, mais instigados a delinear estratégica e diretamente o movimento. Conseguiríamos caminhar numa linha mais diretiva, capaz de atender aos anseios de tantos membros do movimento, os quais acreditam que

Ser movimento significa pressupor um coletivo socializado e caminhar numa direção, com um sentido e com uma intensidade bem definidos ((Felipe Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 20/08/10).

Há, no entanto, que se ponderar também algumas lacunas e elaborar certas contribuições a estas críticas e anseios sobre a organização da ANEPOP. Em muitas destas críticas a forma de conduzir o movimento, muitos atores acusaram a Articulação de não ter projeto político. Aparentemente, a falta de documentos ou materiais sistematizados sobre a caminhada do movimento e sua organização pouco programática revelariam uma falta de projeto deste. A partir de minhas experiências e desta análise em desenvolvimento, discordo de tal afirmação e avalio que ser rede, ser articulação ou optar por uma formação de organização mais fluida que valorize as individualidades e as diversidades de práticas não pressupõe, necessariamente, uma desorganização política e uma falta de projeto político ao movimento nacional de extensão popular. Como explicitado anteriormente em outros itens, a forma de organização política em

voga na ANEPOP consiste de uma opção cristalinamente coerente com sua vocação e o interesse dos atores e das muitas práticas que lhe deram origem. Conceber que é preciso a este movimento intensificar a sistematização de suas ações e intenções, bem como organizar mais sistemática, programaticamente e organicamente sua ação política, não permite caracterizá-lo como pouco organizado e politizado. Ser articulação e ser rede também é ser movimento. Redes e articulações constituem formas inovadoras de lutar e não pressupõe ausência de lutas ou limitações numa caminhada, como indica pensamentos como o seguinte:

Ser articulação traz o verbo articular, que pode significar várias coisas, e muito importantes, mas que não tem a organização e o compasso de um movimento (Felipe Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 20/08/10).

Assim, discordo de visões como esta por avaliar que não se pode, em nome da necessária organização e sistematização da ação política, acusar o formato de rede e articulação (próprio do movimento) como uma forma de organização política pouco organizada e eficaz nas lutas sociais, até porque

por existir e juntar as pessoas que participam de lutas parecidas e tem objetivos semelhantes, [a ANEPOP] já cumpre um papel fundamental de acolher, instrumentalizar e incentivar as pequenas experiências locais espalhadas pelo país. E é para isto que a ANEPOP serve. É fácil se sentir fazendo parte da ANEPOP (Camila Miranda, em depoimento registrado através de entrevista individual).

De todo modo, estas lacunas evidenciam dois desafios pedagógicos essenciais ao movimento, intimamente interligados: de um lado, incrementar a capacidade de organização política mais cotidiana e estrategicamente planejada, capaz de evidenciar claramente as ações a serem feitas e os empreendimentos em andamento. De outro lado, reforçar (até mesmo neste planejamento) as estratégias para incrementar os encontros presenciais do movimento, o que irá contribuir também nesta mesma organização política, pelo encontro mais freqüente dos atores do movimento. A convivência sistemática de um grupo dedicado a cuidar e acompanhar a organização política e as ações do movimento certamente traria muitos frutos para seu avanço histórico e a superação de muitas de suas lacunas. Levando em conta tudo que foi feito até hoje,

possibilitaria uma intervenção muito mais vigorosa do movimento nacional de extensão popular no cenário político da extensão e da universidade como um todo.

Algumas considerações

Em seus primeiros anos, a ANEPOP explicitou sua relevância política pela elaboração de reivindicações de democratização da organização nacional da extensão universitária, espelhadas na insistência da participação estudantil e popular na construção das políticas de extensão e na criação de espaços participativos nos encontros acadêmicos da extensão brasileira.

Acredito que a criação e o desenvolvimento da ANEPOP demonstram a força político-transformadora da pedagogia da extensão popular, em desafiar os modelos tradicionais, e anunciar a necessária re-invenção e fortalecimento de novos modelos. Mais do que isso, ao mesmo tempo que aglutina os sujeitos e favorece a qualificação de sua organização política e capacidade de intervenção, dá maior visibilidade à “alternatividade” da extensão popular e forma estudantes universitários sob outra perspectiva, na qual destacam-se os seguintes elementos: a) a compreensão da categoria teórico-metodológica da *Educação Popular*; b) a participação como princípio condutor das ações e interações; c) o compartilhar de experiências como princípio pedagógico elementar; d) o compartilhar de utopias e ideais como mobilizador de ações coletivas; e) a construção processual do inédito viável; f) a vivência em comunidade como elemento formador essencial e fundante; e g) a constituição de um movimento social com organização política peculiar, coerente com os princípios teóricos da Educação Popular, onde as pessoas e seus saberes constituem o principal elemento de conquistas e avanços.

No capítulo seguinte, dedicaremos-nos a analisar de modo mais denso como esta experiência vem repercutindo no cenário da extensão universitária. Para tanto, debruçaremos-nos teoricamente sobre arcabouço pedagógico emanado da experiência da ANEPOP, com base em referências bibliográficas e filosóficas. Através deste esforço, buscaremos tanto situar peculiaridades e avanços desta pedagogia no campo de produção de conhecimentos onde se inscreve, como também tentaremos indicar as lacunas existentes, e as necessidades de crítica.

Capítulo 5

A pedagogia da participação estudantil no movimento nacional de extensão popular

Capítulo 5

A pedagogia da participação estudantil no movimento nacional de extensão popular

A participação estudantil no movimento nacional de extensão popular lhe propicia aprendizados singulares, pouco ou raramente trabalhados no cotidiano dos projetos locais. Este movimento compõe efetivamente um espaço pedagógico próprio, com contornos, características, vivências e situações-limites distintas daquelas encontradas pelos estudantes nos projetos locais de extensão popular.

A vivência dos estudantes em comunidades lhes permite não apenas constatar a existência das classes populares e suas difíceis condições de sobrevivência, mas favorece também enxergar as relações humanas, sociais e políticas desenvolvidas naquele local. Interesses e desejos contrários entram em conflito cotidianamente na vida em comunidade, pelos mais variados fatores. Tudo é alvo em potencial de discussão, desde o preço da comida vendida no mercadinho, até uma briga entre vizinhos por conta de volume do som, até uma disputa pela presidência de uma associação comunitária. Com isso, o estudante vai aprendendo a politicidade de cada atitude em comunidade, compreendendo o quanto cada ato é político, pois influencia todo o contexto social local, gerando controvérsias – aprovações e reprovações. Assim, o estudante passa a compreender, naquele jogo da vida comunitário, que há uma politicidade em todos os atos humanos. Por isso, podemos afirmar que no cotidiano das práticas de extensão popular há um desmascaramento e uma desnaturalização dos atos das pessoas. O jogo da vida o qual os estudantes assistem na comunidade desvenda-lhes a politização da vida em sociedade, a intencionalidade que orienta os atos, quaisquer que sejam.

Contudo, um problema desta pedagogia é sua limitação ao âmbito local comunitário. Em muitos projetos, o estudante acaba se encantando tanto com a dinamicidade de interagir com este jogo político comunitário que se esquece de olhar os outros jogos políticos nos quais ele mesmo está inserido, tais como a política universitária com a qual convive, a política de formação de seu curso, a política de extensão a partir da qual trabalha, dentre outras.

Nesse sentido, podemos afirmar que a ANEPOP ajuda a transcender a reflexão política exclusivamente comunitária do estudante, provocando-o a enxergar para além. Em primeiro lugar, por propiciar a este estudante vivenciar outros jogos comunitários eminentemente políticos, como por exemplo a participação num congresso de extensão. De certo modo, ali se faz um jogo político muito dinâmico, onde também surgem as controvérsias e contradições nas relações sociais e pessoais, a todo instante. Contudo, aquele cenário possui contornos peculiares em relação às comunidades populares, pois ali estão em debate hegemonia e contra-hegemonia da extensão universitária brasileira, bem como os entes governamentais e sociais com papel de destaque na elaboração de políticas públicas neste campo. É um embate na maioria das vezes sutil, que fica mais evidente, por exemplo, na ação dos pró-reitores em organizar o congresso de modo pouco participativo e na reação dos extensionista em se incomodar com esta situação. Ao vivenciar tais contradições, o estudante vai percebendo que ele tem tudo a ver com aquele jogo político disputado nos vários congressos. Que suas experiências e seus ideais são singulares e encontram-se em diálogo com um movimento amplo e nacional de busca por mudanças no jeito de pensar e organizar a política de extensão do país.

Assim, através da ANEPOP, o estudante pode começar a conviver com as contradições de um jogo muito mais ampliado, do ponto vista conjuntural, do que os problemas locais da comunidade onde trabalha. Por mais que na comunidade também se questionem políticas públicas e conjunturas injustas, a ANEPOP oferece a experiência dos estudantes construírem propostas de caráter nacional, precisando estar em embate constante com aqueles que fazem e pensam as políticas de extensão, educação, saúde, dentre outras.

Nos espaços da ANEPOP misturei meu viver ao de companheiros de todo o Brasil. Compartilhei idéias, sonhos, vontades, inquietações, indignações, angústias. Percebi que eu não estava só no caminho dos grandes sonhos de querer uma universidade melhor, um Brasil melhor, um mundo melhor; de querer uma sociedade mais justa, de querer mais amor entre as pessoas (Fabrício Brazão, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Nesse processo, o estudante vai também aprendendo um saber sutil e precioso para aluguem que pretende trabalhar na perspectiva da educação popular: como transformar o “alternativo” em “alterativo”. Ou seja, como converter as reivindicações

levantadas nas ações e nos protestos da ANEPOP em propostas políticas concretas de mudança no cenário da extensão universitária brasileira? Como bem lembrou Eymard Vasconcelos no vídeo da Tenda Paulo Freire do 3º CBEU: “Algo que é alternativo se institucionalizar, merecer apoio; e agora não só merecer apoio, mas tentar re-orientar a extensão como um todo”. Fazer isso não é tarefa fácil. Pois implica, para os militantes da extensão popular, dialogar com gestores e trabalhadores das políticas públicas governamentais os quais seguem, maioria das vezes, concepções diferentes e até antagônicas aos princípios da educação popular. Requer pensar como a extensão popular pode virar uma política pública, sem também ser imposta a quem não a pratica cotidianamente, sem autoritarismos e discriminações.

Em sua história, a ANEPOP vem participando freqüentemente de debates com o FORPROEX, especialmente quanto a forma de organização de seus encontros regionais e nacionais. Junto ao Governo Federal, vem mantendo diálogos com o Ministério da Cultura sobre o PROEXT Cultura e com o Ministério da Saúde através da SGEP, participando ativamente da construção de uma Política Nacional de Educação Popular em Saúde. Nestes diálogos, um aprendizado fundamental acumulado foi o jeito de proceder nas negociações e pactuações com estes entes governamentais. Fomos aprendendo que não adiantava chegar nas salas e nos escritórios das pessoas “batendo na mesa” e exigindo isso ou aquilo. Ou seja, não poderíamos investir o autoritarismo do qual éramos, muitas vezes, vítimas. Precisávamos investir no diálogo, cheio de respeito, amorosidade e compreensão, sem evidentemente deixar de lado as pautas e reivindicações mais importantes do movimento, nem deixar de apontar contradições e falhas dos agentes públicos. Assim, procuramos sempre conduzir os debates com muita conversa aberta e franca, respeitando os limites institucionais que existem e procurando escutar também, não ficando apenas na emissão vetorial de propostas.

Em toda esta caminhada, enquanto buscam formas de qualificar a institucionalização da educação popular e da extensão popular, o diálogo destes estudantes com o jogo político institucional tem também lhes permitido angariar algumas vitórias pela conquista de maior apoio institucional para projetos de extensão popular, viabilizando incentivo mais permanente para suas experiências.

Por tudo isso, a ANEPOP vem cumprindo um papel pedagógico singular na formação de seus protagonistas, através de diversas experiências capazes de propiciar

aprendizagem e mediar o encontro destes sujeitos com novos horizontes, novos olhares e outras perspectivas. Para Natália Madureira (em depoimento registrado através de entrevista individual),

A vivência na ANEPOP vai nos transformando aos poucos, de maneira gentil e respeitosa e quando percebemos já somos outro.

Com isso, tem-se observado nestes estudantes incremento na percepção crítica da realidade, maior engajamento em movimentos sociais, melhor capacidade de articulação e mobilização política, bem como uma leitura mais refinada das conjunturas sociais, históricas, econômicas e políticas que cercam o trabalho de extensão universitária. Ademais, esta participação tem favorecido o adensamento da formação teórica dos extensionistas no que diz respeito à Educação Popular e suas metodologias de ação. Por tudo isso, é notório perceber que estes estudantes, após participar de um evento daquele movimento, voltam cheios de novas idéias e perspectivas para seus trabalhos locais de extensão.

Portanto, o movimento nacional de extensão popular traz elementos pedagógicos novos, com diferentes contornos e conformações, para a formação universitária brasileira, os quais compõem um painel pedagógico complementar e integrativo àquele apresentado no seio das ações locais de extensão popular. Neste capítulo procuraremos apreender estes aspectos teóricos, a partir do contexto e desenvolvimento histórico da ANEPOP.

Certamente, um primeiro elemento pedagógico, já explicitado no início deste capítulo, é a compreensão dos processos macro-sociais e macro-políticos e suas articulações com o nível micro. Além do mais, ao considerar a história da ANEPOP, expressa a partir da pesquisa-ação e dos depoimentos de seus protagonistas em fontes diversas, conseguimos identificar outros importantes elementos pedagógicos: as trocas de experiências e o diálogo com sujeitos de outras realidades; o inconformismo com as estruturas que incomodam e oprimem; a educação popular incorporada no sentir, pensar e agir dos extensionistas; a irradiação dos aprendizados acumulados; uma organização política participativa; a compreensão do significado político e pedagógico do ensino e da pesquisa em integração com a extensão; a contribuição nos esforços para a construção de um movimento estudantil amoroso, inclusivo e popular.

Após considerar estes elementos pedagógicos, deveremos empreender reflexões sobre o significado da ANEPOP para a extensão universitária brasileira e para a atual discussão sobre formação universitária.

As trocas de experiências e o diálogo nos eventos nacionais e regionais

É impressionante o poder que existe no exercício de comunicar nossas experiências pessoais e profissionais. Senti isso pela primeira vez quando estudante, em momentos preenchidos por grandes emoções, ensaios e preparações, especialmente para apresentar trabalhos em congressos. Nestas primeiras ocasiões onde pude participar de congressos, ao me preparar para apresentar a experiência de meu projeto de extensão, sentia uma sensação emocionante de ser capaz de ensinar algo às pessoas com aquilo que aprendi no Projeto. Era o sentimento de sentir-se útil e testemunhar a relevância do trabalho realizado semanalmente nas comunidades.

Mas apresentar trabalhos não era somente verbalizar um conjunto de resultados e repercussões do Projeto. Em primeiro lugar, requeria escolher um tema de trabalho e debruçar-se nele, escolhendo uma dimensão específica do projeto sobre a qual debruçar toda minha capacidade de análise crítica. Aliado a esse processo, recorrer a livros e artigos sobre os temas que cercavam o projeto, confrontando minhas impressões pessoais com as idéias de autores retiradas de outras experiências. Nesse primeiro passo, decorria já uma significativa ampliação de visão, na medida em que passava a dissecar mais cuidadosamente meu projeto de extensão, em suas muitas dimensões e seus vários pontos negativos e positivos. Com o trabalho submetido e aprovado, era momento de pensar em sua apresentação. Nessa ocasião, interessava planejar como conseguir comunicar em poucos minutos toda aquela experiência e de maneira compreensível para quem nunca antes a tinha conhecido. Para tanto, precisava penetrar mais fundo nos conhecimentos adquiridos nos projetos de extensão, descrevê-los e pensar sua apresentação, o que me provocava a me deparar também com as inconsistências do projeto, suas lacunas e necessidades de mudança. Dessa forma, novas dimensões do meu trabalho como extensionista iam surgindo, com novas idéias e outras perspectivas. E tudo começou pela vontade simples de apresentar um trabalho. Desvela-se aí a singularidade da preparação para apresentação de trabalhos como um processo de reflexão e aprofundamento em torno da experiência vivida. Um processo semelhante aconteceu com Fabrício Brazão (participante da ANEPOP) ao apresentar sua

experiência numa mesa redonda num evento sobre extensão popular, o qual ele relata da seguinte forma:

fui induzido a pensar, construir idéias; (...) foi-me dada a oportunidade de falar um pouco sobre mim, sobre minha realidade, sobre minha região, sobre a universidade que estudei. O respeito, o interesse no que falei e a reciprocidade na fala e na escuta encontrada na sala naquela noite foram únicos. Abordar o tema Extensão Universitária, em particular a Extensão Popular, passou a ser, em definitivo a partir daquela noite, um dos grandes prazeres da minha vida (depoimento registrado através de entrevista individual)

Assim, concluída a apresentação, outra série de processos decorre na medida em que diferentes atores escutam sua experiência e que você escuta a experiência destes muitos atores. Curiosidades surgem. Interessa saber como aquele sujeito consegue desenvolver aquela metodologia naquela comunidade. Ou porque aquela ação não deu certo. Ou mesmo como incrementar a mobilização comunitária na participação naquela ação. As conversas eram muitas, e se estendiam do debate das comunicações orais até os corredores do congresso e nos momentos de lanche.

A mobilização dos estudantes em articulações como esta permite a troca de experiência e favorece a compreensão de diferentes vivências, culturas e formas de trabalho. Com isso desenvolve-se o relacionamento interpessoal, cada um apreende a entender a diferença do outro (Cassiane Lemos, em depoimento registrado através de entrevista individual).

A gente se mistura a outras gentes de uma forma diferente, mais amorosa, mais compreensiva que busca um mesmo objetivo: estabelecer contato com o outro, trocar saberes de maneira horizontal e respeitosa, sem a distância do academicismo, sem a impessoalidade dos crachás, livros, títulos e salas (Natália Madureira, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Nestas trocas de experiências, os estudantes podiam compartilhar esforços de como construir uma nova universidade e como desenvolver uma formação estudantil diferenciada. Desta atitude, conseguiam trabalhar conhecimentos distintos daqueles vivenciados nos projetos de extensão, justamente porque advêm de vários lugares do Brasil, cada um com limites e especificidades próprios, os quais quando conhecidos incrementavam a capacidade estudantil de formular análises críticas mais conjunturais e políticas. Além do mais, todo esse processo dá coragem e ousadia aos estudantes. Ao

perceberem a relevância social e acadêmica de seus projetos na apresentação de seus trabalhos, seus corações e mentes se enchem de ousadia, por passarem a saber que sua luta local está vinculada a uma grande luta nacional, que tem espaço e é respeitada. A partir de então, uma série de outras iniciativas vai sendo gerada, como

a conversa em roda, as listas virtuais, as dinâmicas coletivas, os tempos lúdicos, as cartilhas, os cadernos de texto, o educando como educador, as perguntas, a escuta (Daniela Dantas, em depoimento registrado através de entrevista individual)

Para muitos estudantes com experiências significativas e dificuldades de socializar localmente suas experiências, estes encontros eram também uma oportunidade de encontrar pessoas com quem conversar e desabafar dilemas próprios das práticas de extensão popular.

Viajei sozinha, a um lugar distante de minha terra e completamente desconhecido, sem conhecer ninguém que estaria lá, simplesmente pela ânsia de encontrar um grupo ao qual eu sentia que poderia pertencer e com o qual me identificasse. Chegando lá, encontrei um grupo de pessoas vindas de todo o Brasil, heterogêneo, que conseguia escutar, debater e principalmente tinha a capacidade de acolher (Camila Miranda, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Como se vê, além de tudo isso, esses encontros também propiciam um jeito diferente de trocar experiências e de dialogar, o que vai configurando também outro jeito de conviver. Assim, a partir de processos aparentemente pontuais e específicos, como a apresentação de trabalhos, estes sujeitos passam a vivenciar uma série de experiências capazes de lhes impulsionar a questionar as estruturais educativas que oprimem e incomodam. A passividade dá lugar ao inconformismo.

O inconformismo com as estruturas que incomodam e oprimem

De acordo com os aspectos pedagógicos que pudemos explicitar acerca das práticas locais de extensão popular, é notório constatar existirem nestas experiências o desenrolar de um inconformismo, por parte do estudante, diante da realidade social com a qual passa a ter contato. A vivência cotidiana com os protagonistas das camadas populares permite aos estudantes testemunhar de perto as dores, os desconfortos e as facetas mais injustas das desigualdades sociais, o que geralmente provoca nestes um inconformismo quanto a atual organização da sociedade, estimulando-os a engendrar

esforços no sentido da superação daquelas condições difíceis e humanamente contraditórias. Portanto, podemos afirmar que o inconformismo está presente como elemento pedagógico desde as experiências locais de extensão popular. Contudo, é importante observar que, para muitos projetos de extensão popular, há limitações em explorar esta dimensão, a partir de uma realidade comunitária ou social específica. Geralmente, os extensionistas são tão envolvidos pela realidade com a qual trabalham, que pouco param para analisar e refletir que aqueles mesmos problemas são enfrentados por outros setores sociais em diferentes localidades pelo mundo. Ademais, em não vivenciando outras realidades, dificilmente poderão compreender o significado político e conjuntural daqueles problemas sociais. Não se tratam apenas de problemas de um determinado coletivo ou agrupamento, mas reflexos de estruturas sociais mais amplas, que incomodam e oprimem.

Ao participar dos encontros e das ações do movimento nacional de extensão popular, o estudante poderá conhecer protagonistas de outras lutas sociais, em diferentes projetos de extensão e movimentos sociais, com os quais poderão perceber que os problemas percebidos na comunidade ou movimento onde atuam são reflexos de estruturas maiores e mais complexas. Com isso, intensifica-se sua formação política, especialmente no sentido de compreender com uma visão mais estrutural, conjuntural e política os problemas que enfrenta.

Tenho aprendido sobre a importância político-social, local e nacional, do trabalho conjunto, sob a perspectiva da Educação Popular, na intenção de questionar a uniformização e o isolamento epistemológicos das universidades no Brasil. Tenho aprendido sobre outras formas de fazer ciência. Tenho aumentado meu repertório cultural. Tenho dialogado com gentes que buscam construir realidades mais fraternas, mais respeitadoras, mais democráticas (Murilo Leandro Marcos, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Dessa forma, a ANEPOP não apenas nasceu do inconformismo de diversos atores com o cotidiano universitário, mas propiciou que, partindo da crítica ao modelo de organização dos CBEU, os estudantes olhassem criticamente para, respectivamente: o contexto da extensão universitária; o contexto da formação universitária; e a problemática da universidade como um todo. Deste modo, o inconformismo requeria formulação de reivindicações e propostas pelo movimento, as quais necessitavam de análises mais profundas e conjunturais para ter sustentação. Decorre daí as críticas deste

movimento, construídas preponderantemente por estudantes de graduação, não a partir de estudos teóricos lidos, mas a partir de sua vivência no movimento de extensão. No ensino, questionar a predominância da educação bancária; na pesquisa, a auto-suficiência e ensimesmamento de uma universidade que vê a sociedade apenas como objeto para coleta de dados, bem como a pouca preocupação quanto a função social dos estudos científicos; e na extensão, a tímida preocupação com a comunicação com o povo, com a ênfase na transmissão de conhecimentos.

Assim, a experiência da ANEPOP propiciou aos extensionistas populares vivenciar uma experiência pedagógica singular: o confronto da pedagogia de seus projetos com a forma como a extensão e a universidade se organizavam preponderantemente em nível nacional, sentidas quando estes estudantes vieram participar de eventos nacionais da área. Nesse confronto, percebia-se que era ainda minoritária no contexto hegemônico universitário a Educação Popular, permeada principalmente pelo diálogo (Freire, 1987) e pela ação comunicativa (Habermas, 1987a; Habermas, 1987b) na perspectiva da emancipação social, humana e material das classes populares, numa convergência entre Educação Popular e emancipação social²⁹. Pelo contrário, testemunhavam-se os autoritarismos e academicismos, numa aplicação técnica da ciência (Santos, 1996) permeada por pouco ou nenhum compromisso social.

é (...) uma insatisfação com um modelo de formação, porque quando a gente está construindo a articulação, está discutindo a intenção, a coisa que vem é: “Ah não quero mais ficar no que já está colocado modelo de sala de aula, no modelo de atividades de extensão” (Etel Matielo, em depoimento registrado através de grupo focal).

Dessa forma, a pedagogia crítica e o olhar aguçado desenvolvidos nos projetos de extensão popular acabavam por formar subjetividades cada vez mais inconformistas e questionadoras do status quo universitário. A origem da ANEPOP está fortemente ligada a este processo pedagógico e a este inconformismo.

ANEPOP é uma vontade, é um consciente coletivo de pessoas, de estudantes em sua maioria, que traziam isso consigo, traziam uma vontade diferente que eles tinham dentro de seus cursos, de suas formações na graduação, e uma vontade de uma prática diferente, fugindo do tradicional, que fugissem só das salas de aula, que fugissem

²⁹ Teoricamente estudada e sistematizada por Zitkoski (2004).

só dos laboratórios (Murilo Leandro Marcos, em depoimento registrado através de grupo focal).

Para Boaventura de Sousa Santos (1996), o inconformismo é um elemento pedagógico e político primordial para se pensar num projeto educativo emancipatório. Num mundo repleto de contradições humanitárias e com uma ordem social dominante cheia de autoritarismos e desumanismos, uma aprendizagem emancipadora somente pode ganhar campo quando se desenvolve a partir de conhecimentos conflitantes, por meio de “imagens radicais e desestabilizadoras dos conflitos sociais (...), imagens capazes de potencializar a indignação e a rebeldia. Educação, pois, para o inconformismo” (Santos, 1996, p.17). Podemos afirmar que o surgimento da ANEPOP se deve muito a um inconformismo coletivo, solidariamente compartilhado e, até por isso, gerador de uma pedagogia transformadora de ação-reflexão no cenário político da extensão brasileira.

Com isso, de acordo com Oliveira (2006, p.145), podemos compreender que uma das funções dos processos educativos emancipatórios assentados nos inconformismos é

contribuir para a desnaturalização das predominâncias identificadas na sociedade como um todo, buscando a criação de novos sentidos comuns políticos, jurídicos e epistemológicos, fundados em relações mais equilibradas e menos hierarquizadas entre as diferentes formas de integração nas diferentes dimensões da vida social.

Todavia, este inconformismo não se constituiria em elemento pedagógico sem repercutir em mudanças e tomadas de atitude. Nesse sentido, acreditamos que o inconformismo, num projeto educativo emancipatório, deve estar necessariamente vinculado a construção de novos horizontes que divirjam radicalmente das situações que incomodaram e oprimiram. O inconformismo só estará atrelado à construção de inéditos viáveis se constituirmos novas práticas democráticas, “se entendemos a democracia como um sistema no qual as relações sociais se fundam em relações de autoridade partilhada, é preciso que desenvolvamos práticas adequadas, ou seja, que pratiquemos, tanto quanto possível, relações desse tipo” (Oliveira, 2006, p.145). A experiência da ANEPOP nos permite identificar na Educação Popular esta prática democrática alternativa à tudo aquilo que gerou o inconformismo, indo na direção concreta da esperança por mudança.

*Aprendi a respeitar o meu diferente, mesmo que seja para refutá-lo.
Aprendi que sempre há saída, alternativa para o que parece estar posto
como verdade (Daniela Dantas, em depoimento registrado através de
entrevista individual).*

Para muitos estudantes, compreender a Educação Popular passou a constar de tarefa obrigatória da vivência na ANEPOP, na medida em que aquela era vista não apenas enquanto metodologia de condução de sua relação com a comunidade em seus projetos, mas como uma visão de mundo, correspondente a preceitos e orientações de ordem filosófica para as relações humanas, políticas e educativas como um todo. A insistência na Educação Popular como pressuposto filosófico orientador constituiu uma das mais marcantes contribuições da ANEPOP enquanto movimento, como se pode ver nas opções metodológicas que fez em seus eventos educativos e nas formas de condução política e organizativa do movimento em sua história.

A cada dia, ao ler e responder às mensagens enviadas na lista de discussão por diversas pessoas em todo o país, passávamos a olhar com outras lentes para nossos projetos de extensão. Não se tratavam apenas de tarefas pontuais, ou projetos de ação comunitária específicos com metas a se alcançar. O modo como conduzíamos as ações e o processo de formação universitária ali desenvolvidos tinham uma importância singular no cenário nacional, e continham sabedorias e conhecimentos singulares na discussão da reforma universitária. Como membros ativos daqueles projetos de extensão, sentíamos-nos desafiados em fazer valer aqueles conhecimentos, dar visibilidade àquelas ações e contribuir na organização de experiências similares em outras localidades. Ademais, posso dizer que éramos apaixonados por nossos projetos locais. Para muitos de meus colegas e eu, o projeto de extensão significava mais do que uma oportunidade de praticar a técnica ou vivenciar a realidade profissional; era a realização cotidiana de um sonho antigo: ser educador. Assim, muitos de nós fomos descobrindo uma paixão em cuidar da estrutura, da organização e da sistematização do projeto. Era o trabalho que sempre quisemos fazer e vivenciar. Sendo assim, sentíamos-nos provocados e mobilizados a lutar para que esse trabalho ganhasse mais vez e voz, fosse reconhecido e ajudasse a orientar a transformação das práticas mais tradicionais.

O inconformismo nos estimulava a fazer valer nossos sonhos. Assim, a dimensão inconformista da ANEPOP demonstra sua relevância essencial na pedagogia deste movimento, ao estar intimamente articulada a construção de enfrentamentos e

novos caminhos. O inconformismo não vem sozinho na pedagogia deste movimento. processualmente, está acompanhando da capacidade de sonhar e incorporar o abstrato ao concreto vivido, como ressalta Natália Madureira (em depoimento registrado através de entrevista individual)

o imaginário porque é necessário um grande poder de abstração e de projeção de uma realidade que não existe para poder vislumbrar um proposta diferente, um projeto inovador, com aquilo que tem potencial pra ser mas ainda não é, não é possível transformar a sociedade, a realidade, a universidade sem uma boa dose de abstração, de sonho.

Todavia, o sonho a ser construído não está solto e pouco claro. Para parte significativa dos extensionistas membros da ANEPOP, este sonho possui um caminho bem delineado para sua construção: a Educação Popular.

A Educação Popular incorporada no sentir, pensar e agir dos extensionistas

A decisão de criar uma rede cuja identidade aglutinadora estava na Educação Popular somente pôde ser tomada pela compreensão, por parte dos fundadores da Articulação, de que esta filosofia educativa denotava uma intencionalidade orientadora de suas ações e princípios. Acreditamos que a participação estudantil em eventos nacionais é um dos principais elementos impulsionadores dessa assunção. Ora, a conhecer a diversidade de perspectivas universitárias existentes, os estudantes conseguem enxergar melhor as contradições acadêmicas e desenvolver percepção mais aguçada sobre as intencionalidades dos trabalhos sociais empreendidos pela academia. É claro que, normalmente, ao tomar parte de projetos de extensão popular, logo os estudantes percebem as diferenças deste espaço em relação àquele da sala de aula. Contudo, presenciar as contradições da extensão contribui para forjar uma visão mais ampla sobre os propósitos das ações acadêmicas. Ademais, a pouca valorização do saber estudantil e comunitário revela uma perspectiva de produção do conhecimento dura, inflexível e pouco articulada com as trocas de experiências amorosas e dialogantes da extensão popular. Por tudo isso, ao saber existir todo tipo de extensão, inclusive as autoritárias, descobre na Educação Popular não uma simples ação, mas uma teoria inspiradora fundante.

Dessa maneira, os estudantes aprendem que, num cenário de lutas sociais por uma organização mundial pautada por princípios humanamente éticos e democráticos, a

Educação Popular constitui referencial qualificador político, pedagógico, metodológico e ético, aplicável a qualquer tipo de trabalho social. Em outras palavras, descubrem que é preciso analisar a dimensão política e a intencionalidade do trabalho que se faz. Não basta realizar trabalhos sociais comunitários. É preciso, em todos os momentos, deixar claro que se constrói, no seio destes empreendimentos, outra hegemonia educativa. Se tal reflexão é tortuosa de fazer no seio dos projetos de extensão, ao participar do movimento nacional o estudante pode observar as contradições que permeiam a extensão universitária e localizar suas experiências de extensão popular como caminhos contra-hegemônicos nas universidades, com uma especificidade bem demarcada: suas iniciativas definem a educação como socialmente comprometida e historicamente influenciada; uma educação pela liberdade e para a autonomia, disposta ao diálogo.

A Educação Popular não como mera apresentação de novas "formas pedagógicas ativas e participativas", mas como uma concepção de mundo, onde se vê o que geralmente não se enxerga pelas barreiras existentes entre as classes e as relações sociais implicadas a estas (Vinicius Ximenes, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Assim, quando formados em seus respectivos cursos universitários, poderão construir ações sociais com outro referencial ético-político, e uma leitura mais aguçada da sociedade que se deseja delinear.

A formação crítica que esta percepção da Educação Popular traz é a de construirmos nossa opção de classe, estando junto aos trabalhadores na construção de sua perspectiva de "classe para si" (Vinicius Ximenes, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Desde seus primeiros passos, a organização da Articulação demonstra a característica participativa com a qual o movimento foi conduzido, o que constitui uma perspectiva metodológica da Educação Popular. A este respeito cabe ressaltar que, inspiradas na Educação Popular, as formas como a construção e desenvolvimento da ANEPOP foram se configurando devem-se ao aprendizado de seus protagonistas em diversos espaços de ação dos movimentos sociais e de Educação Popular, em caráter local (projetos de extensão e comunidades) ou em caráter nacional, através de sua convivência com articulações e coletivos como a ANEPS, a REDEPOP e algumas executivas nacionais de movimento estudantil. Foi em espaços como estes que os

membros da ANEPOP aprenderam como delinear momentos de encontro, trocas de experiências e debates políticos, a partir da perspectiva da Educação Popular.

Aprendi a aprender-ensinar um pouco mais, ouvir o outro, errar e acertar o tempo inteiro, fazer e refazer as coisas, construir e desconstruir, movimentar as idéias até que cheguem numa maior qualidade, deve ser o tal fazer fazendo... o caminho no caminho... (Diego Santos, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Nos eventos promovidos, as rodas de conversa constituíam a principal formatação escolhida para o desenvolvimento dos debates. Nestes momentos, utilizava-se a estratégia de dividir o público presente em subgrupos com um número menor de participantes. Tal arrumação visava propiciar às pessoas um maior clima de aproximação e intimidade no desenrolar das conversas, permitindo-lhes compartilhar suas experiências e deixando-as a vontade para interagir de acordo com suas prioridades e saberes. Por isso, a estes subgrupos ficava destinado o maior tempo da atividade, de forma a deixar os diálogos e trocas de experiências desenvolverem com maior tempo e dedicação. No momento final, o grupo inteiro voltava a se reunir em conjunto para compartilhar as principais impressões, sentimentos e avaliações que puderam sentir e construir quando nos pequenos grupos. A partir de sua fala, um debate final emergia, a partir das principais questões emanadas das conversas, as quais eram também trabalhadas e analisadas por debatedores convidados.

Alguns com ampla experiência e sabedoria ao lado daqueles que estavam começando, discutindo de igual para igual, no mesmo patamar, valorizando todas as opiniões. Todos se enxergavam nos olhos dispostos em roda e tinham espaço para se manifestar (Camila Miranda, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Com isso, muitos dos estudantes podem ir constatando que os espaços de trabalho social e de formação podem estar permeados de aprendizados mediatizados pelas trocas de experiências em diálogos. Há outros promissores jeitos de pensar, planejar e realizar os momentos educativos, o que ajuda também a dar operacionalidade pedagógica a muitos dos inconformismos e insatisfações sentidos por estes estudantes vindos de diversas experiências de todo o país. Ao ser incorporada no jeito de sentir, pensar e agir do movimento nacional de extensão popular, a Educação Popular foi se expressando na ANEPOP de maneira a ensinar um que-fazer aos extensionistas.

aprendi a olhar, a encontrar uma maneira de fazer a tal revolução social que eu tanto pensava. (...) a Educação Popular é uma ferramenta muito fantástica para a revolução, (...) através dos aprendizados da Educação Popular e das práticas em extensão que tenho feito com o que aprendi nos espaços, nas listas de e-mail, nas conversas particulares com essas pessoas todas (Daniela Dantas, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Em vários depoimentos, se reforça que os espaços educativos conseguiram promover a valorização de cada pessoa em sua inteireza e inconclusão, na perspectiva da amorosidade.

Eu aprendi a sorrir para o outro, a olhar com olhos de ver, a ouvir com ouvidos de escutar, a buscar o que fica por trás da cara amarrada, da dureza das mãos, da tristeza no rosto. Eu aprendi que é possível que as coisas aconteçam de uma forma diferente, é possível reconhecer-se nos outros. Eu aprendi a gostar de pirão em final de tarde na beira da praia, de fazer vídeos de madrugada, de passar horas conversando com alguém que a gente pouco conhece, de fazer malabarismo para passar o tempo, de ouvir e contar histórias. Aprendi principalmente a respeitar o que é importante para o outro e sua história de vida (Natália Madureira, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Nessa perspectiva, amorosidade não revela um sentimento de pieguice, como poderia fazer entender uma análise precipitada. Pelo contrário, como fundamentou Freire (1992; 1996), o desenvolvimento da amorosidade só é possível quando marcado pelo encontro dos seres humanos em sua tarefa de ser e fazer mais. Nestes encontros do movimento de extensão popular, a valorização da energia singular de cada pessoa, em sua inteireza e subjetividade, serviam sobremaneira para reforçar a crença de que a mudança é possível. Amorosidade como o reconhecimento de nossa condição humana e a ousadia do conhecimento que extrapola a dimensão exclusivamente racional.

O contraste entre o diálogo, a valorização e o acolhimento de cada um, que encontrei na ANEPOP, com a dureza, as imposições e as “castrações” que nos são oferecidos todos os dias nos espaços formais de ensino teve o poder de me marcar fortemente e redirecionar minha formação e atitudes profissionais (Camila Miranda, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Na ANEPOP a gente relembra que gente é gente, aqui ou em qualquer parte do mundo e para estabelecer uma relação basta oferecermos quem somos (Natália Madureira, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Nessa perspectiva, descobre-se Educação Popular na prática concreta onde existe:

o desejo de construir autonomia individual e coletiva; exercício da escuta e do diálogo (e a aposta neles como ferramentas transformadoras); estímulo à bagagem cultural de cada pessoa na interação com os novos conhecimentos, a fim de estar sempre aberto para a elaboração de novos saberes; potencial da articulação arte-cultura-política-espiritualidade nos processos formativos (Murilo Marcos, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Nessa esteira, novos atores surgiam e sentiam-se acolhidos a participar da construção da Articulação, na medida em que os espaços educativos não apenas favoreciam a agregação de novos conhecimentos e experiências, mas os incluíam na pauta de construção do movimento e acolhiam estas pessoas a participar das ações empreendidas. Ademais, todas as decisões deliberativas referentes aos caminhos a serem percorridos pelo movimento e às estratégias a serem adotadas eram tomadas somente em reuniões abertas da Articulação, convocadas com antecedência e abertas a todas as pessoas com interesse e compromisso em participar. Por conta da distancia entre os membros, muitas das decisões eram tomadas em reuniões “virtuais” pela internet, ou através de consensos em debates na lista de discussão.

Isto ocorre, dentre outras possíveis razões, pela potencialidade da amorosidade em fazer com que as pessoas acreditem em si mesmas e nas outras, algo fortalecido provavelmente pelo sentimento de comunhão forjado nestes espaços educativos, nos quais as pessoas constatarem que, independente do local do país e do mundo, há esforços similares sendo empreendidos na direção da mudança. Mesmo com temáticas ou metodológicas diferentes, há algo que os une. Esse fio condutor comum trata-se justamente da Educação Popular, como princípio ontológico e categoria teórico-filosófica inspiradora. Este “não estar sozinho”, constatado de maneira inequívoca nos encontros do movimento nacional de extensão popular, revela-se um potencial dinamizador pedagógico. Pois, ao invés de ensinar conteúdos disciplinares, encoraja as pessoas para a luta contra-hegemônica e lhes provoca uma paixão sem precedentes pela humanidade. Assim, tal reflexão surge no depoimento de Vinicius Ximenes (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 01/11/06), “(...) este CBEU foi um catalizador inesperado pra mim. Sei lá, senti aquela sensação de ter encontrado lá no fundo do armário aquela roupinha (...) que adorava usar. (...) aquela

alegria vivente, espontânea, ardente que sentia antes, quando lá no primeiro período do curso de Medicina sentia quando ingressei no projeto”. Já para Natália Madureira (em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 01/11/06), “pude comprovar mais uma vez o poder transformador da subjetividade (ou amorosidade como o Pedro insistiu tanto em dizer) neste espaço tão rico em sonhos, culturas, valores e sentimentos”.

Assim, não havia espaço para autoritarismos e vanguardas. A Educação Popular não configurava apenas uma reivindicação, mas também uma frente inspiradora das formas de organização do movimento, tendo no espírito participativo um significativo elo pedagógico.

Mesmo havendo claramente um grupo de pessoas mais dedicadas a frente dos trabalhos articuladores, seu posicionamento nas discussões, preponderantemente, reivindicava a participação de todos, pela elaboração de sugestões, críticas e idéias do como caminhar. Parecia-lhes claro que a Educação Popular constituía também a forma de conduzir o movimento.

A horizontalidade é o maior marco, a vontade de ser igual (apesar do sistema insistir em dizer que somos diferentes e valemos diferente), a participação coletiva para a construção dos projetos (muitas vezes frustrante, mas que quando dá certo dá um brilho nos olhos e um sangue extra pro coração). Vejo que tentamos construir a ANEPOP dessa maneira, mesmo que em alguns momentos ela seja virtual demais, a tentativa é presente (Daniela Dantas, em depoimento registrado através de entrevista individual).

As vivências educativas promovidas na ANEPOP evidenciam ser um de seus pressupostos pedagógicos a constituição processual de inéditos viáveis, ou seja, ao ingressar no movimento nacional de extensão popular, as pessoas reconhecem ser imprescindível não apenas denunciar as estruturas opressoras, mas também demonstrar que é possível organizar a produção de conhecimentos de outras maneiras.

As Tendas Paulo Freire promovidas ao longo da história da Articulação, por exemplo, não existiram apenas para demarcar território para a Educação Popular no contexto acadêmico. É verdade que isto ocorreu, mas a Tenda significou muito mais, ao configurar a prova inequívoca de que a universidade e a produção de conhecimento podem ser diferentes. De que os eventos científicos podem ter outras “caras”. Em

segundo lugar, a formação de novos atores na Tenda permitia a chegada de novos parceiros na luta do movimento, abrindo outras perspectivas de inserção e interação, e inaugurando um espalhamento nunca antes visto da discussão de extensão popular por todo o país.

Nessa direção, era incentivada a compartilhagem dos poderes e das oportunidades de crescimento pessoal, com vistas ao avanço coletivo. Ao participar do movimento nacional de extensão popular, o estudante não apenas podia perceber, mas vivenciar esse processo. A partir de sua criação, é notória dentro da ANEPOP a capacidade de aglutinação criativa e de construção conjunta de experiências educativas. A lista de discussão é um instrumento capaz de garantir este potencial, superando em muitos momentos a distância presencial dos articuladores. Dedicando-se regularmente a leitura de todas ou da maioria das mensagens enviadas na lista, os membros da Articulação podiam acompanhar os diferentes debates empreendidos e, como numa roda de conversa, colocar também seu ponto de vista, sugestão e encaminhamento.

Gostaria de agradecer o privilégio de encontrar um espaço de vazão a algumas opiniões sobre a universidade e seu papel na sociedade, agradecer o convívio com idéias e ideais próximos. Fico contente em partilhar do olhar de uma universidade radicalmente voltada a transformação de uma sociedade controlada e desigual. O trabalho fica mais bonito quanto partilhado. (...) Nossa universidade que luta precisa estar de mãos dadas com a articulação nacional de extensão popular (Rafael Pereira, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 13/10/06).

Aos poucos, os consensos vão sendo construídos entre estes sujeitos, na medida em que os debates avançam. Em muitas ocasiões, os debates não conseguem encontrar consenso, na medida em que diferentes opiniões não conseguem dialogar e comungar. Noutros momentos, alguns debates se encerram com o tempo, sem encaminhamento concreto dado.

Com o tempo, as ações da ANEPOP demarcavam um jeito diferente de reivindicar e mobilizar. Pedagogicamente, os articuladores organizavam oficinas, vivências e rodas de conversa onde podiam, sob a luz da Educação Popular, conversar abertamente sobre a mudança da universidade e sobre a extensão popular. Assim, não buscavam apenas “gritar” suas inquietações, mas trabalhar pedagogicamente novos e potenciais atores para esta luta, o que ocorreu inclusive com pró-reitores de extensão, os

quais eram, para alguns setores da extensão popular, inimigos políticos. Contudo, através de uma oficina organizada pela ANEPOP nesta perspectiva pedagógica, descobriu-se alguns parceiros no Fórum de Pró-Reitores, e outras dimensões de conquistas abriram-se na luta da extensão popular. Eis outro elemento importante existente na pedagogia deste movimento de extensão popular.

(...) falei com o pró-reitor de extensão nosso da Universidade Federal de Sergipe, nosso companheiro Rui Belém, e ele entusiasmado pois participou de uma reunião em Brasília, onde estavam o pessoal da ANEPOP, dos estados, e citou pessoal da Paraíba, quer fazer com a ANEPOP uma Tenda Paulo Freire dentro da UFS, para sensibilizar a academia para a questão da Educação Popular, já agendamos terça-feira próxima as 16 horas para conversarmos (Simone Leite, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 17/06/07).

A irradiação dos aprendizados acumulados

A Extensão Popular irradia. Ao contrário do que se pode pensar ao olhar para a hegemonia tradicional da extensão universitária, os ecos da extensão popular podem ser escutados em diversas instituições e organizações sem qualquer tradição neste campo. Principalmente através de pessoas que conhecem experiências deste tipo em artigos, documentários, documentos, relatórios ou mesmo a partir do boca a boca. Por isso, nos diversos debates organizados pela ANEPOP em muitas localidades do país, mesmo em locais com tímida presença de extensionistas populares, sempre foi notória a presença de estudantes, técnicos, professores e militantes sociais curiosos com o tema. Estes sujeitos enxergavam o potencial da extensão popular, seja na formação estudantil, seja no fortalecimento dos movimentos sociais, seja na construção de metodologias de pesquisa mais ativas e participativas, ou mesmo na elaboração de novas formas de conduzir o trabalho social em serviços públicos, como educação, saúde, dentre outros. Sua principal reivindicação era aprender sobre o tema, conhecendo experiências bem-sucedidas.

(...) aqui na UNIFESP - Federal de São Paulo estamos organizando um grupo de estudos sobre Extensão, no qual pretendemos estudar e discutir junto com pessoal da universidade as questões ligadas a extensão desenvolvida internamente e os assuntos relacionados. (...) Além disso, conseguimos uma sala na universidade, que será referência para todas as atividades de extensão. A mobilização ainda está pequena, entretanto, a extensão na nossa universidade está se tornando

cada vez mais presente e vamos mobilizando alunos a se integrarem do que ocorre (Cassiane Lemos, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 24/11/06).

A partir de então, pôde ser desvelada outra importante dimensão e papel social da ANEPOP para as universidades: a irradiação da metodologia da Educação Popular no cenário universitário. Contudo, cumpre ressaltar ser esta irradiação não apenas um espalhamento vetorial e quantitativo. Ao adentrar na ANEPOP, estes curiosos passavam a estar cotidianamente conectados com diversos extensionistas populares de todo o país, dispostos a manter a troca de experiências, e acompanhar a implementação de novas experiências em outros locais. Desenrolava-se então um apoio solidário e pedagógico àqueles sujeitos desejosos de experimentar este tipo de atividade.

(...) assim que cheguei, já procurei o DCE [Diretório Central de Estudantes] para está puxando a discussão sobre extensão popular, mas infelizmente a gestão não se interessou (...). Então procurei um grupo de estudantes, denominado LIGA, que ultimamente vem "assumindo" o "papel" do DCE e realizado diversas atividades na comunidade do Sá Viana, que rodeia nossa instituição. Infelizmente muitas das ações do grupo precisam ser revistas, mas eles se demonstraram extremamente interessados sobre o assunto e disponíveis para "mudar" (eles mesmos não gostam muito de algumas ações assistencialistas que vem aplicando, mas segundo eles mesmos não sabem outra maneira de fazer). Então (...) vim pedir uma ajuda para poder montar um projeto de Extensão popular (Educação Popular, promoção de saúde), o início de uma extensão aqui no Maranhão (Anderson Brito, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 09/11/06).

Deste modo, para muitas pessoas, a participação no movimento de extensão popular servia também como incentivadora da criação e fortalecimento de projetos em regiões e instituições com tímida experiência na área. Ficava evidente que a participação na ANEPOP ensina caminhos possíveis para o desenvolvimento de trabalhos sociais em comunidades com a Educação Popular, um saber sutil e difícil de acumular, mas desenvolvido e estimulado pelas trocas de experiências decorridas nos encontros do movimento nacional.

Através da participação nestes espaços aprendi a metodologia da extensão popular. Desta forma, compreendi a importância do trabalho de extensão construído junto com a comunidade, respeitando suas necessidades e conhecimento popular (Cassiane Lemos, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Aqui também se aplica a busca pelo inédito viável na medida em que diversos atores sentem-se encorajados e esperançosos de constituir espaços outros para o fortalecimento de perspectivas mais críticas e participativas nas suas diferentes universidades.

Queria informar que hoje iremos fazer mais uma oficina de extensão popular aqui no Maranhão. Temos realizado um grande trabalho no sentido de expandir a extensão popular pela nossa universidade, e a resposta desse trabalho tem sido bastante gratificante. Nas reuniões do CAMAR (Centro Acadêmico de Medicina Antônio Rafael - UFMA) temos discutido cada vez mais a extensão. Tomei a liberdade de anexar um vídeo da ANEPOP e passar durante a oficina (...) (Khalil Feitosa, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 12/09/07).

Uma organização política participativa

Notadamente, a ANEPOP trouxe, para o movimento de extensão nas universidades brasileiras, um fio condutor e identitário necessário. Marcos Vasconcelos (em depoimento registrado através de grupo focal) reforça:

A ANEPOP trouxe isso, já colocar no nome dela um modelo, uma escolha de opção de extensão, já pra você entrar na ANEPOP pelo menos pra compreender o que é aquele modelo de extensão que traz ali, que é uma extensão que ela tá caracterizada, tem um objetivo ali, e só eu querer saber e conhecer mais isso, é uma forma de pensarem que é uma coisa de revolucionário (...). Ou então uma forma também de [outras pessoas] se aproximarem.

Outrossim, parece marcante na história deste movimento sua busca em materializar suas intencionalidades e pressupostos filosóficos. Ou seja, evitar se caracterizar apenas pelo discurso contra-hegemônico, mas imbricar apoio às iniciativas e experiências dedicadas expressamente ao desenvolvimento cotidiano de novos caminhos para a universidade como um todo.

Para Murilo Leandro Marcos, não basta que a intencionalidade esteja no discurso se ela não se incorpora na prática, contribuindo para o avanço histórico e as conquistas do movimento. Para ele (em depoimento registrado através de grupo focal),

(...) mais que trazer uma idéia, ela traz uma idéia materializada assim, um projeto que já tá existindo e buscando formas de assim... Sistematizar práticas e apontar pra essa Educação Popular (...)

Outra interessante característica organizativa da ANEPOP é sua leveza estrutural, evitando seguir as tradições políticas de alguns movimentos sociais e estudantis de esquerda, que privilegiam mais a estrutura e a disputa de cargos do que o trabalho e a construção coletiva das ações em si. Ao longo de sua história, a ANEPOP foi construída sem cargos eleitos, tendo sua história conduzida por pessoas vindas da base das experiências de extensão popular, que se desafiaram a lutar por algo mais: por mudanças no seio da universidade. Nesse sentido, evita-se cultivar na Articulação a idéia de representatividade ou de hierarquias. O movimento é construído com a fluidez que lhe é própria, não com 100% dos extensionistas populares brasileiros ou com um quorum mínimo deste público, mas sobretudo com aquelas e aqueles que se dispõem a construir caminhos coletivamente, pensar estratégias e trazer ações inovadoras. Neste ponto, Etel Matiello (em depoimento registrado através de grupo focal) destaca:

a questão assim de não ser representativa, de não representar movimentos, mas das pessoas que tão ali fazendo parte, eu acho que isso é uma inovação da ANEPOP, a questão de uma certa independência financeira, de não ficar assim Ah, só vai existir ANEPOP enquanto tiver financiamento para fazer o encontro... E a questão de que ela surge de uma materialidade concreta né? Ela surge de um, digamos, parece que ela veio de baixo pra ser criada em cima, ela não foi em cima criada e foi indo pra baixo. Talvez até a própria sustentação dela se der muito por conta disso. Da gente ver quando a gente se encontra, quando a gente discute, a gente continuar sempre percebendo as pessoas novas que estão chegando, percebendo que realmente é importante a gente tá articulado, a gente tá refletindo, que esses momentos dão visibilidade, e a gente manter o propósito da extensão popular.

Assim, ao analisarmos o histórico da ANEPOP, podemos perceber uma forma de organização política peculiar em desenvolvimento. Diferentemente de muitas estruturas organizacionais políticas presentes na sociedade, inclusive nos movimentos sociais, as pessoas que construíram a história da ANEPOP até 2007 elegeram como suas categorias estruturantes centrais a leveza e a frouxidão; preferiram o encontro comunicativo e pedagógico como atividade central; e optaram por confiar mais em pessoas do que em estruturas, o que é percebido pela pouca dedicação do movimento em criar e cultivar estruturas de comando e organização, privilegiando a compartilhagem de tarefas e trabalhos, confiando nas pessoas através da pronúncia de suas disponibilidades, desejos e possibilidades de contribuição. No interior do movimento, sempre há quem discorde desta forma organizativa. Muitos referem este arranjo como

sinônimo de falta de organização, ou mesmo de ausência de uma diretividade maior para o avanço histórico do movimento. Esta crítica afirma existir na ANEPOP pouca afirmação de seus princípios, definição de sua estrutura política e delineamento de sua missão e projetos de futuro. Contudo, a análise da história da Articulação demonstra que estes pensamentos ainda não ecoaram em mudanças ou novas perspectivas consistentes para o movimento. No período deste estudo, perseverou a compreensão da ANEPOP como lugar de encontro subjetivo, significativo e pedagógico; a partir dos quais, estudantes, professores, técnicos e lideranças sociais e comunitárias podem re-significar a universidade e, quando quiserem e como quiserem, engendrar esforços para criação de inéditos-viáveis no cenário acadêmico.

O respeito as subjetividades, o diálogo aberto e horizontal, a construção coletiva do conhecimento, a troca e o compartilhamento de saberes, a busca pelo protagonismo e a participação popular, a intencionalidade política e crítica, e a presença e busca permanente da amorosidade (Diego Santos, em depoimento registrado através de entrevista individual).

Horizontalidade nos debates independentemente de estarem presentes doutores ou pessoas das comunidades, movimentos populares, abertura para toda pessoa que esteja lá dentro fale, ou seja, um espaço democrático e reflexivo sempre! (Nayara Monteiro, em depoimento registrado através de entrevista individual).

De acordo com a concepção conversitária, esta leveza organizativa tem que ver com a assunção, pelos articuladores, da complexidade dos processos políticos e pedagógicos inerentes ao movimento. Fleuri ressalta que esta perspectiva nos desafia a trabalhar com a incerteza e com um pensamento multidimensional, um pensamento que se baseia na dialógica; e cita Edgar Morim (1995, p. 57; p. 59-60):

O que significa dialógica? Significa que duas lógicas, duas 'naturezas', dois princípios são coligados em uma unidade sem que com isto a dualidade se dissolva na unidade. (...) Assim, o método da complexidade nos orienta a pensar sem nunca fechar os conceitos, a quebrar as esferas fechadas, a restabelecer as articulações entre o que se encontra dividido, a nos esforçar para compreender a multidimensionalidade, a pensar com a singularidade, com a localidade, com a temporalidade, a jamais esquecer as totalidades integradoras.

Com efeito, duas dimensões destacam-se neste movimento desde sua origem e com o seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, podemos dizer que a ANEPOP possui uma estrutura elementar essencial: o lugar de encontro.

Acho que ANEPOP é uma rede, agora uma rede frouxa em alguns pedaços frouxos, e em outros pedaços mais densos e intensos. Então acho que pra colocar essa contrariedade, é contrariedade mesmo, uma certa diferença, mas é uma coisa permitida dentro da ANEPOP que é uma rede frouxa em alguns espaços e mais densa pros outros. Mas ela sempre tá aí, ela tá furada, mas ela é densa e frouxa. Então as vezes dá um certo nervosismo, uma certa... tipo querer que ela as vezes fosse mais frouxa, e as vezes querer que ela fosse mais densa, mas ela existe e ela tá aí (Marcos Vasconcelos, em depoimento registrado através de grupo focal).

E, em segundo lugar, a partir destes encontros significativos, a ANEPOP propicia a ação transformadora no cenário universitário pela dedicação de seus sujeitos na construção coletiva de iniciativas fortalecedoras da extensão popular.

Ela sempre teve, as vezes com poucas pessoas, com poucas reflexões, mas ela sempre teve ali assim... naquela questão de se enxergar e de saber que tipo: Ah, eu preciso trocar uma idéia, eu preciso de uma força, aquele grupo me suporta né? E aí eu acho que também dá o caráter de rede isso. Tipo, tou com uma dúvida num projeto de nutrição, aí se eu falar isso na rede todo mundo coloca suas idéias (Etel Matielo, em depoimento registrado através de grupo focal).

o fato dela estar sendo tecida é que cada fio está tocando vários outros fios. Isso pra mim é o fato mais rico, que eu vejo materializado na ANEPOP. Isso a gente pode materializar nas pessoas que se encontram, né? Um ano depois, dois anos depois... Um fio tava lá, depois tava pra cá, e se encontrou... E acho que isso é muito material mesmo, os fios que são as pessoas e suas trajetórias vão se cruzando por aí, e ali e aqui... (Murilo Leandro Marcos, em depoimento registrado através de grupo focal).

Dessa maneira, leveza organizativa e confiança nas pessoas compõem um mosaico estruturante essencial, segundo o qual se mantém uma estrutura político-administrativa participativa e dialogal, mas nada frouxa em termos identitários e de luta, a qual continua sendo tocada pelas pessoas do movimento.

A gente tem essa intenção de ser leve, mas ao mesmo tempo consegue sistematizar, refletir, consegue criar algo que vá ficar e direcionar, uma carta, sei lá um... relato da oficina... (Etel Matielo, em depoimento registrado através de grupo focal).

De todos estes elementos, talvez a fé no outro, cristalizada na confiança nas pessoas como ativadores e construtoras do movimento (e não necessariamente em estruturas, cargos ou instituições), esteja mais presente na ontologia deste movimento. Concordamos então com Fleuri (2004, p.34), considerando esta uma característica de um conhecimento conversitário, onde há uma ênfase sobre a relação recíproca entre sujeitos como fator criativo do conhecimento, superando a concepção de sujeito de conhecimento como simples intencionalidade pressupostamente individual ou absoluta. Desse modo, compreendemos que a forma de organização escolhida pela maioria dos articuladores do movimento de extensão popular não é simplesmente frouxa ou indefinida: possui fundamento teórico e filosófico claro e bem detalhado. Utilizaremos as palavras de Fleuri (2004, p.34/39) para ilustrar:

a ênfase na interação de sujeitos torna evidente que a teorização se elabora a partir e em função da prática, em que diferentes sujeitos interagem ao enfrentar os problemas (contradições, desafios) do contexto em que vivem. (...) O saber conversitário não se constitui a partir da consolidação de uma narrativa única ou hegemônica, mas justamente mediante o reconhecimento mútuo entre os diferentes sujeitos culturais que se colocam em relação intensa e crítica a partir do enfrentamento dos desafios emergentes em seu contextos socioculturais. É justamente nas fronteiras, nas situações-limites, nos entrelugares constituídos dinamicamente entre um ser e outro, entre uma cultura e outra, entre um movimento social e outro, entre uma instituição e outra (...), que se torna possível o desenvolvimento de novas possibilidades de significação e, conseqüentemente, do aprimoramento crítico de cada um dos sujeitos socioculturais em relação.

Por conceber a produção de conhecimentos sobre esta perspectiva ética e filosófica, não poderia ser de outra maneira organizada uma articulação formada por sujeitos das práticas de extensão popular. Queremos, com isso, afirmar que há uma coerência ética entre os princípios, o ideário, as metodologias e as formas de organização política das práticas de extensão popular com o movimento de extensão popular. A experiência da ANEPOP revela isso, e nos ensina o quão dialético pode ser um movimento social que tem dimensões micro-políticas (da base) e macro-políticas (do contexto geral circundante), e o quanto tudo isso pode estar em constante movimento dialogal no cotidiano da extensão popular, com estudantes, professores, técnicos e movimentos cuidando de problemas locais, mas também engendrando

esforços de luta e resistência contra as opressões conjunturais na universidade e na sociedade como um todo.

Compreensão do significado político e pedagógico do ensino e da pesquisa em integração com a extensão

No cotidiano da maioria dos projetos de extensão popular, exercitar a atividade de pesquisa constitui uma das mais significativas dificuldades. Ao iniciar suas atividades e vivências neste campo, prevalece no estudante o encantamento com a riqueza da sabedoria popular, as ações comunitárias e o sabor de conquistar algumas vitórias na luta por cidadania. Isso acaba aprimorando nesses sujeitos o gosto pela ação em si mesma: programar atividades, favorecer o encontro entre as pessoas e incentivar a mobilização comunitária. Através destas ações, podem sentir um resultado mais imediato e recompensante como consequência de seu trabalho, espelhado nas idéias transformadas, nas construções coletivas, nas mudanças de atitudes. Por isso mesmo, acabam privilegiando muito o ativismo, em detrimento da reflexão crítica e do estudo teórico, os quais constituem também importantes frentes relacionadas a extensão. Aliado a esse processo, seu testemunho da educação bancária nas disciplinas curriculares tradicionais e a concepção academicista da pesquisa universitária acabam incentivando um afastamento – e até uma ojeriza – de muitos destes estudantes em relação ao ensino e à pesquisa. Para muitos deles, extensão deveria ser ação, não principalmente, mas somente.

Esta dificuldade não é algo exclusivo da extensão popular. O desafio de articular a ação com as ações de pesquisa e ensino configura-se como um dos principais obstáculos historicamente colocados para a educação popular como um todo. Souza (1998) afirma que “nem sempre as práticas de educação popular contribuíram para a consistência e o aprofundamento do pensamento pedagógico. Nem sempre foram acompanhadas de processos de sistematização que garantissem o sentido pedagógico às atividades e a ultrapassagem da urgência das ações, sem deixar de garantir seu êxito”. Nos últimos anos, esta discussão passou a ser intensificada nos diversos fóruns de debate sobre educação popular, especialmente no compasso em que se difundiram nacionalmente as perspectivas mais participativas de produção de conhecimento, via pesquisa-ação por exemplo, e metodologias ativas e críticas de ensino, em cenários historicamente envernizados como a universidade.

Com efeito, se aquele desafio ainda persiste hoje no interior de muitas práticas, é importante reconhecer que muitos coletivos vêm avançando em delimitações teóricas e metodológicas capazes de ultrapassar o ativismo, rumo a uma educação popular que pesquisa, ensina e transforma, num movimento crítico e permanente.

Entrando em contato com estes debates, muitos dos sujeitos da extensão popular, passam a enxergar estes dois pilares universitários com outros olhares, na medida em que a intensificação de sua participação nos projetos de extensão estimula o exercício de atividades de sistematização de experiências, por exemplo, ou de aprofundamento teórico em alguns temas teóricos pertinentes aos problemas vivenciados na realidade social com a qual trabalha. Acreditamos, no entanto, que a experiência de participar da organização da ANEPOP também vem possibilitando a muitos destes estudantes construir outras percepções para as atividades de ensino e pesquisa, reforçando e qualificando sua luta pela extensão popular.

Num primeiro momento, são as trocas de experiências, seja em apresentações de trabalhos em eventos científicos, em rodas de conversas e oficinas ou mesmo em conversas informais, que constituem uma primeira provocação para que os extensionistas compreendam a importância de sistematizar suas experiências, o que exige encarar a sua extensão popular também como pesquisa. Ora, nos vários debates regionais e nacionais promovidos pela ANEPOP, muitos extensionistas podem perceber que suas experiências possuem fios condutores e inspirações teóricas semelhantes a muitas outras experiências pelo país. Ver a Educação Popular ganhar sentido numa atividade de extensão da área de Direito, Ciências Sociais, Educação, Engenharia, por exemplo, ajuda ao estudante de Saúde compreender qual a intencionalidade do seu projeto, para além da área temática específica, ampliando sua capacidade de reflexão e análise crítica. Passando também a considerar a dimensão metodológica de seu Projeto, observando que sua experiência é também fonte rica de saberes e caminhos para vivenciar a educação popular na universidade. Mesmo que processualmente, é a partir de cada atividade da ANEPOP e em cada troca de experiências que os extensionistas vão percebendo que suas práticas locais estão encharcadas de um saber fazer que precisa ser socializado, para ser difundido entre outros extensionistas e também criticado, para ser então melhor qualificado. Desta maneira, as vivências da ANEPOP

favorecem aos estudantes enxergar a riqueza de conhecimentos que carregam suas experiências e a necessidade de sistematizá-las.

Nesse processo, também foram aprendendo que sistematizar as experiências não era somente “colocar no papel” uma descrição do que fazem e do “como é bom” vivenciar estas experiências, mas sim cultivar um tempo próprio para entendê-las mais aprofundadamente, resgatando seus princípios teóricos e filosóficos, estudando com quais conjunturas sociais, políticas, econômicas e culturais dialogam, elencando os principais obstáculos identificados em suas ações, evidenciando os principais potenciais e descobertas originadas no desenvolvimento de suas ações e re-pensando as perspectivas de futuro de suas ações, problematizando suas contribuições sociais. Como destaca Souza (1998), pesquisa para garantir uma “maior atenção aos processos que se realizam e analisar os efeitos que estes têm na solução dos problemas que provocam o início das atividades implantadas”.

Os estudantes da ANEPOP foram então descobrindo que a pesquisa só poderia ser feita com tempo, cuidado e seriedade – o que não constituía uma atividade de extensão a mais, nem algo extra, mas era a pesquisa em extensão popular, uma atividade integrante e inerente a extensão universitária mesma. Compreendia-se, então, que extensão não era somente ação, mas também pressupunha reflexão, estudo e sistematização.

No que diz respeito ao ensino, os extensionistas populares que participam da ANEPOP podem desenvolver uma prática calcada a partir das necessidades de aprendizagem demandas de seu confronto crítico com a realidade, seus dilemas e suas incertezas. Ao entrar em contato com diversas experiências de extensão popular pelo país, ficava patente para estes sujeitos que o ensino não precisa ser aquele que vivenciavam majoritariamente em sala de aula. Descobria-se que ensino se fazia a partir da busca de ser mais de cada um, com metodologias coerentes com este horizonte. Isso foi surgindo a partir de duas necessidades prementes do movimento.

Em primeiro lugar, na busca por formas participativas de construir debates em congressos, re-significando a idéia de mesas redondas. Nas conversas informais, nas oficinas, nas rodas de conversa e nos círculos de cultura da extensão popular, desvelavam-se novas perspectivas de ensinar e aprender, o que indicava existirem possibilidades alternativas de vivenciar o ensino, distantes das tradições de educação

bancária. Percebia-se que, no conjunto das experiências de extensão popular, emergia um ensino elaborado a partir da realidade social, intimamente conectado com os anseios e os saberes de cada povo, dedicado aos problemas de interesse dos próprios educandos, com metodologias coerentes com este horizonte, pois marcadas pela valorização do diálogo, das trocas de experiências e encharcadas de intencionalidade política transformadora.

Em seguida, pelo anseio crescente dos membros da Articulação em aprofundar seus conhecimentos no campo da extensão popular e da educação. A cada evento do qual participavam, os membros da ANEPOP foram constatando a relevância de sua formação permanente, a partir da compreensão de sua inconclusão, da necessidade de aprofundarem seus conhecimentos sobre a extensão popular e a literatura inerente à educação popular. Compreendia-se, então, que extensão não era somente ação, nem somente reflexão, estudo e sistematização, mas também formação permanente num contínuo ensinar e aprender. Para Freire (1996, 29),

não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer melhor o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Na medida em que consideravam o potencial dinamizador existente nesta relação extensão, pesquisa e ensino, os estudantes percebiam que a extensão popular não se limitava ao campo da ação comunitária, mas também integrava as perspectivas do ensino e da pesquisa sob a ótica da educação popular. Constituía-se como um caminho profícuo para a produção e sistematização de conhecimentos, bem como para a formação de pessoas. Dessa forma, a vivência com a ANEPOP permitia aos estudantes constatarem os vários significados da pesquisa e do ensino em integração com a extensão popular. De um lado, um significado político, pois investir na sistematização e na geração de estudos a partir das práticas de extensão popular era colocar em evidência estas iniciativas e demonstrar, no foco do campo científico, a riqueza de conhecimentos contidos, bem como a capacidade de elaboração de novos conhecimentos a partir do confronto crítico com a realidade e do diálogo participativo entre seus sujeitos. De outro lado, desvelava-se um significado pedagógico para o movimento, na medida em que a atividade de pesquisa fornecia contra-pontos e novas informações que abasteciam os

projetos de extensão de instrumentos importantes para sua re-orientação e a qualificação de suas ações.

Seguindo esta perspectiva, extensão popular integra-se dialogicamente com pesquisa e ensino na construção de conhecimentos úteis a transformação das condições objetivas de opressão, injustiça, dor e desconforto sentidas no seio das camadas populares. Unidas, mesmo que muitas vezes num diálogo tenso, tais dimensões acabam por constituir uma perspectiva fundamental de produzir conhecimentos. Boaventura de Sousa Santos (2001) analisa a tensão entre um conhecimento que denomina regulador e outro que intitula emancipador como uma das principais encruzilhadas com a qual se depara a ciência moderna e aqueles que acreditam no conhecimento científico como perspectiva concreta de construção de um novo mundo e de novas sociabilidades. Nessa direção, considera que o conhecimento regulador corresponde a forma hegemônica com a qual se institucionalizou e difundiu a atividade acadêmica, com idéias do desenvolvimento da técnica e da ciência enquanto produtora de saber para o mercado capitalista e a manutenção da ordem social vigente. Como afirma Castro (2004), um saber quase sempre chamado de descontextualizado, mas que na verdade se adéqua às necessidades de quem ordena, onde o ser humano é tratado como objeto e não tem contribuição nenhuma a dar no processo de produção do conhecimento. Constitui, para Castro (2004, p.3), “um conhecimento que se basta por si mesmo, que não abre as portas para outros saberes, que avilta a natureza, e que desqualifica ao objetivar e ao quantificar. O conhecimento científico experimentou um empobrecimento qualitativo”.

Por sua vez, o conhecimento emancipador constitui a partir da valorização e reconhecimento do saber de experiência feito, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que tal como o conhecimento deve traduzir-se em auto-conhecimento, o desenvolvimento deve traduzir-se em sabedoria de vida. Para Castro (2004, p.4), “o conhecimento emancipador não despreza a técnica em prol da ideologia, mas une as duas para produção de um novo conhecimento, mais humano, mais cidadão, mais centrado nas questões cruciais do mundo à sua volta”. Sem um confronto crítico com a realidade, pela imersão comprometida com seus sujeitos, tal conhecimento não poderá ser produzido. Muito menos sem uma rigorosa investigação curiosa e questionadora sobre seus principais problemas, dilemas e contradições. Ademais, tal produção nenhum efeito terá se não se constituir em tema e abrir novas perspectivas de

formação e aprendizagem. Por tudo isso, acreditamos que a vivência no movimento nacional de extensão popular permite aos estudantes universitários compreenderem o significado do diálogo entre extensão popular, ensino e pesquisa, enxergando a importância estratégica de cada uma destas atividades no contexto da produção de conhecimentos emancipadores, compreendendo sobremaneira que é possível integrar estas três dimensões no desenvolvimento de um trabalho social.

Ao contrário do que ocorre no cotidiano da política universitária hegemônica, no cotidiano da extensão popular a integração entre extensão, pesquisa e ensino se revela não apenas necessária, mas fundante para se implementar experiências verdadeiramente capazes de fomentar a criticidade e a participação. Pela extensão, favorecendo o encontro com a realidade social e seus sujeitos; pela pesquisa, confrontando-se criticamente com o este mundo, indagando-o, questionando-o e buscando conhecê-lo melhor; e, pelo ensino, encontrando na extensão e nas indicações da pesquisa temas e problemas pertinentes de serem coletiva e individualmente aprofundados e aprimorados.

Especialmente a partir das discussões com o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), fomos também aprendendo que o movimento de ressignificação da pesquisa a partir da extensão popular é antigo, por mais que se desenvolva sob esta denominação (pesquisa em extensão popular) apenas recentemente. Mas as tentativas de elaborar metodologias de pesquisa marcadas pela participação e pela ação transformadora são muito diversas em nível mundial e possuem perspectivas teóricas e caminhos metodológicos distintos.

De pronto, passávamos a olhar nossas práticas de extensão popular com outros olhos. Em vez de olhar apenas do ponto de vista organizativo e operativo, da ação em si mesma, nossa curiosidade era instigada no momento em que, no confronto com aquela realidade, passamos a pensar em problemas e perguntas de pesquisa. Isso se deve, principalmente, ao fato de começarmos a enxergar a amplitude e significância nacional de nossos trabalhos locais. Assim, cada ação organizada não era mais uma atividade pontual, mas uma proposta metodológica; cada repercussão era um potencial novo conhecimento construído; e cada problema emergido na comunidade era alvo de novos cuidados e merecedor de novas preocupações teóricas. Outro aprendizado que decorria, neste processo de conhecer as pesquisas neste campo, era incrementar nossa

humildade e nosso espírito científico, ou seja, aceitar que nosso projeto não era o melhor, nem nossa metodologia era a “mais moderna”, éramos apenas mais uma experiência dentro de um caldeirão cheio de diversidade e contribuições significativas num processo antigo e muito amplo de re-pensar a extensão, a pesquisa e o ensino universitário.

Avançar na produção de conhecimentos científicos emancipadores era um desafio significativo, mas perfeitamente possível de ser enfrentado pelos extensionistas populares pois estes sujeitos retinham uma exigência fundante para este tipo de construção de conhecimento: a inserção crítica e comprometida com a realidade, viabilizada pela vivência nos projetos de extensão popular. Como destaca Freire (1979, p.18-19)

Este compromisso com a humanização do homem, que implica uma responsabilidade histórica, não pode realizar-se através de palavrorio, nem de nenhuma outra forma de fuga do mundo, da realidade concreta, onde se encontram os homens concretos. O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas 'águas' os homens verdadeiramente comprometidos ficam 'molhados', ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro.

Assim, na conclusão deste item, não podemos deixar de reafirmar que, assim como a pesquisa e o ensino compõem vertentes essenciais, perdem também seu significado sem a extensão e a vivência na realidade concreta. E do encontro dos sujeitos com o mundo que nascem os problemas de pesquisa e os temas do ensino. Sem este encontro, a produção de conhecimentos emancipadores não seria possível.

Contribuição nos esforços para a construção de um movimento estudantil amoroso, inclusivo e popular

A experiência de participação estudantil na criação e desenvolvimento da ANEPOP pode ser compreendida como o desvelamento de uma dimensão de movimento estudantil distinta àquela preponderantemente observada no cotidiano universitário. Trata-se de um movimento estudantil capaz de trabalhar duas dimensões relevantes: a articulação íntima com os movimentos sociais e as organizações populares e a utilização de perspectivas educativas mais participativas, humanísticas e críticas em seu desenvolvimento e formas de organização, como é o caso da Educação Popular.

Nesta dimensão, há uma marca pedagógica diferente, onde a amorosidade das relações e a valorização integral das humanidades conduz pressupostos peculiares formadores de um movimento estudantil com um comprometimento ético-político e humanitário amplo, pois composto por atores intrinsecamente vinculados aos movimentos sociais e suas lutas, por meio da extensão popular. No período estudado da história da ANEPOP, percebe-se que este diálogo ocorreu e foi profícuo, o que pode ser verificado nos depoimentos de militantes do movimento estudantil sobre a Tenda Paulo Freire promovida no 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU).

Há muito tempo que não encontrava um espaço no diversos eventos que participo por aí, que refletisse tanto aquela fé, subjetividade, amorosidade, enfim, aquele sentimento de confiança no mundo e nas pessoas que fazem o mundo melhor, discutindo novos rumos para a realidade (Hugo Belarmino, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 01/11/06).

A tenda e as pessoas dentro, fora e ao redor dela trataram de sua presença naquele mundo, (...) esculpindo uma realidade nova, fazendo ciência, ensinando, aprendendo, apreendendo, formando, desformando a deformação, politizando, sonhando...sonhando sempre...e fazendo sempre... Nada certo, nada ideal, nada inequívoco, nada irrevogável. A construção, a passagem, a vivência, a des-passagem não foram e não são preestabelecidas, predeterminadas. Estamos sendo. A tenda foi e está sendo. Está sendo em nossas cabeças uma problematização, uma possibilidade, um organismo vivo, um alegre sorriso... (Murilo Marcos, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 29/10/06).

Especialmente nos anos 1960 e 1970, esta dimensão de ação estudantil esteve plenamente trabalhada pelos setores de esquerda do movimento. A partir da década de 1980, dentre as várias perspectivas de movimento estudantil destacam-se aquelas atreladas exclusivamente à disputa de cargos, o que levou a desvinculação dos problemas sociais e das organizações populares. Sem falar na consolidação, mesmo nos grupos de esquerda, de uma tradição educativa de cunho autoritário. Especialmente na década de 1990, hegemonicamente o movimento estudantil universitário enfrenta problemas identitários e de avanço histórico, na medida em que muitos de seus grupos: atrelam-se a partidos políticos e pautam sua construção a partir dos caminhos eleitorais partidários, excluindo o diálogo com outras tendências políticas e/ou partidárias; espelham sua veia organizativa em estruturas, cargos e disputas eleitorais estudantis; excluem o consenso e esvaziam o diálogo na construção de suas ações; ficam muito

presos às disputas de poder nas estruturas já engessadas e envernizadas das universidades; e, com tudo isso, perdem a dimensão acumulada principalmente durante a resistência estudantil no Golpe Militar no Brasil, de luta social e engajamento em processos de transformação social, na reivindicação de mudanças da formação acadêmica e do compromisso social universitário.

De certo, muitos grupos estudantis mantiveram a prioridade em conduzir as ações numa perspectiva democrática e de Educação Popular, bem como continuaram priorizando o vínculo com os movimentos sociais. O surgimento dos Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIV) e dos Estágios de Vivências em Comunidade da UFPB demonstram a persistência de grupos estudantis comprometidos com as camadas populares, mesmo em minoria no conjunto do movimento estudantil. Tais coletivos têm contribuído muito com a re-significação do movimento estudantil universitário, e em muitos casos empreendido gestões de diretórios e centros com perspectivas comprometidas socialmente e interessadas com as mudanças curriculares. Acreditamos que a ANEPOP configurou mais uma iniciativa neste esforço contra hegemônico de constituir outra visão de ação e participação estudantil na vida em sociedade e no cotidiano universitário.

Começo por dizer que não sou extensionista e nem nunca o fui. Sou militante, apenas, que acredita nas pessoas e no impacto das micro-revoluções. (...) Meus objetivos no 3º CBEU eram modestos e diretos: aproximação com a pauta que me permitisse trazer novas concepções para a Educação Médica, o Movimento Estudantil e a minha faculdade (meus atuais espaços de disputa). Entretanto, este espaço reverberou coisas que eu jamais pudesse imaginar. Conhecer todos vocês na tenda trouxe de volta sentimentos há muito adormecidos em mim. Sentimentos estes que traziam em si a esperança no poder transformador existente nas pessoas e a crença na bondade do ser humano (Natália Madureira, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 01/11/06).

Num novo período histórico, emergido a partir da década de 2000, experiências como a ANEPOP ensejaram oportunidade para inserção de muitos estudantes em movimentos de resistência e luta. Etel Matiello (em depoimento registrado através de grupo focal) ressalta que

(...) os estudantes que não se encontram no movimento social, não se encontram no movimento estudantil, mas que fazem a sua prática em extensão popular e Educação Popular, que as vezes não se sentiam tão

pertencentes a esses outros espaços na ANEPOP eles sentiram mais esse: Bom, esse espaço é mais meu né? Um pouco porque? Por essa necessidade de se encontrar.

Como exemplo, foi notória a impulsão que estudantes de medicina ligados a extensão popular trouxeram ao movimento estudantil de sua área. Seguindo uma tradição recente de outros estudantes ligados a Educação Popular que batalhavam por uma nova concepção de movimento estudantil para a medicina, a partir de 2006 muitos dos estudantes vinculados a ANEPOP pautavam discussões e reflexões em diversos encontros, sobre o compromisso social, a inserção estudantil nos esforços populares e perspectivas sobre a Educação Popular na formação médica. Ademais, conseguiram compor um grupo político dentro da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM), justamente através de sua coordenação de extensão, a CEXU, através da qual fortaleceram a participação estudantil em Estágios de Vivência e coordenaram a construção de uma cartilha sobre Extensão Popular e o Movimento Estudantil. Logo após o 3º CBEU, o XVII Seminário do CENEPES (Centro de Estudo e Pesquisa em Educação e Saúde) da DENEM, que ocorreu em Belém-PA, foi um exemplo deste diálogo transformador entre o movimento estudantil e o movimento de extensão popular na formação médica.

Há algum tempo faltava um encontro desse tipo dentro da executiva de medicina. Um encontro simples, profundo, alegre, acolhedor, belo, intenso, serio, livre! (...) momentos descontraídos aprendendo a dançar carimbó; tempos niilísticos e produtivos a beira do rio Guama, na UFPA; discussões politicamente aprofundadas e iluminadoras; um dia inteiro morando com ribeirinh@s, catando açaí, pisando na lama gelada e tomando banho de rio, aprendendo, ouvindo, tentando entender, abraçando e dialogando... Foi realmente muito, muito marcante pra mim, ver tant@s (eram pouc@s no total, mas muitos na contra-corrente) estudantes de medicina, libert@s de seu mundo-página-de-livro, criticando a "extensão-estilíngue", bancária, cerceadora de transformação e pensando numa forma outra, num trabalho social, com outra forma, com (outra) intencionalidade, num trabalho com um ideal bem marcado, construído passo-a-passo com seus atores de dentro e de fora da ilha-univer(so)-ci(e)dade... Lindo foi ver estudantes, especialmente de medicina, falando de transformação social - não aquela bonitinha que lemos em livros de filosofia - enraizada, de revolução de um ideário político-econômico-social, de mudança de conceitos de saúde, de conceitos outros, de mudança de sociedade, de mudança de nosso deteriorado mundo (Murilo Marcos, em mensagem postada na lista de discussão da ANEPOP na internet no dia 06/11/06).

Por se configurar como um movimento social, o movimento de extensão popular também repercutiu no cenário político-institucional da universidade como um todo, de modo especial na organização nacional da extensão.

O significado da ANEPOP para a extensão universitária brasileira

Certamente, mesmo com as contradições a ela inerentes, podemos afirmar que a extensão universitária tem sido o cenário mais propício e favorável para o exercício do compromisso social da universidade, através do diálogo de seus setores com a sociedade em seus muitos grupos, especialmente as camadas populares. Muitos dos recentes avanços conquistados na área de reformas curriculares provieram de metodologias, conhecimentos e abordagens já elaboradas e aperfeiçoadas no interior de experiências de extensão. É válido, neste sentido, afirmar que o contato com a população foi ajudando a moldar a universidade, para muitas e diversas direções.

Ademais, ao contrário do que se observa no ensino e na pesquisa, é na extensão onde se verifica um maior vínculo na relação universidade-sociedade, mesmo que esta seja apenas objeto ou beneficiária de serviços prestados. Seu histórico demonstra a construção de ações que requerem não apenas o protagonismo do professor, mas também dos estudantes, dos técnicos e da população participante, em diversas etapas do trabalho.

Considerando todos estes fatores, é que podemos afirmar ser incoerente a atual forma de organização nacional das políticas de extensão, por contar apenas com a participação de pró-reitores, apesar de participarem da formulação cotidiana da extensão: professor, estudantes, técnicos e movimentos sociais. Mesmo compreendendo a importância da organização nacional dos pró-reitores e destes contarem com um coletivo próprio para discussão de suas questões, não podemos considerar coerente a persistência de sua exclusividade gerencial na extensão há vinte e três anos. Reside aí uma importância histórica e política do movimento nacional de extensão popular, na medida em que conseguiu construir uma organização através da ANEPOP capaz de propor a compartilhamento da organização nacional das políticas de extensão, o que foi insistentemente proposto pela Articulação em toda sua história, mas sem a constituição efetiva de uma agenda de trabalhos entre ANEPOP e FORPROEX capaz de pensar

estratégias políticas para a superação de tal lacuna. Por isso, a luta pela democratização da extensão continua em pauta no movimento de extensão popular.

Em sua obra sobre a crise da universidade, ao analisar o movimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Jezine (2006, p.307) afirma que como instância organizada da sociedade civil, o Fórum tem procurado encaminhar e respaldar a concepção acadêmica de universidade e de extensão universitária, baseada no compromisso social da cidadania, a partir da confirmação das funções da universidade de construir, preservar e socializar a cultura e o conhecimento científico. Indubitavelmente, o histórico de atividades e reflexões empreendidas FORPROEX representa um avanço no painel histórico da extensão universitária brasileira. Cumpre reconhecer o papel essencial do movimento dos pró-reitores na instituição de uma concepção progressista de extensão, ensejada na ocasião do nascimento de seu Fórum Nacional. Esta foi uma conquista para a extensão como um todo, contribuindo para o reconhecimento desta como atividade acadêmica, merecendo apoio e valorização. Foi um passo importantíssimo.

Todavia cabe também questionar lacunas históricas deste movimento, dentre elas: seria possível este movimento do Fórum sem as ações, mesmo subversivas, de extensão popular e Educação Popular das décadas de 1960 e 1970, que também pincelaram o quadro de inspiração dos movimentos de redemocratização nacional e de reforma universitária? Mesmo sem tomar a frente, acredito que o papel de estudantes, líderes populares e professores foi essencial para oferecer bases e inspirações ao movimento de institucionalização da extensão liderado pelo Fórum. Isto permanece verdadeiro nos dias de hoje, mas ainda é um desafio fazer o Fórum partilhar seu poder institucional e as frentes de atuação no movimento de extensão com estes outros atores, que tão bem fundamentam práticas transformadoras, que forjam qualquer conceito progressista de extensão.

Afinal, por que empreender uma luta tão hercúlea (como é o fortalecimento institucional da extensão) sozinho, se há no cenário nacional tantos e potenciais parceiros na busca por mudanças na filosofia acadêmica? Outra pergunta cabe, e esta tem que ver com a origem mesma da ANEPOP: por que os mais importantes eventos e encontros nacionais da extensão legitimam uma organização academicista e elitista do conhecimento, ao convidar às mesas só “professores doutores” e a envolver de maneira

ativa na estruturação educativa dos eventos somente os dirigentes universitários? Onde foi parar a “relação transformadora entre universidade e sociedade” defendida no conceito de extensão do Fórum, ou mesmo o envolvimento com os movimentos sociais, também sinalizado dentre as diretrizes do mesmo³⁰?

Ao cobrar participação ativa na organização do CBEU, por exemplo, o movimento de extensão popular demonstrava essa necessidade histórica de ampliar a participação na construção da extensão. Ao construir a Tenda Paulo Freire, provou que não queria apenas reivindicar, mas já sabia o que propor neste cenário político. Uma nova voz se fazia ouvir, e reivindicava direito a participação nas decisões e na formulação das políticas. Para Murilo Leandro Marcos (em depoimento registrado através de grupo focal), a ANEPOP

(...) surge pra dar uma desorganizada assim, pra dar um pouco de caos naquela aparente ordem. Naquele caminhar da extensão profissional, com conceito bonito, mas que na prática não estava se materializando, não tava acontecendo bem aquilo nas universidades e tal . Então a ANEPOP surge meio que pra isso, pra mostrar um pouco de... lógico que na sua maioria composta de estudantes, mas pra mostrar mesmo o estudante que está mostrando a cara e que trabalha com Educação Popular assim e o estudante meio que se encontra também, nessa de que cada um sempre busca ser acolhido dentro na ANEPOP, o entendimento dessa pessoa diferente, que vem de um canto e tem a sua história, e eu acho que acolheram o singular, acolheram o peculiar... e tem muito a ver com a prática, mais do que com a prática com o jeito de cada um que tá dentro dos espaços da ANEPOP, ela surge também disso, desse acolhimento das pessoas diferentes em seus contextos.

Nessa direção, ao reivindicar a participação nestes espaços políticos, os membros da ANEPOP pleiteiam a inserção ativa dos protagonistas da extensão popular no campo político e institucional da extensão universitária brasileira, permitindo-lhes trazer para o debate suas experiências, propostas e perspectivas, adicionando novas dimensões e possibilidades para o fortalecimento da extensão no cenário da educação brasileira. Neste processo, a ANEPOP dá visibilidade política a extensão popular, demonstrando existir grupos extensionistas que não discutem ou refletem apenas seus problemas locais, mas pensam também nos problemas da universidade e da sociedade como um todo.

³⁰ Para isso, ver FORPROEX (2007).

A ANEPOP apóia o desenvolvimento da Extensão Popular para encaminhar e respaldar a concepção da *Educação Popular* de universidade, afirmada em princípios freireanos e baseada no compromisso com a emancipação social, humana e material das classes populares, a partir da transformação completa das funções hegemônicas e tradicionais da universidade, visando construir, socializar e desenvolver a cultura popular e o conhecimento científico em prol da humanização constante dos homens e das mulheres, de um mundo sem injustiças sociais e econômicas, pautado pelo respeito ao meio-ambiente, e por uma ordem internacional encharcada de respeito, alteridade, diálogo e felicidade.

Por tudo isso, cumpre destacar que a experiência da ANEPOP começou a trazer questionamentos importantes para os grupos que pensam, organizam e executam as políticas de extensão em nível nacional. Por exemplo, como consolidar na extensão brasileira palavras como *transformação*, *diálogo*, *horizontalidade* e *compromisso social*, presentes no documento do Fórum, mas pouco coerentes com seu vanguardismo na organização nacional da extensão universitária brasileira? Nesse sentido, as reivindicações deste movimento reverberam outros movimentos, de intelectuais e alguns setores acadêmicos, em estimular a rediscussão sobre a avaliação institucional da extensão e sua própria filosofia orientadora. Interessa discutir o apoio acadêmico a oficialização de ações de extensão de cunho assistencialista, mercantilista e propagandista no cenário acadêmico, como é o caso do Projeto Rondon, desde sua retomada em 2005. Parece-nos que este desafio está em voga e mergulhar em suas questões será de fundamental importância para o clareamento da intencionalidade do fazer extensionista em meio aos problemas, contradições e desafios postos em nossa sociedade. Por ser mais um ator a tensionar o contexto hegemônico e propor a constituição de mudanças, está aí um de mais valiosos significados da ANEPOP para a extensão universitária brasileira.

Ao longo do histórico de ações e vivências mantidas pela Articulação, muitos momentos políticos e pedagógicos certamente agregaram perspectivas promissoras de avanço neste quadro da organização nacional da extensão. A visibilidade política que hoje possui a Extensão Popular, a parceria mantida com alguns Pró-reitores mais progressistas e a participação regular de estudantes e movimentos sociais (por meio da ANEPOP) nos CBEU são provas inequívocas disto. Contudo, como observamos ao

longo deste último item, ainda persiste uma hegemonia elitista e centralizadora do FORPROEX. Assim como prepondera uma falta de continuidade, por parte da ANEPOP, em muitas de suas principais ações. Nesse sentido, há de se fazer uma crítica ao movimento, na medida em que não tem conseguido estabelecer diálogos, pautas e negociações mais permanentes seja com o FORPROEX, seja com outros órgãos institucionais e governamentais.

A preponderância de ações pontuais no cenário da extensão universitária, como as Tendas, e a timidez na organização política de negociação com os Pró-reitores podem ser explicadas por fatores como a constante transitoriedade dos membros do movimento, bem como o fato de sua maioria ser de estudantes, necessariamente também muito envolvidos com suas questões locais – dos projetos de extensão, mas principalmente das disciplinas obrigatórias e o decorrer de seu curso.

Por outro lado, a criação de espaços de formação, reflexão crítica e sistematização de experiências de extensão popular pela Articulação evidenciam sua promissora dedicação ao fortalecimento do espaço político e pedagógico do movimento, bem como o reforço de sua base fundante: os projetos locais de extensão popular. Certamente, lacunas persistem, mas também muito se caminhou e construiu.

O significado da ANEPOP para a atual discussão sobre formação universitária

A análise da experiência em estudo nesta dissertação nos demonstra o quanto a Educação Popular implica não uma permanente alternatividade em suas realizações, mas uma alteratividade concreta, na medida em que seus empreendimentos vão se constituindo como inéditos-viáveis de novas possibilidades educativas para a vida em sociedade. Propõe claramente novas perspectivas para o fazer e pensar educativo na busca por novas sociabilidades em horizontes sociais diferentes dos atualmente hegemônicos, pois marcados sobretudo por princípios como justiça, solidariedade, igualdade e liberdade, possibilitando-se o desenvolver da vida com alegria e dignidade para todas as pessoas. Conferindo-lhes a chance de buscar ser mais, como diria Paulo Freire.

Assim, fazer Educação Popular é construir já novas possibilidades de atuar no mundo, provando-se que não é preciso esperar o mundo mudar para se instalar novas

práticas. Pelo contrário, novas experiências podem já ir sendo desenvolvidas, até porque vão, elas mesmas, delineando novos horizontes e novas hegemonias, na medida em que demonstram claramente ser plenamente possível construir outra educação, outra sociedade, outro mundo.

Esta mesma reflexão podemos aplicar à universidade e à Educação Popular nela desenvolvida em muitas experiências de formação. Uma nova universidade já vem sendo tecida a partir de diversas iniciativas de Educação Popular, onde se desvelam outros princípios, diferentes metodologias e vai sendo elaborada uma teoria do conhecimento em formação e organização universitária pautada pelos mesmos princípios que orientam a Educação Popular. Ou seja, que a universidade seja um espaço capaz de qualificar aquela busca de ser mais das pessoas, além de propiciar subsídios teóricos e conhecimentos concretos para melhorar, mais e mais, a vida em sociedade pautada pelos princípios da solidariedade, justiça, liberdade e igualdade.

Mesmo sendo ainda um campo em pleno desenvolvimento e constituição, podemos mesmo já indicar alguns dos principais elementos pedagógicos elaborados cotidianamente pela Educação Popular na Universidade, como forma de trazer contribuições e subsídios mais concretos para a participação desta pedagogia no processo de discussão sobre a formação universitária. Nesse sentido, acredito que a experiência da ANEPOP evidencia alguns elementos capazes de trazer contribuições efetivas para esta discussão, na medida em que apresentam possibilidades inovadoras, assim como novos olhares para algumas das principais questões em foco neste campo. Debrucemo-nos então sobre tais elementos.

Talvez uma das características mais fundantes desta pedagogia, conforme exemplificado pela experiência da ANEPOP, seja a instituição constante do protagonismo estudantil em todas as etapas do processo educativo. O incentivo a construção de análises críticas protagonizadas pelos estudantes constitui uma das frentes pedagógicas essenciais presentes no movimento e indica a necessidade de garantir espaços próprios para que estes atores consigam refletir sobre os processos vivenciados. Uma reflexão crítica, capaz de apontar não apenas inconsistências e lacunas no outro, mas em si mesmo, evidenciando ao estudante sua capacidade de errar e de seu saber não ser o único. Uma reflexão que ganhou sentido, na experiência da ANEPOP, por não consistir apenas de uma “tarefa de casa” ou um “exercício de classe”, mas porque

constituía um elemento necessário a militância e a caminhada d movimento social no qual estes estudantes estavam empenhados. Era, então, uma reflexão crítica com cor, cheiro e gosto de gente, de vida, pois diretamente conectada com os rumos do movimento. por tudo isso, o estudante ganha gosto em analisar criticamente, partindo dali em diante para outras empreitadas onde certamente aprenderá a olhar com percepções mais ampliadas sobre os processos e colocar em cheques suas certezas e suas impressões. Além dessa dimensão, outra é o estímulo ao desenvolvimento da criatividade, a partir da qual estes atores podem ter tempo e tranqüilidade em envolver seu jeito de fazer, de pensar e de olhar para a construção do processo educativo em andamento. Os talentos e os gostos individuais como alicerces para uma composição diversificada da caminhada do movimento.

O estímulo ao protagonismo estudantil não pode, no entanto, consistir apenas de uma etapa ou de uma dinâmica específica no processo educativo. conforme demonstra esta experiência, este protagonismo é gerado apenas quando se compartilha, no espaço educativo em questão, o exercício da confiança nas atitudes estudantis, espelhada na valorização de seus saberes e na crença de que sua ousadia e coragem possibilitará a construção de ações, intervenções e iniciativas muito promissoras. Há, nesse caminho, que se ter também paciência com os erros cometidos. Encarar as “quedas” e os equívocos como pontos de análise crítica e substratos para novos direcionamentos as ações empreendidas. Tudo isso poderá permitir um encontro autêntico do estudante com o mundo mesmo e as pessoas como são. Sem que haja nenhum professor segurando sua mão ou indicando-o por onde e como caminhar.

Reside aí outra questão central neste debate. É imprescindível buscar uma relação efetivamente horizontal entre docente e estudante, sem autoritarismos, pautada pelo diálogo e pelo vínculo amoroso. Em muitas das atuais propostas de formação universitária, enquanto muito se discute de dinâmicas e iniciativas para encorajar o protagonismo e criticidade estudantil, pouco se mexe com o poder absoluto do professor no processo educativo. É preciso incentivar uma relação de companheirismo e fraternidade entre docente e estudante, na qual a tarefa de aprender seja uma caminhada compartilhada entre seres humanos com a mesma característica de serem contraditórios, de terem seus gostos, de cultivarem seus sonhos. O professor precisa exercitar sua humanidade, com a toda a inconclusão imersa nela. O que é, sem dúvida, um ato de

coragem, pois implica se abrir, se expor, mas não significa retirar seu papel de orientação, apoio, estímulo e incentivo pedagógicos. Pelo contrário, implica criar espaços formais e informais de gestão participativa do espaço educativo e das ações educativas. Além disso, reforçando o compromisso docente com a formação estudantil, de forma que a medida deixará de ser a nota do exame, onde pouco importa ao professor se o estudante passou ou não. Numa nova perspectiva, há um envolvimento concreto do docente com o desenvolvimento do estudante e sua busca de ser mais. Há um companheirismo na trilha desta longa e dura jornada chamada formação.

Mas, mesmo considerando toda a dedicação docente e parceria neste jornada, como qualificar ainda mais a possibilidade do estudante embarcar nessa empreitada? Pois, infelizmente, uma das principais marcas do ensino universitário é o interesse discente único e exclusivo com a formação técnica eficaz e pouco comprometida com outros, pois muito comprometida consigo e com suas chances de adentrar ao mercado de trabalho para ganhar a vida. Pouco se importa com o mundo ao seu redor, o que é concretamente uma influencia significativa do mercado capitalista. E constitui um dos principais obstáculos às novas propostas de políticas para a formação universitária. Acredito que a análise acerca da experiência da ANEPOP nos trouxe elementos importantes para este debate. Dentre eles, penso ser importante o incentivo a participação estudantil em movimentos sociais como atividade integrada a formação universitária. Como vimos ao longo da experiência da ANEPOP, participar ativamente da construção de um movimento social permite ao estudante desenvolver, por exemplo, o protagonismo, a criatividade e a relação horizontal com o professor que anteriormente reivindiquei neste texto. Vivenciar o movimento social permite, de um lado, que o estudante testemunhe uma nova sociabilidade, espelhada em outras formas de conviver em coletivo, em novas perspectivas de relacionamento social, na valorização da mística e da solidariedade, bem como no desenrolar de uma organização da vida a partir das lutas por mudança daquilo que oprime e incomoda. De outro lado, permite-lhe extrapolar a observação, rumo a ação concreta e a experimentação de sua contribuição na luta em foco, onde poderá sentir a força de sua criatividade em prol de um desejo coletivo. Perceberá, certamente, a potencialidade da construção coletiva e da ação social organizada de forma participativa e cooperativa entre gentes com saberes distintos, inclusive técnicas e profissões dissonantes. Aprende-se a inter e a transdisciplinaridade na prática.

A inserção no espaço da Articulação possui um potencial pedagógico nas pessoas participantes, ampliando sua capacidade crítica e visão estratégica pelo aprendizado a lidar com as conjunturas macro-políticas e o desafio de lutar pela educação popular como princípio ético das relações sociais, humanas, culturais e educativas na universidade. Conviver com a permanente luta hegemônica com a qual a extensão popular se depara numa universidade encharcada de diversidade e contradições incrementa o potencial formativo e os esforços educativos críticos e libertadores no âmbito da formação universitária, na medida em que intensifica a formação de subjetividades inconformistas (definição utilizada por Santos, 1996).

Ademais, participar dos movimentos sociais oportunizará ao estudante aprimorar sua noção de territorialidade e cidadania, desde que se incentive sua inserção nos movimentos, nas lutas e nas iniciativas sociais mantidas na comunidade onde vivem. Assim, a universidade atuaria como promotora efetiva da formação de cidadãos, na medida em que empenhará o trabalho estudantil na construção de ações, articulações e interações para a melhoria e o desenvolvimento do lugar onde vive e de seu povo. Isso fomentará, certamente, outra intencionalidade para o curso universitário, realizado não apenas para a aquisição de profissões para o “eu” e a acumulação de capital, mas para a permanente formação de quadros qualificados para a intervenção na melhoria da vida da comunidade onde cada pessoa habita e convive.

No entanto, para possibilitar esta inserção, é preciso também a estrutura universitária garantir tempo curricular para que o estudante, além da sala de aula, se dedique a construção de algum movimento social. Este é, hoje, um dos principais problemas das atuais iniciativas de reforma universitária. As principais idéias progressistas são anunciadas e reforçadas pelos gestores universitários, mas não se criam efetivamente condições viáveis para sua aplicabilidade no atual cotidiano acadêmico. Não basta anunciar que isso é importante, é imprescindível criar condições para tanto, reservando tempo legitimado pela universidade para esta inserção cidadã do estudante em seu território de origem. Mais que isso, também pensar em disciplinas que incentivem este olhar e problematizem esta inserção, além de estágios de vivência para sensibilização dos estudantes acerca do novo olhar que exige esta inserção comunitária e no movimento social.

Nessa direção, também se faz premente o incentivo a participação no movimento estudantil. Além de permitir ao estudante conviver com todas as dimensões de movimento sociais, anteriormente explicitadas, estimula sua participação ativa na vida universitária, na construção de melhorias para os problemas identificados, na inserção nas lutas, no fortalecimento de sua formação política e na qualificação do sentimento de companheirismo e fraternidade. A partir deste movimento, o estudante não apenas passará a conhecer, mas a se envolver com o funcionamento político, organizativo e programático da universidade, o que contribuirá bastante com o aprimoramento de seu empoderamento e de seu protagonismo.

Certamente, um dos aspectos mais fundantes da experiência da ANEPOP se deu a partir dos diversos encontros de seus estudantes com outros estudantes, em espaços de trocas de experiências, intercâmbio e diálogos inter e transdisciplinares. Esta experiência nos demonstra que não basta exercitar localmente todas as perspectivas pedagógicas anteriormente levantadas sem incentivar o compartilhamento dos saberes gerados e a capacidade do estudante em socializar esta sabedoria. Nesse processo, aprimorar a percepção de que se pode aprender com o outro, com as iniciativas de outras regiões do país e com empreendimentos bastante diferentes dos seus. Tanto apresentando os trabalhos, como escutando as apresentações, vai se acumulando aprendizados sobre metodologias, perspectivas teóricas e ampliando o olhar para os problemas mesmos que geraram as ações em destaque. Percebe-se que os problemas comunitários não se adscrivem àquela comunidade onde se desenvolveu a experiência, nem as problemáticas em foco limitam-se àquela cidade, mas os problemas transcorrem em outras regiões, com formas semelhantes e diferentes de luta e enfrentamento. Trocar experiências viabiliza ao estudante exercitar um olhar conjuntural aos processos sociais, o que vai se dando de maneira processual e de acordo com seu próprio tempo.

Assim, percebe-se a relevância de estimular a participação estudantil em encontros de caráter regional e nacional, ampliando a dimensão das trocas de experiência. Especialmente para aqueles estudantes em pleno processo de protagonismo universitário local, a convivência com outros atores em nível regional e nacional lhes permitirá constatar que as lutas sociais e a Educação Popular constituem iniciativas em diversos recantos dentro do país e fora dele. Com tal constatação, poderá conferir mais importância e valor ao trabalho localmente desenvolvido por ele em sua comunidade e

sua universidade. Perceberá que a Educação Popular não se trata de um sonho distante de alguns poucos “loucos” da universidade onde estudam. Descobrem que há muitos outros sonhos e uma diversidade imensa de outros “loucos” dedicados a viabilização destes sonhos em muitos outros locais. Como se não bastasse, nestes encontros também o estudante descobre a importância significativa de seus trabalhos para a geração de inovações e conhecimentos em sua área, a partir do momento em que constata a dinamicidade com que pessoas de outras regiões não apenas admiram seus trabalhos, mas aprendem com eles e incorporam muitos de seus elementos na construção de suas ações locais. Percebem então a dimensão de conhecimento que suas experiências carregam e a relevância deste saber ser continuamente sistematizado e divulgado.

É interessante notar algumas diferenças significativas destas para outras propostas de novas metodologias na formação universitária. Em primeiro lugar, as metodologias utilizadas não se limitam a pontualidade do momento em que são implementadas. Ou seja, a escuta, o incentivo à participação, o estímulo à partilha de saberes, a abordagem amorosa não consistem apenas de dimensões abordadas por dinâmicas educativas específicas, mas encontram-se contempladas na globalidade dos processos desenvolvidos no interior do movimento, o que se pode constatar pela insistência de inserir tais princípios desde sua base, na organização mesma e no planejamento de suas ações. Desse modo, a perspectiva da Educação Popular não tem hora marcada para começar no início da experiência educativa com término ao final da dinâmica realizada. Os membros do movimento buscam inseri-la como inspiração metodológica em todo processo de construção e desenvolvimento das ações do movimento.

Atualmente, o debate em torno das metodologias ativas de ensino e aprendizagem tem sido intensificado. Reparando-se com atenção, poderemos observar nesta perspectiva um metodologicismo marcante, espelhado na ênfase conferida a dinâmicas educativas ou propostas metodológicas específicas, como se todo o processo educativo se resumisse ao momento onde se realizam ações educativas e dinâmicas. Prende-se mesmo a “receitas” de como fazer essa ou aquela reflexão através de uma ação educativa.

Conforme pudemos identificar na pedagogia da ANEPOP, a receita é não ter receita. Ou seja, não centrar o processo metodológico na própria metodologia e em

dinâmicas específicas. A metodologia não pode ser escrava dela mesma e de suas tecnologias. Deve, essencialmente, resultar da inspiração teórica e das considerações inequívoca do tempo, dos saberes, dos sabores momentâneos do movimento. Somente assim uma dinâmica ou outra ganhará sentido e a metodologia vai tomando corpo e forma a partir das reais necessidades do movimento. Mais do que isso: a metodologia vai conformando um diálogo intenso com a intencionalidade mesma do processo como um todo onde se desenvolve as ações. É o horizonte almejado que forja as metodologias adotadas no interior do movimento.

Reside aí outra marca pedagógica essencial desta experiência para as atuais propostas de formação universitária. As metodologias não podem estar separadas da ética e da estética do mundo novo que se quer construir. Portanto, do que adiantará falar em metodologias ativas no interior da formação universitária sem priorizar uma presença ativa dos universitários na própria universidade: exercitando seu protagonismo e valorizando seus saberes para enxergá-la criticamente. Muitos trabalhos de metodologias ativas detem esta pro-atividade somente na sala de aula ou no âmbito educativo formal. A própria universidade e o mundo circundante parecem não constar como focos significativos desta ação.

Diante destes elementos, compreender ser prioritário, no atual cenário de re-discussões da formação universitária, enfocar a extensão universitária como base para o encontro do estudante com o mundo e sua realidade social, permitindo-lhe conhecer as camadas populares, sua dinâmica de vida e sobrevivência. Como pode ser observado na leitura das dimensões anteriormente explicitadas, pouco será possível fazer de diferente na formação sem um encontro sincero e efetivo dos estudantes com o mundo e com o outro. É na extensão que isso poderá decorrer. Na extensão, os aprendizados vão se dando de modo mais significativo, pois intimamente conectado com ações que se quer empreender e sonhos que se quer conquistar. Estuda-se não para a prova, mas para atuar melhor. Pesquisa-se não para obter louros acadêmicos e publicações, mas para compreender melhor o mundo e os outros. A extensão constitui a base fundamental para qualquer proposta de formação universitária cujo interesse sincero esteja no desenvolvimento crítico, cidadão e emancipatório estudantil.

Mas não apenas. Articulada à extensão, é fundamental encorajar a atividade de pesquisa, como possibilidade efetiva de qualificar as ações empreendidas e

compreender melhor o mundo. Contudo, não se trata de fazer pesquisa por fazer. Em muitos casos, estudantes muito promissores adentram em grandes pesquisas, apenas para cumprir uma etapa, um objetivo específico ou uma tarefa bem limitada. Com isso, pouco extrapolam e pouco apreendem o mais importante: a pesquisa como jeito de estar e olhar o mundo. Por isso, é preciso oferecer autonomia neste processo, evitar a figura do estudante com papel limitado na pesquisa, parecendo uma peça numa linha de produção. Permitir que ele mesmo crie, desenvolva e aprimore problemas e perguntas de pesquisa. E, finalmente, não qualquer pesquisa, mas aquelas efetivamente engajadas na transformação social.

Em tempo, quero ressaltar o significado da atividade de ensino e sua relevância neste re-pensar da formação universitário. em primeiro lugar, precisa-se fazer do ensino não um espaço para transmissão de conhecimentos e técnicas, mas para a convivência com aspectos do mundo e da vida sobre os quais os estudantes poderão assentar suas curiosidades e se abrirem para saber mais. O ensino precisa ser uma atividade que tenha sentido para a vida das pessoas e não seja apenas uma obrigação para obtenção de títulos. Para tanto, precisa incorporar metodologias ativas e dinâmicas capazes de incluir o estudante e suas inconclusões neste processo de aprender mais. Para tanto, ainda é necessário permitir que os temas do ensino contemplem também questões sentidas na extensão e na pesquisa, inclusive trazidas pelos próprios estudantes em seu confronto com o mundo concreto. Além do mais, instalar fóruns de gestão participativa da condução e planejamento das disciplinas, o que poderá incentivar a aquisição de sentido, por parte dos estudantes, para as atividades em questão.

Diante de todas estas considerações, verificamos que não estamos falando sobre qualquer tipo de formação universitária, nem qualquer perspectiva educativa. A discussão da ANEPOP sobre formação universitária possui, claramente, uma intencionalidade delineada e explícita, espelhada num entendimento teórico e filosófico sobre a educação. Para discutir a relação desta pedagogia com a formação universitária, precisamos também desenvolver esta reflexão. Afinal, como podemos pensar em políticas de formação sem imaginar que tipo de educação queremos?

Acredito que uma pista relevante está evidenciada por Boaventura de Sousa Santos em sua discussão sobre educação. Parece-me bastante importante retomar a análise que o autor empreende quanto a aplicação técnica e a aplicação edificante da

ciência. Para Boaventura, na aplicação técnica da ciência se convertem os problemas sociais e políticos em problemas técnicos, solucionáveis, portanto, cientificamente, com total eficácia e neutralidade social e política. Nesse sentido, o cientista toma para si a resolução dos problemas, trazendo para a Universidade o papel redentor de quem conhece os melhores caminhos para o desenvolvimento humano e social. Ainda por esta perspectiva, observamos existir o princípio da neutralidade, o que indica estar o cientista (ou, podemos pensar, o universitário) fora da situação existencial em que incide a aplicação, não sendo em nada afetado por ela. Ademais, a aplicação assume como única a definição de realidade dada pelo grupo dominante da sociedade, escamoteando os conflitos e silenciando possíveis alternativas (Oliveira, 2006). Ou seja, ao lidar com as classes “subalternas”, desconsidera qualquer possibilidade de que tenham, seus sujeitos, criatividade para encontrar saídas e formas de enfrentamento dos problemas.

Por outro lado, para Boaventura, é necessário se investir numa “aplicação edificante da ciência”, a qual aparece como alternativa para o modelo acima citado. Nesta outra proposta, a aplicação sempre acontece numa situação concreta e o cientista está existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto da aplicação. Distancia-se da ilusória neutralidade científica antes citada. Ao deparar-se com a realidade, na perspectiva aqui evidenciada, o cientista/extensionista não só procurará, mas reforçará as definições alternativas e emergentes da realidade, investindo para isso nos vários saberes e práticas locais. Durante a aplicação, privilegia-se a argumentação e a crítica, em lugar da naturalização ou explicação mágica da realidade (OLIVEIRA, 2006).

Nessa direção, apresenta-se inevitavelmente um modelo de formação cuja base ética e filosófica vai de encontro com a atual estrutura universitária, o que nos leva a outro desafio: imaginar e construir outro modelo de universidade.

Santos (2003) indica, para isso, a necessidade de se pensar numa Universidade Popular dos Movimentos Sociais. Afirma que esta proposta emerge da necessidade premente de avanço qualitativo dos esforços dos movimentos sociais e ONG’s genuinamente progressistas de um lado, e de cientistas sociais e intelectuais de outro. Para ele, falta aos movimentos nos dias de hoje teorias que lhes permitam refletir criticamente sobre a sua prática, de modo mais sistemático e conseqüente, esclarecendo os métodos e os objetivos que os mobilizam. Por outro lado, cientistas sociais e

intelectuais, isolados das novas práticas e dos novos agentes de mudança social, não têm condições para contribuir para essa reflexão crítica e para esse esclarecimento, chegando a, muitas vezes, torná-los mais difíceis ao continuar insistindo em conceitos e teorias que se não adequam às novas realidades concretas. Nessa perspectiva,

A proposta da Universidade Popular dos Movimentos destina-se a contribuir para pôr fim a este desencontro e à dupla carência em que ele se traduz. O seu objectivo último é superar a distinção entre teoria e prática, fazendo com que uma e outra emirjam reciprocamente esclarecidas de um encontro sistemático entre os que predominantemente se dedicam à prática da transformação social e os que predominantemente se dedicam à produção teórica. A formação pretendida é assim dupla. Por um lado, formar activistas e líderes comunitários dos movimentos sociais e das ONGs, fornecendo-lhes quadros analíticos e teóricos que lhes permitam aprofundar a compreensão reflexiva da sua prática – dos seus métodos e dos seus objectivos – de modo a melhorar a sua eficácia e a sua coerência. Por outro lado, formar cientistas sociais/intelectuais/artistas interessados no estudo dos novos processos de transformação social, dando-lhes a possibilidade de um diálogo directo com os seus protagonistas e assim identificar e, na medida do possível, eliminar a discrepância entre os quadros teóricos e analíticos em que foram treinados e as necessidades e aspirações concretas das novas práticas transformadoras (SANTOS, 2003, p.05)

Podemos dizer que esta proposta de Boaventura dá corpo a muitas outras iniciativas de se pensar numa outra Universidade para o mundo. Outra instituição diferente desta que aí está, forjada, agora sim, por movimentos e cientistas sociais interessados na construção de outras hegemonias mundo afora. Um trabalho social que tem a intencionalidade de articular também ações de ensino e pesquisa, mas não para qualquer fim, mas sim para a superação das desigualdades e promoção dos setores mais excluídos da sociedade. Construindo esforços concretos, gerando reflexões e movimentos que sigam caminhando para as mudanças pretendidas.

Nessa universidade, a ciência e a pesquisa constituem pilares fundantes de uma intencionalidade política e social transformadora, articulada necessariamente com a luta tensa, contraditória e cotidiana de construir um novo mundo possível. Ao denunciar a chamada *universidade operacional*, na qual não se forma e não se cria pensamento, Marilena Chauí (2001) reivindica princípios para a pesquisa, os quais avalio como essenciais neste paradigma de universidade e formação que iniciativas como a extensão popular pretende processualmente constituir. Para a autora, necessita-se na universidade de investigação de algo que nos lance na interrogação, que nos peça reflexão, crítica,

enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação, num trabalho de pensamento e linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito. Essencialmente, Chauí (2001) propõe uma ação civilizatória contra a barbárie social e política em voga em nosso mundo.

Percebemos então que o projeto de um novo modelo de universidade encontra-se necessariamente através de diversas práticas contra-hegemônicas no cenário acadêmico com eixos específicos e interessantes: a superação da dicotomia entre teoria e prática; a construção de uma utilidade emancipatória para qualquer uma das práticas acadêmicas; e, finalmente, a intencionalidade política. Ou seja, queremos chegar a algum lugar com tudo isso. A Extensão Popular não é só mais um sonho de alguns idealistas utópicos, é mais do que isso. Cristaliza, como vimos antes, um trabalho empreendido por diversos atores interessados em vislumbrar um horizonte pintado com as cores da justiça, da equidade, da dignidade humana e de uma relação cuidadosa com o ambiente e o mundo. É assim que a Educação Popular vai ressaltando a dimensão política inerente à Extensão Popular.

No entanto, não basta alardear este promissor potencial da Extensão Popular em constituir um novo modelo de universidade e de formação universitária. A partir do pensamento de Boaventura, podemos compreender que precisamos pensar a Extensão Popular em um movimento tenso e contraditório de disputas por hegemonias na Universidade. É neste campo que está a ANEPOP, e alienar sua existência e singularidade poderá encaminhar a compreensão das realizações de extensão popular para a permanente alternatividade, deixando cada vez mais distante a concretização dos sonhos e utopias que as motivaram. Nesse sentido, destacamos que a Extensão Popular é, ao mesmo tempo, a realização da aplicação da ciência de modo edificante e emancipatório junto com as classes populares; e um caminho de lutas em movimento, pela transformação da mesma Universidade e da Sociedade na qual está inserida. A conformação da ANEPOP comprova esse potencial subversivo e transformador próprio da extensão popular. A Extensão Popular nasce a partir de movimentos contra-hegemônicos, de quem se espanta e se indigna não apenas com a imaginação da Universidade/Sociedade como seria ou como foi, mas principalmente com a constatação do que é hoje e como será seu futuro caso seus sujeitos não criem saídas para a superação de suas ideologias dominantes. Conforme destaca Vasconcelos (2008, p.11),

a extensão universitária é o espaço acadêmico mais flexível, que permite o novo e o emergente acontecerem. Permite que movimentos sociais, ainda balbuciando propostas e práticas pouco consolidadas, se organizem em pequenos projetos. É espaço de experimentação e consolidação de novas formas de atuação acadêmica.

Todavia, não basta conformar uma série de experiências inconformistas e subversivas ao cenário acadêmico dominante, se não houver diálogos interculturais e transdisciplinares acerca destas realizações. Reside aí a inovação trazida pela ANEPOP, ao dar corpo e identidade a diversidade de extensões populares espalhadas pelo país.

A efetivação de ações educativas pautadas por princípios éticos definidos, com reforço ao coletivo e com preocupações voltadas às maiorias sociais, será conduzida *no sentido de garantir que alternativas sejam possíveis*, inibindo modelos de produção que só mantenham ou fortaleçam os mecanismos de exclusão (MELO NETO, 2006, p.42, grifo do autor).

Para Boaventura, segundo Oliveira (2006), re-definir as possibilidades de atuação e inserção política no mundo requer re-significar a forma como atuamos no mundo através do campo de nossa subjetividade, espelhada em como incorporamos saberes formais e cotidianos, bem como os valores e crenças com os quais entramos em contato. Ou seja, não basta pensar numa teoria fundante transformadora, como o é a Educação Popular, nem num trabalho social e útil transformador, configurado academicamente na Extensão Popular, mas também considerar a formação de redes de subjetividades inconformistas que se engajem neste mutirão se faz necessário.

Nesse sentido, podemos pensar na Extensão Popular enquanto um profundo e promissor movimento na universidade, orientado pela concepção teórica-filosófica-metodológica da Educação Popular. A emergência deste movimento encontra-se com uma perspectiva paradigmática universitária atualmente desenvolvida e aperfeiçoada por diversos grupos acadêmicos, constituindo o que Fleuri (2004, p.42) chama de conhecimento conversitário. Para o autor,

Reconhecer os múltiplos movimentos sociais como sujeitos produtores e interlocutores de conhecimento científico é uma decisão que pode nos abrir a formas mais críticas, criativas e sócio-ecologicamente eficazes de se conceber e de se produzir ciência no mundo contemporâneo. É o campo fecundo do que estamos chamando de conhecimento conversitário e que emerge no campo do que Boaventura de Sousa Santos chama de conhecimento pluriversitário.

Ao longo da sistematização histórica da ANEPOP, é notório constatar a presença desta intencionalidade e daqueles diferentes elementos pedagógicos em sua essência, os quais conformam dimensões das contribuições desta experiência evolução histórica da extensão universitária brasileira e no amplo debate nacional acerca da reforma universitária.

Através da experiência da ANEPOP, o encontro significativo dos sujeitos das práticas de Extensão Popular foi constituindo redes de sujeitos e subjetividades inconformistas, dispostas a articular caminhos outros para a sociedade em todo o mundo, alçando vôos que nos levem a realidades diferentes daquela que aí está. Como movimento social, suas ações coletivas propiciaram a integração de sujeitos, criando espaços de solidariedade, praticas de cidadania em processo e reivindicações de direitos.

É nesta perspectiva que seguiu historicamente a ANEPOP, muito inspirada na linha de desenvolvimento dos movimentos sociais e populares, como ressalta Batista (2004). Para ela, a caminhada histórica de conquista por outras hegemonias destes movimentos sociais ocorre no próprio processo de caminhar, no desenrolar das práticas. Ademais, afirma que as práticas educativas emancipatórias vivenciadas nos cenários de lutas dos movimentos sociais acentuam que a história é uma construção social que se faz pela ação coletiva dos sujeitos, sendo a resistência e o enfrentamento partes de estratégias de lutas, as quais ensinam que só com sujeitos organizados e lutas conjuntas se pode enfrentar os poderes hegemônicos e construir novas sociabilidades.

Na medida em que avançamos nesta análise crítica da ANEPOP, podemos compreendê-la como movimento coletivo e contra-hegemônico para afirmação de um projeto político de universidade e de sociedade que tem suas bases éticas e filosóficas na Educação Popular. É justamente este modelo educativo que orienta também a leveza de seu arranjo estruturante e que direciona a condução de suas ações, o que pode ser comprovado pela aposta insistente deste movimento em sujeitos, não em estruturas ou cargos. Fazendo da ANEPOP uma entidade que ganha sentido como rede de sujeitos e subjetividades inconformistas, cujos fios tecituais se encontram quando necessário e através do diálogo e da identidade na luta.

Algumas considerações

Para Melo Neto (2004), os conteúdos da educação entre os povos têm sido de ordem ética e prática. Na ética moram as orientações e princípios para o bem viver; na prática, os aspectos comunicativos do conhecimento de profissões acumulados por um povo. Com base nos objetivos propostos para as reflexões empreendidas neste capítulo, podemos concluir: quando falamos de Educação Popular, estamos falando de um corpo prático que ilustra uma ética de viver. Todavia, alcançar esta harmonia entre o que se faz na prática com o que se acredita ser ideal compõe um desafio constante para aqueles e aquelas que se lançam nas experiências de Educação Popular. A Extensão Popular não escapa desta assertiva.

Portanto, a constituição de uma Extensão que se afirma na Educação Popular para a formação universitária deve se dar numa relação dialética entre o prático e o ético, na medida em que, em certo ponto, ideais/ideologias/utopias constituem uma ética que leva determinados sujeitos a empreenderem ações que busquem alcançar um novo modo de viver em sociedade (ética levando a constituição de outra prática); ao mesmo tempo em que aquelas ações vão constituindo novas formas de relação e sociabilidade (Batista, 2004; Calado, 2006), reverberando numa nova ética (prática levando a constituição de outra ética, agora universal).

Diante de tudo isso, concluímos que, ao falar de Extensão Popular, não nos referimos a uma modalidade a mais da extensão, uma outra área temática, pois ao se inserir no campo da Extensão, a Educação Popular procura responder ao desafio de trazer uma nova perspectiva teórica e epistemológica para a Extensão Universitária. Capaz de apontar caminhos possíveis para outras realizações na relação Universidade-Sociedade-Universidade. Que estejam estes empreendimentos pautados firmemente na busca por uma racionalidade mais solidária, humanamente e ambientalmente amorosa, com a qual poderemos (quem sabe) ensaiar respostas fortes contra o movimento hegemônico de significação dos homens e mulheres enquanto valores de mercado, entes produtivos em favor de um sistema muito maior do que todos, inclusive do que a natureza. No qual a grande preocupação mundial é a estabilidade do mercado, a movimentação e equilíbrio das empresas. Onde esforços sem medida são empreitados para recuperação de crises financeiras, enquanto a crise da existência material humana continua em voga, através da fome, da miséria, das desigualdades. Refletidas na violência cotidiana com a qual o mundo convive, espelhadas na discriminação e na

competitividade. Na construção de uma idéia eticamente avessa, de que as diferenças são naturais e de responsabilidades individuais.

Como lugar propício para a reflexão crítica e a produção de conhecimentos e tecnologias emancipatórios, a Universidade bem que poderia direcionar suas ações e reflexões para a superação deste quadro. Ensaiai cantigas e gerar movimentos populares, que respondam aos reclames da maioria da população mundial. Recomende, por meio de suas ações e interações, uma decisão firme de que precisamos remar noutra direção.

Por tudo que pudemos refletir ao longo destas páginas, acreditamos firmemente que a Educação Popular dá corpo metodológico e orientações éticas/filosóficas para a constituição de outra formação universitária, configurando um caminho na direção da realização de utopias sonhadas e compartilhadas coletivamente.

Algumas considerações

Algumas considerações

Ao longo desta dissertação, procuramos indicar os elementos pedagógicos da experiência da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP) conforme puderam ser identificados a partir de minha vivência, enquanto pesquisador e sujeito participante deste movimento, bem como pelo olhar e percepção de outros atores espalhados por todo o país, especialmente estudantes universitários. Com base neste estudo, pudemos compreender que esta pedagogia tem viabilizado contribuições significativas a formação universitária destes estudantes, na medida em que lhes proporcionou vivências e experiências ímpares, as quais não poderiam ser estimuladas nem em sala de aula, nem mesmo no âmbito dos projetos locais de extensão popular.

Há uma singularidade nesta pedagogia da ANEPOP, expressa marcadamente na capacidade de inserir os estudantes em espaços de protagonismo com repercussões de amplitude nacional e com interfaces de ordem conjuntural. Ademais, cabe ainda ponderar o relevante saber, acumulado no movimento, de conviver entre diferentes numa escala pouco exercitada no âmbito dos projetos locais de extensão. O diálogo nas experiências da ANEPOP envolve a interface com diversos atores (vários movimentos sociais, além de técnicos, professores, pró-reitores, dirigentes e outros estudantes universitários) num nível de horizontalidade pouco antes vivenciado por estes estudantes em formação. Outrossim, este diálogo é também, em muitas ocasiões, marcado pelo conflito intenso, tanto entre os diferentes, como entre os semelhantes. Ou seja, o estudante em formação, através da ANEPOP, convive cotidianamente com as contradições e diferentes correntes da extensão universitária e até com correntes divergentes da própria extensão popular.

Em meio a tais oportunidades vivenciais e de protagonismo efetivo, decorre uma integração essencial com a pedagogia apreendida nos projetos de extensão popular, na medida em que estes estudantes procuram, incessantemente, aplicar a Educação Popular (tão propalada e elaborada em seus projetos locais) na própria construção e do jeito de conduzir seu movimento nacional.

Assim, a Educação Popular deixa de ser somente uma inspiração teórica ou uma bandeira de luta, mas vai sendo incorporada como princípio ético e filosófico, como um horizonte segundo o qual estes estudantes buscam guiar e conduzir suas ações

individuais e coletivas. Com isso, vão aprendendo uma nova ética de viver. A Educação Popular poderá ir extrapolando os espaços universitários para re-significar o viver cotidiano, tornando-se mesmo uma marca do jeito de trabalhar e da intencionalidade orientadora destes estudantes em seu futuro pessoal e profissional.

Embora afirmar a existência de uma pedagogia nos movimentos sociais populares seja algo já indicado anteriormente por diversos autores a partir de muitas outras experiências, este estudo da ANEPOP nos permite sugerir novas facetas para este debate, especialmente considerando a universidade como um dos mais significativos nascedouros deste movimento em específico. Grande parte dos sujeitos que criaram e desenvolveram a ANEPOP advieram de projetos de extensão popular institucionalizados em diversas universidades do país. Com isto, pensar na ANEPOP também é compreender a existência dinâmica e irradiada de um movimento nacional no campo da extensão popular, conformado por sujeitos diversos (desde estudantes, professores e técnicos, até movimentos sociais e trabalhadores sociais da educação, da saúde, dentre outros), comportando várias iniciativas que, mesmo possuindo maioria das vezes contornos metodológicos distintos, carregam consigo uma mesma marca teórico-metodológica e um mesmo princípio ético norteador de suas ações – a educação popular. Mais do que isso, identificam-se todas entre si por também fazer desta educação popular uma bandeira na luta por transformações da práxis acadêmica, tendo a extensão popular como proposta concreta e efetiva de uma universidade orientada pela educação popular.

Sistematizar a experiência da ANEPOP nos permitiu compreender melhor este movimento e sua dinamicidade. Na verdade, mesmo que seu próprio nome reforce a idéia de uma articulação entre experiências e práticas de extensão popular, a ANEPOP não se restringiu às experiências mais aprimoradas de extensão popular. Desde sua criação, foi acolhendo também membros do movimento estudantil que defendiam a extensão popular mas não estavam inseridos em qualquer prática, além de estudantes de instituições sem tradição neste campo dispostos a encampar este projeto e atores sociais curiosos e interessados em levar esta temática em seus serviços e comunidades, sem falar de uma variedade significativa de projetos de extensão universitária sem a identidade da educação popular, mas com interesse de conhecer e re-orientar seus projetos a partir deste contato. Desta forma, a ANEPOP foi configurando um lugar de

encontro e apoio solidário para aqueles atores dispostos a buscar formas dialogadas e participativas de pensar a extensão universitária. Sua abertura para quem quisesse participar e sua aceitação a diversidade de atores e autores do movimento constitui uma marca pedagógica e política singular desta Articulação e revela uma dimensão importante do movimento: o movimento de extensão popular se faz na diversidade. Não é, certamente, uma aceitação simplista da diversidade. Pelo contrário. Para o movimento de extensão popular, a diversidade é algo a ser respeitado, mas também discutido a partir das trocas de experiências, dos debates metodológicos, das reflexões teóricas, das conversas políticas. Isso porque a diversidade, para o movimento, não é algo que divide, mas algo que gera aprendizados, que extrapola barreiras e que aumenta significativamente a amplitude política e a irradiação das ações do movimento.

Ao longo de toda sua história, esta talvez tenha sido a mais significativa contribuição da ANEPOP para os movimentos sociais da universidade e os movimentos sociais populares como um todo. Isso porque, maioria das vezes, se pensa no movimento não principalmente por aquilo que une, mas por aquilo que separa. Assim, se vê quem pode e quem não pode estar no movimento. Contudo, a capacidade de inclusão presente no decorrer da construção da ANEPOP evidenciou um movimento construído a partir da união e da cooperação. Tudo isso desvelou o entendimento do movimento nacional de extensão popular como um algo em franco processo de construção e expansão. Não está pronto e acabado. Se é verdade que em instituições como a UFPB a tradição de décadas na educação popular permite reconhecer a existência de muitos projetos de extensão popular com maturidade, também foi possível nesta pesquisa enxergar um número significativo de instituições universitárias brasileiras com uma tímida ou uma inexistente experiência no campo da extensão popular. Nestes lugares, a presença de atores sensibilizados e dispostos a encampar este processo revela a importância política e pedagógica da ANEPOP, colocando em comunicação estas disparidades da extensão popular em nosso país. E, mesmo naquelas instituições com maior experiência, a ANEPOP veio se mostrando essencial por permitir aproximar diferentes grupos que, separadamente, vinham conduzindo seus projetos, convidando-os a se unir para pensar mais alto e mais além. Até porque, mesmo nestas instituições, também a extensão popular não está plenamente reconhecida, apoiada e desenvolvida no que-fazer acadêmico.

Assim, este caráter processual do movimento reforça sua característica maior - a inconclusão. Ora, o movimento nacional de extensão popular é forte e ativo, tem capacidade de organização, mobilização e reivindicação, mas ainda não está pronto e acabado. Está em plena difusão na maioria das universidades, sendo lapidado em experiências com metodologias e perspectivas organizativas diversas. É, na verdade, um dos atuais mais fortes movimentos de resistência universitária e contra-hegemonia. Mas que está crescendo aos poucos, passo a passo. Por isso, só frutificará se não lançar mão de dogmatismos e generalizações, o que comprovou só afastar e dividir um movimento, que ainda é muito pouco definido e cuja vocação está na diversidade.

Ser estudante e participar da construção de tal experiência significa aprender também a ser inconcluso, justamente pelo diálogo com tantas outras experiências e iniciativas de extensão popular. Vamos enxergando que nossa experiência singular e local não basta. A educação popular é um movimento muito maior e mais amplo do que pensamos localmente. Irradia em áreas do conhecimento diferentes e abre possibilidades diversas de construir o novo, de delimitar o inédito viável na constituição de novas perspectivas políticas, pedagógicas e culturais para a formação universitária.

Através desta vivência, vamos exercitando nosso olhar ampliado e conjuntural para a sociedade e os problemas sociais. Caminhe para onde caminhe, a experiência da ANEPOP nos ensinou a considerar a premência deste olhar ampliado, de nossa inconclusão e por isso sempre procurar reconhecer a existência de muitas redes de sujeitos que, em qualquer área social, estão buscando por melhorias e mudanças em suas condições de vida e sobrevivência.

Nesse sentido, vamos entendendo o sentido mais essencial da educação popular. A educação popular deixa de ser apenas a denominação das ações que fazemos em comunidade, ou somente a metodologia inspiradora destas iniciativas. Passa a significar uma identidade teórica, filosófica e ética que guia o rumo de nossas ações e intervenções no mundo, orienta nossas escolhas e recomenda os passos que daremos. Pois a educação popular passa a identificar um projeto de vida e sociedade que desejamos e ansiamos por construir. Passa a configurar a palavrinha mágica definidora de uma nova sociabilidade possível – a qual buscaremos vislumbrar não apenas em nossos projetos de extensão em comunidade, mas em muitos outros locais quando

formados em nossa atuação profissional. Educação popular para a construção de um outro mundo. um outro mundo possível.

Diante do exposto, há de se reforçar que a pedagogia do movimento nacional de extensão popular não é o bastante sozinha. Efetivamente, constitui uma possibilidade a mais dentro do caldeirão de novas e promissoras perspectivas de formação universitária orientadas pelos princípios da Educação Popular. Conforme destacou-se ao longo deste texto, esta é uma pedagogia que depende necessariamente de uma inserção básica dos estudantes em projetos e iniciativas locais de extensão popular, nos quais poderão ter aprendizados significativos que pouco ou raramente podem ser trabalhados no movimento nacional. Há, dessa forma, uma relação de integração e diálogo intenso entre a pedagogia do movimento nacional e a pedagogia dos projetos de extensão popular. Juntas, estas pedagogias são mais fortes. Conseguem viabilizar experiências aos estudantes, em dimensões diferentes, mas integradoras na formação universitária numa perspectiva crítica.

Nesse sentido, duas ponderações se fazem necessárias, diante de lacunas observadas a partir destas pedagogias diante do atual debate sobre formação universitária.

Mesmo considerando o recente crescimento do número de estudos relacionados a formação universitária no campo da extensão popular (todos citados ao longo deste texto), ainda persiste uma grande lacuna entre aquilo que se faz e aquilo que se escreve na extensão popular. Na diversidade dos muitos projetos e iniciativas articulados pela ANEPOP, existem sabedorias significativas sobre caminhos possíveis para a educação popular na formação universitária. São metodologias, dinâmicas e propostas didáticas que perfazem um arcabouço pedagógico vivo, cuja sistematização em conhecimentos científicos ainda é tímida. Com isso, analisando politicamente, este tipo de experiência perde força no jogo conjuntural de propostas e perspectivas teóricas dispostas no atual debate acadêmico sobre formação universitária. A extensão popular tem ainda certa dificuldade de transitar, especialmente por suas repercussões, criatividade e vivências serem ainda pouco estudadas e sistematizadas.

Por outro lado, há também que se considerar a imensa lacuna existente entre aquilo que se escreve sobre formação universitária e aquilo que se faz. Um número significativo de importantes contribuições teóricas sobre a formação universitária numa

perspectiva crítica vem sendo produzidas e difundidas sem, para tanto, implicarem um diálogo com a prática concreta e os atuais esforços de diversos grupos universitários em fazer diferente. A impressão que ficamos, ao ler muitos destes escritos, é que a saída para a universidade ainda está longe de acontecer e, quando chegar, se dará através de idéias iluminadas de cientistas geniais. Pouco se reconhece, valoriza e compreende o número expressivo de iniciativas de formação universitária crítica que já vêm sendo elaboradas e mantidas na atual estrutura acadêmica. Como reivindicou Eymard Vasconcelos (2006), é preciso escutar esse movimento.

Nesse sentido, enquanto os intelectuais precisam escutar este movimento, acredito veementemente que precisam também eles engendrar esforços e arriscarem alguns passos nesta caminhada vivencial e prática de uma aventura chamada mudança de paradigmas na atual formação universitária. Na mesma medida, os atuais aventureiros precisam intensificar a sistematização de suas experiências e serem, também eles, protagonistas do anúncio teórico e acadêmico destas novas e promissoras possibilidades para a formação.

A ANEPOP demonstra a força político-transformadora da pedagogia da extensão popular, em desafiar os modelos tradicionais e anunciar a necessária reinvenção e fortalecimento de novos modelos. Mais do que isso, ao mesmo tempo em que aglutina os sujeitos e favorece a qualificação de sua organização política e capacidade de intervenção, dá maior visibilidade à “alternatividade” da extensão popular.

Acredito que a experiência da ANEPOP, sistematizada e analisada nesta dissertação, reforça a constatação de que os movimentos sociais populares possuem uma pedagogia entremeada por encontros com o mundo e com as pessoas, através dos quais decorrem vivências, conversas informais, observações, estudos, místicas e experiências educativas capazes de conformar um verdadeiro arcabouço de aprendizagens e reflexões críticas. Assim empreendida, a pedagogia dos movimentos sociais populares estará direcionada a formação de pessoas com o compromisso de promover princípios éticos da vida em sociedade, já aperfeiçoados no próprio interior do movimento, como participação, democracia, criticidade, justiça, diversidade, liberdade, amorosidade, dentre outros. Conviver nestes movimentos é pedagógico porque implica uma

participação capaz de permitir a observação atenta do movimento, mas também promove o acolhimento respeitoso e dialógico de quem é novo e quer se chegar.

As experiências que vivenciei nos projetos de extensão popular me propiciaram um encontro com as desigualdades sociais e um olhar crítico para a realidade social. Ao mesmo tempo, também me demonstraram que há resistências contra as condições sociais injustas e desiguais nas quais vivem boa parte de nossa população. Organizados em coletivos e realizando trabalhos marcados pela solidariedade e construção participativa, muitas ações são empreendidas na luta e enfrentamento das condições sociais contraditórias. Onde antes imaginava haver só miséria, doença e desconforto, aprendi que existem protagonistas da construção de um mundo novo, permeado por ideais de justiça social, desenvolvimento emancipador e felicidade para todas e todos, sem discriminação. A Comunidade Maria de Nazaré foi a primeira a me ensinar que trabalhar não é apenas ganhar dinheiro para garantir a sobrevivência ou fornecer melhores condições de saborear a vida. Além disto, trabalhar pode ser contribuir na construção coletiva de perspectivas de viver mais dialogadas, humanizantes, amorosas, libertárias e democráticas para todas as pessoas.

Com o Movimento Nacional de Extensão Popular, aprendi que esta possibilidade está aberta não apenas através da atuação em uma comunidade, mas em todo o país. Em todos os recantos de nossa nação, há lutas, enfrentamentos e buscas por ser mais. Nosso trabalho pode estar direcionado para estas lutas: qualificá-las, ampliá-las, criticá-las. Mas somente com a disponibilidade de escuta para aprender e humildade para ensinar, podemos seguir caminhando com empenho na esperança de que nossos trabalhos, em conjunto com outros companheiros, consigam ensaiar alguma contribuição nesta desafiante e significativa construção, num processo longo, difícil e exigente em que vamos participando da elaboração de um mundo novo, com novos horizontes e outras possibilidades.

A participação na ANEPOP me permitiu compreender que esta construção de um mundo novo também poderia ser vivenciada dentro das universidades, pois meu projeto de extensão não era o único, nem nossos extensionistas eram sonhadores solitários. Em diversas experiências espalhadas pelos muitos recantos de nosso país, a universidade não só podia, mas já estava mudando. Pude enxergar que a universidade também vem sendo protagonista neste processo através das iniciativas de diversos

grupos de estudantes e professores, seja em movimentos sociais (estudantil, docente ou técnico), em experiências de ensino, em grupos de pesquisa ou ações de extensão universitária, dentre as quais se destaca a Extensão Popular.

Por isso, atualmente, sigo continuando essa jornada na extensão popular, que começou na convivência com a luta social por saúde e dignidade humana na Comunidade Maria de Nazaré, mas prosseguiu no Movimento Nacional de Extensão Popular e certamente seguirá em outros campos, pois a Educação Popular é este espírito participativo e utópico vibrante que pulsa dentro de quem nela acredita. Um espírito esperançoso e continuamente alimentado pela paixão em buscar ser mais e permitir que outros seres-humanos também sejam mais, numa relação amorosa e respeitosa com o mundo e o meio-ambiente.

Vivenciar o movimento nacional de extensão popular é constatar a expressão vibrante de um número significativo de atores universitários e sociais dedicados a permanente construção da utopia de uma universidade popular, ou seja, participativa, libertária, amorosa e democrática. Onde a Educação Popular deixe de ser algo estranho ou esquisito para significar uma matriz orientadora e uma fonte permanente de inspirações de uma instituição – a universidade – que dê sentido a vida de todas as pessoas. Que consiga produzir, discutir e socializar conhecimentos capazes de fomentar uma vida em sociedade mais solidária, crítica, amorosa e igualitária. Esse desejo não é apenas uma utopia. É uma realização. Uma utopia que pode ser vista, sentida, saboreada.

É sobre você, utopia³¹

De quem falamos agora

Vem, chega mais perto!

Quase posso te ver, não vá embora!

Sonho distante, de sabores tão próximos

Vem, chega mais perto!

Quase posso te ver, cristalizando-se

³¹ Poema escrito por mim, em comunhão com o companheiro de amizade e lutas Murilo Leandro Marcos.

Forjando-se
Naquela caminhada na comunidade
Te vi no meio da rua, enxerguei a amorosidade
Aquela casa que visitei
Nela, eu juro que presenciei
Pensamento crítico, a voz do diálogo
Lembra daquela mobilização? Juro que te avistei!
Você, cheia de vida e pulsando de alegria
É verdade, não eras tu mesma, utopia?
Quando chegarás de vez?
Quer saber? Acho mesmo que já estás presente
Nos corações e na mentes
É a força que nos guia
Em meio a tanta dor e agonia
Nessa busca por libertar e amar
Nesta extensão popular

Pensamos na utopia como música
que escuta o feto
ainda no conforto
da pré-vida do útero:

Distante e presente.
Sentida e corporificada.
Subjetiva. Sensibilizadora.

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Aline Barreto de. Currículo invisível: de lagarta a borboleta. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão.; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (Org.). **Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde**. São Paulo: Editora Hucitec. 2006, pg. 28-30.

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. São Paulo: Editora Loyola, 8ª edição, 2002.

BANDEIRA, Céres; BEZERRA, Jessica; SILVA, Jousianny Patrício da; ASSIS, Julyana; BESERRA, Monique; MASSA, Nayara; RODRIGUES, Samara Cíntia. **Relatório do Grupo Operativo “Escola” – Período Letivo 2007.1**. Projeto de Extensão “Práticas Integrals da Nutrição na Atenção Básica em Saúde”, Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, 2007.

BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. A hermenêutica-dialética na pesquisa-ação em extensão popular. **Anais do I SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR – SENAPOPOP**. João Pessoa, 2009. CD.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação do campo conquistando a cidadania campesina. In: LINS, Lucicléa Teixeira; OLIVEIRA, Verônica de Lourdes Batista de (Orgs.). **Educação popular e movimentos sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. p.153-178.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação: construindo novas sociabilidades e cidadania. In: **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 2004, Coimbra/Pt. v. 1.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. A Educação Popular na escola cidadã. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS** Sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, 10 de outubro de 1996

CABRAL, Caroline Sousa; LIMA, Elvira de Lourdes C. de; MEIRELES, Ingryd de Lira; CUNHA, João Victor M. C. da; SILVA, Mickella de Farias; ARAÚJO, Thaise Anataly M. de. **Relatório do Grupo Operativo “Programa Bolsa Família” – Período Letivo 2007.1**. Projeto de Extensão “Práticas Integrals da Nutrição na Atenção Básica em Saúde”, Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, 2007.

CALADO, Alder Júlio Ferreira Calado. Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas? In: LINS, Lucicléa Teixeira; OLIVEIRA, Verônica de Lourdes Batista de (Orgs.). **Educação popular e movimentos sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. p.225-242.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Novos e velhos movimentos sociais populares: quais saberes necessários à construção de uma sociabilidade alternativa? In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide.(Orgs). **Educação popular e movimentos sociais**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006. P. 59-76.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Sociedade e cidadania: o protagonismo dos Movimentos Sociais Populares. In: CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Movimentos sociais e cidadania: um enfoque multifacetado**. João Pessoa: Idéia, 2000.

CARNEIRO, Daniela Gomes de Brito; LACERDA, Kelly; MENEZES, Larissa Lorena Dias; GUIMARÃES, Simone. **Relatório do Grupo Operativo “Idosos” – Período Letivo 2007.1**. Projeto de Extensão “Práticas Integrals da Nutrição na Atenção Básica em Saúde”, Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, 2007.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: **Anais da 27ª Reunião anual da ANPED**, Caxambu, 2004. Anais, 2004.

CESAR, Waldo; SHAULL, Richard. **Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs; promessas e desafios**. Petrópolis: Vozes, 1999. 320p.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. 1. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro Cruz. A Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPPOP): articulando as práticas de extensão na luta por uma universidade socialmente comprometida. In: JEZINE, Edineide; BATISTA, Maria do Socorro Xavier.; MOREIRA, Orlandil (Orgs0.). **Educação popular e movimentos sociais**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008, v. , p. 111-132.

EXTELAR. **Grupo de Pesquisa em Extensão Popular**. Planejamento Semestral Julho/Dezembro de 2008. João Pessoa, 2008.

FALCÃO, Emmanuel. **Vivência em comunidades: outra forma de ensino**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

FIGUEIREDO, Alexandre Medeiros de. Crônicas de mortes anunciadas. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão.; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (Org.). **Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde**. São Paulo: Editora Hucitec. 2006, pg. 19-21.

FLEURI, Reinaldo Fleuri. Conversidade: conhecimento construído na relação entre educação popular e universidade . In: **27a. Reunião Anual da ANPEd**, 2004, Caxambu. Sociedade, Democracia e Educação: Qual universidade?. Rio de Janeiro : ANPEd, 2004. p. 1-45.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação Popular e Universidade**. Piracicaba: UNIMEP, 1989. 386 p.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Formação de profissionais da saúde: reflexões a partir de vivências estudantis**. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (orgs). **Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde**. São Paulo: Hucitec, 2006, 231-264.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**; org.: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112p.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2005, vol.31, n.3, pp. 483-502 .

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREITAS, Monique Beserra de; OLIVEIRA, Karistenn Casimiro de; RODRIGUES, Laurycelia Vicente. **Relatório do Grupo Operativo “Mobilização Popular” – Período Letivo 2008.2**. Projeto de Extensão “Práticas Integrals da Nutrição na Atenção Básica em Saúde”, Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, 2009.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos Sociais e Educação**. 6a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 120 p.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2004.

GOMES, Luciano Bezerra. Um almoço especial. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão.; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (Org.). **Perplexidade na universidade**: vivências nos cursos de saúde. São Paulo: Editora Hucitec. 2006, pg. 139-141.

GONDIM, Fernanda. Perspectivas de um despertar. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão.; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (Org.). **Perplexidade na universidade**: vivências nos cursos de saúde. São Paulo: Editora Hucitec. 2006, pg. 106-109.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária**: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez; Autores Associados, UFC, 1986.

Habermas, Jurgen. **Dialética e Hermenêutica**. São Paulo: Editora L&PM, 1987.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa I** - Racionalidad de La acción y racionalización social. Madri: Taurus, 1987b.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa II** – Crítica de la razón funcionalista. Madri: Taurus, 1987c.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para Sistematizar Experiências**. 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 1996. v.1. 213p.

JEZINE, E. **A crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária**. Editora Universitária UFPB. João Pessoa, 2006. v.1. 331p.

JEZINE, Edineide. Universidade-sociedade e extensão universitária: construções teórico-metodológicas. In: **Anais da 28ª Reunião Anual da ANPEd**, 2005, Meio digital. www.anped.org.br.

KADT, Emanuel de. **Católicos Radicais no Brasil**. Coleção educação para todos, n.17. Brasília: UNESCO, MEC, 2007.

LACERDA, Dailton Alencar Lucas; RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva. **Fisioterapia na Comunidade**. 1. ed. João Pessoa-PB: UFPB-Editora Universitária, 2006. v. 1. 278 p.

LANDIM, Fátima Luna Pinheiro, LOURINHO, Lúcia Andrade, LIRA, Roberta Cavalcante Muniz, SANTOS, Zélia Maria Souza Araújo. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. 2006, pg. 53-58.

LAPERRIERE, Hélène. Práticas de enfermagem em saúde coletiva nos contextos de pobreza, incerteza e imprevisibilidade: uma sistematização de experiências pessoais na amazônia. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. spe, Oct. 2007.

LIMA, Marteano Ferreira. Das pedagogias do aprender a aprender à inovação da aula universitária: a didática sob a lógica do mercado. **Revista Arma da Crítica**. Fortaleza: Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE, v.1, n.1, 2009.

LINS, Lucicléa Teixeira. **A formação política das educadoras e educadores do MST**. 2006. Dissertação (Mestrado em educação), Centro de Educação. Universidade da Federal da Paraíba, João Pessoa.

MATTOS, Raimundo César de Oliveira. A Juventude Operária Católica. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**. Vol.6, Ano 6, n.2. Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Uberlândia, 2009.

MEIRELES, Cecília. **Crônicas de educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

MELO NETO, José Francisco de. Educação popular: uma ontologia. In: José Francisco de Melo Neto; Afonso Celso Scocuglia. (Org.). **Educação Popular: outros caminhos**. 2 ed. João Pessoa - PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1999, v. 1, p. 31-75.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão popular**. 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006. v.1. 97p.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão universitária: bases ontológicas. In: MELO NETO, José Francisco de. (Org.) **Extensão universitária: diálogos populares**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

MELO NETO, José Francisco de. Pesquisa-ação (aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular). In: RICHARDSON, Roberto Jarry. (Org.). **Pesquisa-ação: princípios e métodos**. 1 ed. João Pessoa - PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2003, v. 1, p. 183-197.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MITRE, Sandra Minardi; SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo; GIRARDI-DE-MENDONÇA, José Márcio; MORAIS-PINTO, Neila Maria de; MEIRELLES, Cynthia de Almeida Brandão; PINTO-PORTO, Cláudia; MOREIRA, Tânia; HOFFMANN, Leandro Marcial Amaral. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Revista Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 2010 . pp. 2133-2144 .

OLIVEIRA, Dalila Andrade; AZEVEDO, Mário Luis Neves de. A atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918). Ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais? In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo; ABOITES, Hugo. **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después**. Buenos Aires: CLACSO, 2008. p.66-79.

OLIVEIRA, I. B. **Boaventura e a Educação**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 166 p.

PADILHA, Wilton Wilney Nascimento (Org.). **Relatos e Vivências de Educação Popular**: Programa Ação Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social e Atenção à Saúde na Comunidade Maria de Nazaré, João Pessoa, PB - PROMAN. João Pessoa:

PALUDO, C. **Educação Popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o Campo Democrático Popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 14, n. 1, Mar. 2009, pp. 71-84.

PAULA, Maria de Fátima. **A modernização da universidade e a transformação da inteligência universitária**. Florianópolis: Insular, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Como fazer pesquisa-ação. In: RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). **Pesquisa-Ação**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, v. , p. 149-174.

RODRIGUES, Daniele Ferreira; MEIRA, Meirhuska Mariz; SANTOS, Michelly Bezerra dos; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Dificuldades e desafios de uma experiência de extensão: reflexões a partir do Curso Comunitário de Saúde. In: PADILHA, Wilton Wilney Nascimento (Org.). **Relatos e Vivências de Educação Popular**. Editora Universitária UFPB/ Editora Idéia. João Pessoa, 2008, p.57-68.

SALES, Ivandro da Costa. Educação Popular: uma perspectiva, um modo de atuar (alimentando um debate). In: SCOCUGLIA, Celso Afonso, MELO NETO, José Francisco (orgs.). **Educação Popular; outros caminhos**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1999. p.111-122.

SANTOS, Boaventura de Sousa **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, L.H.; AZEVEDO, J.C. (org.). **Novos mapas culturais novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996, p.15-33.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. A progressão do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire. In: TORRES, C.A. (Org.). **Paulo Freire e a agenda da educação latino-americana no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2001, v. 1, p. 323-348.

SILVA, Jousianny Patrício da; RODRIGUES, Laurycelia Vicente; FIRMINO, Renata Alessandra **Relatório do Grupo Operativo “Idosos” – Período Letivo 2008.1**. Projeto de Extensão “Práticas Integrals da Nutrição na Atenção Básica em Saúde”, Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, 2008.

SILVEIRA, João Luiz Gurgel Calvet (Org.) **Liga de Saúde Coletiva** - Extensão Popular em Busca da Integralidade. 1. ed. Blumenau - SC: EDIFURB, 2008. v. 500. 128 p.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da Utopia** - a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SOUZA, João Francisco de. Educação Popular para o terceiro milênio - desafios e perspectivas. In: Marisa Voraben Costa. (Org.). **Educação popular hoje**. São Paulo: Edições Loyola, 1998, p. 23-41.

SOUZA, João Francisco de. Paradigmas teóricos dos movimentos sociais e perspectivas da educação popular. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide.(Orgs). **Educação popular e movimentos sociais**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006. P. 59-76.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Extensão universitária : novo paradigma de universidade?** Faculdade de Educação da UFRJ. Rio de Janeiro, 1996. Tese de Doutorado.

TEIXEIRA, Rosângela. Queixadinha – do lado de lá do mundo. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão.; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (Org.). **Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde**. São Paulo: Editora Hucitec. 2006, pg. 218-223.

TIETZMANN, Marcos. E os pacientes que não vão ao posto de saúde?. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão.; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (Org.). **Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde**. São Paulo: Editora Hucitec. 2006, pg. 154-159.

THIOLLENT, Michel Jean Marie. A Metodologia Participativa e sua Aplicação em Projetos de Extensão Universitária. In: **III SEMPE - Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão**, 1999, São Carlos. Metodologia e Experiências em Projetos de Extensão. Niterói : EDUFF, 1999. p. 19-28.

VALLA, Victor Vincent. Problematizando o termo “conversão”, a partir do campo religioso. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; TAVARES, Maria Tereza; FLEURI, Reinaldo Matias; ALGEBAIL, Eveline Bertino; VALLA, Victor Vicent. A contribuição de Victor Valla ao pensamento da Educação Popular: diferentes olhares. In: **REUNIÃO NACIONAL DA ANPED**, 30, 2007, Caxambu, **Anais**, Caxambu: Anped, 2007. CD-ROM.

VASCONCELOS, Edney. Oficina de emoções. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão.; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (Org.). **Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde**. São Paulo: Editora Hucitec. 2006, pg. 72-76.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão.; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (Org.). **Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006b, v. 1, p. 265-308.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. O encontro do grande amor de minha vida. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão.; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (Org.). **Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006a, v. 1, p. 92-96.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Prefácio. In: SILVEIRA, João Luiz Gurgel Calvet (Org.) ; **Liga de Saúde Coletiva - Extensão Popular em Busca da Integralidade**. 1. ed. Blumenau - SC: EDIFURB, 2008.

VASCONCELOS, Eymard Mourão.; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (Org.). **Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde**. São Paulo: Editora Hucitec. 2006.

VASCONCELOS, Eymard Mourão; TAVARES, Maria Tereza; FLEURI, Reinaldo Matias; ALGEBAIL, Eveline Bertino; VALLA, Victor Vicent. A contribuição de Victor Valla ao pensamento da Educação Popular: diferentes olhares. In: **REUNIÃO NACIONAL DA ANPED**, 30, 2007, Caxambu, **Anais**, Caxambu: Anped, 2007. CD-ROM.

VASCONCELOS, Marcos Oliveira Dias. Entre bentos, anjos e loucos. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão.; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (Org.). **Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde**. São Paulo: Editora Hucitec. 2006, pg. 148-153.

ZITKOSKI, Jaime José. Educação popular e emancipação social: convergências nas propostas de Freire e Habermas. In: **Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED**, Caxambu, 2004

Apêndice

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Grupo Focal

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa trata da reflexão sobre os significados da experiência da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP) para o movimento de extensão popular, e está sendo desenvolvida por Pedro José Santos Carneiro Cruz; sob a orientação do professor Eymard Mourão Vasconcelos, docente orientador do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE).

O objetivo do estudo é analisar o significado pedagógico da participação na organização do movimento nacional de extensão popular para estudantes de projetos de extensão popular.

A finalidade deste trabalho é melhor compreender as efetivas contribuições desta experiência para o desenvolvimento da extensão popular nas universidades brasileiras, conforme seus objetivos de transformar práticas e atitudes no âmbito acadêmico. Assim, problematizará os processos e situações apontados, aproximando dificuldades e potencialidades, rumo a relações educativas mais justas e humanas no ambiente da extensão universitária.

Solicitamos a sua colaboração para este estudo através de sua participação em entrevista coletiva, na forma de reunião em roda de conversa (debate), como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos, bem como publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo da Instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal



Assinatura da Testemunha

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador:

Pedro José Santos Carneiro Cruz

Telefone: 83 – 8803-6892.

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Orientador

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Entrevista Individual

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa trata da reflexão sobre os significados da experiência da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP) para o movimento de extensão popular, e está sendo desenvolvida por Pedro José Santos Carneiro Cruz; sob a orientação do professor Eymard Mourão Vasconcelos, docente orientador do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE).

O objetivo do estudo é analisar o significado pedagógico da participação na organização do movimento nacional de extensão popular para estudantes de projetos de extensão popular.

A finalidade deste trabalho é melhor compreender as efetivas contribuições desta experiência para o desenvolvimento da extensão popular nas universidades brasileiras, conforme seus objetivos de transformar práticas e atitudes no âmbito acadêmico. Assim, problematizará os processos e situações apontados, aproximando dificuldades e potencialidades, rumo a relações educativas mais justas e humanas no ambiente da extensão universitária.

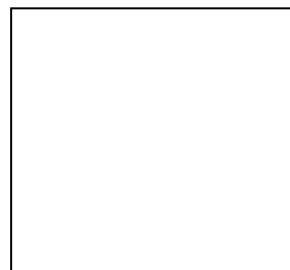
Solicitamos a sua colaboração para este estudo através de sua participação em entrevista individual, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos, bem como publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo da Instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal



Assinatura da Testemunha

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador:

Pedro José Santos Carneiro Cruz

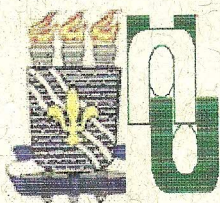
Telefone: 83 – 8803-6892.

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Orientador

Anexos



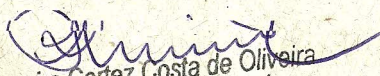
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - HULW
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES
HUMANOS - CEP**

CERTIDÃO

Com base na Resolução nº 196/96 do CNS/MS que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley - CEP/HULW, da Universidade Federal da Paraíba, em sua sessão realizada no dia 26/10/2010, após análise do parecer do relator, resolveu considerar APROVADO o projeto de pesquisa intitulado A PEDAGOGIA CONSTRUÍDA NA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA NA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR: perspectivas para a rediscussão da formação Universitária Brasileira. Protocolo CEP/HULW nº. 652/10, Folha de Rosto nº 381464, do pesquisador PEDRO JOSÉ SANTOS CARNEIRO CRUZ.

Ao final da pesquisa, solicitamos enviar ao CEP/HULW, uma cópia desta certidão e da pesquisa, em CD, para emissão da certidão para publicação científica.

João Pessoa, 27 de outubro de 2010


Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética
em Pesquisa - CEP/HULW

Profª Drª Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa-HULW

Endereço: Hospital Universitário Lauro Wanderley-HULW - 4º andar. Campus I - Cidade Universitária.
Bairro: Castelo Branco - João Pessoa - PB. CEP: 58051-900 CNPJ: 24098477/007-05
Fone: (83) 32167302 — Fone/fax: (083)32167522 E-mail - cepulw@hotmail.com

IV FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE
II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE
Brasília, DF, 14 de dezembro de 2005.

Carta aberta do movimento extensionista presente no evento.

Presentes neste evento, estudantes, movimentos sociais, docentes, trabalhadores de saúde e educação, entre outros, compreendemos a extensão universitária como instrumento fundamental para o comprometimento da Universidade com a sociedade, numa perspectiva ética e dialógica, possibilitando uma parceria que construa autonomia para o desenvolvimento social, bem como a formação de profissionais mais humanos e conscientes de seu papel na história. Julgáramos então ser fundamental a aproximação das experiências pelo Brasil, numa perspectiva de fortalecimento e construção coletiva dos modos de extensão numa lógica freireana e transformadora. A atual conjuntura de desigualdades e alienação da sociedade tem sido reflexo do modelo de educação autoritário e opressor. Sabemos que um dos principais caminhos para a mudança da realidade é uma educação libertadora, que leve o educando a exercer uma postura crítica e protagonista na sua relação consigo, com o mundo e com o outro. Sabemos que hoje um dos poucos espaços onde ocorre esse exercício de ação é a extensão universitária, não qualquer extensão, mas a extensão transformadora que apresenta ao educando a realidade, provocando-o a se tornar ator na mudança dela. Infelizmente, ações de educação como esta que aqui defendemos, são pontuais no cenário nacional. Preponderantemente, observa-se um modelo assistencialista, descompromissado, desarticulado da realidade e distante dos movimentos sociais e organizações comunitárias. Reflexos desta estrutura são percebidos concretamente nos encontros de extensão universitária, como o I e o II Congresso Brasileiro de Extensão e o último Congresso Ibero-Americano, ocorrido no Rio de Janeiro, de 27 a 30 de Novembro deste ano. Nestes espaços, predomina uma organização vertical, atrelada aos Reitores e Pró-Reitores das academias, sem participação de representantes estudantis, movimentos sociais, comunidades e outros organismos da sociedade civil. Além disso, não são proporcionados espaços de reciprocidade acerca dos "fazer" entre os diversos projetos de extensão e suas respectivas metodologias, comprometendo a real troca de conhecimento e experiência. Exige-se que voltemos nosso olhar à questão de qual sociedade e quais transformações queremos, para construirmos uma extensão em consonância com a realidade vivenciada pelos movimentos sociais e com aqueles que anseiam delimitar o caráter social imbricado no conceito de Universidade, determinando a práxis universitária. Buscando a construção de uma nova concepção de extensão universitária, estudantes, movimentos sociais, docentes, trabalhadores de saúde e educação, entre outros, em meio à discussão

da mesa-redonda "Repensando a formação universitária através da Educação Popular e Saúde", organizaram um momento para fortalecer e potencializar uma ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA com bases na educação popular e no vínculo com os movimentos sociais.

Sentindo a necessidade de ampliar os espaços de debate e intervenção, pactuamos o seguinte:

- reforçar e revitalizar os espaços virtuais de articulação do movimento extensionista já existentes, como a ANEXU (Ação Nacional de Extensão Universitária), concebida durante o I Congresso Brasileiro de Extensão em João Pessoa no ano de 2003, promovendo a inclusão dos participantes desse encontro;
- mapear, fortalecer e dar visibilidade as práticas de extensão com um caráter popular;
- criar novos espaços de encontro, para discussões teórico-metodológicas e experiências;
- incluir como estratégia o vínculo dos projetos de extensão com os movimentos sociais, enxergando na ANEPS (Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde) uma importante parceira;
- aproximar tais projetos do movimento estudantil e de suas entidades representativas;
- Reivindicar uma participação ativa na organização do III Congressos Brasileiros de Extensão Universitária, que ocorrerá em 2006 na cidade de Florianópolis, entendendo esse espaço como local importante de disputa por uma concepção mais popular e transformadora de extensão;
- utilizar as vivências e experiências pedagógicas orientadas pela Educação Popular como base para a construção de uma formação mais comprometida com uma transformação social;
- compreender a extensão guiada pela educação popular como instrumento capaz de re-orientar a formação.

Nesse sentido, acreditamos que a articulação aqui promovida, a partir do engajamento dos atores e parceiros envolvidos nacionalmente, repercute na busca por uma extensão universitária popular, coerente com o papel social que se espera da Universidade.

"Este compromisso com a humanização do homem, que implica uma responsabilidade histórica, não pode realizar-se através de palavrrório, nem de nenhuma outra forma de fuga do mundo, da realidade concreta, onde se encontram os homens concretos. O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas 'águas' os homens verdadeiramente comprometidos ficam 'molhados', ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro". Paulo Freire, Educação e Mudança, 1979.

Brasília, Distrito Federal, 14 de dezembro de 2005.

Carta de Florianópolis

CARTA DE PROPOSIÇÃO DA CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO ENTRE OS FÓRUMS DE PRÓ-REITORES E A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR

Considerando:

- A extensão como um projeto transformador da sociedade, assumindo o compromisso de unir o ensino e a pesquisa;
- A importância de revisão das práticas de extensão universitária;
- O Congresso Brasileiro de Extensão Universitária como um espaço de reflexão e debate sobre as práticas de extensão;
- A importância da participação de discentes, docentes, profissionais, comunidades e movimentos sociais na construção da extensão;
- A consolidação da Articulação Nacional de Extensão Popular como organismo disposto a refletir a Universidade e suas práticas de extensão;
- A necessidade de democratização da organização dos Congressos Brasileiros de Extensão Universitária e de proposições de políticas públicas relacionadas a extensão.

a plenária final do 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, realizado em Florianópolis, de 23 a 25 de outubro de 2006, aprova a **CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO ENTRE OS FÓRUMS DE PRÓ-REITORES E A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR** - a princípio - e demais atores envolvidos na Extensão, para a democratização da organização nacional da extensão universitária, conciliando as agendas dos diferentes segmentos, na elaboração de mecanismo de construção conjunta da extensão e políticas públicas para seu fortalecimento.

Articulação Nacional de Extensão Popular – ANEPOP

Dourados, 29 de abril de 2009 – 4º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU)

Carta de Dourados

CARTA DE PROPOSIÇÕES

A **ANEPOP – Articulação Nacional de Extensão Popular**, criada em 2005, é *uma aglutinação nacional de atores envolvidos em projetos norteados pelo referencial teórico-ético da Educação Popular*, conforme sistematizada por Paulo Freire, dentre outros. Dela participam *estudantes, professores, técnicos e participantes de movimentos populares* ligados a estes projetos de extensão, com o intuito de compor espaços de troca de experiências, discussão e estudos sobre as possibilidades e dificuldades da extensão na perspectiva da educação popular, denominada então de *Extensão Popular*, conforme fundamentou teoricamente o Prof. José Francisco de Melo Neto, da UFPB.

Compõe uma oportunidade para extensionistas populares darem visibilidade a suas ações e socializar o jeito de fazer (referenciais teórico-metodológicos) das práticas de extensão popular, que não demarcam uma área específica da extensão universitária, mas delimitam sim um *que-fazer* (um corpo metodológico e orientador) aplicável a qualquer ação de extensão, em qualquer área temática que se proponha, pois seu referencial está em balizas éticas, não em temas a serem discutidos/trabalhados. **Especificamente**, no direcionamento dos trabalhos sociais da Universidade rumo a **emancipação** dos setores e grupos mais excluídos da cidadania em nossa sociedade, os que vivem e viverão do trabalho, as classes populares, representadas de modo marcante pelos movimentos populares.

Nessa direção, compreendendo a diversidade de experiências e empreendimentos de extensão universitária realizados no país, a ANEPOP procura fomentar o debate e as reflexões críticas acerca do porquê, para quê e para quem se faz extensão, rumando não para uma unificação de todas as extensões numa determinada linha metodológica, mas na direção do efetivo comprometimento dos diversos setores da Universidade com as classes populares, o que só poderá ser observado com princípios éticos humanizantes, dialógicos e dialéticos, cristalizado em ações de extensão, pesquisa e ensino de espírito libertário, amoroso e emancipatório.

Temos clareza de que tais reivindicações não se reservam a ANEPOP. Diversos movimentos, coletivos e práticas buscam saídas para a construção de uma nova Universidade, numa outra sociedade. Por isso mesmo, compreendemos que o avanço histórico de uma Extensão comprometida, que fuja do assistencialismo, mercantilismo e da exploração humana em favor do lucro e do capital, só poderá ser almejado com o engajamento dessa diversidade de coletivos, incluindo o FORPROEX, mas para além dele, incluindo movimentos sociais e comunitários, estudantes, professores e técnicos ligados a extensão.

Diante do exposto, propomos:

- Participação da Extensão Popular no próximo Encontro Nacional do FORPROEX, em João Pessoa, com uma Oficina para Compartilhar de Vivências sobre Extensão Popular, e uma mesa-redonda sobre Desafios e concepções de Extensão para a atualidade, bem como uma reunião da ANEPOP e demais coletivos com o FORPROEX, com tempo e cuidado para o exercício do diálogo.

- Participação da ANEPOP e de movimentos populares nacionais na organização do 5º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, a começar pela reunião organizativa que ocorrerá em João Pessoa, no próximo Encontro Nacional do FORPROEX.
- Juntamente com estudantes, membros comunitários e professores, gerar processos críticos de reflexão e mudança acerca da atual política de editais na extensão, pensando na construção de políticas públicas permanentes e a avaliação da extensão universitária.
- Reivindicar a qualificação e o aumento do apoio estrutural e fomento para a Extensão Universitária, numa perspectiva dialógica, crítica e articulada com os movimentos populares.
- Criação do FÓRUM BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, como espaço democrático de debate de idéias, concepções e propostas para a Extensão, composto igualmente por representantes do FORPROEX, FOREX, FOR..., ANEPOP, EIV(?), MEC, MDS, MinC, MS, MDA, CMP, MST, ANEPS, FEOP. Seria esse um espaço de diálogo, deliberativo para os coletivos integrantes e consultivo para entidades de fomento. Visando a organização nacional da Extensão, inclusive dos CBEU's.

Declaração Final do II Encontro de Estudantes Latino-americanos de Extensão

Outubro de 2010

Consideramos que a partir da Extensão temos a capacidade de transformar a pesquisa e o ensino da universidade, e isso é uma das razões fundamentais pela qual revitalizamos e promovemos o modelo latino-americano de extensão universitária: a extensão como um marco de horizontalidade, bidirecionalidade e troca de saberes na co-construção e nas experiências de projetos de extensão, nos saberes populares e da universidade. Extensão com ênfase em fortalecer uma contínua e profunda articulação com os trabalhadores, movimentos sociais e setores oprimidos da sociedade, a fim de que a ação extensionista perdure, proporcionando autonomia à comunidade e à universidade, e nela, principalmente aos estudantes, para que tenham uma melhor compreensão da realidade estrutural e dos mecanismos de transformação da realidade.

Como proposta, apontamos uma institucionalização da extensão universitária que contemple:

- A formação e conceitualização teórica da extensão para todos os atores da universidade, levando-se em conta os docentes, que tem um papel fundamental no desenvolvimento das atividades de extensão;
- Um processo de institucionalização que desde o início conte com a participação de estudantes e docentes;
- O reconhecimento das atividades de extensão dos docentes pela universidade;
- O papel dinâmico e propositivo do movimento estudantil e, nesse sentido, a sua participação ativa na gestão do desenho e direcionamento dos projetos de extensão, em seu planejamento orçamentário e na política de orientação, coordenação e integração de projetos e práticas extensão.
- A criação de espaços curriculares e extracurriculares e interdisciplinares de extensão, com espaços de formação;
- O apoio a formação integral dos estudantes, agregando ao processo educativo, a extensão, a pesquisa e o ensino;
- A difusão dos valores das atividades de extensão em todos os níveis de educação.

Para construir uma extensão verdadeiramente transformadora, devemos reconhecer a sociedade em que vivemos - baseada em contradições e marcada por opressões de classe - para o que é fundamental a tomada de consciência das comunidades acadêmica e não-acadêmica. Para tanto, é necessário que nos insiramos na realidade com visão crítica e de forma dialética e dialógica, através de referenciais como a educação popular e a economia solidária popular, a fim de produzir outra hegemonia para a universidade e para a sociedade.